



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Patrícia Tavares de Azevedo

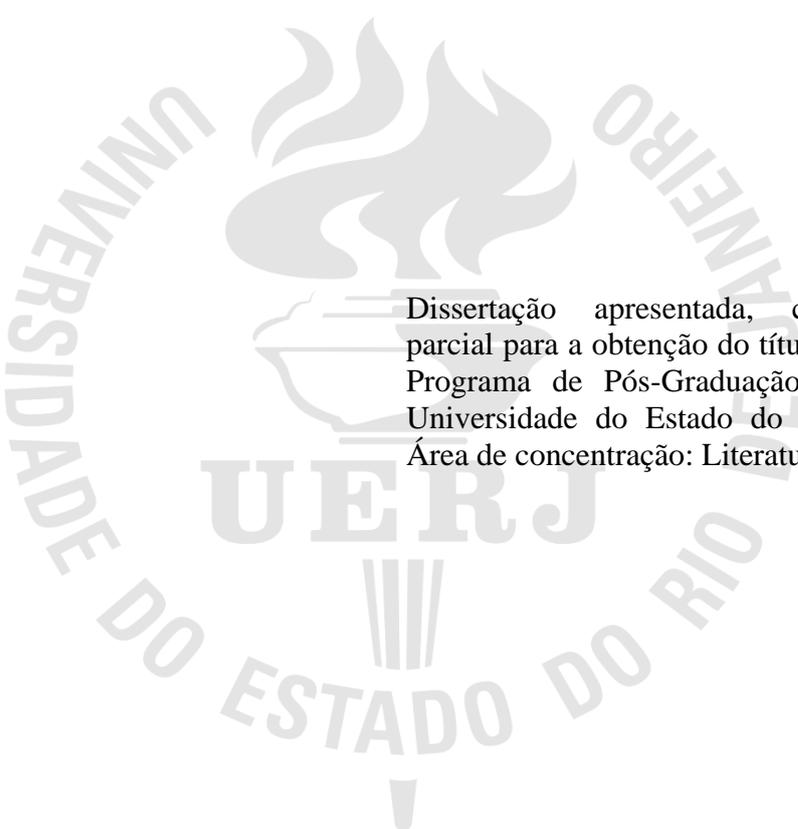
**Epistolografia e autobiografia na clausura: A *Correspondência*, de Abelardo
e Heloísa, e as *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado**

Rio de Janeiro

2016

Patrícia Tavares de Azevedo

Epistolografia e autobiografia na clausura: A *Correspondência*, de Abelardo e Heloísa, e as *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria do Amparo Tavares Maleval

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

E64 Azevedo, Patrícia Tavares de.
Epistolografia e autobiografia na clausura: A Correspondência,
de Abelardo e Heloísa, e as Cartas Portuguesas, de Mariana
Alcoforado / Patrícia Tavares Azevedo. – 2016.
169 f.

Orientadora: Maria do Amparo Tavares Maleval.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Letras.

1 Alcoforado, Mariana, 1640-1723. Cartas portuguesas – Teses. 2.
Abelardo, Pedro, 1079-1142. Correspondência – Teses. 3. Cartas –
Teses. 4. Autobiografia na literatura - Teses. I. Maleval, Maria do
Amparo Tavares II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82-6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Patrícia Tavares de Azevedo

Epistolografia e autobiografia na clausura: A *Correspondência*, de Abelardo e Heloísa, e as *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 11 de abril de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Maria do Amparo Tavares Maleval (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Cláudia Maria de S. Amorim
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Lenora Pinto Mendes
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Nathalia, minha filha, a quem, senão a você?

AGRADECIMENTOS

À UERJ por ter concedido a oportunidade de meu ingresso ao mestrado.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras.

Ao funcionário da biblioteca, Hélio, pela ajuda e paciência.

A minha orientadora, Professora Doutora Maria do Amparo Tavares Maleval, por compartilhar seu conhecimento comigo, pelas orientações técnicas na escrita acadêmica, e, sobretudo, pela atenção e paciência.

Aos professores do mestrado, pelas ricas aulas, Sérgio Nazar, Cláudia Amorim, Mario Bruno e mais uma vez, Maria do Amparo.

Às professoras Cláudia Maria de S. Amorim e Lenora Pinto Mendes por participarem da avaliação de meu trabalho.

Agradeço também aos professores Mariângela Monsore Furtado Capuano e Henrique Marques Samyn por gentilmente aceitarem o convite para suplentes.

A minha filha, Nathalia, por me ajudar com as tarefas simples que eu não encontrava tempo para realizar.

A minha mãe, Joana, pela ajuda e incentivo nos momentos difíceis.

Ao meu companheiro, Marcelo, por toda a dedicação, compreensão e auxílio.

A minha irmã, Glauce e meus sobrinhos, Gabriel e Mariana por compreenderem minha ausência nos finais de semana.

Em especial, ao Sr. Leonel Borrela, que, além de me proporcionar uma visita guiada ao Convento de Beja e à casa dos Alcoforados, disponibilizou a sua coleção Alcoforadina para a realização de parte desta pesquisa.

Aos amigos verdadeiros por suportarem as minhas forçadas ausências.

De maneira geral, agradeço a todos, amigos e familiares de perto e de longe, que de uma forma ou outra, ao longo desses dois anos, contribuíram para que hoje eu chegasse aqui.

Apresentei o que pude, não de acordo com minha vontade, mas conforme me obrigaram as limitações do tempo. É elegante atribuir a causa ao tempo quando não se é capaz de acrescentar mais nada, ainda que se queira.

Cícero (Do Orador, III, § 228)

RESUMO

AZEVEDO, Patrícia Tavares de. *Epistolografia e autobiografia na clausura: A Correspondência, de Abelardo e Heloísa, e as Cartas Portuguesas, de Mariana Alcoforado*. 2016. 169f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

A dissertação tem como objetivo a análise das obras *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado, e *Correspondência*, de Abelardo e Heloísa, sobretudo no que diz respeito às especificidades do gênero cartas, por meio de um estudo comparatista. Para tal, observa nas cartas selecionadas as questões de autenticidade, autoria e tradução, bem como a relação entre autobiografia e epistolografia e o contexto de edição e publicação. O trabalho conta, principalmente, com o apoio teórico das obras *La Retórica en la Edad Media*, de James Murphy, *O Pacto Autobiográfico – De Rousseau à Internet*, de Philippe Lejeune, *Os Intelectuais na Idade Média*, de Jacques Le Goff, e outras teorizações sobre a linguagem literária, relacionadas ao tema. A pesquisa focaliza alguns aspectos da obra *Cartas Portuguesas* em confronto com a *Correspondência*, com o propósito de sondar elementos que sustentem a autenticidade autoral por Mariana Alcoforado, Abelardo e Heloísa.

Palavras-chave: Epistolografia. Autobiografia. Mariana Alcoforado. Abelardo. Heloísa.

ABSTRACT

AZEVEDO, Patrícia Tavares de. *Epistolography and autobiography in the cloister: The Correspondence of Abelardo e Heloísa and Letters Portuguese of Mariana Alcoforado*. 2016. 169f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

The dissertation aims the analysis the works *Cartas Portuguesas* by Mariana Alcoforado and *Correspondência*, by Abelardo e Heloísa mainly in what it concerns the specifics of gender epistles, by means of a comparative study. For such observe in the letters selected the questions of of authenticity and authorship, translation, as well as the relationship between autobiography and epistolography and the editing and publishing context This paperwork is supported in the works *La Retórica en la Edad Media*, de James Murphy e *O Pacto Autobiográfico – De Rousseau à Internet* por Philippe Lejeune, *Os Intelectuais na Idade Média*, de Jacques Le Goff and others theorizations to the literary language related to the theme. The research focuses on some aspects of the work *Cartas Portuguesas* confrontation with the *Correspondência* which intend to probe elements to support the authenticity of the Lettres has wrote by Mariana Alcoforado, Abelardo e Heloísa.

Keywords: Epistolography. Autobiography. Mariana Alcoforado. Abelardo. Heloísa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. AS OBRAS	14
1.1. <i>Correspondência, de Abelardo e Heloísa</i>	14
1.1.1. <u>Edições, autenticidade e autoria</u>	14
1.1.2. <u>Historia Calamitatum: tradução, texto e contexto</u>	25
1.2. Cartas, de Mariana Alcoforado	44
1.2.1. <u>A história das Cartas</u>	44
1.2.2. <u>Publicação e autoria</u>	49
2. O GÊNERO EPISTOLOGRÁFICO	63
2.1. Histórico do gênero	63
2.2. <i>A Consolatio, e a ars dictamine</i>	76
2.3. As Cartas de Mariana Alcoforado	87
2.4. O contexto editorial da época: cultura de proposta ou entretenimento? ...	99
2.5. Epistolografia e autobiografia	105
2.5.1. <u>Mariana Alcoforado, Abelardo e Heloísa</u>	105
2.5.2. <u>A quem pertence uma carta?</u>	114
CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	126

ANEXO A – Título do capítulo X, da obra <i>Petri Abaelardi</i>	131
ANEXO B – Título do capítulo X, da obra <i>Abelardo e Heloísa</i>	132
ANEXO C – Início da <i>Historia Calamitatum</i> , em <i>Petri Abaelardi</i>	133
ANEXO D – Início da <i>Historia Calamitatum</i> , em <i>Abelardo e Heloísa</i>	134
ANEXO E – Manuscrito <i>Historia Calamitatum e Consolatio</i>	135
ANEXO F – <i>Consolatio</i> , de Heloísa, em <i>Petri Abaelardi</i>	136
ANEXO G – <i>Consolatio</i> , de Heloísa, em <i>Abelardo e Heloísa</i>	137
ANEXO H – <i>Consolatio</i> , na íntegra	138
ANEXO I – Centro histórico da cidade de Beja	145
ANEXO J – <i>Carta I</i> , de Mariana	146
ANEXO K – <i>Carta II</i> , de Mariana	149
ANEXO L – <i>Carta III</i> , de Mariana	152
ANEXO M – <i>Carta VI</i> , de Mariana	155
ANEXO N – <i>Carta V</i> , de Mariana	161
ANEXO O – <i>Epanáphora</i> , de Francisco Manuel de Melo	167
ANEXO P – Formulários Medievais	168
ANEXO Q – Quadro de combinações, por Philippe Lejeune	169

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos muitas cartas foram escritas e esses documentos são valiosas fontes de pesquisa. Oferecem informações que podem revelar a intimidade de uma ou mais pessoas e estabelecem ligações com outros documentos, colaborando com a investigação de fatos históricos, ajudando a desvendar mistérios e abrindo espaço para a investigação sobre assuntos ainda inexplorados.

Esta pesquisa, sob o enfoque comparatista, tem como objetos de estudo duas obras, em forma de epístolas, que foram escritas em épocas diferentes, no século XII e no século XVII. Entretanto, algumas semelhanças aproximam as duas obras; a mais notória é que ambas são cartas escritas por religiosos.

A intenção é refletir sobre a obra *Correspondência, de Abelardo e Heloísa* (séc. XII), em diálogo com as *Cartas Portuguesas* (séc. XVII), de Mariana Alcoforado, sobretudo no que se diz respeito ao gênero epistolar e às marcas autobiográficas impressas em ambas.

As análises comparativas, que se intenta realizar com os *corpora*, têm como escopos apresentar e discutir a história das *Cartas Portuguesas* e da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, investigar as traduções, esclarecer fatos acerca dos contextos de produção e publicação das obras, discutir o objeto carta como gênero literário e autobiográfico, investigar o estilo, discutir o tema e, sobretudo, destacar a importância da escritura de cartas, recurso de comunicação que pode ser utilizado por qualquer pessoa, em qualquer tempo, independente do hábito que as vestem ou desnudam.

As correspondências íntimas atribuídas a Mariana Alcoforado (1640-1723), publicadas pela primeira vez em 1669, em um pequeno volume intitulado originalmente *Lettres Portugaises traduites en François* (*Cartas Portuguesas*), ainda são motivo de estudos; certamente em função das dúvidas que surgem por parte de alguns críticos que ignoram Mariana Alcoforado como a autora das *Cartas*.

A primeira publicação dera-se, como foi dito, em 1669 pelo livreiro Claude Barbin. Mas os nomes da suposta autora, Mariana Alcoforado, e do provável destinatário, Chamilly, só entrariam em evidência em 1810.

Desde então historiadores, literatos, acadêmicos, estudiosos e pesquisadores iniciaram a busca pela verdade acerca das *Cartas Portuguesas*, o primeiro *corpus* desta pesquisa, que tem por objetivo refletir sobre algumas questões: realmente existiu Mariana Alcoforado?

Chamilly esteve em Beja? Mariana teria escrito as *Cartas*? Qual o estilo de carta de Mariana? Existe a possibilidade dos textos originais terem sido modificados?

O segundo *corpus* é a obra *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, que, tal qual *Cartas Portuguesas*, trata de registros em forma de missiva que contam a história de um relacionamento amoroso entre religiosos e enclausurados. Sobre este *corpus* se busca saber: baseados em quais estilos Abelardo e Heloísa escreveram essas correspondências? Eles utilizaram os mesmos estilos de escrita? Qual a autoria das cartas de Heloísa? Quem é o autor das cartas de Abelardo? Quem editou a publicação do conjunto do dossiê? Que estilo segue as *Cartas* de Heloísa? Quais as diferenças encontradas na tradução de Zeferino Rocha (1997), em comparação com a edição de Migne (1855) e um manuscrito do século XIV? Existe a possibilidade dos textos originais terem sido modificados?

Há, portanto, certa particularidade entre ambas as obras epistolares. As cartas são fruto de amor entre religiosos, que foi interrompido por questões diferentes, esclarecidas adiante neste estudo.

Como suporte teórico-reflexivo, o estudo se apoia principalmente em textos como: *Os Intelectuais na Idade Média*, de Jacques Le Goff (2003), *A literatura portuguesa através dos textos*, de Massaud Moisés (2012), *La Retórica en la Edad Media*, de James Murphy (1996), *Sóror Marianna – A freira portuguesa*, de Luciano Cordeiro (1891), *Vida e Morte de Mariana Alcoforado*, de Manuel Ribeiro (1940), *O Pacto Autobiográfico – De Rousseau à Internet*, de Philippe Lejeune (2008), *Héloïse et Abélard*, de Étienne Gilson (1997), e *Apocalípticos e integrados*, de Umberto Eco (2008).

A pesquisa se deterá no exame de elementos das *Cartas Portuguesas* e da *Correspondência* que possam contribuir para a defesa da autenticidade autoral, respectivamente, por Mariana Alcoforado e por Abelardo e Heloísa. Adiante-se que a problemática concernente à defesa da autoria das cartas como sendo de Mariana Alcoforado é ainda grande, mas a autoria das correspondências trocadas entre Abelardo e Heloísa já não requer muitas investigações, pois destacados especialistas já concluíram serem deles as mãos que escreveram tais correspondências.

O primeiro capítulo, sob o título *As obras*, informará acerca das publicações, traduções e questões críticas que envolvem o conjunto de cartas que compõem a obra *Correspondência*, de Abelardo e Heloísa. Ainda apresentará a estrutura e a tradução da primeira carta escrita por Abelardo, a *Historia Calamitatum*, ou *Epístola Prima* e, simultaneamente, contará a história de vida de Abelardo e Heloísa, mediante os relatos de Abelardo em confronto com a história. Também se pretende comparar a edição traduzida por Rocha (1997), *Abelardo e Heloísa*, com

a edição em latim, *Petri Abaelardi*, de Migne (1855) em busca de confirmação das diferenças encontradas entre ambas, enquanto sua estrutura e apresentação. As edições também serão confrontadas com um manuscrito do século XIV.

Também abrangerá investigações em obras históricas que darão apoio à exposição da história das *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado, com o intuito de fundamentar em favor da mão portuguesa que as escreveu, frente aos estudos críticos que tentaram excluir a possibilidade de Mariana ser a autora das *Cartas*.

O segundo capítulo, cujo título é *O gênero epistolográfico*, apontará as epístolas enquanto gênero literário; explicará as origens do gênero epistolar, mencionará sua história e sua evolução e analisará a *Consolatio*, de Heloísa, e, as *Cartas*, de Mariana, segundo estrutura e estilo.

Na *Consolatio* serão apresentadas as partes comuns de uma carta, segundo a tradição da *Ars dictaminis*. Nas *Cartas* de Mariana, um levantamento de trechos das *Cartas* de Mariana em confronto com a *Epistulae ad Familiares*, de Cícero e *De Elocutione*, de Demétrio, permitirá a busca de semelhanças entre as obras.

Ainda no segundo capítulo, far-se-á uma análise dos possíveis limites de transição, entre os conceitos contemporâneos: literatura de entretenimento e a literatura de proposta, no contexto do século XVII e XVIII, aplicados às *Cartas Portuguesas*, por Mariana Alcoforado. Depois, buscar-se-á comparar a *Correspondência*, de Abelardo e Heloísa, com a análise sugerida para as *Cartas Portuguesas*, em relação a esses dois conceitos, a saber, literatura de entretenimento e literatura de proposta.

Encerrando o capítulo, o subtítulo *Epistolografia e autobiografia* questionará a propriedade das cartas enquanto objeto e identificará marcas autobiográficas nas *Cartas* de Mariana, na *Historia Calamitatum*, de Abelardo e na *Consolatio* de Heloísa.

Torna-se necessário informar que: em alguns títulos das publicações e nas *Cartas* há falhas na primeira tradução para o idioma francês; o grifo em *Cartas Portuguesas*, *Lettres Portugaises* ou *Cartas* refere-se às cartas escritas por Mariana Alcoforado para isolar a possibilidade de confusão com o genérico, “cartas”; o grifo em *Correspondência* é para destacar o conjunto de missivas de Abelardo e Heloísa, e também para eliminar a possibilidade de confusão com o genérico, “correspondência”; para referir-se ao objeto usaremos carta (s), correspondência (s), epístola (s), missiva (s), sempre em letras minúsculas.

E ainda: os estudos que envolvem as *Cartas Portuguesas* seguirão a ordem das *Cartas* publicadas por Claude Barbin, conforme primeira edição. A tradução utilizada foi a de Luciano Cordeiro, publicada em 1925 e reeditada em 2007, na obra *Cartas Sóror Mariana*

Alcoforado: Antecedidas das Lettres Portugaises de Mariana Alcoforado, de Leonel Borrela, na qual a tradução foi apresentada; os estudos que envolvem a *Correspondência* de Abelardo e Heloísa seguirão a edição de Zeferino Rocha, que do conjunto completo de nove cartas traduziu cinco de caráter íntimo, mas das cinco serão utilizadas apenas duas, a *Historia Calamitatum* e a *Consolatio*. A tradução consultada é *Abelardo e Heloísa*, por ser uma tradução bilíngue, latim-português, das cinco primeiras cartas.

As cinco *Cartas* de Mariana serão citadas em diversos momentos neste trabalho, por isso serão transcritas em anexo. Do conjunto da *Correspondência*, apenas a *Consolatio* será acrescentada no final. Além das cartas, também mostraremos no anexo alguns modelos de cartas que serão indicados ao longo do trabalho. A *Historia Calamitatum*, por ser muito extensa, não será impressa ao fim deste.

Outras breves referências teóricas, não mencionadas nesta introdução, estarão ligadas à linguagem literária e a aspectos histórico-sociais.

1 AS OBRAS

1.1 *Correspondência, de Abelardo e Heloísa*

1.1.1 Edições, autenticidade e autoria

A *Correspondência* completa de Abelardo e Heloísa é composta por um conjunto de nove manuscritos que foram conservados. Os manuscritos que compõem a obra foram copiados, em conjunto com outros escritos de Abelardo, e algumas vezes misturados aos escritos de outros autores (GILSON, 2007, p. 7). Sobre as cópias realizadas, José Carlos Estêvão comenta:

É preciso não esquecer que estamos lendo cartas escritas muitos anos depois dos eventos que narram; e sabe-se lá quantas vezes terão sido “arrumadas” e “corrigidas” também pelos copistas (ESTÊVÃO, 2015, p. 21; grifos do autor).

Étienne Gilson diz que “o conjunto de cartas trocadas entre Abelardo e Heloísa é considerado um importante dossiê para a compreensão do século XII e valiosa fonte de pesquisa para compreender a mentalidade do homem medieval” (GILSON, 2007, p. 7).

Um livro “escrito há muitas décadas, o livro de Étienne Gilson, Heloísa e Abelardo, (São Paulo, Ed. Da USP, 1938-1964, 2007), continua a ser o mais belo estudo sobre ambos” (ESTÊVÃO, 2015, p. 137; grifo do autor).

Étienne Gilson traz informações sobre os exemplares que foram conservados em bibliotecas.

os de Paris, Bibliothèque Nationale, 1873. 2544, 2545, o 2923 que pertenceu a Petrarca, a 13.057, o fragmento de 13.826 e as duas folhas de 20.001; a de Troyes, 802 manuscrito, origem da nossa impressão; o manuscrito Reims 872, e de lui de Douais, manuscrito 797 (GILSON, 1997, p. 8; traduzimos).

Vale ressaltar, que ainda não há uma tradução completa dos nove textos reunidos em um único volume; e os textos críticos também estão incompletos:

Os manuscritos com obras de Abelardo que chegaram até nós estão publicados, mas ainda estamos esperando uma edição crítica, usando todos os manuscritos conhecidos, das “Obras Completas” (ESTÊVÃO, 2015, p. 136; grifo do autor).

Por meio desses escritos é que a humanidade teve acesso à obra, que nove séculos depois de escrita ainda é motivo de curiosidades e discussões.

A *Correspondência*, originalmente, foi escrita em latim, na Paris Medieval, mais ou menos em 1132, século XII, ocasião em que Abelardo era abade de Saint-Gildas e Heloísa abadessa do Paraclete.

Segundo Zumthor, o arquétipo, possivelmente, é aquele que pertence à biblioteca de Troyes sob o número 802. Este deu origem à *Correspondência*, que podemos descrever da seguinte forma: uma carta intitulada *Historia Calamitatum*, ou *Epistola Prima*, termo utilizado por ser a primeira do conjunto; uma carta *Consolatio*; três cartas de Abelardo a Heloísa, Heloísa a Abelardo, Abelardo a Heloísa; três outras cartas relativas à administração do monastério do Paraclete; e um manuscrito, escrito por Abelardo, que se refere a uma Regra para as monjas do Paraclete (ZUMTHOR, 2000, p. 2).

O primeiro texto, *Historia Calamitatum*, escrito por Abelardo, sugere a intenção de consolar um amigo; entretanto tal sugestão será retomada mais adiante no capítulo que tratará das questões autobiográficas na *Consolatio*, de Heloísa.

O segundo texto da compilação, *Consolatio*, é um manuscrito suplicante escrito por Heloísa após tomar conhecimento da *Historia Calamitatum*. A partir destas duas mencionadas cartas Abelardo e Heloísa passam a trocar correspondências que tratam das questões do passado vivido por ambos, daquele presente e do futuro incerto que aguardavam, totalizando cinco cartas de caráter íntimo (ROCHA, 1997, p. 21).

O conjunto da *Correspondência* foi copiado em manuscritos, que são os que permanecem nas bibliotecas mencionadas no início deste capítulo. Provavelmente foi Heloísa quem copiou, organizou e o divulgou, primeiramente, no monastério do Paraclete. Sobre a compilação, Zeferino diz que

estes manuscritos formam um conjunto muito bem organizado e estruturado. Os especialistas, hoje, acreditam que este trabalho de estruturação foi obra da própria Heloísa. Na solidão do Paraclete, durante os vinte e quatro anos que separaram a sua morte da morte de Abelardo, Heloísa certamente teve tempo e motivação para dedicar-se a esta tarefa. Nenhuma outra poderia lhe ter sido mais grata (ROCHA, 1997, p. 22).

Os cinco primeiros textos, que fazem parte da tradução de Zeferino Rocha (1997), tratam do registro em forma de cartas que relatam um relacionamento amoroso entre dois religiosos, Abelardo e Heloísa. Dos cinco textos mencionados utilizaremos, especialmente, o *Historia Calamitatum* ou *Epístola Prima*; e, mais adiante, utilizaremos a *Consolatio*.

Pedro Abelardo, nas palavras de Jacques Le Goff (2003), foi a “Primeira grande figura de intelectual moderno – nos limites da modernidade do século XII, – Abelardo foi o primeiro *professor*” (LE GOFF, 2003, p. 59).

Há necessidade de se fazer uma breve apresentação da história de amor que existiu entre Abelardo e Heloísa, ainda que de forma resumida. Contudo, sempre que possível, serão acrescentadas informações julgadas relevantes.

Pedro Abelardo, ilustre teólogo, filósofo e professor, que nascera em Pallet, na França, foi um dos nomes da história do pensamento. Em *O Homem Medieval*, Le Goff acrescenta:

Nesse mundo dos intelectuais, as figuras de exceção são – permita-nos o paradoxo - a regra. Mariateresa Fumagalli Beonio Brocchieri evoca algumas das mais célebres: Santo Agostinho, Abelardo, Arnaldo de Brescia, os grandes professores universitários do século XIII (LE GOFF, 1989, p. 20).

Ele, que tinha por destino seguir a Cadeira das Armas, no entanto seguiu a das Letras.

Vale destacar que “eram letrados todos os que sabiam ler e escrever e dominavam o universo das palavras (discurso oral e escrito, sermão lição ou tratado) (...)” (LE GOFF, 1989, p. 126). Mas Abelardo era um filósofo na época que conheceu Heloísa.

Filósofos continuam a ser, sobretudo, os antigos, ainda que algumas personalidades de grandes conhecimentos reclamem a designação para si próprios: Abelardo, que se declarara “filósofo do mundo” e, depois “filósofo de Deus” (LE GOFF, 1989, p. 126).

Quase todos os estudos acerca da *Correspondência* informam que Heloísa tinha 17 anos quando se tornou discípula de Abelardo. Em nota Zeferino Rocha sugere “que Heloísa, além do domínio completo da língua latina, era conhecedora também da língua grega e da língua hebraica” (ROCHA, 1996, p. 218), Georges Duby ressalta as qualidades de Heloísa, enquanto sua vida era somente dedicar-se aos estudos, ou seja, antes de conhecer Abelardo:

Vem acima de tudo de suas qualidades intelectuais. Desde sua juventude ela espantava o mundo; desprezando os prazeres, só pensava nos estudos; e desenvolveu-os de tal forma que, no domínio do espírito, ela, uma mulher, consegue o prodígio, “ultrapassar quase todos os homens” (DUBY, 2013, p. 53; grifo do autor).

Sabe-se que “Fulberto, tio e tutor de Heloísa” (ROCHA, 1996, p. 128) “se desdobrava para propiciar-lhe uma excelente educação. Numa situação que eram raras as mulheres instruídas” (ESTÊVÃO, 2015, p. 17). O tio da moça fizera um acordo com Abelardo, que lhe concedia o direito de tutor de Heloísa, pois Abelardo, “como qualquer professor durante a

Idade Média, era um clérigo, isto é, recebia da Igreja Católica a ‘licença’ para ensinar (ESTÊVÃO, 2015, p. 20; grifo do autor).

As aulas noturnas na casa do tio facilitaram o romance entre os dois. “Noites mal dormidas, total desinteresse pelas aulas e, em pouco tempo, toda Paris não falava de outra coisa senão dos ‘amores secretos’ do famoso professor” (ESTÊVÃO, 2015, p. 19; grifo do autor).

Fulberto não desconfiava de nada. Até que um dia o casal é pego em flagrante. Sobre a castidade é importante informar que “fosse qual fosse a posição do clérigo, nunca se exigiu dele algo como o ‘voto de castidade’ dos demais eclesiásticos” (ESTÊVÃO, 2015, p. 20; grifo do autor).

Heloísa engravidou e, com o intuito de não envergonhar a moça, “disfarçados, ele de padre e ela de monja, fogem para as terras da irmã de Abelardo, Denise” (ESTÊVÃO, 2015, p. 19). Lá nasceu o menino Astrolábio.

Abelardo faz ao tio de Heloísa a proposta de casar-se “foi esta a solução que ele apresentou a Fulberto” (ROCHA, 1996, p. 248), mas Heloísa tentou “dissuadi-lo dessas núpcias” (ROCHA, 1996, p. 296). Isto porquê o intelectual da Idade Média central tinha algumas características específicas. “É um internacional que, graças ao seu conhecimento do latim, viaja frequentemente de uma escola ou de uma universidade para outra. É um homem solteiro e, por isso, isento dos deveres conjugais e familiares” (LE GOFF, 1989, p. 21). Então, Heloísa acreditava que os deveres familiares e as obrigações do casamento prejudicariam a vida intelectual de Abelardo. Além disso, defendia a “superioridade de um amor livre, em definitivo menos continuamente luxurioso, menos ‘adúltero’ do que o ardor dos maridos excessivamente apaixonados por suas esposas” (DUBY, 1989, p. 26).

De um lado, um filósofo que não podia perder seu tempo com os deveres do casamento, de outro lado, a mulher com “um espírito anti-matrimonial” (DUBY, 1989, p. 25).

A situação não era confortável na ocasião, a Igreja Católica fazia “intensos esforços para tornar realidade o voto de castidade do clero em geral” (ESTÊVÃO, 2015, p. 19)

O casal foi para Paris e Abelardo “optou pela solução do casamento, porém, que este fosse secreto” (ROCHA, 1996, p. 248). Novamente um novo acordo foi feito entre o tio de Heloísa e Abelardo, cujo trato era de manter o casamento às escondidas para preservar a vida intelectual e religiosa de Abelardo, mas tal pacto foi quebrado pelo tio, que preferiu divulgar o casamento da sobrinha.

Fulberto cuidava de Heloísa como uma filha. Como detentor do poder familiar, seu papel era:

assegurar sem prejuízo a transmissão de um capital de bens, de glória, de honra, e de garantir à descendência uma condição, uma “posição” pelo menos igual àquela de que se beneficiavam os ancestrais. Todos os responsáveis pelo destino familiar, isto é, todos os homens que detêm algum direito sobre o patrimônio e, à frente deles, o mais velho, a quem aconselham e que fala em nome deles, consideram conseqüentemente como seu direito principal casar os jovens e casá-los bens (DUBY, 2011, p. 15).

A família tentava preservar a pureza da moça, que devia permanecer virgem até o casamento. Este era o outro motivo que provocou a ira de Fulberto, pois “para a moça, o que se exalta e o que toda uma teia de interditos procura cuidadosamente garantir é a virgindade e, no que diz respeito à esposa, a fidelidade (DUBY, 2011, p. 17).

Abelardo, transtornado, “rapta pela segunda vez a amada” (ESTÊVÃO, 2015, p. 22). Na primeira vez, levou-a para casa de sua irmã, Denise, na segunda, para certa abadia de monjas, perto de Paris, chamada Argenteuil. Para este tipo de conduta existiam as “sanções que fazem com que seja respeitada (...) a vingança de um rapto diz respeito aos parentes masculinos da moça (...)” (DUBY, 2011, p. 17). A família de Heloísa, contrariada, perseguiu Abelardo e, certa noite, enquanto ele dormia, lhe cortaram o órgão sexual; a partir daí, Abelardo e Heloísa se afastaram.

Assim termina a convivência de Abelardo e Heloísa. Outros detalhes da *Historia Calamitatum* poderão ser lidos mais adiante.

A segunda carta é a *Consolatio* na qual Heloísa lamenta a sorte de Abelardo e reclama do seu silêncio e do abandono dela e a suas “filhas” – as monjas do Paraclete (ROCHA, 1997, p. 343).

A terceira carta é a resposta de Abelardo à *Consolatio* de Heloísa. É uma carta “gélida e formal, restrita a piedosas considerações religiosas que poderiam ter sido endereçadas a qualquer correspondente” (ESTÊVÃO, 2015, p. 79).

A quarta carta é a resposta de Heloísa à terceira de Abelardo. Heloísa “começa corrigindo a despedida da anterior: agora, escreve “a seu único, depois de *Cristo*” (ESTÊVÃO, 2015, p. 79). Na *Consolatio* a despedida foi: “Adeus, meu único”. Mas o assunto da carta permanece o mesmo: “Heloísa ama mais a Abelardo do que a Deus” (ESTÊVÃO, 2015, p. 79).

Na quarta carta Heloísa assume a postura de pecadora, mas diz que continua pecando, porque ama os seus pecados e não está arrependida. Abelardo escreve a quinta carta

dizendo que não vai se desculpar (que desculpas seriam aceitáveis?), mas tentar remediar. Insiste que não podia crer que ela ainda suspirasse por ele. (...) Desta vez o texto é extremamente elaborado e tem início com um belo elogio da “Esposa”, isto é, de um comentário do livro bíblico *Cântico dos Cânticos* (...). Abelardo termina

por se render: confessa que, em comparação com ela, mais a desejou do que amou (ESTÊVÃO, 2015, p. 80).

Após a quinta carta é “a ocasião para que Abelardo redija as Regras do Paracleto, componha o Hinário e escreva os sermões” (ESTÊVÃO, 2015, p. 82). Abelardo também escreveu “pequenos hinos chamados *Lamentos*” (ESTÊVÃO, 2015, p. 82), cujas palavras refletem as lamentações de Abelardo sobre a perda de Heloísa.

Abelardo escreveu três outras cartas relativas à administração do monastério do Paracleto. Em uma das cartas, “Heloísa formula uma série de 42 perguntas teóricas para que Abelardo as responda” (ESTÊVÃO, 2015, p. 83). A estas respostas Abelardo intitulou os Problemas de Heloísa. Este conjunto de respostas é constantemente consultado pelos historiadores de filosofia, pois nele podem-se encontrar respostas daqueles que questionam, por exemplo, sobre a diferença entre espírito e alma.

Fica, assim, apresentada a *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, a história de amor dos dois – que será apresentada mais detalhadamente na *Historia Calamitatum* –, e o teor das nove cartas do conjunto.

A autenticidade de textos sempre foi uma questão delicada, principalmente quando se trata de autobiografias; e, neste caso, havia o agravo de se tratar de textos que envolviam o amor entre religiosos. Em busca de esclarecimentos acerca da verdade sobre as cartas, muitas traduções e edições críticas foram editadas. Neste contexto, pretendemos expor algumas obras acerca da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa.

A *Correspondência* foi traduzida diversas vezes, em diferentes épocas, e, em outras línguas:

as traduções atualmente correntes são, em espanhol, a de Pedro Rodrigues Santidrián e Manuela Astruga (Madri, Alianza, 1993); em italiano, a mais recente e completa, de Ileana Pagani (Turim, UTET, 2004). Em inglês, além da antiga tradução de toda a correspondência por Mary M. McLaughlin (com Bonnie Wheele, Nova York, Macmillan, 2009). Em francês, a clássica de Octave Gréard, de 1859 (Paris, Gallimard, 2010) e a de Yves Ferroul (Paris, GF-Flammarion, 1996), além de cinco ou seis traduções publicadas e republicadas nos últimos anos, das quais a mais interessante é a de Eric Hicks e Thérèse Moreau (Paris, Le Livre de Poche, 2007) (ESTÊVÃO, 2015, p. 136).

E, em língua portuguesa, a busca por uma boa tradução possibilitou um grande número de edições.

Apresenta Paul Zumthor informações sobre a *Correspondência* e diz que “não resta dúvida de que o monastério do Paracleto, perto de Provins, no Champagne, foi o primeiro a possuí-la” (ZUMTHOR, 2000, p. 3). Esta é “a tradução mais difundida” (ESTÊVÃO, 2015, p.

135; grifo do autor). Muitas traduções da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa foram publicadas em diversas línguas.

Há outras traduções em língua portuguesa, uma delas é a do Professor Afonso da Costa Nunes, publicada em 1973, no segundo volume da Coleção Pensadores, da Editora Abril. Nesta tradução consta apenas a primeira, *História das Calamidades*, que “é muito boa, mas se restringe à *Carta* que Abelardo escreveu para a consolação de um amigo.” (ROCHA, 1997, p. 3).

As outras cartas escritas por Abelardo e Heloísa não foram traduzidas por Ruy Afonso nem tampouco a *História das Calamidades* foi publicada na íntegra (ROCHA, 1997, p. 3).

A tradução de Paul Zumthor, *Correspondência de Abelardo e Heloísa*, foi publicada em 1989 em francês; e, no ano seguinte, Lúcia Santana Martins publica, pela Martins Fontes, uma nova tradução em língua portuguesa dessa versão francesa. A tradução apresenta na íntegra a *História das Calamidades* e mais duas cartas escritas por Abelardo e duas cartas escritas por Heloísa. A tradução, “embora muito boa e correta, não se atém de perto ao texto original” (ROCHA, 1997, p. 3).

Vale ressaltar que “a versão brasileira do livro de Zumthor é tradução de uma tradução” (ROCHA, 1997, p. 4), o que difere da publicação de Zeferino Rocha. Este, segundo afirma, valeu-se de seus conhecimentos de língua latina para realizar “uma tradução, se não literal, ao menos muito próxima do texto original latino” (ROCHA, 1997, p. 5). E acrescenta ter utilizado a edição crítica de Migne como referência para a isto (ROCHA, 1997, p. 21).

Há uma tradução portuguesa intitulada *Historia Calamitatum — Cartas* de Abelardo e Heloísa, com Prefácio, tradução e notas de Abel Nascimento Pena. Esta publicação é de 2008 pela Fundação Calouste Gulbenkian, também diretamente traduzida do latim para o português, na qual o autor publica a *Historia Calamitatum*, duas cartas de Heloísa e uma outra carta, a quinta, de Abelardo para Heloísa, texto conhecido como *Prece de Abelardo* (ESTÊVÃO, 2015, p. 135).

Há outra tradução, também portuguesa, editada em 2003 sob o título: *As Cartas de Abelardo e Heloísa*, cuja autoria é de Laura Vasconcelos Guimarães, produzida por meio da “versão francesa medieval de Jean de Meun” (ESTÊVÃO, 2015, p. 135)

Além das diversas traduções, muitos estudos críticos sobre a *Correspondência* foram produzidos e publicados.

Uma edição crítica que ficou conhecida por ser a primeira a levantar dúvidas acerca da *Correspondência* foi a obra de Johan Gaspar Orelli publicada em Turim, em 1841, e a questão levantada foi que o conjunto de cartas teria sido organizado por um amigo admirador após a

morte de Abelardo. O tal admirador “foi levado pelo desejo de chamar a atenção para a atribulada ‘conversão’ de seus dois grandes amigos” (ROCHA, 1997, p. 26). E Étienne Gilson diz que

o problema da autenticidade da correspondência atribuída a Heloísa e Abelardo não é novo. A partir de 1841 Orelli atribuía a composição desta coleção, por muitas razões, a um amigo e admirador dos dois amantes, que escreveu essas cartas após a sua morte. Infelizmente, como Orelli não diz nada das muitas razões que o levaram a essa conclusão, não é possível discuti-las (GILSON, 1997, p. 169; traduzimos).

Já que a crítica acerca da autenticidade da *Correspondência* não surtiu efeito que fomentasse discussão, outros críticos, a saber, Ludovic Lalanne e Samuel Martin Deutsch, contestaram o valor histórico da *Correspondência*. Étienne Gilson explica que a contestação levou “Ludovic Lalanne a sustentar, em 1857, que a coleção de cartas atribuídas aos dois amantes apresentava traços evidentes de revisões posteriores” (GILSON, 1997, p. 169; traduzimos).

Para o estudo histórico, tal alegação não repercutiu, pois foi algo dito arbitrariamente, sem qualquer comprovação. Contudo, os resultados da pesquisa mostram que a compilação das cartas foi “coligida e sem dúvida corrigida por Heloísa após a morte de seu esposo” (ZUMTHOR, 2000, p. 4).

Os estudos mencionados, mesmo sem comprovações plausíveis, serviram como base de pesquisa para que outros críticos argumentassem em suas teses acerca da autenticidade dos Manuscritos.

B. Schmidler e Charlotte Charrier estavam apoiados na tradução francesa de Oddoul Gréard e teriam cometido uma falha de interpretação que comprometeria a compreensão e tradução das passagens das *Correspondências*. Por causa de “(...) uma compreensão inexata do verdadeiro sentido do termo *conversio* (ROCHA, 1997, p. 27), a falha de interpretação teria colaborado com a argumentação contra a autenticidade da *Correspondência*. Mas,

Étienne Gilson, com elegância de estilo e a competência de historiador medieval que lhe são características, fez, no interessante apêndice de seu magistral livro sobre Heloísa e Abelardo, um estudo crítico das razões que levaram Schmidler e Charrier a argumentar contra a autenticidade das cartas de Heloísa (ROCHA, 1997, p. 26).

A frase em latim: “*nostrae conversionis miserabilem historiam*”, que foi traduzida por Rocha como “mísera entrada para a vida religiosa” (ROCHA, 1997, p. 199), pode ser encontrada no segundo parágrafo da segunda carta que é a resposta de Heloísa à primeira carta de Abelardo.

O primeiro parágrafo da terceira carta, que é a resposta de Pedro Abelardo à carta de Heloísa, inicia com a seguinte frase em latim: “*Quod post nostram a saeculo ad Deum conversionem nondum*”, que foi traduzida por Rocha da seguinte forma: “Se, depois de nossa saída do mundo e entrada para a vida monástica” (ROCHA, 1997, p. 199).

Primeiramente, Étienne Gilson esclarece que o significado atribuído por Charrier não estava errado e que

(...) *conversatio* significava antes, na língua de Abelardo e Heloísa, o estado da vida monástica. Nem Gréard nem Srta. Charrier erraram, portanto, ao dar a *conversio* o sentido de "profissão religiosa", que é de fato; mas a Srta Charrier errou ao fundamentar sua crítica sobre o significado desta palavra sem primeiro assegurar-se de que estava no texto (GILSON, 1997, p. 178; traduzimos).

Segundo a narrativa de Abelardo na *Historia Calamitatum*, no momento em que ele tomou conhecimento de que Heloísa e suas monjas foram expulsas do monastério de Argenteuil, Abelardo saiu de Saint-Gildas e doou-lhes o Paracleto (ROCHA, 1997, p. 27). Segundo Étienne Gilson, “Abelardo voltou de Saint-Gildas Rhuys ao Paracleto para instalar Heloísa” (GILSON, 1997, p. 170; traduzimos).

De fato, se Heloísa estivesse afirmando que não lhe foi dada a oportunidade de ver Abelardo desde a sua entrada para a vida religiosa até o momento da escrita da resposta à *Epístola Prima*, as informações da segunda carta escrita por Heloísa, a *Consolatio*, estariam se contradizendo com o que antes lhe havia escrito Abelardo, em sua *Historia Calamitatum*.

Na verdade, na tradução francesa de Oddoul Gréard, a palavra “*post*”, cujo real significado é “depois”, foi traduzido por “*depuis*” (desde). Tal equívoco possibilitou a mudança de sentido da frase,

ponto não menos importante, que nem Oddoul nem Gréard nem Srta. Charrier hesitaram em colocar, nas traduções, dois verbos no passado do subjuntivo, os quais aparecem no presente do subjuntivo no texto latino (GILSON, 1997, p. 174; traduzimos).

Embora a questão de erro de tradução e comprometimento de interpretação tivessem sido resolvidas, esses não foram os únicos comentários que levaram Étienne Gilson a identificar os erros de compreensão que comprometeram o sentido do texto. Até mesmo o estilo das *Cartas* surgiu como motivo para alegarem que Heloísa não as teria escrito, e sim Abelardo. Gilson se posiciona:

Se, portanto, a inverossimilhança dessa carta existe apenas no espírito de seus críticos, é preciso repetir o julgamento pronunciado contra a correspondência de Heloísa e Abelardo; já que ela não é apócrifa do início ao fim, é do início ao fim que ela é autêntica: assim o exige sua perfeita unidade (GILSON, 2007, p. 190).

As querelas que envolvem o estilo das cartas escritas por Abelardo e Heloísa despertaram um olhar cuidadoso sobre os diferentes estilos que ambos utilizaram, Rocha considera:

As *Cartas* II e IV foram escritas por Heloísa e revelam um estilo inteiramente dominado por aquilo que se poderia chamar *a lógica do coração*. As *Cartas* III e V, escritas por Abelardo, são dominadas pela *lógica da razão*, na qual, como se sabe, ele era um perito exímio (ROCHA, 1997, p. 38; grifo nosso).

Portanto, até aqui, os argumentos críticos não foram convincentes o suficiente para anularem em definitivo a autenticidade das cartas, embora as críticas continuassem surgindo.

Nos anos 1950, a questão da autenticidade foi retomada e nos anos 1970 estudiosos apresentaram teses interessantes e devidamente fundamentadas sobre o problema da autenticidade. Joseph Muckle ¹ “acreditava que as duas primeiras cartas de Heloísa apresentam uma linguagem dificilmente concebível numa monja do século XII” (ROCHA, 1997, p. 34).

Peter von Moos, em 1974, se posiciona de forma “diferente de Muckle, Moos deseja que o problema sobre o papel da mulher no século XII seja discutido sem preceitos morais” (ROCHA, 1997, p. 34). Moos fez um “levantamento dessas interpretações divergentes, denunciando com o frescor de seus pressupostos” (ZUMTHOR, 2000, p. 2) que “a *Correspondência* não devia ser olhada como um documento histórico ou biográfico; mas como uma composição literária construída em forma de epístola” (ROCHA, 1997, p. 34).

Em outra anotação, Rocha comenta que Jonh Benton, em 1975, declarou que “toda a *Correspondência* era o trabalho de um falsário que quis defender uma nova Regra para o mosteiro do Paraclete, revestindo-a com a autoridade de Abelardo.” (ROCHA, 1997, p. 35). Benton enumerou também diversos tópicos em defesa de que o manuscrito original sofreu modificações, pois até o século XIII era desconhecido. Tal fato causava-lhe estranheza.

Em outra ocasião, Benton tentou desconstruir a ideia de autenticidade por meio de uma análise comparativa da linguagem presente nas cartas escritas por Abelardo em confronto com outros escritos do filósofo. Mais adiante, reformulou suas considerações.

J. Monfrin foi o crítico que fez o trabalho mais completo que defendia a “unidade e perfeita coerência da *Correspondência* com outras fontes relacionadas com o tempo de Abelardo e Heloísa” (ROCHA, 1997, p. 36).

¹ *L'Histore de mes malheurs*– Letter of Consolation to a friend (*Historia Calamitatum*), *Mediaeval Studies*, 12 (1950) (GILSON, 1997, p. 207).

A autenticidade ainda contou com o reforço das teses de Peter Dronke (1976) e Pietro Zerbi, (1977), que enfatizaram o valor humano na *Correspondência* (ROCHA, 1997, p. 36). Ambos os críticos não acreditavam que a sintonia perfeita com o espírito da época em que Abelardo e Heloísa viviam pudesse ser reproduzida por falsários.

A melhor análise de fontes medievais é do historiador Peter Dronke, aliás um forte defensor da autenticidade da *Correspondência*, em *Peter Abelard and Heloise in Medieval Testimonies* (republicado em *Intellectuals and poets in medieval Europe*. Roma, Storia e Letteratura, 1976, 1992) (ESTÊVÃO, 2015, p. 135).

Depois de tantas discussões, parece-nos que até hoje nenhum estudioso no assunto conseguiu defender a autenticidade da *Correspondência* com a propriedade de Étienne Gilson.

A correspondência de Heloísa e Abelardo esta aí, diante de nós, como um fato que podemos glosar ao infinito e cuja origem se presta às hipóteses mais diversas. Muitas foram feitas e certamente muitas outras serão feitas; porém, a mais convincente e a mais sábia de todas consiste em supor que Heloísa seja autora das cartas de Heloísa, Abelardo, o autor das cartas de Abelardo, e Heloísa, a provável editora do conjunto da coletânea (GILSON, 1997, p. 191; traduzimos).

Sobre a temática de Abelardo, os títulos de Georges Duby –“*São Bernardo e a arte cisterciense* (São Paulo, Martins Fontes, 1979, 1990), assim como *O tempo das Catedrais. A arte e a sociedade: 980-1420* (Lisboa, Estampa, 1976, 1993)” (ESTÊVÃO, 2015, p. 139) – tratam da história da sociedade daquele tempo. Georges Duby não discutiu profundamente a questão da autenticidade, mas “nunca se convenceu de que pudesse ser autêntica, como se pode ler em Heloísa, Isolda e outras Damas no século XII” (ESTÊVÃO, 2015, p. 137).

Estêvão indica que “Jacques Dalarun publicou um importante artigo “Nouveaux aperçus sur Abélard, Héloïse et Le Paraclet”, Francia, 2005, 32/1 p. 19 – 66), no qual, em particular, revê a datação do melhor manuscrito da *Correspondência* e apresenta uma sólida hipótese sobre a compilação, reforçando muito a tese da autenticidade” (ESTÊVÃO, 2015, p. 137).

Uma nova edição crítica acaba de ser publicada por David E. Luscombe, das cartas I – VIII, com uma revisão da tradução inglesa mais difundida, a de Betty Radice (Orford, Clarendon, 2013) (ESTÊVÃO, 2015, p. 136).

Com todas essas informações, não restam dúvidas de que os estudos investigativos ainda permanecem.

1.1.2 Historia Calamitatum: tradução, texto e contexto

Convém, além de apresentar a história de Abelardo e Heloísa e apresentar a tradução utilizada, pontuar simultaneamente como foi estruturada a tradução das missivas e, dessa forma, apresentar a história da *Correspondência*, bem como esclarecer acerca da história de vida dos envolvidos.

A fonte utilizada neste trabalho foi, como já dito, a edição de Zeferino Rocha (1997). Desta serão destacados alguns aspectos em comparação com a edição em latim editada por Jacques Paul Migne, *Petri Abaelardi*, em 1855.

Ao comparar a tradução de Zeferino Rocha (1997) com a edição, em latim, disponível na Biblioteca Nacional da França, pode-se notar que os capítulos apresentados por Rocha seguem rigorosamente as partições representadas por títulos e numerais romanos, conforme a edição de Migne (1855).

Sobre a estrutura da tradução, observamos que Rocha apresenta o texto em latim e ao lado a tradução em português, os títulos mostrados em latim são os mesmos e as numerações também seguem a mesma ordem, tal qual a edição de Migne. Entretanto, há omissão de um trecho do título no capítulo X. A edição em latim ² traz o título: “*De combustione ipsus libri. De persecutione abbadis sui et fratrum in eum*” (MIGNE, 1855, p. 150); e na tradução de Rocha o mesmo capítulo ³ está com o seguinte título: “*De combustione ipsus libri*” (ROCHA, 1997, p. 118).

É importante notar que Rocha (1997, p. 48) omite o “*argumentum*”, que vem antes do exórdio, no qual há uma introdução do assunto ⁴. Pedro Abelardo escreveu uma carta, enquanto estava no mosteiro de Sant-Gildas, na Grã-Bretanha menor, com o intuito de consolar um amigo. A carta relata passagens de sua vida, desde a sua infância até o tempo presente da época da escrita, descrevendo as invejas dos seus rivais, o medo e os perigos que o ameaçavam (MIGNE, 1855, p. 113). Consulte-se a página 113 da edição de Migne ⁵ e a página 48 da edição de Rocha ⁶, nas quais as referidas diferenças poderão ser observadas.

² ANEXO A – Título do capítulo X, da obra *Petri Abaelardi*.

³ ANEXO B – Título do capítulo X, da obra *Abelardo e Heloísa*.

⁴ Heloísa comenta no parágrafo Segundo da *Consolatio*: “De fato, cumpriste, naquela carta, o que no seu **início**, prometeste ao amigo (...)” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 173; grifo nosso). Em latim: “*Complesti revera in epistola illa quod in **exordio** ejus amico promisisti (...)*” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 172; grifo nosso).

⁵ ANEXO C – Início da *Historia Calamitatum*, em *Petri Abaelardi*.

⁶ ANEXO D – Início da *Historia Calamitatum*, em *Abelardo e Heloísa*.

Outro destaque é a numeração dos parágrafos das cartas na tradução de Zeferino Rocha. Na obra editada por Migne, não há indicação de parágrafos, nem numerações, diferenças, que também podem ser notadas no Anexo C e no Anexo D.

Mais uma diferença pode ser vista nas anotações de rodapé feitas por Rocha. Diversas vezes, na edição de Migne há referências a outros textos, como, por exemplo, versículos bíblicos, que são indicados no meio do texto em latim, mas Rocha desloca-as para o rodapé. Quanto aos deslocamentos, talvez seja um recurso utilizado pelo tradutor com o intuito de organizar melhor a obra e disponibilizar o máximo de informações.

Aristóteles já havia tratado da elegância do discurso, no livro III, em sua obra *A Retórica*: “A maioria das expressões elegantes deriva da metáfora e radica no engano prévio do ouvinte” (ARISTÓTELES, 2005, p. 269). No estilo de carta elegante, que pode ser lido na obra *De elocutione*, de Demétrio ⁷, há ensinamentos sobre a função de referenciar outros textos dentro do texto. Estas referências trazem graça e elegância aos escritos:

A elegância de expressão inclui graça e genialidade (...) Charme também pode surgir a partir de uma referência aos versos de outro escritor (...) Graça de estilo vem, em segundo lugar, da organização. O próprio pensamento que, se colocado no início ou no meio de uma frase, não teria nenhum encanto, é muitas vezes cheio de graça quando ele vem no final (...) Algumas brincadeiras - aquelas dos poetas - são mais nobres e mais dignas, enquanto outras são mais comuns e jocosas, assemelhando-se a brincadeiras, como é o caso com as de Aristóteles e Sophron e Lysias. Tais são as graças que tocam o estilo, e tais as fontes a partir das quais são derivadas. Entre as graças que se relacionam com objeto temos de contar aquelas que brotam do uso de provérbios (DEMÉTRIO, Cap. III 128, 139, 150, 156; traduzimos).

Na destacada edição de Migne (1855), ao longo de toda a *Epístola Prima* as notas de rodapé estão em latim atribuídas a um especialista de nome *Andreae Quarcetani*, ou André Duchesne, conforme fragmento da edição: “*Carta* a um amigo, ou história de suas calamidades, com notas ilustrativas de Andreas Duchesne” (MIGNE, 1855, p. 64; traduzimos).

Zeferino Rocha (1997), na tradução das Epístolas, certamente considera muitas destas informações para as notas de fim de sua tradução. A compilação de Migne, *Petri Abaelardi*, está disponível em um dos exemplares da Biblioteca Nacional de Paris ⁸. A obra inteira pode ser consultada via internet e possibilita o acesso a todas as cartas que compõem a

⁷ RHYS, Robert William. Demetrius On style: the Greek text of Demetrius *De Elocutione*. Peithô's Web. Cambridge, at the University Press: 1902, pp. 67-207. Disponível em: <<http://www.classicpersuasion.org/pw/demetrius/index.htm>> Acesso em: 26 fev. 2016.

⁸ Título da edição na Biblioteca – *Petri Abaelardi. Opera omnia, juxta editionem parisiensem anni 1616. Accedunt Hilarii et Berengarii, Abaelardi discipulorum, opuscula et epistolae. Accurante J.- P. Migne, 1855.*

Correspondência de Abelardo e Heloísa. Além das nove cartas trocadas pelo casal, mais outras vinte e uma cartas, sermões, poesias etc., de naturezas diversas, podem ser consultadas.

A edição de Migne, além de servir como fonte para novas traduções, apresenta textos e edições críticas importantes para aprofundar estudos específicos que colaboram com o entendimento dos contextos de vida da sociedade medieval.

Mas ainda há um detalhe. Vale também observar um manuscrito datado do século XIV para se fazer algumas considerações⁹. Este manuscrito é o exemplar de número 13.057, mencionado por Étienne Gilson (1997, p. 8). Tanto o início da *Historia Calamitatum* quanto o início da *Consolatio* podem ser consultados no Anexo E, ao fim deste trabalho.

O leitor poderá observar que não há a parte “*argumentum*” nos manuscritos. As *Cartas* iniciam com os respectivos exórdios; portanto a edição de Migne, inseriu esta parte e Zeferino Rocha não a colocou.

Ao pesquisar o manuscrito 13.057, pode-se verificar que todas as páginas da *Historia Calamitatum* estão repletas de anotações nas laterais. Nota-se que no canto inferior esquerdo do manuscrito da *Epístola Prima* é possível ler o nome do pai de Abelardo. Assim sendo, parece útil utilizar esta tradução para esclarecer, com abordagens de trechos, o contexto da história de amor vivida por Abelardo e Heloísa, tarefa que será realizada deste ponto em diante.

A *Historia Calamitatum*, por ser muito extensa, será apresentada com resumos dos parágrafos sustentados por meio de citações – para confrontar os trechos da tradução com os estudos dos medievalistas e historiadores – com a apresentação de alguns trechos traduzidos.

No início deste trabalho, na primeira seção secundária, *Correspondência*, de Abelardo e Heloísa, algumas informações sobre a história de Abelardo e Heloísa foram oferecidas, que poderão ser confrontadas com os trechos da *Historia Calamitatum*.

Nas primeiras linhas da *Primeira Carta* ou a *História das Calamidades*, Abelardo esclarece que o texto trata de uma carta escrita a uma pessoa ausente com o intuito de consolá-la, pois julga que as provações do ausente são pequenas ou nulas diante das próprias experiências, conforme tradução de Rocha:

Os exemplos, mais do que as palavras, muitas vezes exaltam ou serenam os sentimentos. Por isso, depois de algum conforto obtido pela conversação em tua presença, resolvi escrever ao ausente¹⁰ esta carta de consolação sobre as próprias experiências das minhas calamidades, a fim de que reconheças que tuas provações, comparadas com as minhas, são pequenas ou nulas, e mais pacientemente as suportes (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 49; grifo nosso).

⁹ ANEXO E – Manuscrito *Historia Calamitatum* e *Consolatio*.

¹⁰ Cícero, em *Epistulae ad Familiares*, escreve diversas cartas aos amigos ausentes.

Imediatamente após Abelardo esclarecer acerca do assunto da carta, a tradução traz o título *Lugar do nascimento e família* marcado como o primeiro capítulo, que se inicia no parágrafo segundo e se finaliza no parágrafo quinto. Pedro Abelardo inicia a sua escrita com breves comentários acerca de seu local de nascimento.

Eu nasci numa pequena cidade fortificada, que tem o nome especial de *Palatitum*, construída na entrada da Bretanha Menor, e afastada, creio eu, umas oito milhas ao Leste da cidade de Nantes (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 49).

Podemos calcular a data aproximada do nascimento de Abelardo quando lemos sobre o estado de saúde dele, que acabou levando-o à morte. Ele estava se recuperando de uma doença, teve uma súbita melhora, mas a doença foi mais forte. Abelardo falece “em 21 de abril do ano 1142, aos 63 anos de idade” (MIGNE, 1855, p. 20; traduzimos). Portanto, se ele morreu em 1142, com a idade de 63 anos, seu nascimento foi em 1079.

Sobre a sua família Abelardo diz que “tinha um pai que era pouco versado nas Letras antes de ser investido com a insígnia de cavaleiro ¹¹” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 49). Abelardo era filho de Benegário e Lúcia (MIGNE, 1855, p. 10; traduzimos); e, segundo informações de Zeferino Rocha, teve três irmãos e uma irmã:

Dagoberto, que provavelmente assumiu os direitos de primogenitura e a quem Abelardo dedicou *A Dialectica*, Porcário, que se tornou cônego da Catedral de Nantes, e um terceiro chamado Radulfo, do qual, porém nada se sabe além do nome. Conhecemos também o nome da irmã Denise, a quem Abelardo e Heloísa confiaram a educação de Astrolábio (ROCHA, 1997, p. 298).

Abelardo abre mão dos privilégios que lhe concedia o caráter de primogênito e passa a percorrer as cidades em busca do conhecimento (ROCHA, 1997, p. 51). Chega a Paris e dá início aos seus estudos de filosofia com o mestre Guilherme de Champeaux (ROCHA, 1996, p. 405).

Abelardo menciona a sua chegada:

Finalmente, cheguei a Paris, onde a disciplina dialética¹² já tinha adquirido um grande prestígio, e fui estudar com Guilherme de Champeaux, meu professor, o qual, então, não só pela fama mas de fato era o mais conceituado naquele magistério (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 51).

¹¹ "Son pere, qui avait pris quelque teinture des lettres avant d'embrasser la profession des armes" (MIGNE, 1855, p. 10).

¹² "Dialética, a arte de falar com sentido mediante argumentos, diferenciando-se da Retórica por limitar-se ao estritamente necessário, enquanto que esta compõe uma profusão de ditos e provas adequadas a um auditório ou pessoas específicas" (FREITAS, 2015, p. 32).

Em pouco tempo, após atingir um nível elevado de conhecimento, Abelardo começou a defender suas próprias opiniões e isso causou um desentendimento entre ele e seu mestre. “Abelardo o provoca, deixa-o acuado com seus apartes, faz com que o auditório fique do seu lado. Guillaume força, então, o seu afastamento” (LE GOFF, 2003, p. 61).

As desavenças fizeram com que Abelardo se separasse de Guilherme de Champeaux. Então, ele foi para Melun, com a intenção de abrir uma escola de filosofia (MIGNE, 1855, p. 10; traduzimos).

Inicia-se, a partir daí, outro capítulo da carta, sob o título, *A perseguição do Mestre Guilherme – Abelardo dirige uma escola em Melun – Abelardo em Corbeil – Abelardo em Paris – Volta a Melun – Na montanha de Santa Genoveva em Paris – Abelardo volta à Bretanha*. Toda a trajetória de estudos e realizações em Melun, Corbeil, Paris e Bretanha é narrada por Abelardo, do parágrafo sexto ao vigésimo quinto. “Ele se tornou um mestre. As pessoas o seguem para ouvi-lo em Melun, depois em Corbeil, onde ele mantém escola” (LE GOFF, 2003, p. 60). Abelardo informa na *Carta*:

Voltei então a Melun e ali estabeleci minha Escola, como fizera antes. E quanto mais abertamente a inveja de meu mestre me perseguia, tanto mais autoridade me conferia (...) (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 59).

Em Loches, ele inicia os estudos na arte dialética orientado pelo mestre Roscelino¹³ (ROCHA, 1996, p. 192). Tal informação, embora não esteja presente na *Epístola Prima*, está na edição de Migne (1855), na qual pode-se ler que Abelardo foi aquele a “(...) quem Roscelino entregou a informação, educação e religião (...)” (MIGNE, 1855, p. 73; traduzimos). Em nota Zeferino Rocha acrescenta: “em Loches, ele foi discípulo de Roscelino aquele que, nas discussões sobre os Universais, introduziu a doutrina nominalista¹⁴” (ROCHA, 1997, p. 300 apud MIGNE, 1855, p. 113; grifo nosso).

Seja como for, é certo que Roscelino foi um dos primeiros filósofos medievais a adotar uma posição que se pode chamar de “nominalista”, isto é, entendia que os nomes *universais* (ou seja o gênero e a espécie, como, por exemplo, o gênero “animal”, a espécie “homem”) são *palavras* ou *nomes* com as quais nos referimos ao que há de *semelhante* em coisas diferentes. Ora, os “realistas, dos quais o mais importante na época era Guilherme de Champeaux, ensinavam, ao contrário, que o universal é ele próprio algo de real: a *essência* das múltiplas coisas singulares (ESTÊVÃO, 2015, p. 9; grifos do autor).

¹³ “Roselin é um contemporâneo de Anselmo e mais jovem do que ele, mas a sua relação com os alunos (ensinou em Compiègne, Tours e Loches) devia ser bastante diferente, a julgar pelo pouco que se sabe dele” (LE GOFF, 1989, p. 128).

¹⁴ “*Denique quod Aventinus de Ruscelino, sive Ruscelino scribit, eum auctorem fuisse Nominalium, "qui avari rerum, prodigi nominum nominum atque notionum, verborum vide bantur esse assertores" ab hac etiam altera, quam Abaelardus adversario suo obrudit (...)*” (MIGNE, 1855, p. 141).

Abelardo fez amigos e o seu principal protetor político foi Étienne de Garlande. Este homem prestava serviços ao Rei Luís VI. Não se pode esquecer que havia naquela época muitas lutas travadas entre os reis e os senhores feudais. Daí a importância de se ter um senhor poderoso.

Mais tarde Abelardo provavelmente entendeu que Luís VI respondeu aos pedidos dos habitantes das cidades, como Compiègne e Laon, que solicitaram a redução de impostos arbitrários. Ele sabia que os cobradores, como Étienne Garland, que foi uns tempos seu aliado, estavam em processo de expansão de certas operações financeiras a serviço do rei (BISSON, 2015, s/p. ; traduzimos)¹⁵.

Étienne de Garlande também era

arqui-diácono de Paris e deão da igreja de Sainte-Geneviève. Liderando o clã familiar dos Garlande, chegou a acumular a chancelaria do reino e o posto militar de senescal, exercendo grande influência durante quase todo o reinado de Luís VI, o Gordo. Hostilizado pelos que, como Bernardo, se opunham à ingerência dos senhores seculares nos negócios da Igreja, foi o principal protetor de Abelardo (ESTÊVÃO, 2015, p. 150)

Abelardo, em 1102, abre a sua primeira Escola em Melun, episódio relatado por ele no trecho:

Finalmente aconteceu que, imaginando o meu talento acima das forças de minha idade, eu, ainda jovem, desejei ser diretor de uma Escola e providenciei o lugar onde realizaria este projeto, a saber, a cidade fortificada de Melun que, naquele tempo, era famosa e era sede do rei (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 53).

Abelardo começa a ficar famoso e pouco tempo depois transfere a sua Escola para Corbeil:

No dealbar desta época, na primeira metade do século XII, há uma figura que possui todos os requisitos do intelectual “forte”¹⁶: Abelardo. Uma declaração sua contida na sua autobiografia, a *Historia Calamitatum mearum* (e notemos, de passagem, que até o fato de ter escrito uma autobiografia é um fenômeno, se não único, pelo menos raro) é sintomática. Essa declaração é a seguinte: **foi a extrema pobreza em que vivia que me levou a abrir uma escola (...) e assim, recorrendo à única arte que conhecia, em vez de trabalhar com as mãos, pus a render o trabalho da “palavra”**. Abelardo alude ao seu trabalho na escola do Paraclete, fundada nos arredores de Troyes, onde ensinou as duas disciplinas que lhe eram mais caras: a lógica e a teologia (LE GOFF, 1989, p. 129; grifos do autor).

¹⁵ *L'expérience du pouvoir chez Pierre*. Disponível em: <http://books.openedition.org/pur/18381>. Acesso em: 28 fev. 2016.

¹⁶ “O intelectual forte será aquele que não desempenha apenas uma atividade intelectual, mas que também está empenhado em transmitir essa sua capacidade de investigação, dotada de instrumentos próprios, de um percurso de desenvolvimento próprio e de objetivos bem definidos; é natural que seja, acima de tudo, um docente, um *magister*” (LE GOFF, 1989, p. 126; grifo do autor).

O mestre, Guilherme de Champeaux deixa o cargo da Catedral de Notre Dame e vai para uma ermida junto à Abadia de São Vitor. Abelardo volta a Paris e instala sua Escola na Montanha de Santa Genoveva, mas deseja voltar a estudar com Guilherme de Champeaux na Abadia de São Victor (MIGNE, 1855, p. 12). Em uma disputa sobre *A Querela dos Universais*, Abelardo vence Guilherme de Champeaux –“volta como triunfador e se estabelece nos próprios lugares para os quais seu velho adversário se tinha retirado: a Montanha de Sainte-Geneviève” (LE GOFF, 2003, p. 60) – e se torna professor da Escola de Paris, fato que pode ser observado com clareza no seguinte trecho da carta:

(...) o próprio sucessor de meu mestre na Escola da Catedral de Paris, ofereceu-me seu lugar para, juntamente com os outros, confiar-se ao meu magistério, naquele mesmo local, onde primeiramente, tanto sucesso tivera aquele que foi o seu e o meu mestre (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 57).

Muitos relatos de Abelardo na *Historia Calamitatum* mostram a veracidade dos fatos. Isto confirma que a *Carta* escrita por Abelardo permite traçar um perfil das características do homem medieval. “Um desses acontecimentos é a “famosa ‘questão dos universais’ contra o velho mestre Guillaume de Champeaux” (LE GOFF, 1989, p. 129; grifo do autor).

Abelardo, sempre em busca de disputas, “sente o fato de não ter mais adversários à sua altura. Sendo um lógico, irrita-se quanto ao mais, por ver situados os teólogos acima de todos, Faz então um juramento: também será teólogo” (LE GOFF, 2003, p. 60).

Assim, o mestre vai para Laon para estudar teologia com Anselmo de Laon, que “ (...) no magistério das ciências divinas, (...) por ser muito antigo, gozava então, da máxima autoridade” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 61).

Outro capítulo inicia, com o título *Abelardo procura o Mestre Anselmo em Laon*. Este se estende do vigésimo sexto parágrafo ao trigésimo primeiro.

Em diversos trechos da *Epístola Prima* é possível observar o comportamento de Abelardo e chegar à seguinte conclusão: que ele manifestava sentimentos que revelavam sua conduta ambiciosa em defesa de seu pensamento (ROCHA, 1997, p. 10). Abelardo revela-se crítico “ao método de estudo da teologia praticado pelo mestre Anselmo na Escola de Laon” (ROCHA, 1996, p. 119) e suas críticas parecem voltar-se para a intenção de fazer sucumbir o próprio mestre e ocupar o seu lugar. Abelardo refere-se ao mestre Anselmo como uma pessoa

(...) admirável aos olhos dos que o ouviam, mas nulo na presença dos que o questionavam. Tinha um domínio admirável das palavras, mas era desprezível na interpretação do sentido e racionalmente vazio (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 63).

Abelardo acreditava que os ensinamentos bíblicos podiam ser questionados. “Foi então que ele começou a se destacar pela singularidade de suas opiniões” (MIGNE, 1855, p. 14; traduzimos). Seus mestres tentavam a todo custo promover um discurso teológico, que era insistentemente combatido por Abelardo, o qual

criticava a maneira tradicional de estudar a teologia, porque nela não havia lugar para o questionamento do texto sagrado. Assim, nas confrontações das sentenças, embora o trabalho fosse feito coletivamente entre mestres e alunos, as conclusões do mestre prevaleciam e não podiam ser questionadas (ROCHA, 1996, p. 123).

Abelardo, “segundo a palavra de Paul Vignaux, *o cavaleiro da dialética*” (LE GOFF, 2003, p. 49; grifo do autor), tinha a necessidade de “colocar a dialética a serviço da fé” (ROCHA, 1996, p. 158), e isto fez mudar sua conduta nas aulas, pois não concordava com o discurso inquestionável de Anselmo. Na carta, Abelardo comenta:

E, uma vez que aos poucos compareciam cada vez menos às suas aulas, alguns dentre os seus discípulos, que eram, então, os mais eminentes, não gostaram desta minha atitude, como se eu estivesse desprezando tão grande mestre. Por isso, instigando-o secretamente contra mim, fizeram-me, com insensatas calúnias, seu rival (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 63).

Inicia o capítulo com o título *Anselmo de Laon persegue Abelardo*. Os parágrafos compreendidos entre o trigésimo segundo e trigésimo quinto relatam acerca do desinteresse de Abelardo pelas aulas do mestre Anselmo, que culminam em intrigas. Então, Abelardo, segundo ele próprio, passa a ser perseguido por seu mestre.

Certa vez, Abelardo é questionado por um dos estudantes sobre o ensinamento dos Livros Sagrados e foi desafiado a interpretar uma passagem de Ezequiel, um dos textos mais difíceis da Santa Escritura (MIGNE, 1855, p. 14). Conforme destaca Rocha, “os colegas, então, o provocaram a fazer sozinho o comentário de uma difícil e obscura passagem do profeta Ezequiel”¹⁷. Ele aceitou, e no dia seguinte proferiu seu discurso para poucas pessoas. “Improvisa, então, um comentário sobre as profecias de Ezequiel que entusiasma os seus ouvintes” (LE GOFF, 2003, p. 61); e, desde então, Abelardo começou a fazer comentários das Escrituras Sagradas segundo o seu método, a ouvintes que demonstravam interesse ao fazerem anotações. “Disputam-se as notas tomadas nessa conferência para copiá-las” (LE GOFF, 2003, p. 61). Segundo Abelardo, ele era invejado e, por conta das intrigas, passou a ser perseguido.

¹⁷ “O resultado deste trabalho foi o livro ‘Exposição sobre as profecias de Ezequiel’, o primeiro dos escritos teológicos de Abelardo, que, infelizmente, se perdeu” (ROCHA, 1996, p. 211).

Abelardo cita o nome de dois alunos que frequentavam a escola de Anselmo, “Alberico de Reims e Lotulfo de Lombardia, os quais, quanto mais presumiam grandes coisas sobre si mesmos” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 67), mais aumentavam as intrigas. Com isso, Anselmo perturbado

principalmente pelas intrigas destes alunos, como **foi constatado depois**¹⁸, aquele ancião proibiu-me de exercer o trabalho de comentador que eu havia começado no lugar onde ele exercia o seu magistério, alegando, como pretexto, que se, por ventura, eu – que ainda era pouco instruído naquela forma de magistério – cometesse um erro a culpa lhe seria atribuída”¹⁹ (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 67; grifo nosso).

Voltando a Paris Abelardo termina os comentários em Laon, que segue do parágrafo trinta e seis ao de número quarenta e dois, neste capítulo é narrado o retorno de Abelardo a Paris e o término de seus estudos sobre a passagem de Ezequiel. As primeiras discussões, iniciadas em Laon, deram a Abelardo prestígio na França e em outros países (MIGNE, 1855, p. 14). Abelardo conquistara os seus sonhos. Além de dirigir a Escola de Paris, lecionava filosofia e teologia segundo o seu método:

Assim, pelo ensinamento das duas disciplinas, o meu magistério obteve um grande êxito. E quanto lucro financeiro e quanto prestígio minhas aulas me proporcionaram, tu também, por causa de minha fama, não podes ignorar (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 69).

Alguns fatos podem se somar às questões que defendem a teoria de que a *Historia Calamitatum* ou *Epístola Prima* foi escrita para um amigo. Isto pode ser comprovado na citação supracitada a menção do pronome “tu”, que alguns sugerem ser Pedro, o Venerável²⁰. Abelardo passa a contar a sua trajetória de vida para que o amigo conheça “a dupla história desses acontecimentos de um modo mais verdadeiro, e na ordem que realmente aconteceram, e não através de boatos” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 71). Ele inicia a narrativa dos acontecimentos que envolvem Heloísa. Notemos quando ele trata “daquele livro”.

Portanto, quando eu me entregava inteiramente ao orgulho e à luxúria, a graça divina proporcionou-me, embora contra a minha vontade, o remédio para estas duas doenças. Para a luxúria, privando-me daquelas coisas com as quais eu a exercia, e para o orgulho – que para mim se originava principalmente das ciências literárias, conforme aquilo que diz o Apóstolo; “A ciência incha”²¹ – humilhando-me com a

¹⁸ Antecipação dos fatos sobre o *Concilio de Soissons*, que será mencionado mais adiante.

¹⁹ Por conta disso, Abelardo não pode mais dar aulas em Laon e foi tentar a sorte em Paris (MIGNE, 1855, p.12).

²⁰ A autora do livro editado em Lisboa, *As Cartas de Abelardo e Heloísa*, Laura Vasconcelos Guimarães, considera que a *Historia Calamitatum* teria sido escrita a Pedro, o Venerável.

²¹ “No que se refere às carnes sacrificadas aos ídolos, bem sabemos que todos temos ciência. A ciência incha, mas o amor edifica” (I Cor. 8. 1).

incineração daquele livro ²², do qual muitíssimo me gloriava (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 71).

Neste trecho, Abelardo utiliza, novamente, recursos para antecipar fatos.

As coisas com as quais ele exercia a luxúria provavelmente eram a parte que lhe fora amputada, mas que ainda será mencionada por ele mais adiante na *Epístola Prima*.

Sobre o orgulho, possivelmente, Abelardo se referia à dor da humilhação em outro momento difícil, a humilhação sofrida no *Concílio de Soissons*.

Na ocasião, 1221, foi organizado um Conselho, no qual os dois antigos frequentadores – Alberico de Reims e Lotulfo de Lombardia – das aulas de Anselmo participavam na condição de professores. Abelardo foi acusado de herege sob ameaça de ser apedrejado caso entrasse na cidade (MIGNE, 1855, p. 14). Na última sessão do Conselho, os padres foram convocados e Abelardo foi obrigado a atirar o seu livro ao fogo (MIGNE, 1855, p. 14). Este assunto é retomado por ele no capítulo IX da *Carta*, no qual ele escreve:

Eles, porém, tendo revolvido e várias vezes examinado o livro, e não encontrando o que ousar apresentar contra mim na Assembléia conciliar, protelaram a sua condenação que tanto desejavam, para o fim do Concílio (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 109).

Deste ponto em diante, o capítulo *Apaixonado por Heloísa, Abelardo foi ferido no corpo e na alma* passa a descrever o declínio da vida de Abelardo, um homem orgulhoso de si, de seus feitos e de suas conquistas. “Conhecemos esse episódio em detalhes graças a essa extraordinária autobiografia que é a *Historia Calamitatum*” (LEGOFF, 2003, p. 62). O capítulo se inicia no quadragésimo terceiro parágrafo e termina somente no sexagésimo primeiro. Neste, Abelardo conta, com riqueza de detalhes, o seu envolvimento com Heloísa.

Na obra de Zeferino Rocha, o autor diz que a documentação existente para reconstruir a vida de Heloísa é pouca e Abelardo não deu informações nem da família, nem da infância de Heloísa. E a respeito de sua imagem, Abelardo apenas diz que Heloísa “de rosto, ela não era das mais belas, mas era a suprema pela abundância dos conhecimentos literários” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 73).

Heloísa é uma conquista a acrescentar às conquistas da inteligência. E é principalmente um caso de paixão tanto quanto de sensualidade. Abelardo toma conhecimento da existência da sobrinha de um confrade, o cônego Fulbert: a moça tem 17 anos, é bonita, e tão culta que sua sabedoria já é célebre em toda a França. É a mulher perfeita para ele (LE GOFF, 2003, p. 62).

²² O livro ao qual Abelardo se refere é o mesmo mencionado por ele anteriormente. Era o que ele utilizava nas aulas que ele ministrava na escola de Paris.

Abelardo inicia o primeiro parágrafo deste capítulo dizendo: “havia, na cidade de Paris, uma jovem com o nome de Heloísa, sobrinha de certo cônego, que se chamava Fulberto” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 71).

Abelardo comunicava-se com Heloísa por meio de cartas, por ser a moça instruída e amar a ciência literária, como podemos observar no trecho:

Ausentes, seria possível por intermédio de cartas, apresentarmo-nos um ao outro e, com mais audácia escrever muitas coisas ao invés de dizê-las e, desse modo, estarmos sempre presentes por meio de agradáveis colóquios (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 73).

Ao longo da carta, Abelardo relata que estava completamente inflamado pelo amor de Heloísa e criou uma oportunidade de aproximação e convívio diário com a moça. “Finalmente, elabora um plano que vinga para além de toda esperança” (LE GOFF, 2003, p. 63), o qual consistia em ser recebido na casa do tio de Heloísa como hóspede. “O cônego confia-lhe a jovem Heloísa como aluna, não escondendo da sobrinha seu orgulho por ter lhe dado tal mestre” (LE GOFF, 2003, p. 63). Dizia estar disposto a pagar qualquer preço pelo aluguel, isto porque ficava perto da Escola onde lecionava e o lugar onde morava não oferecia condições de tranquilidade para que ele pudesse se dedicar aos estudos, além das grandes despesas que tinha para manter a casa. Foram estes os pretextos que Abelardo utilizou para ir morar na mesma residência que a moça (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 73).

Aos 17 anos, a moça se tornou discípula de Abelardo depois de acertado o acordo no qual o tio de Heloísa concede a Abelardo o direito de tutor e pede que as aulas ocorram

(...) todas as vezes que voltasse da Escola e dispusesse de algum tempo, tanto de dia quanto de noite, eu me dedicasse a ensiná-la e a castigasse com severidade se a sentisse negligente (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 75).

E assim, o tio ofereceu “(...) uma tenra ovelha a um lobo faminto (...)” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 75), pois, ao aceitar o acordo, realizou os desejos de Abelardo. Segundo este,

(...) que outra coisa fazia senão realizar plenamente os meus desejos e oferecer-me uma ocasião – mesmo que eu não quisesse – para com ameaças e punições mais facilmente subjugar quem não pudesse conquistar com carícias? (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 75).

Não havia motivos para que o tio suspeitasse de nada. Primeiramente, o tio sabia que a sobrinha tinha-lhe grande afeição, em segundo lugar, confiava na fama de continência de

Abelardo. As aulas noturnas na casa do tio facilitaram o romance entre os dois, que Abelardo descreve assim:

Primeiramente nos unimos em uma só casa, depois em um só coração. Assim, sob o pretexto do estudo, entregávamos inteiramente ao amor, e o estudo da lição oferecia as secretas intimidades que o amor desejava (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 75).

Na hora das aulas, “os beijos eram muito mais numerosos do que as sentenças. As mãos dirigiam-se mais frequentemente aos seios do que aos livros” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 77).

A entrega de ambos a esse amor foi total. “Entre o mestre e a aluna é o amor à primeira vista: comércio intelectual, sem demora comércio carnal” (LE GOFF, 2003, p. 63).

Abelardo declara, na carta, que não deixaram de viver nada que um casal de apaixonados podia viver, que tudo o que se opunha aos hábitos, costumes e regras tradicionais àquela época era praticado no convívio do casal. A pouca experiência não era impedimento, quanto mais insistiam naqueles prazeres, menos lhes pareciam repugnantes e “(...) o que o amor pôde imaginar de insólito, foi acrescentado” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 77).

Quanto mais se dedicava aos prazeres com Heloísa, menos tempo havia para dedicar-se à filosofia. “Abelardo deixa de ensinar, abandona seus trabalhos, está com o diabo no corpo” (LE GOFF, 2003, p. 63). Suas idas à Escola não eram prazerosas, o próprio dizia que era “um expositor muito negligente e indolente, por quanto nada fazia com criatividade, mas tudo executava de modo rotineiro, sendo apenas um repetidor das minhas antigas descobertas” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 77).

Com o passar do tempo, as pessoas começaram a desconfiar do caso amoroso, mas o tio da moça não dava importância, tamanha a confiança, que tinha em Abelardo. Este, traidor da confiança de Fulberto, escreve: “Não suspeitamos facilmente de desonra aqueles que muito amamos” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 79); e acrescenta com palavras da epístola 147 de São Jerônimo: “*Costumamos ser os últimos a conhecer os males de nossa casa e a ignorar os vícios de nossos filhos e esposas, quando os vizinhos já os proclamam*”(ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997,p. 79).

Mas, após vários meses, Fulberto descobriu tudo: “os amantes são surpreendidos. Abelardo tem de deixar a casa do anfitrião enganado. Eles se encontram em outros lugares. De secretas, suas relações se tornam públicas” (LE GOFF, 2003, p. 63). E a gravidez acontece:

Não muito tempo depois, a jovem descobriu que tinha engravidado, e com imensa alegria imediatamente me escreveu, perguntando o que eu próprio pensava que se devia fazer a esse respeito (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 81).

Abelardo, certa noite, “aproveita-se de uma ausência de Fulbert e leva Heloísa em fuga para a casa da irmã dele, na Bretanha” (LE GOFF, 2003, p. 63). Nasce Astrolábio.

Quando o tio retornou, quase foi à loucura, pelo “quanto foi atormentado pela dor e afligido pela vergonha” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 81). Para tentar reparar o erro, “Abelardo, arrasado, vai a Fulberto oferecer-se para reparar sua atitude casando-se com Heloísa (LE GOFF, 2003, p. 63), e tenta acalmá-lo

(...) assegurando-lhe que o que aconteceu não haveria de parecer extraordinário a quem tivesse feito a experiência da força do amor, e não tivesse esquecido em quantas desgraças, imediatamente desde o próprio início do gênero humano, as mulheres atiraram os maiores homens (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 81).

Nesse trecho é possível observar uma declaração de Abelardo que trata da condição feminina no século XII, pautada na misoginia, pois

(...) um véu é estendido diante da verdade das atitudes. Serve de cortina (...), nesse estágio da sociedade, no decorrer do século XII, se estabelece (...) de que a mulher é um ser fraco que deve necessariamente ser subjugado porque é naturalmente perversa (...) (DUBY, 1989, p. 30).

Certamente, com base nisso, um capítulo inteiro poderia ser adicionado a este trabalho. A postura de Heloísa não era compatível com tal contexto, mas, infelizmente, a ocasião só permite este breve comentário.

Voltando à questão do casamento, Abelardo sugere “que o casamento se fizesse secretamente” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 83). “Ela, no entanto, não aprovou este plano” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 83). Então, Heloísa escreve uma carta.

Após esse longo capítulo, inicia-se outro, *Heloísa procura dissuadir Abelardo do casamento – Ele a desposa*. Nesta parte da carta, Abelardo descreve a longa tentativa de Heloísa em convencê-lo a desistir do casamento; este relato seguirá até o parágrafo de número oitenta.

As palavras de Jacques Le Goff revelam que

(...) ela incita Abelardo a renunciar à ideia do casamento. Evoca a imagem do casal de intelectuais pobres que formariam: Não poderás, diz ela, ocupar-te com o mesmo cuidado de uma esposa e da filosofia. Como conciliar os cursos escolares e as empregadas, as bibliotecas e os berços, os livros e as rocas, as penas e os bilros? O

que deve te absorver nas meditações teológicas ou filosóficas pode suportar o choro dos bebês, as cantigas de ninar das amas, a multidão barulhenta de criados e criadas? (...) (LE GOFF, 2003, p. 65; grifo do autor).

Heloísa sustentou seus argumentos do parágrafo 62 ao parágrafo 76, não só baseados na rotina doméstica apresentada por Le Goff, mas também nos textos sagrados e filosóficos, cujas ideias indicavam o casamento como algo nocivo ao homem. Há uma passagem da *Epístola Prima* que Abelardo atribui às alegações de Heloísa, na qual Heloísa refere-se à Epístola de Paulo, escrita aos Coríntios e pode ser lida na Bíblia em I Coríntios, capítulo 7, versículos 27 e 28. Assim diz o trecho da carta:

Estás livre da esposa? Não procures esposa. Mas se te casaste, não pecaste. E se a virgem casar, não pecará. Todavia, terão tribulações da carne. Eu, porém vos poupo (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 85).

Abelardo relata que Heloísa acusava-o de não acatar o conselho do Apóstolo e que devia ao menos consultar os filósofos sobre o que diziam a respeito do matrimônio e indicou a passagem de São Jerônimo, no livro I, cujo título é *Contra Joviano*. Abelardo recorda

(...) que Teofrasto, depois de ter exposto, em grande parte e com muita atenção, as insuportáveis inconveniências e frequentes inquietações do matrimônio, conclui com razões muito claras, que o sábio não deve casar-se, e o próprio Jerônimo assim finaliza a argumentação daquela exortação filosófica: Sobre isto e coisas semelhantes dissertou Teofrasto, e quem entre os cristãos não fica espantado? (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 85).

Le Goff corrobora:

Aliás, há autoridades para apoiar essa posição e condenar o casamento do erudito. E citam Teofrasto ou, com maior ênfase, São Jerônimo, que retoma os argumentos teofrásticos no *Adversus jovinianum*, tão em voga no século XII. E juntam o Antigo ao lado do Padre da Igreja, e ainda Cícero, que depois de ter repudiado Terência, recusou a irmã de seu amigo Hírcio (LE GOFF, 2003, p. 65).

Heloísa terminou a sua exortação do seguinte modo:

Finalmente, uma só coisa me resta, que na perdição de nós dois, não suceda uma dor menor do que o amor que a precedeu. E nisto não lhe faltou, como todo o mundo reconheceu, o espírito de profecia (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 93).

Portanto, tudo foi em vão. “Abelardo, entretanto, rejeita o sacrifício de Heloísa. Realiza-se o casamento, mas permanece secreto. Fulbert, a quem querem tranquilizar, é avisado de tudo e chega mesmo a assistir à benção nupcial” (LE GOFF, 2003, p. 65).

Logo após o término da cerimônia, separaram-se discretamente. Tudo para manter o trato de casamento em segredo, sobre isto, Abelardo comenta:

E, poucos dias depois, tendo celebrado, durante a noite, numa certa igreja, uma vigília secreta de orações, fomos, ao romper do dia, unidos pela benção nupcial na presença do seu tio e de alguns amigos seus e nossos (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997 p. 93).

Mesmo com a existência de um acordo em manter o casamento em segredo, o tio de Heloísa e seus familiares quebraram o pacto e divulgaram o matrimônio. “Quanto a Fulbert, quer proclamar o casamento, tornar pública a satisfação que obteve, enfraquecer, sem dúvida, o crédito de Abelardo, a quem não perdoou” (LE GOFF, 2003, p. 65).

Ao tomar conhecimento desse episódio, Abelardo apressou-se em conduzir a esposa até à abadia de Argenteuil ²³, o mesmo local onde Heloísa recebera as primeiras instruções e iniciara a educação, “onde é necessário que vista o hábito de noviça. Isso acabaria com os mexericos. Heloísa, cuja única vontade é a vontade de Abelardo, esperará sob esse disfarce que acabem os rumores” (LE GOFF, 2003, p. 66).

Ao tomar conhecimento da atitude de Abelardo, o tio, seus parentes e amigos entenderam que Heloísa seria abandonada naquela abadia e, conseqüentemente, abandonada pelo marido.

Diante de tanta indignação, aconteceu o fato que toda gente tomou conhecimento e na *Carta* Abelardo relata, que

(...) certa noite, enquanto repousava e dormia num quarto retirado de minha residência, depois de subornar meu servidor, puniram-me com a vingança mais cruel e mais vergonhosa, da qual o mundo tomou conhecimento com o maior espanto. Ou seja, cortaram aquelas partes do meu corpo com as quais cometera o que eles deploravam. Logo em seguida fugiram (ABELARDO [séc. XII], 1997, p.95).

Abelardo explica na carta que dois dos agressores foram presos, privados da visão e dos genitais. Um deles era o seu fiel servidor. Tudo isto é verídico, visto que pode ser confirmado pela carta do monge Fulco, prior de Deuil ²⁴, que foi testemunha dos acontecimentos que Abelardo narra (ROCHA, 1997, p. 318).

Os últimos acontecimentos relatados nesta parte da carta marcaram o afastamento de Abelardo e Heloísa, no capítulo, *A chaga do seu corpo – Abelardo torna-se monge no*

²³ “Argenteuil – que hoje é quase um subúrbio de Paris – tem sua história ligada à fundação do monastério feminino, que dependia da abadia de Saint-Denis. Destruído pelos normandos, foi reconstruído, no século X, pela rainha Adelaide, mulher de Ugo Capeto, e foi confiado às monjas beneditinas. Neste mosteiro, Heloísa foi educada quando era menina; foi feita noviça, de um modo estranho, logo após o casamento secreto com Abelardo; nele fez também sua profissão monástica por ordem de Abelardo; foi prioreza e, finalmente dele foi expulsa, juntamente com toda a comunidade, por Suger, abade de Saint-Denis. Do mosteiro, hoje, restam somente algumas ruínas” (ROCHA, 1997, p. 318).

²⁴ “Ele também informa que o tribunal eclesiástico de Paris condenou o cônego Fulberto, confiscando-lhe os bens. Abelardo achou que o castigo não foi merecido e queria que o processo fosse revisto. Fulco procurou dissuadi-lo e o exortava a perdoar o cônego, que negava ter tido alguma participação no atentado” (ROCHA, 1997, p. 318).

mosteiro de Saint-Denis – Heloísa recebe o véu na abadia de Argenteuil. Inicia-se no parágrafo de número oitenta e um e se encerra no de número cento e cinco.

Abelardo julgava ter sido castigado por Deus pela traição e ainda imaginava a alegria de seus adversários de longa data, diante de tal castigo. A condição de castrado causou-lhe muito sofrimento. Temia ser apontado nas ruas e ser visto como um “monstruoso espetáculo” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 99), e, cita os versículos bíblicos Deuteronômio 23:2 ²⁵ e Levítico 22:24 ²⁶, provavelmente para justificar sua preocupação com os eunucos, que não entrariam na assembleia de Deus.

Desolado, Abelardo torna-se monge na Abadia de Saint-Denis, declarando que entra na vida religiosa muito mais por vergonha do que por vocação.

Embora separados, a vida de ambos seguiu adiante. Abelardo voltou a lecionar no ano de 1119, em Maisoncelles, Sant-Denis, e escreveu *Sic et Non*, “onde são enunciadas as regras da interpretação das ‘discordâncias’ ” (LE GOFF, 1989, p. 129; grifo do autor), e o seu livro *Theologia Summi Boni*.

A parte IX da tradução da *Epístola Prima* intitula-se *Sobre o seu livro de Teologia e a perseguição que sofreu de seus discípulos um concílio contra Abelardo*. Esta parte se inicia no parágrafo 95 e termina no parágrafo 113. Neste capítulo, Abelardo faz relatos sobre o seu livro de teologia e a perseguição sofrida por ele por seus companheiros de estudos e menciona a sua convocação, para “uma *pequena assembleia enfeitada com o nome de concílio*” (LE GOFF, 1989, p. 129; grifo do autor), sob o nome de *Concílio de Soissons*, para a qual deveria levar o seu livro de teologia, conforme já informado.

O livro de Abelardo é queimado. Este é o título capítulo X, que detalha da queima desse livro e todas as questões que envolviam o conteúdo. Abelardo relata a longa história, entre os parágrafos 114 e 134.

Conforme esclarecido no início desta apresentação, o capítulo XI não recebeu título. É identificado apenas pelo numeral romano “XI”. Este capítulo tem dez parágrafos. Nestes parágrafos, Abelardo relata como passou a viver em um refúgio, na Aldeia de Troyes, “Consegue, então, um terreno perto de Nogent-sur-Seine e lá se instala como solitário, construindo um pequeno oratório dedicado à Santíssima Trindade. Não esqueceu nada; o livro condenado era consagrado à Trindade” (LE GOFF, 2003, p. 67).

²⁵ Aquele que se tornou eunuco, por acidente ou por mutilação, não será admitido na assembleia do senhor (*Bíblia Sagrada*).

²⁶ Não ofereçais ao Senhor um animal com os testículos pisados, esmagados, quebrantados ou cortados (*Bíblia Sagrada*).

Quando os alunos de Abelardo tomaram conhecimento do lugar onde ele estava escondido, começaram a surgir de toda parte, deixando para trás suas vidas e formando uma “aldeia escolar de tendas e de cabanas se instala ali. O oratório, aumentado e reconstruído em pedra, é dedicado ao Paráclito; inovação provocante” (LE GOFF, 2003, p. 67).

Os inimigos de Abelardo não ficaram satisfeitos quando tomaram conhecimento de que os estudantes estavam povoando aquele lugar em busca dos ensinamentos de Abelardo. “A tranquilidade de Abelardo não dura muito” (LE GOFF, 2003, p. 68).

O Capítulo XII, *Perseguição contra Abelardo parte de alguns, assim chamados, novos apóstolos*, registra, tal qual o título mostra, a perseguição sofrida por Abelardo, pois, mesmo após toda a desgraça que o assolara, sua fama percorria o mundo.

Do parágrafo 146 ao de número 148, Abelardo fala das passadas perseguições incitadas pelos antigos rivais e apresenta novos perseguidores, chamados de novos apóstolos, “Porque os antigos rivais, por si mesmos, já não eram tão valiosos, incitaram contra mim alguns novos apóstolos, nos quais o mundo muito confiava” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 141). “Trata-se de São Norberto, fundador dos premonstratenses, e de São Bernardo, reformador de Cister. De tal modo é perseguido que sonha fugir para o Oriente” (LE GOFF, 2003, p. 68).

Em cinco parágrafos, Abelardo traça o perfil de seus inimigos, relata as perseguições que sofreu e inicia outro discurso no qual comenta *Sobre a Abadia que Abelardo assumiu e a perseguição que aí sofreu tanto dos seus filhos monges, quanto do tirano, senhor do lugar* - este é o título do capítulo XIII.

Abelardo conta sobre a Abadia que assumiu e outras perseguições que lá sofreu, do parágrafo 149 ao 164. A abadia era chamada de Saint-Gildas-de-Rhuys. “Abelardo foi eleito abade do mosteiro bretão” (LE GOFF, 2003, p. 68).

Provavelmente, a eleição e nomeação de Abelardo para a abadia de Saint-Gildas, que ficava na Bretanha Menor, foram conseguidas, graças à intervenção de “amigos poderosos” que imaginavam prestar-lhe uma grande homenagem, fazendo-o abade de um mosteiro, situado nas vizinhanças de sua terra natal. Mas, é também igualmente provável que esta nomeação tenha sido uma “jogada política”, manobrada pelos adversários, para exilá-lo, finalmente, naquela região, que era por todos considerada como “os confins da terra”. Assim sendo, compreende-se que seu abade Suger “facilmente” tenha consentido com a escolha da nomeação (ROCHA, 1997, p. 327; grifos do autor).

Ainda na abadia de Saint-Gildas, por volta de 1132, Abelardo escreve *Historia Calamitatum, Correspondência e Plancti*. Novamente seu amigo Étienne de Garlande, intercede por Abelardo, que deixa Saint-Gildas e volta a lecionar. Na Montanha de Santa

Genoveva, em Paris, “com mais frequência do que nunca, ele retoma a atividade de ensinar” (LE GOFF, 2003, p. 68). Neste local, reformula sua obra teológica e aprofunda sua escrita no campo da teologia e da ética. “Abelardo não tinha parado de escrever. Mas só em 1140 seus inimigos retomam o ataque contra suas obras” (LE GOFF, 2003, p. 69).

O penúltimo capítulo tem treze parágrafos. O último parágrafo deste capítulo é de número 177 e é intitulado: *A vergonhosa difamação*. Nele Abelardo fala de sua vergonha e de toda calúnia a que era submetido.

Desde o afastamento de Abelardo e Heloísa muitos fatos importantes relacionados à vida filosófica de Abelardo ocorreram. E alguns, talvez os mais significativos, resumidamente passam a ser mencionados neste capítulo.

Por volta de 1129, Heloísa é expulsa da abadia de Argenteuil juntamente com as suas monjas; e sobre isso Abelardo escreve:

De fato, aconteceu que o meu abade de Saint-Denis, por todos os meios, requisitou como pertencente, desde antigamente, à jurisdição de seu mosteiro, a antes mencionada abadia de Argenteuil, onde Heloísa – aquela que, mais do que minha esposa, já é minha irmã no Cristo – recebeu o hábito religioso. O abade violentamente expulsou a congregação das monjas, na qual aquela minha companheira exercia o priorado (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 149).

Abelardo, então, auxilia Heloísa e lhe doa o Paraclete, do qual ela se torna a primeira abadessa, acolhendo aí as suas monjas.

Durante algum tempo Abelardo deu assistência às monjas do Paraclete; mas, por conta das perseguições e ameaças de morte, precisou afastar-se de Heloísa e do Paraclete, motivo este que obriga Heloísa a suplicar por sua presença, na *Consolatio*, que será estudada em outra parte deste trabalho.

O último capítulo não tem título, apenas a numeração XV. Nele, Abelardo apresenta os parágrafos finais de sua *Historia Calamitatum*.

Por várias vezes tentaram envenenar Abelardo enquanto ele estava na abadia de Saint-Gildas, e muitos são os relatos que confirmam estas tentativas de assassinato. Na passagem que segue, Abelardo descreve uma delas:

Aconteceu, porém, por disposição divina, que não tocando a comida que me foi preparada, um certo irmão, entre os monges, que comigo trouxera e ignorava a cilada, provou da comida e, ali mesmo, caiu morto. O servo que tudo tramou, fugiu aterrorizado, não só pela acusação de sua consciência, mas pela prova do ocorrido (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 163).

Abelardo conta que foi ameaçado não só com veneno, “mas com a espada na garganta, do que só consegui escapar, graças à ajuda de um nobre da região.” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 165).

Nos três últimos parágrafos, Abelardo começa a concluir a carta, e retoma algumas palavras que foram utilizadas na apresentação da mesma.

É possível crer que a carta foi escrita para um amigo; no entanto, não há qualquer referência a nomes que possam confirmar esta suspeita. Em nenhuma das cinco cartas que fazem parte do conjunto de *Correspondência* há indicação de nomes que possam ao nome do destinatário. Abelardo, conclui a *Carta* da seguinte forma:

Esta, ó irmão caríssimo e companheiro de longa vida religiosa, é a história das minhas calamidades, com as quais continuamente me debato desde o berço. Creio que tê-la escrito foi suficiente para consolar-te da desolação e das injúrias recebidas. Como disse, no começo da carta, tu julgarás tua desventura nula ou muito pequena, comparada com as minhas desgraças e a suportarás com mais paciência, quanto menor a considerares, assumindo sempre, como consolação, aquilo que o Senhor predisse que os filhos do demônio fariam aos seus filhos: *Se me perseguiram, perseguir-vos-ão. Se o mundo vos odeia, sabei que antes de vós ele me odiou. Se fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu*(ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 167).

Vale expor aqui um comentário de Zeferino Rocha, no qual esclarece sobre a escrita da *Historia Calamitatum*. Assim explica o autor:

Aqui termina a história das desgraças de Pedro Abelardo escrita para o consolo de um amigo. O anonimato sugere que ele é uma ficção literária, mas há quem pense que ele realmente existiu, só que Abelardo o deixou no anonimato. Abelardo só muito raramente indicou os nomes tanto dos seus amigos quanto dos seus inimigos, enquanto estes eram vivos (ROCHA, 1997, p. 329).

Entre 1138 e 1140, Abelardo sai da Montanha, vai para as margens do Sena e se instala na paróquia de Santo Hilário. Nessa ocasião Bernardo de Claraval condena veementemente a doutrina de Abelardo, que recebe nova condenação no *Concílio de Sens*.

Pedro de Cluny “O Venerável”,

depois da condenação de Sens, recebeu Abelardo em Cluny, e intercedeu junto ao papa para que a excomunhão fosse anulada. Após a morte de Abelardo, entregou seus despojos para que fossem sepultados no Paraclito (ESTÊVÃO, 2015, p. 155).

Heloísa passou o resto de sua vida em silêncio e “morreu em 16 de maio de 1164, também com mais de sessenta anos de idade” (ESTÊVÃO, 2015, p. 96).

Assim, considera-se concluída esta parte da pesquisa, cujos objetivos eram: expor, com referências históricas, o teor da *Historia Calamitatum*; divulgar a história de amor de

Abelardo e Heloísa; pontuar, simultaneamente, como a tradução das missivas foi estruturada; esclarecer acerca da história de vida dos envolvidos, Abelardo e Heloísa; e, sobretudo comparar a edição traduzida com a edição em latim e com um manuscrito em busca de confirmação da seriedade da mesma.

Ficou claro que a *Historia Calamitatum* é um documento histórico valioso, que permite investigações sobre a vida do homem medieval em diversos aspectos como: religião, amor, sociedade, filosofia, artes, literatura, teologia, psicologia, e outros.

A tradução de Zeferino Rocha não omitiu qualquer trecho da *Carta* em comparação com a edição de Migne. Mesmo assim, por mais que a tradução utilizada tente ser fiel ao texto primário, a possibilidade de haver alguma modificação sempre vai existir.

As anotações feitas pelos copistas possivelmente possibilitaram a inserção de notas nas cópias, edições e traduções posteriores. Além disso, as explicações contribuíram para que um perfil histórico e social do homem medieval fosse traçado pelos estudiosos, possibilitando, uma melhor compreensão do contexto de produção das cartas.

Mas, mesmo com os benefícios que as alterações nas cópias e edições apresentam, sempre é bom destacar-se o valor de um manuscrito original. Que sejam feitas as alterações necessárias, mas o original sempre deve ser preservado, ainda que seja um rascunho.

1.2 *Cartas*, de Mariana Alcoforado

1.2.1 A história das *Cartas*

Sobre a história das *Cartas Portuguesas*, em quase todas as obras bibliográficas e em estudos que tratam das *Lettres Portugaises* (*Cartas Portuguesas*), cuja autoria das missivas presume-se ser de Mariana Alcoforado ²⁷, há uma descrição detalhada da vida da freira que professava no Convento da Conceição em Beja.

²⁷ “Mariana Alcoforado - Alcoforada ou Alcanforada - levando em consideração a formação do nome através da ascendência” (DELGADO, 1964, p. 6).

Os membros da nobre família Alcoforado, Baltazar, Miguel, Francisco e Anna Maria, eram os filhos de Francisco ²⁸ e Leonor. Estes aguardavam o nascimento do novo membro da família. Se fosse menina, por decisão do pai, iria para o convento.

Marianna Alcoforado, “- ou Marianna Alcoforada, como se dizia no tempo, - nasceu em Beja e foi batizada na igreja matriz de Santa Maria da Feira, daquela cidade, aos 22 de abril de 1640, sendo seu padrinho D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira” (CORDEIRO, 1891, p. 103).

Conforme promessa do pai, “No dia 2 de janeiro de 1651 ²⁹ (...) declaravam a reverenda madre abadessa e mais madres discretas que assim era verdade estarem contratadas com Francisco da Costa Alcoforado para o efeito de recolherem naquele mosteiro sua filha D. Mariana pelo dote de trezentos mil réis (...)” (RIBEIRO, 1940, p. 17). Faltava, portanto cerca de três meses para Mariana fazer 11 anos quando se registrou a sua entrada no convento da Conceição (RIBEIRO, 1940, p. 15), fundado pelo duque de Beja, D. Fernando e por sua esposa, D. Beatriz, em meados do século XV. O Real Mosteiro da Conceição pertencia à ordem de Santa Clara (SILVESTRINI, 2008, p. 58).

Por meio de uma escritura de dote, o pai, Francisco da Costa Alcoforado recolheu naquele convento a filha Mariana Alcoforado a título de educanda. Um

testamento de 1660 cita ainda uma terceira filha, chamada Catharina, que ao tempo era noviça no convento da Conceição, onde estava Mariana. O pai fizera contrato com o convento sobre a dotação de ambas. Desta Catharina, porém, não encontramos mais notícias, não existindo já em 1664, quando se fazem as partilhas por morte da mãe (CORDEIRO, 1891, p. 128).

A educação de Mariana foi confiada a “D. Maria de Mendonça, então abadessa, senhora de prestigiosa família e rica, que desde muitos anos se prestava a recolher pupilas” (RIBEIRO, 1940, p. 19) que chegavam ao convento antes da idade indicada para iniciar o noviciado. Entre todas as meninas “da casa de D. Maria de Mendonça sobressaía pela grande esperteza, a Marianita, a filha do Alcoforado da rua do Toiro” (RIBEIRO, 1940, p. 23). Era, pois, a que mais se destacava:

Notara a mestra a inclinação da pequena e o seu desembaraço em aprender a ler e tudo o que lhe ensinava. Com o crescimento, entrava já nos livros das escrituras que era um enlevo e prometia dar bom recado de qualquer tarefa de pena que se lhe confiasse (RIBEIRO, 1940, p. 23)

²⁸ Francisco da Costa Alcoforado, fidalgo da casa d’ El - Rei e cavaleiro professo do hábito de Cristo (RIBEIRO, 1940, p. 15).

²⁹ A data foi recolhida dos livros paroquiais: “bap. 22-4-1640, freg.^a de St^a Maria. Padrinho o conde de Vidigueira” (RIBEIRO, 1940, p. 59).

Mariana, “após o noviciado de um ano, professou em 656 aos dezesseis anos feitos” (RIBEIRO, 1940, p. 25). Quase dez anos depois de ter professado, com 25 anos,

era uma mulher moça, provavelmente formosa, na plena maturação do organismo, do temperamento, da inteligência; filha de uma raça forte e sadia, de sentimentos e prosápias fidalgas; nascida e criada no meio do bulício da guerra; respirando desde o berço a atmosfera de poderosa atividade e de incontestável prestígio do pai (CORDEIRO, 1891, p. 209).

Naquela época, um cavaleiro francês, “Noel Bouton, senhor de Saint-Léger, Dennery e Saint Gilles, então chamado conde de Saint’Léger, mais tarde marquês de Chamilly e marechal de França” (RIBEIRO, 1940, p. 103), chega a Portugal,

em 1663 ou princípios de 1664, provavelmente recomendado a Schomberg, este, “considerando o valor, experiência e capacidade de *M. le Comte de Chamilly- Saint-Léger*, de que ele deu provas nas guerras de França” (CORDEIRO, 1891, p. 128; grifo do autor).

Como ponto de partida, basta-nos saber que, na ocasião, a Guerra da Restauração (1640-1668) estava próxima ao fim. Esse cavaleiro francês lutava em favor de Portugal contra a Espanha.

Em 1666, presumidamente, Chamilly ³⁰ e Mariana trocaram os primeiros olhares e neste mesmo ano ela teria conhecido o cavaleiro francês. “Nada tem pois de aventuroso, antes pode com regular segurança fixar-se o começo d’esses amores em 1666, e em abril d’esse ano Mariana devia completar 26 anos” (CORDEIRO, 1891, p. 169).

À tardinha, a horas certas, Chamilly, vindo das bandas de São Francisco, passava sob o arco da porta de Mértola e avistava nas alturas do Dormitório novo, encostada às grades dum a larga janela, a freira apaixonada que ansiosamente o estava esperando (RIBEIRO, 1940, p. 143).

Tal cavaleiro teria cortejado a freira que, por sua vez, entregou-se aos encantamentos do militar, em começos de 1667, fato que é confirmado por Luciano Cordeiro ³¹ (1891):

(...) que é até em 1667 que o escândalo desses amores deve ter atingido maiores proporções, coincidindo ou terminando, não só com o afastamento da cavalaria francesa, mas com a brusca retirada de Chamilly para França (CORDEIRO, 1891, p. 169).

³⁰ “Tinha 30 anos, apenas, mais quatro do que Mariana, era um rapaz robusto e intrépido, inteligência pouco culta e coração pouco afeito a complicadas paixões; fizera-se homem na guerra como a freira que um dia lhe despertou o apetite, se fizera mulher na clausura” (CORDEIRO, 1891, p. 219).

³¹ A obra de Luciano Cordeiro comprova a existência de Mariana, fornece dados números sobre ela, a família e da vida na cidade de Beja na ocasião da escrita das *Cartas*. Informa nomes das freiras da época, acontecimentos surpreendentes registrados no convento, os escritos de Mariana, detalhes das ações militares ocorridas na Guerra da Restauração.

No fim desse mesmo ano, “deixa a sua companhia, e parte, muito provavelmente, nos fins de 1667. É duvidoso até que viesse embarcar em Lisboa” (CORDEIRO, 1891, p. 227).

Esperançosa de reaver seu grande amor, Mariana começa a escrever cartas. Não se sabe ao certo quantas foram escritas e também não há registro de respostas autênticas:

Depois de quaisquer pequenas missivas, – frias e rápidas, segundo ela conta, – escritas muito provavelmente antes de deixar para sempre Portugal, não voltara a escrever-lhe (CORDEIRO, 1891, p. 228).

Luciano Cordeiro acrescenta: “cremos, pois que podemos fixar entre dezembro de 1667 e princípios de junho de 1668 o período desta correspondência” (CORDEIRO, 1891, p. 229). Pouco antes das *Cartas* serem publicadas, “em 20 de setembro de 1668 partia com a expedição de Cândia, segundo documento indicado por Asse, sob o título de ‘marquês de Saint-Léger’ ” (CORDEIRO, 1891, p. 229; grifo do autor). Suspeita-se que antes desta data “Chamilly confidenciou a alguém os seus amores em Portugal e mostrou a correspondência da Freira” (RIBEIRO, 1940, p. 206).

Portanto, antes mesmo da primeira publicação, “as *Cartas* da religiosa eram já conhecidas ou circulavam traduzidas e em cópia, como diz Barbin, pois que este pedia e obtinha, no mês seguinte, em 28 de outubro daquele ano, privilégio régio para a sua publicação (CORDEIRO, 1891, p. 229).

Cinco dessas missivas tornaram-se públicas em Paris, aos 4 de janeiro de 1669, por meio do Livreiro Claude Barbin. Na ocasião da publicação, ele declarou, no prólogo da edição:

Ao leitor – Encontrei os meios, com muito cuidado e trabalho, de obter (recouver) uma, cópia correta da tradução de cinco *Cartas* Portuguesas, que foram escritas a um gentil homem de qualidade que serviu em Portugal. Tenho visto todos os que se têm por entendidos em sentimentos ou louvá-las, ou procurá-las com tanto interesse que julguei que lhes faria um singular prazer imprimindo-as. Não sei o nome daquele a quem foram escritas, nem o de quem fez a tradução delas mas pareceu-me que não devia desagradar-lhes tornando-as públicas (CORDEIRO, 1891, p. 306) .

O exemplar, intitulado *Lettres Portugaises traduites en François*³², exhibe em página não numerada o conteúdo estampado na folha de rosto da edição princeps, “*Avec Privilège du Roy*”. Tal licença foi obtida por Claude Barbin em 28 de outubro 1668 e registrada em 17 de novembro do mesmo ano:

Extrato do Privilégio do Rei – que diz assim: – “Por Graça & Privilegio do Rei, dado em Paris, no 28º dia de outubro 1668. Assinado pelo Rei no seu Conselho, Margerèt. É permitido a Cláudio Barbin, Mercador Livreiro, fazer imprimir um

³² Escrita arcaica da língua francesa (BORRELA, 2007, p. 120).

Livro intitulado, *Lettres Portugaises*, durante o tempo & espaço de *cinco anos*. E fica proibido a todos os outros, imprimi-lo sob pena de quinhentas libras de multa, de todas as custas, perdas e ganhos como é mais amplamente exarado nas ditas *Cartas de Privilégio*”. Seguem-se as declarações: — “*Acabado de imprimir pela primeira vez em 4 de janeiro 1669. — Foram apresentados os exemplares.— Registrado no Livro da Comunidade dos Mercadores Livreiros & Impressores desta Cidade, segundo & conformemente ao Arresto do Tribunal do Parlamento de 8 abril 1653, com os encargos e condições exaradas no presente Privilégio. Feito em Paris, em 17 novembro 1668* (CORDEIRO, 1891, p. 307; grifos do autor).

A primeira publicação de Barbin, além de não fazer referências aos nomes do remetente e do destinatário, também foi editada sem datas:

Claramente: — ou quem lhe confiara e autorizara a publicação lhe impusera o silêncio dos nomes, ou o livreiro, cometendo por conta própria a indiscrição de publicar aquelas cartas íntimas, que apesar dos costumes desabusados do tempo poderiam não deixar em boa situação e conceito o destinatário ilustre, abstinha-se prudentemente de agravar o abuso, trazendo do pequeno círculo dos que conheciam a procedência delas para a grande publicidade menos complacente e fácil os nomes dos que se haviam tornado réus daquela inconfidência cruel (CORDEIRO, 1891, p. 18).

Provavelmente, “(...) as cartas reflitam mesmo a veracidade de um ‘infeliz’ acontecimento que, à ‘boca calada, todo o mundo conheceu’ ” (BORRELA, 2007, p. 35; grifo do autor), visto tratar-se de uma freira a suposta autora, com a circunstância agravante de pertencer a uma família nobre e ter deixado se envolver profundamente com um cavalheiro em época de plena Inquisição em Portugal (1536-1821). O melhor remédio era o esquecimento de tal episódio, como explica Miriam Cyr:

Em 1669, o ano da publicação das cartas, um prior encarregado da disciplina visitou o convento de Mariana. Ele saíra de Xabregas para investigar comportamentos suspeitos e verificar se o convento funcionava sob as rígidas regras religiosas. Ficou alguns dias, voltou para casa e escreveu abundantes observações sobre vários abusos e infrações cometidos no convento da Conceição. O prior enviou cartas exortando as freiras a se comportarem e determinou punições severas. O romance de Mariana não era mencionado, mas as infrações graves nunca eram (CYR, 2007, p. 165).

Mariana Alcoforado, depois do abandono, nunca mais encontrou Chamilly e, depois de muito sofrimento, “Mariana fora feita porteira, ou, mais propriamente, uma das porteiras do convento, nos princípios de 1668” (CORDEIRO, 1891, p. 233). Anos mais tarde assumiu o posto de vice-abadessa. Nesse convento permaneceu cumprindo penitências até morrer. “Morreu em 28 de julho de 1723, de idade, diz erradamente o termo, de 87 anos. Tinha 83, e pelo menos 60 e tantos de freira” (CORDEIRO, 1891, p. 233). No registro do livro *Das religiosas defuntas do Real Convento da Conceição de Beja*, começado em 1692, pode-se ler que durante

– Trinta anos, fez ásperas penitências – continua o termo, calando desta vez a explicação, – padeceu grandes enfermidades e com muita conformidade, DESEJANDO TER MAIS QUE PADECER (CORDEIRO, 1891, p. 235; grifos do autor).

A frase em destaque, “desejando ter mais que padecer”, é considerada uma *singular coincidência* por Luciano Cordeiro e disso não podemos discordar. São palavras que “56 anos antes dizia ela ao amante” (CORDEIRO, 1891, p. 236) e podem ser lidas no trecho da *Carta IV*³³: “Acharei nisso, talvez, motivos para me consolar ou para mais padecer. Não posso continuar neste estado, e não há mudança que não me seja benéfica” (MARIANA [séc. XVII], BORRELA, 2007 p. 150). A coincidência sugere um discurso da autoria de Mariana, fato que será discutido adiante.

Onde antes funcionava o convento da Conceição, hoje funciona o Museu Nacional de Beja, local onde se podem ver faturas com a assinatura de Mariana Alcoforado³⁴ e a janela de Mértola.

Mariana foi sepultada em campa rasa, anepígrafe, em uma das galerias, como era norma no claustro. Hoje no Museu de Beja, ainda se conserva o cemitério das religiosas e boa parte da decoração de azulejaria, pintura e capelas quinhentistas e seiscentistas que Mariana deve ter conhecido.

1.2.2 Publicação e autoria

No mesmo ano da primeira publicação de Claude Barbin, ou seja, 1669, o livreiro Pierre Du Marteau publica em Colônia, na Alemanha, uma edição intitulada *Lettres d'amour d'une religieuse écrites au Chevalier de C... Officier François en Portugal*. (CYR, 2007, p. 151).

Os comentários de Luciano Cordeiro quanto ao título das edições talvez justifiquem a diferença nos títulos do livreiro Pierre Du Marteau:

³³ As cinco Cartas estão disponíveis no anexo deste. A tradução reproduzida por Leonel Borrela (2007) foi baseada na obra: *Cartas de Amor – Sórora Mariana Alcoforado ao Cavalheiro de Chamilly* - Publicada em Lisboa, em 1925, pela Livraria J. Rodrigues & C^a, com ilustrações de Alberto de Souza, prefácio de Mattos Sequeira e tradução de Luciano Cordeiro.

³⁴ Nas obras de Manuel Ribeiro (1940), Humberto Delgado (1964) e Luciano Cordeiro (1891) podem-se ver tais assinaturas.

Outra diferença ainda é a dos títulos. Nas edições de Pedro Du Marteau, o de uma, a descrita e possuída por Botelho, é este: — *Lettres d'une religieuse portugaise*; o da outra, diz assim: — *Lettres d'amour d'une religieuse écrites au Chevalier de C. Officier François en Portugal* (CORDEIRO, 1891, p. 55).

Segundo informações encontradas na obra da escritora canadense Myriam Cyr, *A maior paixão do mundo - A história da freira Mariana Alcoforado e suas cartas de amor proibido*, as *Cartas* foram impressas dez vezes em 1669: quatro vezes por Barbin e seis vezes pelos livreiros Pierre Du Marteau e Isaac van Dijck. Se as *Cartas* foram impressas várias vezes, e se a primeira publicação foi *Lettres d'amour d'une religieuse écrites au Chevalier de C. Officier François en Portugal*, podemos supor que e as demais publicações de Pierre Du Marteau tiveram os títulos corrigidos para *Lettres d'une religieuse portugaise*, na tentativa de camuflar uma indiscrição cometida no título da primeira publicação, na qual a edição de Pierre Du Marteau informa que eram cartas de amor, escritas por uma religiosa a um oficial cavaleiro francês em Portugal (CYR, 2007, p. 151).

A edição *Lettres d'amour d'une religieuse écrites au Chevalier de C. Officier François en Portugal* difere da edição de Claude Barbin no prólogo, não só por revelar nome do destinatário. O livreiro ainda comete um erro de grafia quando se refere ao tradutor, cujo nome deveria ser escrito “Guilleraques” e fora escrito “Cuilleraques”:

Ora todas as edições que designam o tradutor, e não pode dizer-se que todas se copiem umas as outras, coincidem em chamar-lhe Guilleraques, ou, as primeiras, Cuilleraques, certamente por lapso (CORDEIRO, 1891, p. 74).

Houve ainda o exemplar de Isac van Dijck

Com estas edições primeiras de Barbin e de Marteau concorreu logo uma outra assinada de Amsterdam pelo livreiro Isaac van Dyck, que costuma reunir-se,— como tem direito igual, a datada de Marteau,— as coleções elzeverianas e que Brunet supõe ter sido impressa, não em Amsterdam, mas em Bruxellas (CORDEIRO, 1891, p. 55).

Todas as edições publicadas em 1669 foram cópias do exemplar original de Barbin, sempre em língua francesa, mas todas indicaram a origem portuguesa das *Cartas*, embora não mencionassem a autoria. Dessa forma, o nome da família Alcoforado estaria resguardada e a autora, Mariana Alcoforado, permaneceria intocada no convento. Além dessas publicações, muitas outras foram editadas em diversos idiomas até meados do século XX.

Um trabalho bibliográfico e bastante esclarecedor acerca das cinco *Cartas*, cujo título é *Sóror Marianna – A freira portuguesa*, é este que utilizamos, publicado por Luciano Cordeiro em meados de 1888, com segunda edição de 1891. Na segunda edição, há a

informação de um volume que pertencia à biblioteca do Sr. Bernardino Ribeiro de Carvalho, cuja última obra, a de nº12, seria justamente a de Pierre Marteau, *Lettres d'amour d'une religieuse écrites au Chevalier de C... Officier François en Portugal*. Luciano Cordeiro, em sua obra, *Sóror Marianna – A freira portuguesa* afirma:

Este precioso volume foi comprado pelo Sr. Ribeiro de Carvalho, em janeiro de 1889, ao livreiro J. Rodrigues, que dias antes o comprara a um desconhecido sem lhe conhecer o valor. O prólogo desta edição das *Cartas* é igual ao da edição Barbin, com esta alteração importantíssima, porém — *Le nom de celui au quel on les a écrites, est Monsieur LE CHEVALIER DE CHAMILLY, & Le nom de celui qui en a fait la traduction est Cuilleraque.*—É uma formosa edição, em tipo elzevir³⁵, das 5 cartas somente. Fica, pois assente que os nomes do destinatário e do tradutor se revelaram publicamente, logo em 1669 (CORDEIRO, 1891, p. 308).

As *Cartas* faziam sucesso, mas ainda não se sabia o nome do remetente, até que um folhetim, cujo objetivo era dar uma notícia crítica da obra de Brunet, intitulado *Variétés*, publicado em 05 de janeiro de 1810 por um francês de nome Boissonade³⁶ no *Journal de l'Empire*, divulga uma nota, cujo trecho fazia alusão às *Cartas*. Revelava-se, então, o nome da freira, Mariana Alcoforado. Com o intuito de evitar a repetição, o trecho da *Variétés* será mostrado na quarta seção secundária do segundo capítulo, que tratará do contexto editorial da época.

A partir da publicação *Variétés*, que trazia uma informação da qual, até 1810, não se teria ouvido falar, o interesse pelas *Cartas* aumentou no meio literário português, com o agravo de revelar também o nome da família Alcoforado. Revelado então o nome do remetente e do destinatário surge outra dúvida: teria mesmo existido a tal freira? Tal questionamento dera-se na tentativa de a Igreja e de a família negarem a existência de Mariana Alcoforado. Seria a única chance de impedir que um escândalo abalasse as estruturas dessas instituições.

Edgar Prestage, um importante historiador britânico, visitou o local em abril de 1894 e o encontrou em processo de demolição. Ele diz que "curiosamente, a tradição de

³⁵ “*Elzevir* (ou *Elzevier*), nome de família holandesa de impressores/editores/livreiros, cuja empresa foi ativa de 1580 até 1712, comandada por Lodewijk *Elzevir* (1540-1617) e depois por seus herdeiros. *Elzevir* designa os livros confeccionados pela empresa, no século XVII, o ourives Christoffel van Dijck (1601-1670) criou uma notável família de tipos para a casa *Elzevir*, então chamados "tipos holandeses"; no século XVIII, o inglês William Caslon (1692-1796) criou um tipo a partir desses "tipos holandeses" e chamou-o de *old face*; no século XIX, um impressor de Paris, Beaudouire, plagiou os tipos chamados "*Renaissance*" de um impressor de Lyon, Louis Perrin, e os chamou arbitrariamente de *elzevir*; desde então, o nome *elzevir* passou a designar, na Europa, todos os tipos *old face*, que por sua vez passou a valer também para os tipos do romano. No Brasil, o *elzevir* veio nos catálogos de famílias tipográficas importadas da Europa, junto com seus primos *garamond* etc., e firmou-se ainda mais com o advento da foto-composição. *Garamond*, inclusive é hoje, um tipo de letra utilizado na formatação de documentos no programa Word, da Microsoft” (HOUAISS, A. & VILLAR, M. (Org.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD.ROM, v. 1.0).

³⁶ Jean-François Boissonade foi o monge franciscano que revelou ao mundo o nome de Mariana Alcoforado.

Mariana e seu amor fatal foram preservados no convento e na cidade, apesar dos compreensíveis esforços dos cronistas monásticos e de outros para esconder todos os seus vestígios” (CYR, 2007, p. 167; grifo do autor).

Muitas edições das *Cartas* foram publicadas. “Até 1723, ano em que ela morreu, foram impressas 63 edições de suas cartas” (CYR, 2007, p. 167) Desde então, estudiosos trabalharam em pesquisas na tentativa de provar a existência e a autoria das *Cartas* por Mariana Alcoforado.

Na primeira edição da obra de Luciano Cordeiro, *Sóror Marianna – A freira portuguesa*, o autor cita a descoberta da certidão de óbito da freira Mariana Alcoforado, fato que coloca um ponto final nas discussões acerca da sua existência.

Torna-se indispensável citar o nome de Belard da Fonseca³⁷, autor da obra *A Freira de Beja e as Lettres Portugaises*. A obra de Belard da Fonseca³⁸ criticou veementemente todos que rotularam Mariana Alcoforado como uma simples freirinha, inculta, inexpressiva e vítima de preconceitos simplesmente pelo fato de ser uma mulher. Belard da Fonseca defende Mariana Alcoforado e ratifica as teses de Morgado de Mateus, Luciano Cordeiro e Manuel Ribeiro³⁹ no que diz respeito à autoria portuguesa das *Cartas*.

O livro publicado em 1966, em língua portuguesa, completamente esgotado, nunca fora traduzido para o inglês ou francês. *A Freira de Beja e as Lettres Portugaises* é uma obra considerada por Leonel Borrela excelente, completa e merecedora de reedição por conta de seu grande estudo.

Após a descoberta do documento de óbito de Mariana Alcoforado por Luciano Cordeiro, conforme já citamos, estava comprovada a existência de Mariana Alcoforado e Chamilly; mas as dúvidas ainda existiam quanto à autoria das *Cartas*. Várias publicações surgiram em diversas antologias e a problemática aumentava. Um famoso gramático da época, Pierre Richelet⁴⁰, reescreveu as *Cartas* inteiramente antes de incluí-las em sua antologia *As mais belas cartas da língua francesa*, conforme citação, na obra de Myriam Cyr:

O acadêmico francês Jacques Chupeau afirma que as cartas foram “modificadas, reformatadas, diluídas: elas estão distorcidas. Por mais que essas correções possam parecer hoje, elas têm pelo menos o mérito de destacar a **originalidade das cartas** e

³⁷ Dr. Antônio Belard da Fonseca foi advogado, crítico de arte, historiador e diretor do Museu Regional de Beja de 1965 a 1983). (BORRELA, 2007, p. 36-37).

³⁸ A obra traz um estudo minucioso do Convento da Conceição, “no qual era permitido às religiosas construírem casas para si próprias. No caso de Mariana, o seu pai mandara erguer no convento uma pequena moradia” (BORRELA, 2007, p. 119)

³⁹ Em sua obra *Vida e Morte de Madre Mariana Alcoforado*, o autor, com riqueza de detalhes, comprova a existência de Chamilly.

⁴⁰ César-Pierre Richelet – Gramático francês e editor do primeiro dicionário da língua francesa em 1680. Em 1689 publicou *Les plus belles Lettres des meilleurs auteurs français*.

a liberdade criativa da autora” (CHUPEAU, 1970, p. 57 apud CYR, 2007, p. 154; grifo nosso).

Levando-se em consideração que, em 1689, não havia a profissão de crítico literário ⁴¹, podemos observar que as *Cartas* faziam sucesso no meio literário francês e eram cada vez mais difundidas na sociedade francesa. A questão da originalidade portuguesa, de forma direta ou indireta, sempre era comentada, mas a questão da autoria ainda era motivo de pesquisas.

Não se pode afirmar que indubitavelmente as *Cartas* são inteiramente originais e que, antes de serem publicadas, foram copiadas na íntegra. Também não se pode incontestavelmente considerar que foram completamente “modificadas, reformatadas, diluídas: elas estão distorcidas”. Mas é possível crer que as datas e nomes foram suprimidos, a ordem das cartas foi trocada, trechos podem ter sido retirados e outros inseridos.

No entanto, a questão de autoria pode ser sustentada, pois, os trechos preservados permitiram estudos históricos, geográficos, linguísticos, de ordem religiosa e social.

Um exemplo da possibilidade de inserção de trechos pode ser lido no estudo de Manuel Ribeiro. O autor destaca, entre aspas, um longo trecho na quinta *Carta*:

Estou convencida que sentiria emoções menos penosas, amando-o, ingrato como é, do que deixando-o para sempre. Vi que me era menos caro do que a minha paixão, e tive mágoas desconformes em combatê-la, depois ainda que os ruins procedimentos do senhor tornaram para mim odioso. (...) Mas não intento provar-lhe com boas razões que deveria amar-me. Péssimos meios são, e bem melhores empreguei eu que não me aproveitaram! (MARIANA [séc. XVII], BORRELA, 2007, p. 154, 155, 156).

Sobre o trecho, que pode ser lido na íntegra no anexo desta dissertação, Manuel Ribeiro faz uma advertência, que pode servir de base para reflexão: a probabilidade de inserção de trechos por mão francesa em *Cartas* escritas por mão portuguesa. Assim escreve o autor:

Os trechos que seguem entre aspas temo-los por apócrifos. Nem a freira escreveria tais dislates, nem autor nenhum os atribuiria a uma religiosa. O contraste é flagrante. Antes de impressas, andaram ‘As *Cartas*’ pelos salões e numa delas intercalam-lhe esses conceitos – que tendem a justificar as ligações amorosas do claustro. É prosa com marca do mundanismo galante do tempo que ninguém escapará. Até a toada, até o fraseado, (*coeur attendry, idole, sensibilité, sensible, nouvel engagement*) denunciam um *pastiche* insulto. É impossível que Botelho e Cordeiro o não tenham notado. Retraíram-se decerto com receio de pôr em cheque a autenticidade, como se textos de maior tomo não tivessem sofrido percalços destes, sem que isso os prejudique (RIBEIRO, 1940, p. 329; grifo do autor).

⁴¹ “Nas primeiras décadas do século XIX, a crítica literária passa a processar-se sistematicamente, destacando-se o crítico francês Sainte Beuve e seu método biográfico, que seria um processo de descrição que procurava explicar” (BOTELHO; FERREIRA, 2010, p. 13).

Seguem alguns trechos em língua francesa, retirados da primeira publicação de Barbin, nos quais se podem observar os vocábulos mencionados por Manuel Ribeiro, conforme citação supracitada.

N'éprouvé-je pas qu'un **coeur attendri** n'oublie jamais ce qui l'a fait apercevoir des transports qu'il ne connaissait pas, et dont il était capable; et dont il était capable; que tous ses mouvements sont attachés à l'**idole** qu'il s'est faite; que ses premières idées et que ses premières blessures ne peuvent être ni guéries ni effacées; que toutes les passions qui s'offrent à son secours et qui font des efforts pour le remplir et pour le contenter lui promettent vainement une **sensibilité** qu'il ne retrouve plus; que tous les plaisirs qu'il cherche, sans aucune envie de les rencontrer, ne servent qu'à lui faire bien connaître que rien ne lui est si cher que le souvenir de ses douleurs. Pourquoi m'avez-vous fait connaître l'imperfection et le désagrément d'un attachement qui ne doit pas durer éternellement, et les malheurs qui suivent un amour violent, lorsqu'il n'est pas réciproque, et pourquoi une inclination aveugle et une cruelle destinée s'attachent-elles, d'ordinaire, à nous déterminer pour ceux qui seraient **sensibles** pour quelque autre? Quand même je pourrais espérer quelque amusement dans un **nouvel engagement**, et que je trouverais quelqu'un de bonne foi, j'ai tant de pitié de moi-même, que je ferais beaucoup de scrupule de mettre le dernier homme du monde en l'état où vous m'avez réduite; (MARIANA [séc. XVII, BARBIN, 1669, p.147-148-149-150-151-152; grifo nosso)⁴².

Frederick C. Green, então, publica em abril de 1926, na *Modern Language Review*, o estudo: *Who was the Author of Lettres Portugaises?*, no qual relata a descoberta de um manuscrito. Era somente a licença concedida para a publicação da edição. *Les Valentines lettres portugaises Epigrammes et Madrigaux de Guilleragues*, que certamente daria ao editor certo privilégio econômico.

Eu sugiro que Barbin era um editor esperto que, dando-se conta do valor da publicação (...) dos amores clandestinos de uma suposta freira, publicou como sendo genuínas as cartas que foram escritas por Guilleragues. No prefácio, como era comum fazerem os romancistas de segunda linha do século XVII, ele **tentou tornar a ficção mais interessante**, misteriosamente insinuando que ela tinha sido tirada da vida real⁴³ (GREEN, 1926 p. 162 apud CYR, 2007, p. 155; grifo nosso).

⁴² “Não experimentei já que um **coração amante** nunca pode esquecer o que primeiro lhe revelou os transportes de que era susceptível e que não conhecia? que todas as suas íntimas emoções ficam enleadas no **ídolo** que para si criou? que suas primeiras ideias e que as suas primeiras feridas não podem curar-se e esquecer? que todas as paixões que se ofereçam em seu socorro e que esforcem por enchê-lo e reanimá-lo, lhe prometem vãmente uma **sensibilidade** que ele não pode reaver mais? que todas as deleitações que busca, sem nenhum desejo de as encontrar, servem apenas para fazer-lhe sentir profundamente que nada é tão caro como a lembrança de suas penas?! Porque me faz conhecer a imperfeição e os amargores de um afeto que não deve durar eternamente, e os tormentos que acompanham um amor violento quando não é recíproco? E porque é que uma inclinação cega e um destino cruel se afervoram de ordinário em determinar-nos por aqueles que só as outras seriam **sensíveis**? Quando mesmo pudesse esperar qualquer recreação em **novas relações**, e que encontrasse um coração leal que me quisesse, tenho tanto dó de mim própria que sentiria grandes escrúpulos em lançar o homem mais ínfimo no estado a que o senhor me reduziu”. (MARIANA [séc. XVII, LEONEL, 2007, p.155-156; grifo nosso).

⁴³ GREEN Frederick, “Who was the author of the *Lettres portugaises*”. *The Modern Language Review*, abril de 1926, p. 162. (CYR, 2007, p. 206).

Torna-se necessário esclarecer que a licença fora concedida ao título *Les Valentines lettres portugaises Epigrames et Madrigaux de Guilleragues*, mas o título publicado foi *Lettres Portugaises Traduites en François*. Alguns estudiosos, dentre os quais se destaca Alain Viala⁴⁴, acreditam que essa conduta teria sido um recurso artiloso para promover economicamente Guilleragues, como questiona Leonel Borrella, atentando ainda para o detalhe da escrita em minúsculas:

Desde então, o mundo literário, francês e português, em acordo ou em dissonância, procura a hipótese que considera mais correta e quase nem distingue a escrita minúscula de *lettres portugaises* das maiúsculas de *Valentines (...) Epigrames et Madrigaux*. Será que Guilleragues pediu para Barbin o registro, como seria normal para época, das suas “Valentinas” com roupagem das já conhecidas, e traduzidas por si, *Cartas Portuguesas*, para que a reputação destas lhes pudesse catapultar e servir de benefício econômico? (BORRELA, 2007, p. 41).

A partir dessa reflexão lembramos que a publicação de Claude Barbin, em 1669, deixava claro no prólogo que se dera muito trabalho obter uma cópia correta da tradução e que as *Cartas* haviam sido escritas a um “gentil homem de qualidade” que servira em Portugal, mas que não sabia nem o nome do homem, nem o nome de quem as traduziu.

Durante cinco anos, as *Cartas* seriam divulgadas e conhecidas e, ao fim desse prazo, poderiam ser reeditadas com novo título, *Valentines lettres portugaises Epigrames et Madrigaux de Guilleragues*, cuja autoria estaria em destaque, Guilleragues.

Frederick Green estava certo de que Guilleragues era mesmo o autor das famosas *Cartas*, e diz que “na falta de informações mais completas sobre seus escritos, porém nada além de conjecturas, justifica a suposição de que foi o Guilleragues que escreveu as *Cartas Portuguesas*”, (GREEN, 1926 p. 162 apud CYR, 2007, p. 155). Este fato impulsionou Jacques Rougeot e Frédéric Deloffre a produzirem uma biografia completa de Guilleragues, a analisarem profundamente seus textos e a chegarem à conclusão de que Guilleragues era o autor das *Cartas*. Humberto Delgado, em sua obra *O infeliz amor de sóror Mariana*, fez duras críticas às teses levantadas sobre a autoria das *Cartas*: “chega a parecer que Green, Pimenta agora Deloffre e Rougeot, julgam que em 1669 e anos seguintes ninguém conhecia ou conheceu o Privilégio dado pelo Rei” (DELGADO, 1964, p. 34). Segundo o autor, parecia que eles acreditaram que foram os únicos a se interessarem a ler tal licença no período compreendido entre 1669 e 1926 (DELGADO, 1964, p. 32). E ainda acrescenta:

⁴⁴ VIALA, Alain. *Naissance de l' écrivain*. Sociologie de La littérature à l' age classic. Paris: Minuit, 1985. p. 119; 125 e 128.

Senhores: não deixemos enlear ou amolecer a nossa inteligência. Em primeiro lugar paremos de traduzir “*Privilège Du Roy*” por “privilégio do rei”, levados pela quase homografia. Não se trata de algo misterioso, mas apenas da corriqueira licença ou alvará (DELGADO, 1964, p. 32).

O comentário acima foi direcionado a Frederick Green, criticando a descoberta do alvará; mas, Humberto Delgado não deixa de censurar também os nomes que tentaram negar a legitimidade portuguesa das *Cartas*:

Quanto aos senhores Deloffre e Rougeot nada trazem de novo a despeito de tanto escreverem e até nos darem uma curiosa e profunda biografia de Guilleragues. Como fez Pimenta em 1935, agarram-se em Green (DELGADO, 1964, p. 35).

Humberto Delgado não só fazia crítica, mas também distribuía louros aos outros estudiosos que defendiam a tese em favor da mão de Mariana Alcoforado.

Morgado de Mateus acreditava que as *Cartas* teriam sido escritas em português e traduzidas para o francês, como podemos observar na afirmativa citada na obra *O infeliz amor de sóror Mariana*, de Humberto Delgado:

Pois bem: Souza Botelho afirma sem hesitação que ninguém poderá duvidar de **as cinco cartas terem sido traduzidas quase literalmente de um original português**, acrescentando ser tal a construção de muitas frases que, retraduzindo-se palavra por palavra em português, se encontram inteiramente no gênio e caráter da nossa língua (DELGADO, 1964: 25; grifo nosso).

Humberto Delgado acreditava na autoria portuguesa das *Cartas* por Mariana Alcoforado. Tanto que, em seu livro, há um capítulo – “O portuguesismo das cartas” – cujo conteúdo discute questões relacionadas à tradução, à sintaxe, à semântica e ainda critica diversos pontos de vista de estudiosos que tentavam destruir a tese da autoria portuguesa das *Cartas*. Nesse capítulo, Humberto Delgado corrobora a tese de Souza Botelho citada anteriormente: “Vejam os que fez o tradutor ou, digamos, *simples corrector* – se as cartas foram escritas em mescla das duas línguas, como é minha tese” (DELGADO, 1964, p. 25; grifo nosso).

Souza Botelho era bibliógrafo, tinha completo domínio das línguas, portuguesa e francesa. Era casado com Adelaide Maria Fileul de La Bellarderie, escritora francesa e autora de vários romances muito apreciados no seu tempo. Adelaide Maria foi muito elogiada pelo crítico Charles Augustin Sainte-Beuve no meio literário. Era conhecida na república das letras por Madame de Sousa e passou parte de sua mocidade em um convento, conforme declarações de Humberto Delgado:

(...) acima de Teófilo vale a afirmação do Morgado de Mateus, também conhecido como Souza Botelho, o grande bibliógrafo, que trabalhava por igual nas duas línguas, casado com a célebre Madame de Souza (Adelaide Maria Fileul de La Bellarderie). Esta escritora – note-se, era francesa, consideradíssima por Sainte-Beuve, e passou parte de sua mocidade em um convento. Que predicados para a matéria em discussão! (DELGADO, 1964, p. 24-25).

Todas as características de Madame Souza certamente contribuíram com Souza Botelho nas análises – linguística, social, psicológica e semântica das *Cartas* –, tornando possível identificar empréstimos de vocábulos de origem portuguesa, presentes nas *Cartas*, traduzidos para o francês e ainda mostrar palavras que aludem à vida naquele convento.

Podemos citar alguns exemplos para justificar o empréstimo de vocábulos mencionados acima e expostos por Delgado.

Tratando-se da semântica, ao analisar os primeiros vocábulos da Primeira *Carta* “*Considere, mon amour*”, chega-se à conclusão de que tais vocábulos são emprestados à língua francesa, cujos significados são “Considera, meu amor”. Humberto Delgado comenta: “mas na semântica francesa falta totalmente este segundo significado, aliás, ainda hoje ouvido em Portugal...” (DELGADO, 1964, p. 37). Mas se fosse atribuído aos vocábulos o significado regional do Alentejo, província de Beja, estariam corretos: “É português puríssimo. No Alentejo – província a que pertence Beja – canta-se ainda hoje: ‘Considera meu bem, Considera, Considera, Considera bem’” (DELGADO, 1964, p. 37). Seria esse mais um indício de que as *Cartas* foram escritas originalmente por mão portuguesa.

Uma alusão importante ao convento, no qual se encontrava Mariana Alcoforado e que em vários momentos foi motivo de teses em defesa da autoria francesa, foi a janela de Mértola. Na Quarta *Carta*, Mariana Alcoforado encontrava-se muito abatida e foi levada por uma freira do convento para distrair-se na janela de Mértola. Pode-se ler na tradução da *Carta*:

Dona Brites tanto me amofinou, nestes dias passados, por me fazer sair do quarto, que julgando distrair-me lá me levou a passear ao *balcão donde se vêem as portas de Mértola* (MARIANA [séc. XVII], BORRELA, 2007, p. 148; grifo nosso).

Tal qual outros estudiosos, Alfredo Pimenta, tentou sustentar a tese de que não há coerência no fato de se ver Mértola através da janela do Convento da Conceição, em Beja:

A frase original não era evidentemente aquela. Mértola não se vê dali, nem de nenhum outro ponto de Beja, não por causa da distância, – 54 quilômetros para o sudoeste, — mas pela configuração do terreno. Quem não soubesse isto, quem forjasse as *Cartas*, evitaria uma referência, além de tudo desnecessária, que desde logo poderá prejudicar-lhe o intento, em vez de o servir (DELGADO, 1891, p. 206).

Luciano Cordeiro apresenta a defesa da autoria das *Cartas* por Mariana Alcoforado e argumenta que realmente não é possível avistar Mértola da janela, na qual Mariana Alcoforado teria ido distrair-se, não apenas por causa da distância, mas

o que se via, e o que se vê ainda, o que fica ali em frente, a dois passos, são os restos, os severos bastiões das antigas portas de Mértola, de todo o tempo, como hoje, conhecidas por este nome pela simples razão de ficarem do lado daquela Vila e darem para os campos e estrada entre ela e Beja ⁴⁵ (CORDEIRO, 1891, p. 206).

Isto, porque o povoado fica encaixado “entre a margem direita do Guadiana e à esquerda da ribeira de Oeiras” (DELGADO, 1964, p. 28). A freira não estaria enganada. Ela escreveu que, através da janela, via Beja, cujas portas apontam para Mértola, assim explica-se:

Qualquer indivíduo, militar ou civil, algo versado em fortificação, bem sabe que é corrente designar as saídas das fortalezas pela povoação para onde estão voltadas. Aliás, ainda hoje se sabe onde eram as portas de Mértola, em Beja. E ainda lá estão as portas de Évora, de Aljustrel, de Moura (DELGADO, 1964, p. 30).

Não passam de mal entendidas as referidas questões acerca da janela de Mértola ⁴⁶; são na verdade erros de tradução. Portanto, os ensaístas Antônio Sardinha, Alfredo Pimenta, Frederick Green, Deloffre e Rougeot não foram felizes com suas argumentações em defesa da autoria francesa das *Cartas*.

Ao fim do capítulo, “O portuguesismo das cartas”, no qual o autor argumenta contra as teses citadas acima, Humberto Delgado elogia a conduta inteligente e de boa fé do inglês W. R. Bowles, que interpretou melhor o tão discutido trecho sobre a Janela de Mértola:

(*In Lettters from a portugûês em unto na officer in the French Army, 1817*), traduziu, ou melhor, emendou o erro: “*On the balcony which look towards Mertola*”; “a varanda voltada para Mértola”. O britânico que não se interessou em discutir se as freiras resistem ou não ao amor, entendeu. Não levantou celeuma (DELGADO, 1964, p. 30).

Humberto Delgado defende sua tese de forma incontestável e conclui: “*Foi Mariana quem escreveu as Cartas*” (DELGADO, 1964, p. 30), embora novas hipóteses ou teses ainda estivessem por vir.

⁴⁵ ANEXO I – Centro histórico da cidade de Beja

⁴⁶ “A janela de Mértola, como ainda é chamada hoje, ficava em uma altura superior à da maioria dos homens e era larga o bastante para re ceber vários espectadores. Dela era possível passar para um terraço que servia de varanda, de onde se viam os campos na direção da cidade e, além deles a Espanha. Mértola, a 54 quilômetros de distância, separada de Beja por uma cadeia de montanhas, não podia ser vista daquele ponto, mas a janela dava para um dos sete portais que dom Afonso III tinha mandado abrir na antiga muralha romana que cercava o lugar. Cada portal tinha o nome da cidade mais próxima para a qual era voltado, daí o nome da janela” (CYR, 2007, p. 194).

Em 1935, Antônio Gonçalves Rodrigues publica na revista *Biblos* “o mais lúcido, preciso e completo estudo sobre o assunto”, considerado assim por Ivan Junqueira. O estudo diz que Guilleragues não só é o tradutor das *Cartas*, mas também o autor, conforme observa Ivan Junqueira em seu ensaio “A fraude das *Lettres Portugaises*”:

Publicado inicialmente na revista *Biblos*, XI, é este, sem dúvida alguma, o mais lúcido, preciso e completo estudo sobre o assunto em língua portuguesa. Ponderando que a cronologia das *Lettres Portugaises* torna-se impossível a sua autenticidade portuguesa, o autor sustenta que nelas “a mão do literato em busca de efeitos novos se supreende a cada instante” e que o pretenso tradutor, Guilleragues, “homem de cultura e gosto”, amigo de Racine e Boileau, diretor da *Gazette de France* e embaixador de seu país em Constantinopla, é de fato, não o tradutor, mas o autor das cartas (JUNQUEIRA, 1998, p. 278).

Conforme já foi dito anteriormente, este trabalho não sustenta novas teses relacionadas à autoria das *Cartas*; porém, é inevitável não deixar de comentar acerca de uma das declarações que Ivan Junqueira fizera em seu livro *O fio de Dédalo*. No ensaio de sua autoria, “A fraude das *Lettres Portugaises*”, proferido no ciclo literário *Rodas de Leitura*, no Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1997, ele insinua sua ótica acerca da autoria das *Cartas*:

(...) não se podem atribuir, entretanto, à mão tosca de Mariana, mas sim à sensibilidade literária de Guilleragues, que, provavelmente se valeu dos textos de outras cartas de portuguesas apaixonadas por oficiais franceses que as teriam levado para a França como troféus (JUNQUEIRA, 2008, p. 277).

A palavra “tosca” parece indicar conduta preconceituosa originária da mão do catedrático autor, Ivan Junqueira, diante da sensível escritura de Mariana Alcoforado, que nada tinha de inculca nem grosseira:

Madre Maria de Mendonça, a abadessa que negociara o dote de Mariana, educou a jovem pessoalmente. Com o seu carinho e a orientação especializada das freiras, Mariana aprendeu latim, espanhol, francês, matemática, música, história, geografia e ciências (CYR, 2007, p. 32).

Em um catálogo, de 1808, descobriu-se uma publicação de um *Dicionário de obras apócrifas*⁴⁷. Nele há uma observação no verbete *Cartas Portuguesas*, relacionando certa madame como autora das *Cartas*:

Num catálogo de livros de M. D. L. M. 1808 – diz A. Barbier, na sua magnífica obra, verdadeiro monumento de investigação erudita – o autor das *Cartas portuguezas* é designado sob o nome de M.me.de Pédégache⁴⁸ (...) Pédégache não é

⁴⁷ *Dictionnaire des ouvrages anonymes* par Ant. Alex. Barbier. 3ª. ed. & Paris, 1874.

⁴⁸ “Souza acredita que essa Pédégache seria uma freira francesa que usava o nome de Maria Leonor de São Luís e ensinava francês na época em que Mariana estava no convento. Ele supõe que ela ajudou Mariana a traduzir ou

um nome inteiramente desconhecido em Portugal. Parece ter sido o de uma família de origem suíça que veio estabelecer-se aqui (CORDEIRO, 1891, p. 80).

Podemos retomar o exemplo da religiosa Heloísa que, em pleno século XII, foi capaz de escrever belíssimas cartas ao amante, fato que comprova que era possível uma religiosa fazer o mesmo no século XVII.

É claro que a educação de Heloísa, pelo que temos lido, revela-se muito superior ao conhecimento de Mariana, mas isto não fazia dela inculta. Há vários comentários acerca de Heloísa na obra de Luciano Cordeiro. Em um deles podemos ler:

Justamente colocada a par de Heloísa, e superior a Lespinasse, na expressão vibrante, verdadeira, genial, da paixão e da desgraça, em que as excede a ambas, – porque não teve as consolações intelectuais da primeira, nem pode, como a segunda, refugiar-se nas gratas recordações de um amor que só a morte extinguiu, – a *religiosa portuguesa*, glorificada por dois séculos de admiração, através de tantas evoluções do gosto e do sentimento artístico, pareceu-nos sempre acusar, no seu prolongado anônimo, um desamor injusto ou uma vergonhosa incúria da nossa crítica e da nossa solidariedade literária (CORDEIRO, 1891, p. 95; grifo do autor).

Em outro trecho, Luciano Cordeiro descreve a sua impressão sobre as cartas de Mariana, Abelardo e Heloísa. As cartas desta última, provavelmente, passavam pelo período de investigação na época da escrita de Cordeiro. Depois dos estudos de Étienne Gilson parece-nos que não há mais dúvidas acerca da autoria por Heloísa Mas no século XIX as dúvidas acerca da autoria da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa eram muito parecidas com as polêmicas que envolviam as *Cartas* de Mariana:

Onde se revelia a intenção e o engenho de uma obra literária, a nota descritiva, a recreação imaginosa, a informação precisa, o contorno definido, o cunho indeclinável da invenção romântica? Não: se, como dissemos, as *Cartas* deveriam fazer, e fizeram, desde a sua aparição uma impressão profunda, não foi sob o aspecto particular de uma novidade estrangeira, de um fruto exótico trazido de longes terras, mas por alguma razão análoga à que principalmente fez, vinte e seis anos depois, o êxito da tradução do latim, pelo conde Bussy Rabutin, das *Cartas* de Heloísa e Abeillard: – pela verdade ingênua e vibrante da paixão que se retratava nelas através de um francês pouco literário e de uma forma em que se estão adivinhando as dúvidas e as hesitações de compreensão e de interpretação da nossa linguagem corrente (CORDEIRO, 1891, p. 36; grifos do autor).

Na ocasião da escritura das *Cartas*, a mulher sofria muitos preconceitos e certamente Mariana Alcoforado teria sido vítima deles também, conforme conclusão de Myriam Cyr: “O preconceito histórico e o desconhecimento do contexto que possibilitou Mariana Alcoforado escrevê-las colocaram os estudiosos na direção errada” (CYR, 2007, p. 163).

traduziu as cartas de Mariana, o que explicaria o nome de Pèdègache no catálogo. Não foi dado grande crédito à possibilidade de Pèdègache ter traduzido as cartas, mas a presença de Pèdègache no convento pressupõe o ensino de francês” (CYR, 2007, p. 191).

Infelizmente, pelo menos neste momento, não há como atrelar a este trabalho as questões que envolvem a mulher e os preconceitos sofridos por ela ao longo dos séculos. Fica a intenção de retomada do assunto em outra ocasião.

Após a descoberta de Frederick Green e a análise biográfica completa por Deloffre e Rougeot, a tese de autoria das *Cartas* por Guilleragues foi sustentada. Diversos ensaístas acataram essa ideia, inclusive o autor brasileiro Ivan Junqueira, como se pode observar na citação de Leonel Borrela:

Ivan Junqueira é um dos principais autores brasileiros que segue ou pretende seguir de perto nos seus ensaios as posições anti-alcoforadinas defendidas por A. Gonçalves Rodrigues (1935 e 1944), Leo Spitzer (1953), Deloffre e Rougeot (1962), entre outros. Quer dizer: não concorda com a autenticidade portuguesa das cartas e muito menos com a presumível autoria de Mariana Alcoforado (BORRELA, 2007, s/n).

Os comentários publicados por Leonel Borrela, no Diário do Alentejo, em 06 de julho de 2007⁴⁹, são bem fundamentados; nele, podem-se ler as mais justas críticas aos comentários de Ivan Junqueira, e também as diversas menções em estado de irresolução harmônica acerca da autoria das *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado.

Leonel Borrela, em seu estudo, é convincente sobre a autenticidade das *Cartas*; reconhece a contribuição da França ao traduzi-las e encerra a sua obra sintetizando seu ponto de vista:

Acreditamos na autoria portuguesa das *Cartas*, escritas pela mão de Mariana Alcoforado ao marquês de Chamilly. Tal como afirma Barbin, na edição princeps, as *Cartas* foram traduzidas do idioma português para o francês; tal como denunciou Marteau, foram destinadas a Chamilly e traduzidas por Guilleragues (entidade que nunca manifestou qualquer relação com as *Lettres Portugaises*, como pessoa honesta nunca cometeu a fraude que lhe querem impingir); tal como divulgou Boissonade, a sua autora foi Mariana Alcoforado, religiosa num convento de Beja, em Portugal. Os nomes, os lugares e o seu próprio tempo são fatos históricos, intimamente ligados entre si, apontam para a forte possibilidade do (s) encontro (s) amoroso (s) entre os dois presumíveis amantes. Não nos parece uma criação literária, nem um mito. A França, nesta história de amor, já deu o seu contributo ao traduzir as *Cartas Portuguesas*, possivelmente melhorando-as, até e iniciando a sua internacionalização através das suas Luzes, porém, cremos que são portuguesas na sua origem (BORRELA, 2007, p. 120).

Conclui-se, com as declarações de Leonel Borrela e com os estudos citados anteriormente, que Mariana Alcoforado deve ser mesmo a autora das *Cartas*. A problemática em defender a autoria das *Cartas* por Mariana Alcoforado é grande. Após 347 anos da publicação das *Cartas Portuguesas*, ainda encontram-se pesquisadores, escritores e amantes

⁴⁹ Todo o texto pode ser lido no blog do autor. Disponível em: <<http://lettres-portugaises.blogspot.com.br/2009/08/as-lettres-portugaises-e-ivan-junqueira.html>> Acesso em 16/02/2016.

pela literatura interessados nos mistérios que consternam os leitores acerca de polêmicas e opiniões antagônicas sobre as *Cartas*.

Torna-se pertinente voltar a tocar na questão da religiosa Heloísa. Se uma religiosa pode escrever cartas a um amante no século XII, conforme foi comprovado em outra parte deste trabalho, o que impediria que Mariana fizesse o mesmo no século XVII?

Muitas são as incoerências que surgem quando se pensa em Guilleragues como autor das *Cartas*. Muitas são as obras que defendem a autoria das *Cartas* por Mariana Alcoforado com fidedignidade. Entretanto, o fato de os originais nunca terem aparecido dificulta a comprovação da escrita das *Cartas* por Mariana Alcoforado. Mesmo assim, aqueles que defendem a autoria das *Cartas* têm respaldos suficientes que podem garantir a autoria das mesmas por Mariana.

2 O GÊNERO EPISTOLOGRÁFICO

2.1 Histórico do gênero

A partir do ponto de vista de especialistas como James Murphy, ao estudar a Retórica na Idade Média (1996), torna-se possível compreender que o envio de mensagens passou por um longo processo de desenvolvimento e transformações até que a transmissão de mensagem escrita fosse efetivamente constituída. Isto porquê poucos tinham acesso ao conhecimento, que no medievo inicialmente se inscrevia nas disciplinas do *Trivium*, objetos do ensino universitário em seus primórdios no Ocidente. E a Retórica, uma delas,

Ao lado da Gramática e da Dialética, constituiu diretrizes para os poucos que tinham acesso à leitura e à escrita na Idade Média, tanto no que toca à composição, quanto à interpretação dos textos (MALEVAL, 2010, p. 69).

As obras clássicas contribuíram muito para o desenvolvimento da Retórica medieval, pois, “a história das artes do discurso na Idade Média é, pelo menos em parte, a sobrevivência das obras clássicas” (MURPHY, 1986, p. 142 apud MALEVAL, 2010, p. 69).

Para explicar as origens do gênero epistolar faz-se necessário mencionar neste capítulo a história do gênero e sua evolução com algum detalhamento, sempre seguindo as lições de James Murphy, especificamente o capítulo V, e outras breves teorizações.

É importante lembrar que “o uso de enviar mensagens orais à distância, de uma pessoa a outra, aparece nos mais primitivos testemunhos da civilização ocidental” (MURPHY, 1986, p. 202; traduzimos). E, para que a escrita de epístolas tivesse início, a forma tradicional na Antiguidade de enviar mensagens orais por meio de mensageiros precisou ser aprimorada. Murphy lembra que, algumas vezes, os mensageiros também portavam documentos escritos para que fossem lidos aos destinatários. Assim eram transmitidas as mensagens no mundo antigo, por meio da prática da retórica⁵⁰, que era defendida por Cícero e Quintiliano⁵¹ como a base da ordem social (MURPHY, 1986, p. 202).

⁵⁰ Durante muito tempo, a retórica teve como “sua significação fundamental, o método de construir o discurso artisticamente” (CURTIUS, 1996, p. 101). Mas a retórica também temo “papel fundamental, e original, de indicar nos discursos os meios de persuasão usados na argumentação” (...) (MALEVAL, 2010, p. 71).

⁵¹ “Se na Idade Média as lições de Aristóteles (384-322 a. C.) e Cícero (65-27 a. C.) foram as fontes por excelência para o conhecimento da Retórica, no fim do período medieval, estendendo-se pelo Renascimento e depois, Quintiliano (30-100 d. C.), com Instituto oratoire, e o Cícero maduro, autor de *De oratore*, estiveram em

A Retórica antiga preconizava como objetivo principal descobrir meios de persuasão de acordo com a situação de cada discurso. Nenhuma outra arte teria essa mesma função. As demais artes têm a função de instruir e persuadir dentro das áreas que lhes competem, mas não sobre o discurso (ARISTÓTELES, 2005, p. 33). Com o passar dos séculos, na

confluência do legado clássico e do substrato judaico-cristão, tem origem a arte da predicação (*ars praedicandi*⁵²), que, juntamente com a gramática preceptiva ou retórica da versificação (*ars poetriae*) e com a arte epistolar (*ars dictaminis*), compunha o estudo do discurso na Idade Média (MALEVAL, 2008, p. 7).

Assim, no medievo, o estudo do discurso incluía a arte epistolar. O escopo deste trabalho requer concentração nessa arte, sua origem e evolução no Ocidente, tema que é tratado no capítulo V da obra de James Murphy, no qual o autor menciona que

Até o século IV cristão, não houve nenhuma análise das epístolas nas obras dos retóricos romanos. Nesse período, C. Julius Victor⁵³ depois apresentou um resumo da tradição retórica ciceroniana, em *Ars Rhetorica*, dividida em três apêndices: *De exercitatione*, *De sermocinatione* e *De epistolis*, o primeiro trata das virtudes da prática, mas o segundo é mais importante, porque assinala de imediato que a teoria retórica regular não inclui o *sermo* (discurso informal) (MURPHY, 1986, p. 203; traduzimos).

C. Julius Victor, no apêndice que trata de *epistolis*, defende, que há dois tipos de cartas, segundo estudos clássicos, as *negotiales* e as *familiaris*. As cartas oficiais, ou *negotiales*, eram apresentadas por um texto argumentativo, erudito, polêmico e podiam apresentar linguagem figurada, conforme os discursos. As cartas *familiaris* deveriam ser breves e claras. Estas eram as suas principais características, mas também era preciso considerar a posição social do destinatário e do remetente, que se distinguiam por meio dos cumprimentos e assinaturas das cartas (MURPHY, 1986, p. 203).

Na redação de epístolas negociais, diz C. Julius Vitor, são admitidas a erudição e a elocução ornada, de modo que se podem usar de praticamente todos os preceitos oratórios, como figuras, sentenças, palavras luminosas etc, mas o uso desses recursos deve ser feito de maneira tal que não descaracterize a epístola. (...) Às epístolas familiares recomenda-se sobretudo a brevidade; não convém dar muitas voltas em torno do mesmo caso. A clareza também tem fundamental importância justamente porque remetente e destinatário estão longe um do outro e não podem, como num diálogo, pedir para que se repita ou explique o que foi dito, razão pela qual se deve evitar o emprego de provérbios desconhecidos e palavras raras (MARTIN, 2010, p. 33).

grande voga. Aliás, esta última obra foi claramente seguida por Santo Agostinho (2002) (...)” (MALEVAL, 2008, p. 2).

⁵² A obra de Cícero atravessou toda a Idade Média e, assim, influenciou na formação da *ars praedicandi* (MALEVAL, 20010, p. 91).

⁵³ Gaius Julius Victor, viveu no século IV e foi um escritor de retórica. Seu manual *Ars Rhetorica* foi de extrema importância para facilitar a compreensão dos textos de Cícero e Quintiliano.

Sobre a escrita de cartas, Julius Victor faz observações muito gerais, baseadas nas próprias experiências, e não constitui uma teoria bem formulada. Entretanto relaciona a carta com o *sermo*⁵⁴ e declara que uma carta é um tipo de conversação, fato que Demetrio⁵⁵ já teria mencionado três séculos antes (MURPHY, 1986, p. 204).

Victor não teve seguidores e se passaram quase sete séculos até que um teórico divulgasse questões relacionadas à essência da carta, ao papel do escritor ausente e às diferentes formas de dirigir-se a outras pessoas, “pois a função pragmática da epístola consiste, justamente, em substituir a comunicação oral, ou seja, a conversa com presentes” (MARTIN, 2010, p. 25).

As epístolas foram consideradas durante séculos como uma forma de arte e também como uma ramificação da literatura. Por exemplo, as cartas de Santo Agostinho, que têm características de documentos literários e filosóficos, e as cartas de São Jerônimo, que também foram muito divulgadas. Contudo, as cartas de Santo Agostinho e as de quase todos os seus colegas do século IV seguiram o modelo divulgado por Quintiliano. (MURPHY, 1986, p. 204).

Após o desaparecimento dos discípulos desses filósofos do século IV e a decadência do Império Romano, nos séculos V e VI, não há registros de escritores capazes de apresentar uma arte epistolar original.

No período da dinastia Merovíngia⁵⁶ e da dinastia Carolíngia⁵⁷ os príncipes e reis não sabiam ler nem escrever e, por conta disso, tornou-se necessário produzir grandes mudanças no que se refere às transmissões de mensagens. Conforme as informações concedidas por James Murphy (1996) e confirmadas por Curtius (1996), já existiam fórmulas epistolares nesse período:

(...) nos tempo merovíngios e carolíngios já existiam os modelos de carta (chamados *formulae*), que chegaram em coleções especiais até nossos dias. Era algo indispensável para as chancelarias reais e eclesiásticas. Desde o fim do século XI, porém, passou-se da teoria à prática. Mandavam-se antecipadamente preâmbulos e preceitos dos modelos epistolares (CURTIUS, 1996, p. 116).

⁵⁴ O vocábulo latino *sermo* chegou ao nosso idioma como sermão. De acordo com a primeira acepção do termo, informada pela Real Academia Española (RAE), um sermão é uma predicação que realiza um clérigo cristão para ensinar algo aos fiéis.

⁵⁵ Demetrio de Corinto foi um filósofo grego, nascido em Ática. Era amigo de Sêneca e viveu em Roma durante os reinos de Calígula, Nero e Vespasiano. Fonte: Biografías y Vidas. Demetrio el Cínico. [online]: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/d/demetrio_el_cinico.htm> [Consulta: 07 jan. 2016].

⁵⁶ O Império ou Reino Merovíngio perdurou entre os anos de 481 a 751.

⁵⁷ Carolíngia ou carlovíngia é o nome da dinastia franca que sucedeu aos merovíngios (751), com Pepino, o Breve, e restabeleceu o Império Romano do Ocidente de 800 a 887 (principalmente sob Carlos Magno). Seus últimos representantes reinaram na Alemanha até 911 e na França até 987.

Cassiodoro ⁵⁸, ministro do rei Teodorico I, apresentou detalhadamente tais mudanças por meio de cartas recolhidas em doze livros, obra conhecida pelo nome *Variae* ⁵⁹, na qual Cassiodoro inclui uma cópia da “*fórmula de la cuestura*”, que apresentava ordens do rei para se referir às suas próprias obrigações; e ainda explica como aquele que escreve deve se comportar:

O “cuestor” deve conhecer nossos mais íntimos pensamentos, de modo que possa expressá-los aos nossos súditos (...). É preciso estar sempre pronto a ser chamado de súbito e deve exercer os maravilhosos poderes que, como tem indicado Cícero, são inerentes à arte do orador (...). Há de se falar as palavras do Rei na presença deste (...) com os acessórios adequados (CASSIODORO, s. VI, apud MURPHY, 1996, p. 205; traduzimos)

Carlos Magno ⁶⁰ e Teodorico, não possuíam as habilidades da escrita e o nível cultural deles era muito baixo. Por conta disso, não podiam ditar uma carta conforme faziam os antigos Júlio César ⁶¹ e Cícero, homens de alto nível cultural, que tinham por hábito escrever as próprias cartas ⁶²(MURPHY, 1986, p. 206). A solução para o problema do baixo nível cultural foi nomear um ministro verbal para proceder da mesma forma que era feita nos séculos V e VI d. C., período em que Cassiodoro teve grande destaque, conforme indica Curtius (1996).

Na primeira metade do século VI, a antiga retórica ainda encontra, com Cassiodoro, relação com a vida política na Itália. As epístolas oficiais que Cassiodoro escreve por incumbência dos reis ostrogodos Teodorico e Atalarico respiram ainda sentimentos da Antiguidade (CURTIUS, 1996, p. 114).

Teodorico tinha a lealdade do neto Atalarico e do sobrinho Teodato, para os quais Cassiodoro estava a serviço. Estes dois, embora jovens, trabalhavam em restaurações dos

⁵⁸ Cassiodoro, Filósofo e escritor latino, discípulo e amigo de Boécio, fundou o Monastério de Vivarium, na Itália, onde reuniu uma grande biblioteca. Foi um dos grandes transmissores da cultura latina no cristianismo. Suas obras de destaque foram *Variae e la Crónica o Historia de los godos*. Fonte: Biografías y Vidas. Cassiodoro. [online]: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/c/Cassiodoro.htm>> [Consulta: 07 jan. 2016]

⁵⁹ “Cassiodoro, assim como os reis godos, tinha em grande consideração a conservação das antigas obras de arte, distribuídas por todas as partes nas antigas cidades e, em muitos casos, necessitando de cuidados. Uma demonstração disso é uma carta enviada, em nome de Teodato, ao prefeito de Roma. Trata-se de umas cartas, entre aquelas que estão nas *Variae*, mais interessantes do ponto de vista da história da conservação e do restauro” (CAMPANELLI, 2014, p. 253).

⁶⁰ Carlos Magno, filho de Pepino, o mais famoso e importante dos reis francos. Restaurou o Império Ocidental e governou até o ano de sua morte, 814. Fonte: Biografías y Vidas. Carlos Magno. [online]: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/c/carlomagno.htm>> [Consulta: 07 jan. 2016].

⁶¹ Julio César, ou (Caio Julio César) militar e político cuja ditadura pôs fim à República de Roma, filho de uma das mais nobres famílias romanas. Caio Julio César foi esmeradamente educado por grandes mestres gregos. Fonte: Biografías y Vidas. Julio César. [online]: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/c/cesar.htm>> [Consulta: 07 jan. 2016].

⁶² Cícero algumas vezes não desejou escrever usando o próprio punho; então contava com o a ajuda de seu secretário e taquígrafo Tiro, cujas habilidades permitiam que ele fizesse todas as anotações do rápido discurso de Cícero (MURPHY, 1996, p. 206).

monumentos antigos, em Constantinopla, “uma cidade, por sua vez com mais riqueza e esplendor do que a antiga Bizâncio, especialmente durante o reinado de Justiniano, desapareceriam para sempre preciosas memórias do passado” (CAMPANELLI, 2014, p. 246).

Cassiodoro foi uma figura importante em defesa da restauração e conservação de monumentos. E em suas cartas sobre a necessidade de cuidar do bem cultural diz, que “esse tipo de intervenção requer uma ação contínua e, conseqüentemente, a identificação de encargos fixos” (CAMPANELLI, 2014, p. 254).

Ele também colaborou muito com a conservação de documentos literários, que depois de sua morte foram mantidos durante algum tempo dentro dos mosteiros.

Cassiodoro, depois de um período incerto de parada forçada em Constantinopla, voltou às suas propriedades no sul da Itália, (...) para onde transportou sua riquíssima biblioteca, formada por muitos textos sacros e também por obras dos melhores escritores pagãos; ali se ocupou da organização sistemática do primeiro mosteiro dedicado à conservação, ao estudo e à perpetuação dos principais textos do passado. Ele preocupou-se em dotar seus monges de todas as indicações úteis para uma correta transcrição e, também, de um verdadeiro trabalho de “restauro” literário, entendido no sentido crítico e filológico, como bem explicitado nos seus últimos escritos, em particular nas *Institutiones*. (...) E, no entanto, foi graças à sua obra que não apenas muitos monumentos antigos foram restaurados, durante o governo dos Godos, mas também uma grande parte da sabedoria antiga, associada aos valores cristãos (como instrumento privilegiado na interpretação dos textos sacros e das obras dos Pais da Igreja), foi conservada, restaurada e salva, dentro dos mosteiros cristãos, de um desaparecimento, de outro modo, inevitável (CAMPANELLI, 2014, p. 254-255).

Nos séculos VII, VIII e IX houve uma brusca queda na alfabetização dos reis e também uma decadência na educação, fato que distanciava cada vez mais a possibilidade de encontrar um homem de cultura semelhante à de Cassiodoro ⁶³ para atender às necessidades dos reis.

Mas isto não significa que não existiram grandes intelectuais naquela época, como, por exemplo, São Gregório Magno ⁶⁴. Este, na condição de Papa, teria escrito belíssimas cartas, cujo modelo, mais tarde, foi chamado pelos gramáticos de *stilus gregorianus* (MURPHY, 1986, p. 207).

⁶³ Sendo o principal elaborador de fórmulas dos ostrogodos, Cassiodoro, secretário e depois primeiro-ministro do rei Teodorico, incluiu em sua *Variae (epistolarum)* libri XII, particularmente nos livros seis e sete, e, como ele diz, para a orientação de seus sucessores, um grande número de atas e cartas elaboradas por ele por seu mestre real. É um verdadeiro receituário. Esta coleção data de antes de 538 (PL, LXIX). O Servita Canciani levou noventa e dois destes formulários de Cassiodoro e os incluiu em sua *Barbarorum leges Antiquae* (Veneza, 1781, I, 19-56). Fonte: Catholic Encyclopedia. *Formularies*. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/06141a.htm>>. Acesso em: 01 mar 2016.

⁶⁴ São Gregório Magno nasceu em Roma e era membro de uma família de patrícios romanos. Tornou-se Papa em 590 e faleceu em 604. Fonte: Biografias y Vidas. San Gregorio I Magno. . [online]: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gregorio_i.htm> [Consulta: 07 jan. 2016].

A Igreja e o Estado passaram a escrever os mais variados tipos de mensagens, decretos, decisões, etc. Esses escritos serviram de exemplos para futuros escritores. No entanto, ainda havia a necessidade de se criar um modelo para facilitar a escrita de cartas. Por conta disso, as primeiras fórmulas foram criadas:

Uma solução pronta ao problema de escrever acerca de tais situações recorrentes foi rabiscar uma fórmula, isto é, fórmula normalizada que se pudesse copiar segundo as circunstâncias. As primeiras fórmulas medievais contêm, normalmente, um espaço em branco para colocar um nome, ou indicar com a letra N (nome) que se deve inserir um nome (MURPHY, 1986, p. 207; traduzimos)

Formulários medievais são coleções de modelos para a execução de documentos, públicos ou privados; com espaços para inserção de nomes datas e circunstâncias particulares de cada caso. Por meio de tais formulários, tornava-se possível elaborar documentos importantes com informações específicas. Desta forma, os documentos eram preenchidos de forma eficiente, reduzindo a margem de erros de interpretação para gerar os documentos. Assim foi divulgada a arte de elaboração de documentos públicos e privados.

Alguns desses fomulários são bastante conhecidos, *Formulae Andegavenses*, *Formulae Arvernenses*, *Formulae Marculfi*, *Formulae Turonenses*, *Formulae Bituricensis*, *Semonenses*, *Formulae Pitboei*, *Formulae Merkelianae*⁶⁵ (MURPHY, 1986, p. 208). Murphy indica ainda que havia um número muito grande de fórmulas que foram difundidas nos séculos VII, VIII e IX na região que corresponde à França moderna.

Vários reinos bárbaros utilizaram fórmulas: Os ostrogodos, como já dito, representados por Cassiodoro, os visogodos, os francos, conforme mencionado por Murphy, os alamanos e os romanos.⁶⁶

Um estudo em uma das fórmulas de *Marculfi* tornou possível descobrir que se tratava de documentos cujo objetivo era transmitir um testemunho escrito de um ato oficial, mais especificamente, de uma relação entre senhor e vassalo. Em outros escritos identificou-se características de documentos de autorização, que deveriam ser guardados pelo receptor e divulgados em momento propício ou em ocasião de necessidade de defesa de seus direitos (MURPHY, 1986, p. 208).

Desta forma, a maior parte das fórmulas da primeira Idade Média trata das relações entre pessoas e enfatiza a importância de se conservar um documento escrito. Além disso, era

⁶⁵ ANEXO P – Formulários Medievais elaborados pelos Francos.

⁶⁶ Fonte: Catholic Encyclopedia. *Formularies*. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/06141a.htm>>. Acesso em: 01 mar 2016.

evidente que as fórmulas não seriam suficientes para atender as mais variadas demandas e era preciso sofrer diversas adaptações (MURPHY, 1986, p. 210).

Até o ano 1000, o nível de educação da Europa era o mais baixo desde o século IV d.C. Embora o sistema escolar romano tivesse sobrevivido à queda do Império Romano, especialmente na França e na Espanha foi possível notar o baixo desenvolvimento da educação no século VII e início do século VIII.

Ao norte dos Alpes não havia instituição de ensino que pudesse ser chamada de universidade, e na Itália – nas cidades de Bolonha e Salerno – a instalação de universidades era ainda embrionária. Portanto, com tantas dificuldades na área da educação, não havia possibilidades de se encontrar exímios escritores voltados para a arte epistolar (MURPHY, 1986, p. 210).

A *Ars Dictaminis*⁶⁷, em seu estilo em prosa, teve seu desenvolvimento em um convento beneditino localizado sobre uma colina rochosa, a oeste da cidade de Cassino, na Itália, o Monte Cassino. O precursor foi o monge Alberico de Montecassino, o primeiro a vincular a retórica com o gênero epistolar. Alberico é considerado o fundador da *Ars Dictaminis*, que teve grande desenvolvimento nos séculos XII e XIII. Essa teoria foi difundida, principalmente, por seu discípulo Juan de Gaeta⁶⁸ e se espalhou para a Itália e França (MURPHY, 1986, p. 211).

A transição entre as convenções da retórica clássica e o surgimento de novas fórmulas retóricas, em particular a *Ars Dictaminis*, é melhor ilustrada por um exame de uma das obras de Alberico de Montecassino, o monge do século XI, geralmente creditado como fundador do gênero. Foi um professor e estudioso dos textos retóricos clássicos no mosteiro mais antigo da Europa Ocidental. E seu principal interesse pela *ars dictaminis* foi a aplicação dos princípios retóricos à arte epistolar. Duas de suas obras, *Dictaminum radii* e *Flores rhetoric*, abordam a retórica; e *Breviarium de dictamine* é uma obra dedicada, especificamente, ao estudo epistolar⁶⁹ (MURPHY, 1986, p. 211).

⁶⁷ “No século XI encontramos um novo desenvolvimento. Agora a estilística é tratada como teoria do *ornatus*, em poesias didáticas [...] Muito mais importante é, nessa mesma época, a formação de um novo sistema de retórica: a *ars dictaminis* ou *dictandi*. Ela nasce das necessidades das praxes administrativas e destinava-se, em primeira linha, a criar modelos para a composição de cartas e documentos” (CURTIUS, 1996, p. 115).

⁶⁸ Juan de Gaeta, discípulo de Alberico, teve grande participação na difusão do *cursus*, no início do século XII, enquanto ocupava o cargo de conselheiro papal. Juan de Gaeta foi eleito papa (Gregório II) entre 1118 e 1119. Fonte: Biografias Y Vidas – Gelasio II

[online]<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gelasio_ii.htm>[Consulta: 07 jan. 2016].

⁶⁹ No século X, o uso destes formulários se reduziu. No século XI recorriam a eles mais raramente, porque outros métodos passaram a ser introduzidos. Os tratados especiais de instrução começam a ser preparados. A arte epistolar tem o seu início. O mais antigo desses tratados é o "*Breviarium de dictamini*", de Alberico de

Dictaminum radii apresenta claramente as formas gramaticais da retórica, valorizando o ato de escrever mais do que o ato de falar. Alberico parece ter tido outras intenções quando escreveu *Dictaminum radii*. A primeira delas seria desenvolver algumas de suas primeiras teorias e elevar suas ideias a um nível superior às rudimentares, já mencionadas anteriormente; e, utilizando as mesmas palavras, chegar a uma composição definitiva de ideias. Em segundo lugar, derrubar seus adversários, dos quais ele não menciona os nomes, mas afirma que “seu livro deixará o seu adversário silencioso, mudo, admirado e surpreso” (MURPHY, 1986, p. 212; traduzimos).

Dictaminum radii se concentra, principalmente, em dois eixos que estão ligados entre si, o exórdio e as figuras de elocução. Os exórdios prendem-se à parte preliminar da elocução, palestra, redação ou escrito, durante a qual, normalmente, se elabora uma noção geral do que se vai falar ou tratar no começo do discurso; as cores referem-se a um estudo seletivo de 19 figuras específicas relacionadas à linguagem (MURPHY, 1986, p. 212).

Além disso, apresenta seções curtas divididas da seguinte forma: Prólogo; Propriedades do proêmio; Divisões do discurso. Regras da *salutatio*; Vícios de dicção; Figuras de dicção; Tropos e outras figuras; Figuras de pensamento; Outras figuras; As abordagens mais longas seriam acerca do exórdio, proêmio e *salutatio*. “Alberico lembra a seus leitores as partes do discurso (...) exórdio, narração, argumentação e conclusão” (MURPHY, 1986, p. 213; traduzimos). Seguia, pois, às quatro partes do discurso aceitas por Aristóteles:

(...) Aristóteles, no tocante às partes do discurso (...), condensara-as em duas, aceitando, no máximo quatro partes; ao passo que Cícero, da mesma forma que a *Retórica a Herênio*, considera seis partes: *exórdio*⁷⁰, *narração*⁷¹, *divisão*⁷², *confirmação*⁷³, *refutação*⁷⁴ e *conclusão*⁷⁵ (MALEVAL, 2010, p. 92; grifo nosso).

Montecassino. Fonte: Catholic Encyclopedia. Formularies. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/06141a.htm>>. Acesso em: 01 mar 2016.

⁷⁰ “O exórdio, como vimos em Aristóteles, é a parte inicial do discurso, onde se busca dispor favoravelmente o auditório para o que será apresentado, tornando-o benévolo, atento, dócil” (CÍCERO, 1997, p. 16 apud MALEVAL, 2010, p. 92).

⁷¹ “A narração é a exposição dos fatos tal qual aconteceram ou poderiam acontecer, possuindo três gêneros: a causa mesma, a controvérsia, a digressão encaixada e a que se faz para exercitação da fala ou da escrita, para o deleite, não sendo pertinente às causas cíveis. Podem assentar-se sobre acontecimentos dos mais ou menos passíveis de verdade ou verossimilhança, desde a história (fatos passados considerados verdadeiros) e o drama (fatos imaginados, possíveis de ocorrer) até fábulas (fatos nem verdadeiros nem verossímeis); ou ainda sobre pessoas, sua linguagem e caráter” (CÍCERO, 1997, p. 21 apud MALEVAL, 2010, p. 93).

⁷² “Quanto à divisão da causa, destaca a sua fundamental importância para a clareza do discurso. E propõe duas partes: a primeira deve estabelecer em que discordamos do adversário, destacando-se o ponto preciso a ser observado pelo auditório” (CÍCERO, 1997, p. 24 apud MALEVAL, 2010, p. 94).

⁷³ “A confirmação é a parte do discurso que, “pela argumentação, traz à causa a força da convicção, da autoridade e da fundamentação” (CÍCERO, 1997, p. 27 apud MALEVAL, 2010, p. 94).

⁷⁴ “A refutação consiste na argumentação que dissolve ou debilita ou ironiza as razões do adversário” (CÍCERO, 1997, p. 49 apud MALEVAL, 2010, p. 94).

⁷⁵ “Para a conclusão, que é a saída e arremate do discurso, diferindo de Aristóteles, que nela observava quatro partes, estabelece três partes: a enumeração, que reúne sumariamente o que foi dito dispersa e confusamente; a

A divisão em quatro partes de um discurso apresentada por Alberico - exórdio, narração, argumentação e conclusão - é uma redução da divisão das partes encontrada na *De inventione* de Cícero e na *Retórica de Herênio*.

Alguns manuais utilizam uma frase em latim como sinônimo de *exordio*, sobre a qual se pode concluir que as primeiras partes de uma carta seriam “*salutatio y captatio benevolentiae*”, configurando assim, o começo de um discurso, (MURPHY, 1986, p. 214), que nada mais é do que o exórdio.

Sobre a relação entre *salutatio* e *exordio*, “a saudação vem em primeiro lugar, como é óbvio, e é independente do exórdio (...)” (MURPHY, 1986, p. 214; traduzimos). A *salutatio* e o *exordio* somente podem ser utilizados na escrita de cartas, devendo-se considerar “(...) a pessoa a quem se envia e a que envia (...) (MURPHY, 1986, p. 214; traduzimos). Sugere-se também “(...) a relevância de avaliar se tais pessoas estão no mesmo nível ou em dois distintos, se são amigos ou inimigos, e finalmente quais são suas atitudes e posses” (MURPHY, 1986, p. 214; traduzimos). Tais considerações retomam a tradição retórica ciceroniana, trazida por C. Julius Victor no século IV.

A discussão de Alberico sugere que o autor provavelmente fez uma adaptação das partes da *Retórica a Herênio* e *De inventione*, de Cícero. Alberico parece transformar o exórdio em “saudação e captação benevolente”, além de omitir as partes “divisão, confirmação e refutação”; e acrescenta a “petição”. Só mantém a narração e a conclusão.

Assim, o leitor é levado a crer que os argumentos que ele usa são os mesmos usados por Aristóteles e Cícero para explicar as partes do discurso.

Murphy continua as suas considerações a respeito das argumentações de Alberico. Este explica que “depois da saudação vem o exórdio (...), após este a narração, que será ser fidedigna (honesta), se for breve e clara” (MURPHY, 1986, p. 214; traduzimos).

Tais considerações, novamente, resgatam as características das cartas *familiaris*, de Cícero, indicadas por C. Julius Victor. Depois de tais explicações, Alberico apresenta um estudo sobre a brevidade com exemplos de Salustio; e também sobre as cores ou ornamentos do discurso, exemplificando com extratos da poesia de Virgílio e dos discursos de Cícero, em uma mescla de ilustrações retóricas e gramaticais (MURPHY, 1986, p. 214). Aristóteles já teria comentado acerca da clareza:

indignação, que estimula o ódio a alguém ou impinge grave ofensa a algo, através dos mesmos lugares usados na confirmação e outros quinze ora apresentados; e o lamento, que objetiva alcançar a misericórdia dos ouvintes, fornecendo-se-lhe dezesseis tópicos” (CÍCERO, 1997, p. 59-65 apud MALEVAL, 2010, p. 95).

Consideremos, por conseguinte, que estas questões foram já examinadas e proponhamos como definição que a virtude suprema da expressão enunciativa é a clareza. Sinal disso é que se o discurso não se comunicar com clareza, não perfará a sua função própria. E ele nem deve ser rasteiro, nem acima do seu valor, mas sim adequado (ARISTÓTELES, 2005, p. 244).

Murphy (1996, p. 214) enfatiza a primeira intenção de Alberico, que não era oferecer uma análise exaustiva dos temas, e, sim, apresentar os avanços alcançados por ele sobre os assuntos que os leitores da época já eram conhecedores. Por exemplo, ao fazer os cumprimentos em uma carta, “assunto, pessoa e propósito” (MURPHY, 1986, p. 214; traduzimos) deviam ser considerados.

Importantes observações são trazidas por Murphy (1996, p. 215) acerca das considerações de Alberico sobre a arte epistolar. A primeira diz que “está muito clara a sua convicção de que é próprio aplicar os princípios retóricos tanto ao escrever como ao falar” (MURPHY, 1986, p. 214; traduzimos). Na segunda observação, Alberico “tinha ensinado aos seus discípulos de Montecassino que as partes ciceronianas do discurso podiam aplicar-se à composição de epístolas ou cartas” (MURPHY, 1986, p. 215; traduzimos).

Essas contribuições possibilitaram o reconhecimento de Alberico “como o pai da *Ars Dictaminis* medieval” (MURPHY, 1986, p. 215; traduzimos), rótulo que confirmou-se após a publicação de sua segunda obra, *Breviarium de dictamine*, dedicada a dois de seus discípulos Gundfrid e Guido. Contudo, Murphy (1996) conclui que talvez Alberico tenha herdado a tradição educativa de Monte Cassino, e nunca será possível ter-se a certeza de que as obras *Dictaminum radii e Breviarium de dictamine* foram os elementos responsáveis para que Alberico fosse considerado “o primeiro a aplicar criticamente a retórica à arte epistolar” (MURPHY, 1986, p. 217; traduzimos).

A respeito da obra de Alberico, Murphy (1996), conclui:

(...) nas obras de Alberico pode-se apreciar quase todos os elementos da *Ars Dictaminis*, completamente desenvolvida: a relação da retórica com o gênero epistolar; a normalização das partes da carta; a ênfase colocada nos cumprimentos; e seções introdutórias, distinguindo os níveis sociais dos destinatários; o uso recomendado das cores; a inclusão de modelos de cartas e formas oficiais, e até, se minha conjectura estiver correta, a exortação ao emprego da prosa rítmica na escritura de cartas (MURPHY, 1986, p. 218; traduzimos).

Então, “pode-se dizer que os tratados de Alberico refletem um interesse particular muito extenso acerca dos temas gramaticais e retóricos” (MURPHY, 1986, p. 218; traduzimos), como o tipo prosaico da arte epistolar em oposição ao métrico. Para Murphy (1996), Alberico desejava produzir uma definição concreta, com esquemas e temas das

técnicas do gênero epistolar; e o ato de escrever cartas era uma tarefa de vertentes artística e humanística (MURPHY, 1986, p. 218). Para esclarecer sobre as partes do tipo prosaico, Pécora diz:

Em qualquer caso, as composições prosaicas admitem cinco partes fundamentais: *salutatio*, (...) *captatio benevolentiae* (...) *narratio* (...) *petitio*, e, finalmente, *conclusio*. O conjunto destas partes certamente tem ainda como referência de disposição as seis partes da *oratio* de Cícero, submetidas contudo ao crivo do que se supôs ser conveniente ao discurso escrito informal (PÉCORA, 2001, p. 21)

Cícero esclarece sobre as partes do discurso:

(...) aquelas quatro, cinco, seis ou até mesmo sete, (...), que nos manda iniciá-lo de tal maneira que possamos tornar os ouvintes benevolentes, atenciosos e dóceis; e em seguida, contar a história, a narrativa, e assim por diante, como se fosse a verdade da história, e que, como a abertura, deve ser breve; depois disto, dissecar ou definir o assunto; confirmar as nossas razões e argumentos Ou, ao contrário, refutar; (...). Um lugar chamado peroração (...) e depois tirar a conclusão. (Cic. Or. LII, 80; traduzimos).

Murphy (1996, p. 218) explica que até à década de 1080 um novo modelo da *Ars Dictaminis* já existia na Itália Central. Quanto ao fato da *Ars Dictaminis* ter tido a sua origem nos fundamentos retóricos, Murphy (1996, p. 219) questiona se a arte continuaria seguindo os preceitos humanistas ou se desenvolveria uma técnica própria.

Os estudos que envolvem a arte epistolar continuaram em Bolonha algumas décadas depois de Alberico, e vários escritores deram forma aos detalhes da *Ars Dictaminis* com certa estabilidade, por mais de trezentos anos. As obras aí escritas foram desenvolvidas por professores laicos e não por religiosos. Alguns nomes importantes foram: Adalberto Samaritano, Hugo de Bolonha, Enrique Francigena, Bernardo de Romaña, Maestro A e Balduíno (MURPHY, 1986, p. 219).

Está claro que o estudo da retórica visava capacitar estudiosos a escrever cartas oficiais e documentos, com a máxima clareza e força persuasiva. Aristóteles, sobre a persuasão, diz:

As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispões o ouvinte; e outras; no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

A intensificação dos estudos nesse campo continuava em pleno desenvolvimento e Adalberto de Samaria teve um papel de destaque enquanto professor de retórica em uma Universidade que queria formar advogados e juízes (MURPHY, 1986, p. 221)

Adalberto Samaritano, um *dictador*, ou seja, um instrutor da *Ars Dictaminis* destacou-se com a obra, *Os preceitos da epistolografia, Praecepta dictaminum* (1111-1118). No tratado, Adalberto defende que o grau de relacionamento entre as pessoas, que fica explícito na saudação, pode gerar diferentes tipos de cartas, a saber, *sublimis, mediocris e exilis* (MURPHY, 1986, p. 221).

Hugo de Bolonha, também teve grande destaque naquela ocasião e publicou *Rationes dictandi prosaice* (1119-1124), que era um tratado teórico com alguns modelos de cartas,

(...) no qual especifica dois tipos básicos de *dictaminem*: o *prosaico* em que vai concentrar-se, e o *métrico* (cuja composição guarda medida por pés, por número de sílabas e rima, ou combina prosa e verso). As *saudações*, sempre em terceira pessoa, definem-se segundo três categorias de pessoa (superior, igual, inferior) e é um dos lugares para se obter a boa vontade do leitor.

Além delas, a carta admite mais três partes: *exórdio* (cuja função é predispor o leitor para o que se segue); *narração* (que faz o relato do fato); e *conclusão* (PÉCORA, 2001, p. 20).

Murphy (1996; p. 225), mostra alguns modelos de saudações apresentadas por Hugo: do papa ao imperador; do imperador ao papa; do bispo ao papa; do papa ao bispo; do bispo aos seus subordinados; dos subordinados a seu bispo; para discípulos que solicitam aprender de um professor; a um mestre; ao padre; a um amigo; de um abade ao monge; ao irmão; a um soldado; ao amigo, e destaca:

(...) vale a pena analisar a índole desses modelos, dado que as *Rationes dictandi* não apresentam a primeira aproximação sistemática do problema de fornecer um material adequado de cumprimentos para os diversos níveis de destinatários (MURPHY, 1986, p. 225; traduzimos).

Também em Bolonha, foi publicada, anonimamente, a obra *Rationes dictanti*, republicada por Murphy em 1971, sob o título, *Three Medieval Rhetorical Arts*. Segundo Murphy (1996), a obra define a composição escrita como “a exposição por escrito de certa matéria, seguindo a ordem devida (...) algumas composições escritas são métricas, outras rítmicas e outras prosaicas” (MURPHY, 1986, p. 229; traduzimos). As métricas (com pés⁷⁶ e duração), as rítmicas (com número regular de sílabas) e as prosaicas (que seguem ordem contínua e própria de acordo com as regras gramaticais).

⁷⁶ O pé é a menor unidade métrica da poesia grecolatina. Os gregos e latinos declamavam os versos indicando a medida com o pé. Por isso o nome de pés com que se designam as divisões do verso. O pé compreende duas partes: uma correspondente ao tempo marcado (ou forte) assinalado com o acento de intensidade ou ictus, e a outra que coincidia com o tempo débil da medida. O pé, para indicar a medida, baixava para assinalar o tempo marcado e elevava-se na parte débil. A volta do tempo marcado era sensível ao ouvido pelo golpe (ictus) do pé ou de uma bengala no solo. Fonte: Wikilingue [online] Disponível em: <http://pt.encydia.com/es/M%C3%A9trica_grecolatina> Acesso em: 19 jan. 2016.

Murphy (1996, p. 229) concede explicações acerca das circunstâncias que envolvem as composições em prosa, que podem seguir um formato chamado "aprovado e básico", utilizado com o objetivo de atingir a camada menos educada ou leiga; ou o formato identificado pela expressão "segundo as circunstâncias", que seria adequada apenas para os escritores mais experientes.

Ao considerar a "*Rationes dictanti*", apresenta a definição de carta:

A epístola ou carta é a ordenação correta das palavras expostas para expressar o significado que pretende seu remetente. Ou, em outras palavras, a carta é um discurso composto por partes coerentes, embora diferentes, que manifestam perfeitamente os sentimentos de seu remetente (MURPHY, 1986, p. 229; traduzimos).

O autor também informa que as composições são constituídas por cinco partes essenciais, não exatamente na ordem apresentada: *salutation*, “expressão de cortesia, que manifesta um sentimento amistoso independentemente do nível social das pessoas envolvidas” (MURPHY, 1986, p. 230; traduzimos); *captatio benevolentiae*, “(...) ordenação de palavras para influir com eficácia na mente do receptor” (MURPHY, 1986, p. 230; traduzimos); *petitio*, “(...) discurso pelo qual tratamos de pedir algo” (MURPHY, 1986, p. 230, 231; traduzimos) – cujos nove tipos são chamados: suplicatória, didática, cominativa, exortativa, incitativa, admonitória, de conselho autorizado, reprobativa ou simplesmente direta (MURPHY, 1986, p. 231) –; e, por fim, *narratio* e *conclusio*. A *narratio* é

(...) um informe ordenado do tema em discussão, ou melhor, uma apresentação dos temas para que os materiais pareçam presentes por si mesmos. Devemos por todos os meios apresentar tal narração de maneira rápida e clara, a qual beneficiará a causa do remetente. Algumas narrações são simples, outras mais complicadas. É simples se é completa com a composição de um só assunto. É complicada quando aborda diversas temáticas (...) algumas narrações se referem ao passado, outras ao presente e outras ao futuro (MURPHY, 1986, p. 230; traduzimos).

Por último vem a *conclusio*, “a passagem com que termina a carta” (MURPHY, 1986, p. 231; traduzimos). O hábito de empregar a conclusão oferece a oportunidade de esclarecer todos os pontos positivos e negativos existentes na carta. Em outras palavras, se a carta tratou dos assuntos de forma extensa, a conclusão permite que se faça um resumo para fixar os pontos principais na memória do destinatário. Sobre a narração, Aristóteles conceitua:

Esta consiste em demonstrar quer a ação se realizou, caso não seja credível, quer que ela foi de determinada qualidade ou ordem de grandeza, ou tudo isso ao mesmo tempo (ARISTÓTELES, 2005, p. 286).

A obra de James Murphy possibilitou-nos, até este ponto, um acompanhamento detalhado, mas não completo, da evolução da arte epistolar. Embora James Murphy siga além das informações aqui apresentadas, tudo o que foi mencionado até aqui é suficiente para trazer ao leitor uma explicação das etapas mais importantes do desenvolvimento da arte epistolar. E principalmente, que as obras clássicas contribuíram em muito para o desenvolvimento da arte epistolar.

2.2 A *Consolatio* e a *ars dictaminis*

Vale lembrar que a *Epistola Prima*, originalmente, foi escrita em latim, na Paris medieval, em torno de 1132, ocasião em que Abelardo era abade de Saint-Gildas. Também torna-se pertinente reforçar que nessa época os estudos da arte epistolar estavam no auge de seu desenvolvimento. Por conta disso, é importante comentar, ainda que brevemente, acerca do ensino escolar naquela época para justificar a abordagem que seguirá deste ponto em diante.

O regime escolar do século XII era sustentado em tendências que envolviam as sete artes liberais, divididas no *trivium* e no *quadrivium*. O *trivium* estava diretamente relacionado com as ciências das linguagens – abrangia a gramática, retórica e dialética –, e o *quadrivium* com a aritmética, a geometria, a música e a astronomia.

Todo estudante iniciava suas atividades escolares a partir dos estudos do *trivium* e do *quadrivium*, no século XII. Portanto, pode-se afirmar que Abelardo era conhecedor de todas as artes liberais, sobretudo das regras gramaticais, da retórica e dialética; mais profundamente da dialética, que era ensinada por ele. Em Aristóteles lemos:

A retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar (ARISTÓTELES, 2005, p. 89).

As duas características fundamentais da dialética eram: primeiramente, a ligação com a Retórica e com a Lógica; em segundo lugar, a importância do ensino da disputa.

O vínculo com a Lógica fez dela a “ciência das ciências”, porquanto seu objetivo era ensinar a usar retamente o instrumento, no qual se encontra a dignidade essencial do homem, ou seja, a razão” (ROCHA, 1996, p. 109).

Além de Abelardo ter sido um grande mestre da dialética, ele também tinha por hábito escrever cartas e punha em prática a arte epistolar. Isto muito nos interessa, pois é o assunto que envolve este trabalho, motivo pelo qual se tornou necessária esta abordagem acerca do ensino no século XII. Conforme nos revela Rocha,

O que Abelardo primeiro fez para conquistar o amor de Heloísa foi escrever-lhe inúmeras cartas de amor (...) logo no início, desde que tomou a decisão de conquistar o amor de Heloísa, muitas cartas e poesia foram escritas e muitas canções de amor foram compostas (...). Infelizmente estas cartas e canções se perderam (ROCHA, 1996, p. 227).

É possível encontrar tais fundamentos na *Correspondência* que envolve este trabalho. Na segunda carta, escrita por Heloísa, ela diz:

Confesso que possuías especialmente duas coisas, com as quais podias imediatamente cativar os corações de todas as mulheres, ou seja, o dom de falar e o de cantar que, como sabemos os outros filósofos de modo algum obtiveram. De fato, para descansar do trabalho dos exercícios filosóficos, quase como se fosse uma brincadeira, compuseste com estes dons inúmeras canções segundo a métrica e o ritmo das canções amorosas, as quais, por causa da imensa suavidade tanto da letra quanto do canto, sendo cantadas com frequência, conservavam sem cessar teu nome na boca de todos, de modo que a doçura da melodia não deixava nem os iletrados esquecerem de ti. Por causa disto, as mulheres suspiravam muito mais pelo teu amor. E, como a maior parte destas canções celebrava nosso amor, rapidamente me fez conhecida em muitas regiões, incitando contra mim a inveja de muitas mulheres (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 189).

Além disso, segundo Rocha (1996, p. 416), outras cartas são de autoria de Abelardo. Ele escreveu cartas de caráter filosófico, teológico e cartas polêmicas. Dito isto, é pertinente fazer uma análise de alguns elementos mencionados no estudo de Murphy e que podem ser encontrados na correspondência em questão.

Um dos últimos comentários sobre os tratados epistolares, mencionados neste capítulo, apresentava uma obra anônima, cujo título era *Rationes dictanti*, que em 1130 já era conhecida, conforme cita Murphy:

O tom prático do livro anônimo *Rationes dictanti*, demonstra o triunfo dessas doutrinas em Bolonha, na década de 1130. Outra prova a mais é a rápida difusão dessas mesmas ideias primeiro na França e depois na Alemanha e Inglaterra (MURPHY, 1986, p. 233; traduzimos).

Conforme citado, *Rationes dictanti* foi, rapidamente, difundido na Itália e logo divulgado na França. Segundo a data apresentada na citação, a obra apareceu antes de Pedro Abelardo escrever a *Epistola Prima*.

Naquele tempo, quem escrevia cartas devia seguir regras de etiquetas epistolares. Abelardo e Heloísa seguiram as regras daquele tempo ao escrever cartas, apresentando na escrita os elementos essenciais da composição? É possível saber qual o modelo que Heloísa seguiu?

Embora não se possa ter certeza se Abelardo e Heloísa tiveram, ou não, acesso ao último tratado epistolar, divulgado antes da escrita das cartas, são notáveis, no conjunto de cartas, algumas características referente aos moldes aplicados na escrita de epístolas. Não que aqueles moldes fossem obrigatórios, pois cada indivíduo tem um estilo próprio de escrita, “o que for dito fará que seja agradável, se a virtude do estilo for corretamente definida” (ARISTÓTELES, 2005, p. 277).

Algumas das características, apresentadas nos estudos de Alberico, traziam partes já preconizadas pelos ensinamentos de Aristóteles e Cícero: “Alberico lembra a seus leitores que as partes do discurso são exórdio, narração, argumentação e conclusão” (MURPHY, 1986, p. 213; traduzimos), partes estas que pretendemos identificar na proposta de análise, a seguir.

Para uma análise expressiva, seria necessário um estudo mais profundo; no entanto alguns pontos importantes serão apresentados, tomando como exemplo a segunda missiva, ou *Segunda Carta ou Carta Deprecatória de Heloísa para Abelardo*, em confronto com a teoria esclarecida, no estudo do capítulo V, da obra de Murphy (1996, p. 203).

Para iniciar, passamos a analisar a segunda carta do conjunto, da edição de Rocha, escrita por Heloísa, onde se lê:

SEGUNDA CARTA OU CARTA DEPRECATÓRIA DE HELOÍSA PARA ABELARDO⁷⁷

Ao seu senhor ou, antes, pai, ao seu esposo ou, antes, irmão, sua serva ou antes, filha, sua esposa ou, antes irmã, a Abelardo, Heloísa.

Diletíssimo, faz pouco tempo, alguém casualmente me trouxe a carta que enviaste para a consolação de um amigo. Tendo imediatamente reconhecido pelo próprio teor do título, que a carta era tua, comecei sua leitura com um entusiasmo tanto maior quanto com mais afeto amo quem a escreveu, para recriar, ao menos pelas palavras, uma certa imagem daquele que na realidade, perdi (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 173).

⁷⁷ ANEXO F – *Consolatio*, de Heloísa, em *Petri Abaelardi*

Como já foi mencionado neste capítulo, o exórdio é a parte inicial, (breve) do discurso. A respeito do exórdio, a lição de Alberico, já apresentada anteriormente, indicava que “depois da saudação vem o exórdio” e “após este a narração” (MURPHY, 1986, p. 214).

Neste caso, a saudação e a captação da benevolência, apresentadas por Alberico, corresponderiam ao que retóricos clássicos como Cícero chamavam de exórdio.

Vale notar que o “*argumentum*”, da mesma forma que ocorre na *Historia Calamitatum*, foi apresentado na edição de Migne e não foi mostrado na tradução de Rocha ⁷⁸, e, assim ocorreu em todo o conjunto de cinco *Cartas* impressas na tradução.

Conforme pode-se observar no exórdio a *Consolatio* ⁷⁹ tem característica de uma carta familiar, já que não trata de negócios. Demonstram nível de intimidade entre o remetente e o destinatário, sintetiza todo o assunto, expressa o que sente por Abelardo, declara poder, por meio da carta e das palavras, recriar a imagem daquele que perdeu.

Imediatamente no segundo parágrafo ela inicia a narração relembando os trechos da *Epistola Prima*, escrita por Abelardo, sempre retomando os fatos com brevidade, até o quinto parágrafo.

Lembra do momento em que leu a carta escrita por Abelardo ao suposto amigo, e dos relatos de Abelardo acerca do quanto foi sofrida a entrada de ambos para a vida religiosa: “Lembro-me de que quase tudo daquela carta era cheio de fel e de amargura” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 173). Heloísa menciona, também, as perseguições pelas quais Abelardo passou até ser condenado à prisão e revela o medo de perdê-lo de vez para a morte. Depois da breve narração, Heloísa começa a sua argumentação ⁸⁰, conforme o trecho:

Assim, nós te suplicamos pelo próprio Cristo, o qual para a sua glória ainda te protege de alguma forma, que com cartas mais freqüentes te dignes fazer-nos conhecedoras, enquanto pobres servas d’Ele e tuas, das tempestades nas quais ainda flutuas, a fim de que, pelo menos, nós que somos as únicas que te restamos, tu tenhas como participantes de tua dor e de tua alegria (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 175).

Vale lembrar Aristóteles, que, quando trata da persuasão, explica:

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza, alegria, amor ou ódio. É desta espécie de prova e só destes que, dizíamos, se tentam ocupar os autores atuais de artes retóricas. E a ela daremos especial atenção, quando falarmos das paixões (ARISTÓTELES, 2005, p.97).

⁷⁸ ANEXO G – *Consolatio*, de Heloísa, em *Abelardo e Heloísa*

⁷⁹ ANEXO H – *Consolatio* na íntegra.

⁸⁰ “A *argumentatio* que segue à *propositio* (ou à *partitio* ou à *narratio*) tem a função de levar a cabo a prova. As provas (*probationes*) alegadas na *argumentatio* podem ser preponderantemente objectivas com a finalidade de convencer (...) ou preponderantemente com a finalidade de persuadir (...)” (LAUSBERG, 2004, p. 93).

Como podemos notar, Heloísa apresenta o primeiro argumento para persuadir Abelardo e convencê-lo a dar continuidade à troca de correspondências entre eles. E insiste com o seu argumento no sétimo parágrafo:

Com efeito, aqueles que se compadecem de quem sofre costumam levar-lhe algum consolo, e todo fardo que com muitos é dividido, mais facilmente se carrega ou se suporta. E se esta tempestade serenar um pouco, quão mais rápidas chegarem tuas cartas, tão mais agradáveis serão e, qualquer que seja o assunto sobre o qual nos escreveres, dar-nos-ás um grande conforto (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 177).

São fortes os argumentos que Heloísa utiliza com o intuito a convencê-lo a escrever-lhe cartas, certamente com medo de perder o único elo entre eles. Utiliza um fragmento da carta escrita por *Sêneca, Epistola XI ad Lucilium*⁸¹, como exemplo que sugere a importância da escrita de cartas a um amigo, cujo trecho diz:

Agradeço-te porque me escreves com frequência. Dessa forma, tu te mostras a mim do único modo que te é possível. Jamais recebo uma carta tua sem que, imediatamente, estejamos juntos (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 177).

No nono parágrafo, Heloísa manifesta o desejo de receber a visita de Abelardo e utiliza o seguinte argumento: se ele não visitar o Paraclete, poderá configurar negligência e não orientação a uma comunidade religiosa que ele mesmo fundou.

Desde o parágrafo sexto, Heloísa discorre a sua argumentação em favor da permanência de contato com Abelardo, ainda que seja por cartas ou por meio de visitas.

Somente no parágrafo décimo segundo, ela apresenta outra fase do discurso, desta vez tenta envolver Abelardo perante a existência das monjas do Paraclete, ao colocar Abelardo na condição de responsável por elas:

A dívida que te prende a estas tuas filhas não precisa ser comprovada com testemunhos nem com argumentos, como se fosse algo duvidoso que precisa ser demonstrado. E se todos os argumentos se calassem, os próprios fatos fariam (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 177).

A aliciação de Heloísa gira em torno da responsabilidade que Abelardo tem com as monjas e com o Paraclete; ela, inclusive, insere trechos que fazem referência ao texto bíblico, cuja função é revestir de provas apodíticas, à Verdade considerada incontestável da Bíblia, os argumentos do seu discurso. No décimo quarto parágrafo, Heloísa refere-se à primeira carta aos Coríntios – “Eu plantei, Apolo regou, porém, foi Deus Quem deu o crescimento” (1ª Co.

⁸¹ Sêneca- *Epistulae Morales ad Lucilium*, XL, 1, p. 262. Disponível em: <https://archive.org/details/adluciliumepistu01seneuof> Acesso em: 26 fev. 2016.

3.6). No décimo quinto parágrafo, a um versículo do livro de Jeremias—“A verdade é que te plantei como vinha escolhida, com sarmentos de boa qualidade. Como, pois, te transformaste em sarmentos bastardos de uma videira estranha?” (Jr 2.21). No parágrafo décimo sexto, a um versículo de Matheus: “Não deis as coisas santas aos cães nem lanceis as vossas pérolas aos porcos, para não acontecer que as pisem aos pés, e, acometendo-vos, vos despedaces” (Mt 7.6).

Somente no décimo sétimo parágrafo, Heloísa começa a argumentar com seus próprios sentimentos, quando diz, que “vacilava e durante muito tempo era atormentada pela tristeza” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 183). Em outro fragmento, ela comenta:

Quanto maior, porém, é a causa da dor mais eficazes devem ser os remédios da consolação, e estes têm que ser administrados não por um outro mas por ti próprio a fim de que tu que és único na causa da dor, sejas também único na graça da consolação (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 183).

Toda a argumentação que permeia a carta, a partir do décimo oitavo parágrafo, tratará do sofrimento e da dor de Heloísa, sempre com o intuito de persuadir Abelardo a manter contato com ela, pois não aceitava a distância que os separava.

A monja escreveu sobre a tristeza: “Na verdade, só tu és capaz de me entristecer e de me alegrar ou consolar” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 183); comentou acerca do casamento: “(...) eu me esforcei para dissuadir-te do nosso casamento e das nossas infelizes núpcias” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 185); buscou argumentar acerca da posição de Abelardo, enquanto filósofo: “Na verdade, quem dentre os reis ou qual dos filósofos podia igualar-se à tua fama?” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 187); comentou acerca de outras habilidades de Abelardo: “(...) “o dom de falar e o de cantar que, como sabemos, os outros filósofos de modo algum obtiveram” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 189). Não sabemos “quais foram as razões pelas quais Heloísa preferia o amor ao casamento” (ROCHA, 1997, p. 335); provavelmente, por conta do verdadeiro sentimento que tinha por Abelardo, o amor, sendo que os tratados do amor cortês, bem como o Trovadorismo corrente à época, preconizavam a incompatibilidade do amor com o casamento. Talvez aqui tivesse ela em mente a lição aristotélica sobre a retórica do discurso, segundo a qual

o único caminho que nos resta é mostrar que o argumento alegado não tem qualquer pertinência. Mas se se admitir que é pertinente e que constitui uma prova conclusiva, então torna-se irrefutável e tudo se converte numa demonstração evidente (ARISTÓTELES, 2005 p.236).

Heloísa, depois de construir seu discurso argumentativo, desabafa e abre espaço para uma resposta, com questionamentos, configurando um desafio, mas ainda argumentando:

Se és capaz, dize-me apenas uma coisa: Por que, depois de nossa entrada para a vida religiosa, que sozinho determinaste, fui por ti tão negligenciada e esquecida, a ponto de não ser reconfortada nem pelo colóquio em tua presença, nem consolada por carta em tua ausência? Dize-me, repito, se és capaz, senão eu te direi o que sinto, ou melhor, o que todos suspeitam. A concupiscência e não a amizade te uniu a mim, o ardor da libido, antes que o amor. Portanto, quando cessou o que desejavas, igualmente tudo aquilo que por causa desta libido manifestavas, desapareceu (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 191).

Heloísa segue: “Diletíssimo, esta conjectura não é minha, mas de todos.” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 191). E inicia o próximo parágrafo com as súplicas: “Eu te suplico que consideres o que te peço e verás que é pouco e fácilimo” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 191); Manifesta o desejo de continuar a receber as cartas: “Enquanto sou privada de tua presença, oferta-me a doçura de tua lembrança, ao menos com as promessas das palavras que tens em abundância” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 191). Na linha seguinte, reforça o pedido. “Em vão espero que sejas dadivoso na realidade, se te descubro avaro nas palavras” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 191).

A arte da persuasão está presente ao longo de todo o discurso de Heloísa, conforme podemos notar:

Não foi por amor pela vida religiosa, mas somente uma ordem tua que levou uma jovem adolescente às asperezas da vida monástica. Portanto, se nada mereço diante de ti, avalia quão inutilmente eu sofro. Sobre isso, nenhuma recompensa devo esperar de Deus, pois é certo que nada fiz por seu amor (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 191).

Mais uma vez, personagens bíblicos são utilizados por Heloísa como recursos persuasivos para comprovar a sua obediência enquanto esposa, quando foi enviada ao monastério pelo marido contra a sua vontade, e menciona a esposa de Ló “que se virou para trás, tu me consagraste a Deus pelos votos religiosos e pela profissão monástica antes mesmo que a ti próprio” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 193).

Esses recursos persuasivos são construídos por meio de comparação. Conforme explica Aristóteles, “a refutação dos elementos do oponente são as provas, e a refutação por comparação é uma amplificação daquelas, de tal forma que também faz parte das provas (ARISTÓTELES, 2005, p. 278).

Lembramos as partes do discurso propostas por Cícero, que, antes da conclusão, coloca a “divisão, confirmação e refutação” e que Alberico dá como “pedido”.

Heloísa retoma o discurso com novas súplicas: “Lembra, eu te suplico, do que fiz e considera o quanto me deves” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 193). Em outro trecho, mais súplicas pela presença de Abelardo em sua vida: “(...) eu suplico que, do modo que te for possível, tu te faças presente, escrevendo-me algumas palavras de consolação (...)” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 195).

Assim, suplicante, Heloísa termina seu discurso argumentativo e em apenas um parágrafo encerra a carta, parágrafo este que se reporta a última parte da carta, a conclusão⁸². Desta forma Heloísa encerra a carta:

Outrora, quando me aguardavas para as torpes volúpias, tu me escrevias cartas assíduas e com freqüentes canções colocavas a tua Heloísa na boca de todos. Todas as praças e todas as casas particulares ressoavam meu nome. Quanto mais reto seria se, hoje, tu me incentivasses para Deus, mais do que, outrora, para a libido. Pondera, eu te suplico, o que deves, e considera o que te peço e concluo a longa carta, com esse breve fim. **Adeus, meu único** (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 195; grifo nosso).

Enfim, todas as partes fundamentais de uma epístola são identificadas na *Consolatio* de Heloísa.

De acordo com a análise feita, conclui-se que o exórdio pode ser identificado no primeiro parágrafo da *Consolatio*, conforme já identificado. A narração inicia no segundo parágrafo e, no sétimo, Heloísa inicia a sua argumentação acerca dos fatos mencionados e sustenta seus argumentos até o penúltimo parágrafo, sendo o último, o único utilizando as palavras adequadas para a conclusão: “concluo a longa carta, com esse breve fim” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 195).

Interessa-nos, primeiramente, lembrar o que já citamos. Houve um tratado, cujo título é *Praecepta dictaminum* (1111-1118), publicado por Adalberto Samaritano, no qual ele defende que o grau de relacionamento entre as pessoas, que fica explícito na saudação, pode gerar diferentes tipos de cartas, a saber, *sublimis, mediocris e exilis* – sublime ou elevado, mediano ou vulgar, seco (MURPHY, 1986, p. 222; traduzimos).

Em segundo lugar, retomemos o discurso de Murphy (1996), acerca dos modelos de saudações, que Hugo de Bolonha (1119-1124) propõe para autoridades, mestres discípulos, amigos, parentes (MURPHY, 1986, p. 225). Sabe-se que, na época da publicação de Hugo, as cartas de Heloísa ainda não tinham sido escritas, mas vale lembrar que foram editadas por Heloísa muito depois de escritas. Na saudação apresentada na carta que aqui analisamos, Heloísa aproxima-se da proposta de Hugo. Segue a saudação da segunda carta de Heloísa

⁸² “A parte final (...) corresponde à *conclusio* e apresenta, doravante, como certo aquilo que foi provado na *argumentation*” (LAUSBERG, 2004, p. 93).

sobre a qual nos referimos: “*Ao seu senhor ou, antes, pai, ao seu esposo ou, antes, irmão, sua serva ou antes, filha, sua esposa ou, antes irmã, a Abelardo, Heloísa.*”(HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 173). É possível crer que Heloísa utiliza um estilo próprio, mas que pode ter sido baseado também na proposta de Hugo a respeito das saudações.

Em terceiro lugar, de acordo com as referências de Murphy, já reproduzidas neste estudo, acerca da obra *Rationes dictanti* (1135), publicada por um anônimo, o autor registra que as composições são constituídas por cinco partes essenciais: *salutation*, “expressão de cortesia, que manifesta um sentimento amistoso independentemente do nível social das pessoas envolvidas” (MURPHY, 1986, p. 230; traduzimos); *captatio benevolentiae*, “(...) ordenação de palavras para influir com eficácia na mente do receptor.” (MURPHY, 1986, p. 230; traduzimos); *petitio*, “(...) discurso pelo qual tratamos de pedir algo” (MURPHY, 1986, p. 230, 231; traduzimos) de forma cuidadosa a partir dos argumentos redigidos nas partes anteriores. Dentre os nove tipos de *petitio*,⁸³ encontramos a composição *supplicatoria* na *Consolatio*. E, por fim, *narratio* e *conclusio*, não nesta ordem. A partir dessas questões, mesmo sabendo que a *Rationes dictanti* foi publicada antes de Heloísa escrever a carta, e antes mesmo de Abelardo escrever a *Epistola Prima*, é possível identificar, na segunda carta de Heloísa, todas as partes que a *Rationes dictanti* traz.

Na *salutation* é possível identificar o grau de intimidade entre o destinatário e o remetente, ou seja, Abelardo e Heloísa. A partir de nossas conjecturas, torna-se possível identificar a *salutation*, que está representada pela identificação de Abelardo e Heloísa, e *captatio benevolentiae*, no início da *Consolatio*, conforme Cícero, no exórdio. Pode-se deduzir que a partir do segundo parágrafo seria o início da *narratio* e estaria sustentada até o parágrafo vigésimo nono; a parte seguinte, a *petitio*, passaria a constar a partir do trigésimo parágrafo e seguiria até o parágrafo trigésimo sexto; e, por fim, no último parágrafo, a *conclusio*. Na carta de Heloísa, identificamos todas as partes supracitadas, cujas funções passamos a explicar a partir deste ponto, segundo as divisões aqui levantadas.

A *captatio benevolentiae* e a *narratio* teriam, respectivamente, a intenção de conquistar a atenção de Abelardo e relatar fatos de interesse dele; a *petitio*, em particular, retrata exatamente o que sugere a teoria da *Rationes dictanti*, inclusive com a presença de uma das nove partes que surgem como ramificação da *petitio*, a *supplicatoria*.

⁸³ “Hay en realidad nueve species de petición, suplicatoria, didáctica, conminativa, exhortative, iniciativa, admonitoria, de consejo autorizado, reprobativa o simplemente directa” (MURPHY, 1996, p. 231).

Nos parágrafos compreendidos entre os de número trinta e trinta e sete, Heloísa, por meio de súplicas, reforça os pedidos estabelecidos nas partes *captatio benevolentiae* na *narratio*.

Uma nota na obra de Rocha, referenciada no último parágrafo da carta em questão, sugere que Heloísa criara um estilo próprio de escrita: “Esta carta é um magnífico exemplo daquilo que chamamos o estilo próprio e característico de Heloísa” (ROCHA, 1997, p. 338). Mas toda a análise aqui desenvolvida sugere que ela se utilizou de técnicas retóricas presentes nos modelos estudados por Murphy (1996), baseados em práticas tradicionais da escrita de epístolas no século XII.

Sobre o estilo de escrita de Abelardo, na *Epistola Prima*, que foi o motivo da resposta de Heloísa, objeto desta análise, vale destacar alguns pontos. Primeiro, no exórdio da *Epistola Prima*, escrita por Abelardo, que repetimos para facilitar a comparação. Assim, lemos:

PRIMEIRA CARTA OU A HISTÓRIA DAS CALAMIDADES DE PEDRO ABELARDO ESCRITA PARA UM AMIGO.

Os exemplos, mais do que as palavras, muitas vezes exaltam ou serenam os sentimentos. Por isso, depois de algum conforto obtido pela conversação em tua presença, resolvi escrever ao ausente esta carta de consolação sobre as próprias experiências das minhas calamidades, a fim de que reconheças que tuas provações, comparadas com as minhas, são pequenas ou nulas, e mais pacientemente as suportes (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 49).

Em segundo lugar, na resposta a Abelardo, Heloísa escreveu no segundo parágrafo:

Lembro-me de que quase tudo daquela carta era cheio de fel e amargura, pois relatava, ó meu único, a mísera história de nossa entrada para a vida religiosa e teus frequentes sofrimentos. De fato, cumpriste, naquela carta, o que, no seu início, prometeste ao amigo, vale dizer, que ele haveria de julgar as suas desgraças nulas ou pequenas, em comparação com as tuas (HELOÍSA [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 173).

E, por último, uma nota de Rocha, acerca dos dois trechos supracitados, que diz:

O modo como Heloísa refere-se ao amigo, que Abelardo diz ter querido consolar com a *História das suas Calamidades*, sugere que ela não imaginou que o amigo em questão pudesse ser o próprio Abelardo e que a carta de consolação, fosse, na verdade, uma carta autobiográfica (ROCHA, 1997, p. 331).

A partir de uma observação de Rocha (1996, p. 357), torna-se possível considerar que a *Epistola Prima*, além de ser uma carta autobiográfica, acompanha um modelo medieval de escrita de epístolas, as chamadas cartas de consolação:

No século XII, tem-se conhecimento de uma obra que se apresenta como autobiográfica. É o livro do abade Guibert de Nogent ⁸⁴, intitulado *De vita sua*, escrito que teve como modelo as confissões de Santo Agostinho. A carta de Abelardo era do tipo das chamadas cartas de consolação (*epistola consolatória*) que tinham seu modelo exemplar nas cartas de Sêneca (ROCHA, 1996, p. 357).

Jacques Le Goof, em *O Homem Medieval*, confirma a informação: “Guibert, abade de Nogent, cronista da Cruzada e autobiógrafo” (LE GOOF, 1989, p.63).

Este trabalho não está centralizado na análise minuciosa dos estilos de escrita do conjunto *Correspondência*, mas nos parece um tema interessante para futuras pesquisas, principalmente por conta do que Heloísa escreve no primeiro parágrafo da quarta carta, que é a sua resposta à segunda carta de Abelardo; segue o trecho:

Fico surpresa, ó meu único, porque **contrariando o estilo das cartas** e até a própria ordem natural das coisas, tu ousaste, no próprio frontispício da saudação epistolar, colocar-me antes de ti, o que vale dizer, a mulher antes do homem, a esposa antes do esposo, a serva antes do senhor, a monja antes do monge e do sacerdote, a abadessa antes do abade. De fato, reta e honesta é a ordem, segundo a qual aqueles que escrevem a superiores e a iguais ponham, antes dos seus, os nomes daqueles aos quais escrevem. Se porém escrevem a inferiores, que antecedam na escrita os que, na realidade, precedem pela dignidade (HELOÍSA [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 219).

Primeiramente, vale ressaltar que, para uma carta familiar, a máxima da brevidade talvez seja um dos motivos do comentário de Heloísa, além da ordem da saudação que a enalteceria, fato incomum naquela época.

Na introdução da edição de Rocha (1997, p. 38), há alguns comentários acerca dos diferentes estilos de escrita observados nas cartas de Abelardo e Heloísa, que deixam claro que a escrita de Abelardo era distinta da de Heloísa. Mas não há nesse estudo qualquer análise acerca da estrutura das cartas baseada nas fórmulas e tratados apresentadas na obra de Murphy (1996).

Segundo Rocha (1997, p. 38) as cartas II e IV, escritas por Heloísa, demonstram um estilo preso à lógica do coração e as cartas III e V, escritas por Abelardo, seguem a lógica da razão. Talvez seja este o caminho para trabalhos futuros, pois, outras visões, diferentes das de Rocha, podem ser apresentadas. Embora na *Carta* de Heloísa tenhamos encontrado os elementos principais indicados nos tratados medievais para a escrita de cartas, pode-se questionar até que ponto ela seguiu uma regra e considerar-se a não existência de um estilo fixo na sua escrita.

⁸⁴ Monge, escritor e teólogo francês. Comprometeu-se com a escrita de sua autobiografia em 1114. Fonte: Jean FAVIER, « GUIBERT DE NOGENT (1053-1124) », Encyclopædia Universalis [en ligne], consulté le 20 février 2016. URL : <http://www.universalis.fr/encyclopedie/guibert-de-nogent/>

A segunda carta de Heloísa apresenta elementos citados em outros tratados apresentados na teoria de Murphy (1996), fundamentada nos costumes tradicionais da escrita de cartas e inclusive elementos sugeridos em outros tratados. E a *Epistola Prima* não foi abordada nos comentários de Rocha (1997), provavelmente, por apresentar um novo estilo, que já existia, mas ainda não era conhecido no século XII: a autobiografia, gênero que será tratado nas próximas páginas deste trabalho.

2.3 As Cartas de Mariana Alcoforado

É preciso retomar alguns pontos da evolução da arte epistolar para fazer uma breve análise das *Cartas* de Mariana Alcoforado⁸⁵. Também é importante lembrar o que foi dito no início deste trabalho: “os clássicos tiveram grande importância na evolução da arte de transmitir mensagens”.

Os gêneros literários e filosóficos permitem aos romanos a recepção da cultura grega e aos homens da Idade Média e do Renascimento a recepção da cultura latina. Os textos são portanto, os portadores da mensagem (BOMBASSARO; PAVIANI, 2003, p. 13).

Como ponto de partida vale lembrar que “os *dictadores* medievais italianos têm os humanistas como sucessores na discussão da arte epistolar” (PÉCORA, 2001, p. 23; grifo do autor). Cícero, em suas cartas familiares, utiliza um termo, *humanitas*⁸⁶, que mais tarde seria responsável por designar movimento intelectual difundido na Europa durante a Renascença, o Humanismo.

Iniciou-se, na Europa, um distanciamento da arte epistolar medieval com base nos novos tratados epistolares, nos séculos XV e XVI. Foi aí que os humanistas começaram a distanciar-se da herança medieval e a transitar por novos caminhos (MARTIN BANÕS, 2005, p. 267; traduzimos).

O eixo decisivo é, sem dúvida, a reivindicação, iniciada por Petrarca, da carta familiar, conversacional e amistosa, de inspiração ciceroniana e considerada radicalmente diversa da *dictamen* medieval:

⁸⁵ Todas as *Cartas* de Mariana poderão ser consultadas nos anexos: J, K, L, M, N.

⁸⁶ O termo *humanitas* designa um conjunto de qualidades que tornam o homem superior aos outros animais, tais como o espírito e os sentimentos humanos, designando também o que torna o homem digno desse nome: a cultura literária, a boa educação, a cultura geral do espírito (Cf. *Dicionário Latim Português*. Porto, Editora, 1983, verb. Humanitas).

O primeiro impulso para a renovação humanista do gênero epistolar é o descobrimento, em 1345, da parte do epistolário ciceroniano. Francesco Petrarca, como é bem conhecido, encontrara em Verona, depois de uma prolongada busca, as cartas de seu amado Cícero, de quem já conhecia os discursos e tratados filosóficos. (MARTIN BANÕS, 2005, p. 268; traduzimos).

Petrarca via a carta como um “gênero essencialmente distinto do discurso retórico (*de la oratio*), uma reivindicação paralela ao descobrimento material dos epistolários de Cícero” (MARTIN BANÕS, 2005, p. 267; traduzimos). Descobriu o valor humano presente nas cartas de Cícero:

É impossível não reconhecer (...) os motivos clássicos da carta como "espelho da alma" de quem escreve, ou como conversação amistosa e próxima entre remetente e destinatário (MARTIN BANÕS 268; grifo do autor; traduzimos).

Baseados nos testemunhos de teóricos clássicos, mais precisamente *De elocutione* de Demetrius, os humanistas passaram a defender que uma carta não deve ser entendida “como *oratio*⁸⁷ mas como *familiaris (sermo)*. (MARTIN BANÕS, 2005, p. 411), devendo a carta “ser breve, mas deixando entrever o caráter daquele que escreve” (PÉCORA, 2001, p. 23). Com o surgimento da *Opus de conscribendis epistolis*, de Erasmo, os humanistas contemporâneos passaram a se opor à *ars dictaminis*. A obra de Erasmo propõe uma reinterpretação da herança medieval (MARTIN BANÕS, 2005, p. 411).

Em um período de disseminação do humanismo por toda a Europa, um contemporâneo de Erasmo, Henderson, observa que “a tendência deles é reafirmar a carta como gênero adequado à conversação amigável (logo, a ser escrita em *sermo* e não em estilo *oratio*), que exige sobretudo brevidade” (PÉCORA, 2001, p. 24). Os rascunhos iniciais de *Opus de conscribendis epistolis*, escrito em Paris, entre 1495-99, revelam sua aceitação da nova epistolografia (PÉCORA, 2001, p. 24)

Erasmo reafirma, na *Brevissima formula*, “a carta como sendo um *colloquium (sermo)* entre amigos ausentes”. Assim, a sua escrita deve ser “espontânea e pouco elaborada, e, quanto à *pureza* e propriedade de estilo, devem ser obtidas mediante exercícios de escrita, revisão do texto e estudo de autores antigos (cita sobretudo Cícero, Plínio, Poloziano; Sêneca reserva para estudantes mais maduros)” (PÉCORA, 2001, p. 25; grifo do autor).

Os modelos apresentados há séculos por Cícero na *Epistolae ad Familiares*, descobertos por Petrarca, foram reforçados por Erasmo de Rotterdam na *Opus de conscribendis epistolis*, possibilitando a fixação do pensamento humanista na época renascentista.

⁸⁷ Obra voltada aos estudos da oratória.

Não serão consideradas as preceptivas exatas dos tratados epistolares medievais, nem dos clássicos, e nem a obra de Erasmo de Rotterdam, para analisar o estilo de escrita de Mariana Alcoforado. Até porque a *inventio*, ou busca de matérias para o desenvolvimento do discurso, e a *dispositivo*, ou disposição das mesmas em sua composição, propostas por aqueles modelos, não são obedecidas nas cartas. A análise da retórica dessas cartas se restringirá, pois, à *elocutio*, isto é, aos seus aspectos estilísticos.

Mas, a partir do que foi estudado até aqui, pode-se vislumbrar como se constituiu a epistolografia em Portugal. Massaud Moisés insere de forma destacada Mariana no contexto epistolográfico português: “Dentre os vários epistológrafos seiscentistas, destacam-se: Sórora Mariana Alcoforado, Padre Antônio Vieira e D. Francisco Manuel de Melo” (MOISÉS, 2012, p. 200).

Desses seus coevos famosos, o Padre Antônio Vieira ficou mais conhecido pelos seus sermões:

Deixou para mais de setecentas cartas, segundo informa João Lúcio de Azevedo (*Cartas do Padre Antônio Vieira*, 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade 1925-1928, vol 1, p. IX), de vários assuntos, desde ligados aos estritos deveres sacerdotais até os magnos acontecimentos políticos e sociais do tempo (...) (MOISÉS, 2012, p. 202).

Quanto a D. Francisco Manuel de Melo,

escreveu cerca de vinte mil cartas, a maior parte na prisão. Muitas delas não possuíam destinatário certo e visavam, ao mesmo tempo, a preencher o tédio das horas na cadeia e comunicar-se com presuntivos leitores. Qualquer assunto lhe servia, desde uma simples manifestação de pêsames até um desabafo mais íntimo. Assim, as *Cartas Familiares* (1664) constituem uma espécie de diário de sua vida na prisão e guardam rico material informativo a propósito do autor e do seu tempo (...) (MOISÉS, 2012, p. 204).

Massaud Moisés (2012, p. 200) apresenta um breve comentário sobre a terceira *Carta* de Mariana Alcoforado:

Aceitando a ordenação tradicional das cartas, a terceira contém o ápice da paixão entre a religiosa portuguesa e o oficial gaulês. Nela impressiona o modo franco e desembaraçado como a missivista confessa os descontraídos sentimentos que a avassalam. A linguagem, posto que em tradução, denota alguém tomado por desnorteantes apelos amorosos: raramente a Literatura registra caso igual de uma mulher desnudar sua alma tão completamente ao homem amado. Como decerto acreditasse no sigilo perpétuo em torno de suas confidências, visto que recorria a um documento secreto para empreendê-las, nada a inibia de levar a termo seus desígnios de comunicação. Mas fê-lo com propriedade e desenvoltura literárias, que lhe despontam da pena involuntariamente (MOISÉS, 2012, p. 202).

A seguir, proceder-se-á a uma análise de trechos das *Cartas* de Mariana comparando-as com as *Cartas familiares* de Cícero e com os estilos indicados por Demétrio, “cujo objetivo principal é revelar o caráter de quem as escreve” (PÉCORA, 2001, p. 23).

Cícero vê a carta como uma conversa escrita e, nela, registra o sentimento de amizade pelo amigo:

Se eu não tivesse pessoalmente muitas causas válidas para uma amizade com você, eu teria que me referir à origem da amizade que começou com nossos pais. Mas isto, penso eu, apenas é feito por aqueles que não têm mantido uma amizade paternal por qualquer dívida deles mesmos. Vou ficar contente, portanto, com a nossa amizade pessoal, invocando o que eu lhe peço para me proteger na minha ausência, com a garantia de que nenhuma bondade de sua parte nunca vai desaparecer da minha mente. Adeus (Cic.Fam.6,16; traduzimos).

Tomando como exemplo os protagonistas das cartas que envolvem este trabalho Heloísa, Abelardo e Mariana, observamos que Cícero encerra o trecho da *Carta* (Cic.Fam.6,16), da mesma forma que os três ditos autobiógrafos: “Adeus”. Abelardo assim termina a sua *Historia Calamitatum* e Heloísa a *Consolatio*. E Mariana encerra do mesmo modo quatro de suas *Cartas*, exceto a quinta, dizendo “Adeus”. Isto é coincidência, convivência com o hábito de escrever cartas ou característica social humana? Não sabemos, o fato é que assim está escrito.

Mariana, sem respostas de suas cartas, escreve:

Imaginas acaso que teu tenente se interesse, mais do que eu, no que te sucede? Porque está ele melhor informado, e, em suma, porque não me tens escrito? Bem infeliz sou se, para o fazer, não tens tido ocasião alguma, desde que partiste, e, mais ainda, se, tendo-a, não me escreveste (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 146)

Do mesmo modo sem respostas, Cícero continua a escrever cartas, revelando assim o seu caráter para o outro:

Não foi o fato de você nunca ter escrito para mim desde a sua chegada na Itália, que me impediu de escrever para você (...). Mas mesmo se você deixar de escrever, vou ainda com o máximo zelo e cuidado pensar que é pelo seu benefício. Adeus (Cic. Fam. 6.22; traduzimos).

Em outro fragmento, é possível notar a insatisfação de Mariana: “Pode imaginar-se mais mísera condição?” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 143.). Cícero também se apresenta de igual forma:

Muitas vezes, como eu refleti sobre as misérias em que temos todos vivido estes passados anos, e, tanto quanto eu posso ver, são propensos para viver, eu não vou recordar quando foi o nosso último encontro: ou melhor, lembro-me do dia exato.

Tendo chegado a minha villa de Pompéia, na noite do dia 12 de maio, no consulado de Lentulus e Marcellus, você veio me ver em um estado de ansiedade (...) Naquele tempo você certamente encontrou-me tão nervoso a ponto de ser incapaz de desvendar o emaranhado e ver o que era o melhor a ser feito. No entanto, eu preferia ser governado por honra e reputação, em vez de considerar a segurança da minha vida. Desta decisão que depois me arrependi. (...) Aqui está uma carta um pouco mais prolixa do que talvez você teria desejado (Cic. Fam. 7,3; grifo nosso; traduzimos).

Neste fragmento do texto de Cícero, ele fala de recordações e lembranças. Mariana, igualmente o faz: “Contento-me com a tua lembrança, mas nem tenho a certeza dela!” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 139).

Para tratar de estilo, citamos Demétrio que, na obra *De elocutione*, apresenta os tipos simples de estilo que “são em número de quatro: o “puro”, o “elevado”, o “elegante”, o “forçado” (Dem. Cap. II, 36; grifos do autor; traduzimos), sendo que todos interagem entre si.

No capítulo IV, que discorre sobre o estilo simples da carta, primeiramente, diz: “No caso do estilo simples, não podemos duvidar do ponto da matéria em discussão, que é caseira e adequada para o próprio estilo (Dem. Cap. IV, 190; traduzimos)”. Há uma expressão para ser utilizada nesses casos, *homelier* (Dem. Cap. IV, 190; traduzimos).

Outra observação é que “acima de tudo, o estilo deve ser lúcido. Agora lucidez envolve uma série de coisas” (Dem. Cap. IV, 192; traduzimos). Uma delas é o uso de palavras e conectivos adequados: “escrita que é totalmente incoerente e desconexa é totalmente desprovida de clareza” (Dem. Cap. IV, 192; traduzimos). Mas o discurso desconexo também pode ser usado, sendo que só cairia bem em um debate (Dem. Cap. IV, 193).

Outra orientação é que “a ordem natural das palavras deve ser seguida” (Dem. Cap. IV, 199; traduzimos)

Na carta, o discurso pode ser dotado de vivacidade ou de brevidade, isso definirá o estilo. A brevidade enquadra-se no estilo simples, a vivacidade em um estilo mais forte:

Aqui um crítico que se orgulhava de sua brevidade pode dizer que há uma repetição inútil em “eu te salvei” e “você foi salvo através de mim”, as duas declarações que transmitem a mesma ideia. Mas se você tirar um dos dois, você também vai tirar a vivacidade e o efeito emocional de vivacidade. Além disso, a expressão que se segue “eu teria perecido” no lugar de “perecer” é mais viva só porque o pretérito é usado. Há algo mais impressionante na sugestão de que tudo está acabado, que na insinuação de que algo está prestes a acontecer ou ainda está acontecendo (Dem. Cap. IV, 214; traduzimos)

Sobre a persuasão, Demétrio considera que “o poder de convencimento depende de duas coisas, lucidez e naturalidade. Em outras palavras, o que não é lúcido nem natural não é convincente” (Dem. Cap. IV, 221; traduzimos). Já Aristóteles, conforme citado antes, havia observado que

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimentos de tristeza, alegria, amor ou ódio. É desta espécie de prova e só destes que, dizíamos, se tentam ocupar os autores atuais de artes retóricas. E a ela daremos especial atenção, quando falarmos das paixões (ARISTÓTELES, 2005, p.97).

Demétrio cita Artemon, o editor das *Cartas* de Aristóteles, o qual diz que uma carta deve ser escrita como se fosse um diálogo. Mas acrescenta que a carta deve ser mais elaborada do que um diálogo:

A carta, como o diálogo, deve abundar em **vislumbres de caráter**. Pode-se dizer que todo mundo revela sua própria alma em suas cartas. Em todas as outras formas de composição é possível discernir o caráter do escritor, mas em nenhuma tão claramente como na epistolar (Dem. Cap. IV, 227; grifo nosso; traduzimos).

Ao fim do capítulo faz algumas observações: sobre o que considera uma carta simples e graciosa. Acrescenta:

Não deve haver um certo grau de liberdade na estrutura de uma carta. É absurdo construir períodos, como se você estivesse escrevendo não uma carta, mas um discurso para leis e tribunais (...). Devemos também lembrar que existem tópicos epistolares, bem como um estilo epistolar (...). Uma carta é designada para expressar os bons desejos do coração; é a exposição de um assunto simples em termos simples (...). A sua beleza consiste nas expressões de amizade (...) (Dem. Cap. IV, 228-232; traduzimos).

Esses poucos esclarecimentos são suficientes para descrever um estilo simples de carta familiar. Assim, ao analisar superficialmente o discurso de Mariana nas *Cartas*, segundo o modelo ciceroniano de cartas *familiaris* e no estilo *De elocutione*, de Demétrio, percebe-se que a *Carta* de Mariana se aproximaria do estilo árido discutido por Demétrio no capítulo V, no qual ele inicia: “Chegamos agora à qualidade da força” (Dem. Cap. V, 240; traduzimos), que remete à força das palavras que têm o poder de convencimento.

Primeiramente, o discurso prolixo, que pode ser observado na *carta familiar*⁸⁸ de Cícero, já apresentada e chamada pelo próprio de prolixa. Demétrio diz: “Prolixidade paralisa vigor, enquanto grande significado transmitido de forma breve é mais convincente” (Dem. Cap. V, 241; traduzimos). As cartas de Mariana, não eram breves.

Outro destaque: “devemos evitar antíteses e paralelismos (...). O ouvinte, que tiver sua atenção fixa nessa elaboração, ou melhor, afetação, esquece-se de estar com raiva” (Dem. Cap. V, 247; traduzimos). Mariana escreve palavras que contrastam uma com as outras, isso confere ao discurso expressões intuitivas: “Fizeras a sangue frio o propósito deste incêndio em que me abrasaste toda” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 142).

⁸⁸ (Cic. Fam. 7,3).

Há figura de repetição, presente na *Carta*: “não sei nem o que sou, nem o que faço, nem o que desejo” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 142). Com relação a isto, Demétrio considera: “quanto às figuras de linguagem, quanto mais engenhosamente elas são escolhidas, mais convincente pode ser feito o discurso”(Dem. Cap. V, 267; traduzimos).

O eufemismo também é encontrado na *Carta*: “Enojo-me de mim própria quando reflito em tudo que te sacrifiquei” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 143). Tal figura é assim descrita por Demétrio: “Um elemento de vigor também pode ser encontrado no que é chamado ‘eufemismo’, pelo qual um homem faz coisas desfavoráveis parecerem atos auspiciosos e ímpias aparecem piedosa” (Dem. Cap. V, 281; grifo do autor; traduzimos).

Mariana tenta persuadir Chamilly com a escrita das *Cartas*, utilizando-se da força das palavras.

O fato é que as palavras que são, na verdade, não premeditadas, e são como que um crescimento espontâneo, vão dar uma impressão de vigor, especialmente quando estamos a ventilar nossa raiva ou o nosso sentimento de injustiça. (Dem. Cap. V, 300; traduzimos).

Em todas as *Cartas* Mariana utiliza os recursos estilísticos que remetem à força das palavras. Algumas vezes, escreve de forma mais agressiva, outras não. Ela também usa a ironia: “Amo-te perdidamente, e poupo-me muito, talvez, não me atrevendo a desejar que te atribulem os mesmos ímpetos de amor” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 142) – Demétrio acentua que “as palavras são muitas vezes usadas com um significado (...) para tratar de censuras que parecem sucessos não intencionais” (Dem. Cap. V, 291; traduzimos).

As *Cartas* de Mariana não apresentam as partes mais comuns da carta, segundo a tradição da *Ars dictaminis*. Mas na *Consolatio*, como já foi visto, foi possível encontrar as partes preceituadas por essa arte. Por tal motivo, optou-se por experimentar uma análise das partes de uma carta ou *dispositio* na *Consolatio* e o estilo ou *elocutio* nas *Cartas* de Mariana.

Massaud Moisés destacou, como foi dito acima, serem Marina Alcoforado e Francisco Manuel de Melo epistológrafos que viveram na mesma época. No entanto, as missivas de Francisco Manuel de Melo ⁸⁹, “mais de duzentas e cinquenta cartas datadas, dirigidas a diversos destinatários” (ANACLETO et al, 2010 p. 197), da mesma forma que a *Consolatio* de Heloísa, apresentam as partes fundamentais de uma carta o mesmo não ocorrendo com as *Cartas* de Mariana, como foi visto.

As *Cartas* de Mariana não seguem uma estrutura definida, segundo as partes comuns às cartas; por exemplo, não há saudação. Entretanto, vale lembrar, que este trabalho, desde o

⁸⁹ ANEXO O – *Epanáphora*, de Francisco Manuel de Melo.

início, defende as *Cartas Portuguesas*, a *Consolatio* e a *Historia Calamitatum*, como escritos autobiográficos. A primeira linha da primeira *Carta* inicia com as palavras: “Considera, meu amor, como foste excessivamente descuidado!” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 134). Não há saudação, nem exórdio, nem nome que se possa atribuir ao destinatário, fato que sugere omissão, que será discutido mais adiante. Todas as *Cartas* de Mariana se iniciam de uma forma atípica. Segue o início da segunda *Carta*: “Parece-me que faço a maior violência do mundo aos sentimentos do meu coração, ao procurar fazer com que os conheças, escrevendo-te: como fora feliz se bem os pudesses avaliar pela violência dos teus!” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 138). A terceira tem o início: “Que será de mim? E que queres tu que eu faça? Quão longe me vejo quanto imaginava!” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 142). E a última, talvez represente um início de conversa: “Escrevo-lhe pela última vez e espero fazer-lhe perceber na diferença dos termos e na maneira desta carta, que logrou convencer-me, finalmente, de que não me amava (...)” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 154).

Não é usual que as pessoas iniciem suas cartas sem uma saudação. “A carta obedece a certas normas de estrutura que enquadram a sua substância propriamente dita. Na sequência *quando?, onde?, a quem?, o quê?, por quem?*” (ROCHA, 1985, p. 14; grifos do autor).

Na *Carta IV* Mariana faz alusão a nomes e o dela aparece uma vez na *Carta I*: “deixa, deixa de consumir-te em vão, infeliz Marianna (sic)! ” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 134; grifo do autor) e outra vez na *Carta II* “A tua pobre Marianna (sic) não pode mais” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 140). Também na *Carta IV*: “Como invejo a sorte de Manuel e de Francisco ⁹⁰!” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 132) Porque não estou eu, como eles, sempre contigo?” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 132). Na *Carta IV*, “Queria possuir também o retrato de teu irmão e tua cunhada ⁹¹” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 150). Também na *Carta IV*, “Dona Brites tanto me amofinou nestes dias passados, por me fazer sair do quarto, que julgando distrair-me lá me levou a passear no balcão donde se vêem as portas de Mértola” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 148). E comenta, na mesma *Carta*, o substantivo “mãe” grafado em letra maiúscula. “(...) minha Mãe falou-me nisto, a princípio com aspereza, depois com algum carinho” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 148). Observa-se, na *Carta*, que

⁹⁰ “Dois Criados portugueses do conde Chamilly Saint- Léger que ele levou para a França” (RIBEIRO, 1940, p. 324).

⁹¹ Herard Bouton, governador de Dijon, casado com Catarina Leconte Nonant (RIBEIRO, 1940, p. 317).

Essa “Mãe” sabemos já agora que não era Leonor Mendes que tivera a fortuna de morrer muito antes, e que na nossa primeira edição nos esqueceu que morrera para Mariana, – era nisto justo, ao menos, o espírito e a letra da instituição, – desde o dia em que entregara a filha à perpetua clausura. A “Mãe” era a Madre, a Abadessa, a velha e severa Prelada da Ordem, a que as religiosas tinham de reconhecer e chamavam “Mãe” (...) (CORDEIRO, 1891, p. 218; grifo do autor).

Então, Mariana escrevia cartas para Chamilly citando nomes de pessoas inexistentes ou desconhecidas? Provavelmente não. As cartas familiares são escritas para pessoas íntimas, com as quais se tem afinidades.

Já foi dito neste estudo que as cartas familiares devem ser breves e claras, mas quanto a isto Mariana diz: “Escrevo-te cartas muito longas, sei” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 142). Este fato indica que Mariana tinha consciência de que deveria escrevê-las mais breves. Mas a emoção decorrente da necessidade de manter contato com o destinatário talvez fosse a mesma que teria sentido Cícero quando escreveu: “Apesar de eu não ter nada para escrever para você, eu escrevo tudo a mesma coisa, porque me faz pensar que eu estou falando com você” (Cic. Att. 12:53). Vale lembrar, a propósito, que “*Communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda ‘por em comum’, ‘comungar’. Escreve-se, pois, ou para *não estar só*, ou para *não deixar só*” (ROCHA, 1985, p. 9; grifos do autor).

Cícero queixou-se em outra carta da ausência de respostas: “No entanto, por que eu deveria me desculpar com você, quando seus homens vêm a mim com as mãos vazias e voltam para você com cartas?” (Cic. Fam. 15, 17).

Era também esta a queixa de Mariana: “Esperava que me escrevesse de todas as terras por onde passasses, e que longas cartas eu contava receber, que alimentarias a minha paixão com a esperança de tornar a ver-te (...)” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 142).

Ao observar os dois trechos que seguem, verificamos que, o primeiro trecho é de uma carta, escrita por Mariana, a qual sugere que a carta está longa, “extravagante”, e que precisa encerrá-la, pois um oficial, o portador, a espera. Mariana termina a carta contra a própria vontade.

O segundo trecho é de uma carta de Cícero que não menciona ter escrito uma carta longa, mas diz que já enviou três cartas, sem receber respostas. Diz que não vai pressionar o destinatário, mas insinua que gostaria de receber uma carta mais longa. Mas a brevidade não é uma das características das cartas familiares? O desejo e a emoção fazem com que algumas vezes as regras sejam quebradas.

Segue o aludido trecho da *Carta* de Mariana:

Há muito que um oficial espera por esta carta. Fizera o firme propósito de te escrever por maneira que a pudesse ler sem aborrecimento. Mas bem extravagante vai ela já; devo encerrá-la. Ai que me não sinto com forças para o fazer. **Parece-me que te falo, quanto te escrevo, e que, de algum modo, estás comigo** (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 150; grifo nosso).

Também Cícero expressa a saudade que sente do amigo:

Eu acho que você deve estar um pouco envergonhado com sendo esta a terceira carta enviada a ti antes de eu ter uma página ou uma sílaba de você. Mas eu não vou pressioná-lo: Vou esperar, ou melhor, exigir, uma carta mais longa. Pela minha parte, se eu tivesse um mensageiro sempre à mão, eu deveria escrever até três em uma hora. **De alguma forma isso o faz parecer quase presente quando eu escrevo alguma coisa para você (...)** (Cic. Fam. 15.16; grifo nosso; traduzimos).

E Heloísa também manifesta a dor da saudade:

Se as imagens dos amigos ausentes nos são agradáveis, renovam-nos a memória e **suspendem, com falsa e vã consolação, a saudade da ausência**, quão mais agradáveis são **as cartas que do amigo distante nos trazem verdadeiras notícias** (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 177; grifo nosso).

Mais uma vez, os três expressam que a escrita faz com que eles se sintam próximos daqueles a quem escrevem. Heloísa reforçando o pensamento citou Sêneca em sua *Consolatio*: “Agradeço-te porque me escreves com frequência. Dessa forma, tu te mostras a mim do único modo que te é possível. Jamais recebo uma carta tua sem que, imediatamente, não estejamos juntos” (SÊNECA, 40, 1; traduzimos)⁹².

Com isso, não há dúvidas de que Mariana e Heloísa escreveram cartas familiares, ainda que ignorando a brevidade.

Ao fim da quarta *Carta*, Mariana conclui:

Não me escreves; não pude coibir-me de te dizer isto, outra vez! Vou recomeçar, e o oficial que se vá embora. Que importa? Que parta, escrevo mais para mim do que para ti. Busco apenas aliviar este coração. **Também, o comprimento desta carta vai meter-te medo, não a lerás** (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 151; grifo nosso).

O trecho: “Que parta, escrevo mais para mim do que para ti”, sugere que Mariana escrevia tudo aquilo o que era impedida de dizer, para “aliviar este coração”. As *Cartas* de Mariana entraram para o rol da epistolografia portuguesa pelo valor humano presente na escrita. “O que deu valor artístico às *Cartas* foi o frêmito exaltado da Paixão, criador de uma

⁹² Sêneca- Epistulae Morales ad Lucilium, XL,1 , pág 262. Disponível em: <https://archive.org/details/adluciliumepistu01seneuof> Acesso em: 26 fev. 2016.

opulenta multiplicidade de expressões, que embora incoerentes desconexas, brilham pela sua viveza como pedaços de um prisma estilhaçado” (RIBEIRO, 1940, p. 304).

Mariana devia até conhecer, mas ignorou as regras da escrita de epístolas. Escrevia sem coordenar os pensamentos, dizia por meio de impulsos o que lhe surgia à mente. A escrita não foi pensada. “As *Cartas* são explosões de angústia, desabafos de mágoas ou de desesperos projetados no papel, com o portador impaciente à espera” (RIBEIRO, 1940, p. 304).

E não há como definir um estilo exato para cartas que não são textos originais. Foram analisados excertos, que em muitos casos sugerem os moldes de Cícero e Demétrio nas obras consultadas. O certo é que as cartas correspondem ao mais puro do sentimento humano, ao ponto de se poder comparar trechos das *Cartas* de Mariana com os trechos das *Cartas* de Heloísa, Cícero e Sêneca.

Heloísa, conhecedora da arte de persuasão, e com a escrita “clara, lúcida e natural”, como destacou Demétrio, conseguiu convencer a Abelardo que lhe escrevesse cartas. Já Mariana, escrevia de forma desconexa e desorientada. Como disse Demétrio, “o que não é lúcido nem natural não é convincente”. Talvez o desespero de Mariana a tenha impedido de convencer Chamilly a escrever-lhe cartas.

Segue uma pequena digressão, não adequada para o aspecto em discussão, mas que pode complementar abordagens anteriores e encerrar esta.

Em 1671, dois anos depois da primeira publicação das *Cartas Portuguesas*, Claude Barbin, o mesmo editor destas, recebe uma licença para publicar uma obra sob o título *Relação histórica da descoberta da Ilha da Madeira*⁹³ (CORDEIRO, 1891, p. 22).

Muito curiosa a descoberta de

uma narração relativa à ilha da Madeira, precisamente publicada por Barbin, o mesmo editor das *Cartas*, dois anos depois destas, como **tradução, também, de um original português, de Francisco Alcoforado**, suposto companheiro de Zarco naquela descoberta (CORDEIRO, 1891, p. 22; grifo nosso).

Mais curioso ainda é que Francisco Alcoforado era o pai de Mariana e surgiu como autor do original traduzido em francês. Sabendo-se que Barbin já conhecia “aquele apelido português, haveria urdido uma historieta e umas cartas” (DELGADO, 1964, p. 8). Não havia possibilidade de o nome ter sido invenção.

⁹³ “*Relation historique de la decouverte de l'isle de Madere*. Traduit du Portugais. Á Paris, Chez Lovis Billaine, au second i pilier de la grand'Salle du Palais, à la Palme, & au grand César, M.DCLXXI. Avec Privilege du Roy” (CORDEIRO, 1891, p. 22).

E o fato que justifica tocar-se no assunto foi que “a obra de Barbin, **extremamente rara**, não é mais de que um extrato ou do que uma acomodação, na melhor boa fé confessada, de uma *Epanaphora* de D. Francisco Manuel de Mello” (CORDEIRO, 1891, p 23; grifo nosso), o famoso epistológrafo da época de Mariana.

Segue o trecho da *Epanaphora*, no qual aparece o nome de Zarco, suposto companheiro de Francisco Alcoforado:

Entre as pessoas, que o Infante D. Henrique ocupava nestes descobrimentos, foi principal (pelo menos, não se sabe de outra maior) um nobre Cavaleiro de sua casa, que disseram: João Gonçalves Zarco (VERDELHO, 2007, p. 200).

Não é necessário alongar-se neste assunto, mas quem inspirou-se na *Epanaphora* de D. Francisco Manuel, perfeitamente pode ter modificado as *Cartas* de Mariana:

Conforme já mencionado, “Jacques Chupeau afirma que as cartas foram “modificadas, reformatadas, diluídas: elas estão distorcidas” (CHUPEAU, 1970, p. 57 apud CYR, 2007, p. 154). Na obra de Manuel Ribeiro há o seguinte fragmento:

É convicção nossa que, na passagem para o francês, as *Cartas* sofreram arranjos, retoques, e embutiram-lhes até conceitos e ditames, mais próprios de mentalidades frívolas do que de uma freira religiosa nas condições de Mariana (RIBEIRO, 1940, p. 304).

Muitas cartas circulavam pelos conventos. É improvável que Mariana, escritã no convento de Beja, não tivesse escrito e recebido cartas para tratar de negócios relacionados ao convento. Na obra de Humberto Delgado (1964, p. 185), há a transcrição de um manuscrito de Mariana, com a respectiva grafanálise. A carta foi escrita para registrar o pagamento de uma dívida do convento.

E nos obrigamos pelos bens do mesmo Conven.^{to} a pagar os ditos quarenta mil ao D.^{to} Rev.^{do}P. c. Fr. Pedro Lopes da Fonseca (...) D. Maria Anna Alcoforada escritã do mesmo a fiz a vinte e dois de outubro de mil seiscentos e oitenta (...) (DELGADO, 1964, p. 185).

Portanto, Mariana sabia escrever cartas, neste caso, *negocialis*, devidamente datadas, breve, com assunto claro e conciso, remetente e destinatário.

Conclui-se que Mariana, pela época e ambiente em que viveu, tinha conhecimento dos modelos de escrita de cartas. E é possível que as missivas, embora simples, tivessem uma estrutura mais aproximada dos modelos já discutidos. No entanto, é presumível que as modificações e omissão de trechos tenham alterado a estrutura das suas cartas, pois o texto precisava atender às necessidades da publicação e seu destino, conforme será explicado na

seção seguinte deste trabalho, os salões literários da França. “O que hoje nos parece, na publicação das *Cartas* da freira portuguesa, uma inconfidência brutal e cínica, era então pouco menos do que a coisa mais natural do mundo” (CORDEIRO, 1981, p 15). A escrita de cartas íntimas.

2.4 O contexto editorial da época: cultura de proposta ou entretenimento?

O objetivo deste tópico é refletir sobre o que hoje se chama de Literatura de Entretenimento e Literatura de Proposta, com base, principalmente, nos conceitos expostos nas obras *Apocalípticos e integrados*, de Umberto Eco (2000), e *A Aventura Literária*, de José Paulo Paes (1990). Bem como questionar tais conceitos, com uma breve análise comparatista entre as obras *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado e *Correspondência* de Abelardo e Heloísa.

Tendo por base a história das *Cartas* e a história de suas publicações, já mencionadas nos tópicos anteriores, pretende-se analisar a possibilidade de sua inserção no contexto de entretenimento no século XVII e, mais adiante, sua aparição no contexto literário-cultural. A intenção é apresentar o papel que a obra assumiu, em dois momentos distintos, o de Literatura de Entretenimento e o de Literatura de Proposta e, depois, relacionar a *Correspondência*, de Abelardo e Heloísa a um desses dois conceitos, percorrendo-se o caminho da análise inicial das *Cartas Portuguesas*.

As obras em análise estão inseridas em contextos históricos diferentes ao da teoria contemporânea que utilizamos para apresentar este parecer. Entretanto, devemos considerar as observações de Vitor Manuel de Aguiar e Silva, no prefácio da sétima edição do livro científico e didático *Teoria de Literatura*, no qual lemos:

O conhecimento científico progride e consolida-se através da elaboração, da discussão e da eventual convalidação de novas teorias – não por idolatria da novidade, mas por uma exigência inderrogável da própria racionalidade científica. A consciência de que, no âmbito das ciências empíricas, não existem teorias definitivas, teorias imutavelmente “verdadeiras”, deveria ser o pressuposto epistemológico fundamental de todo o ensino universitário (AGUIAR E SILVA, 1986, s/n).

Portanto, mesmo antes de se começar a abordagem das questões que tratam dos conceitos de Literatura de Entretenimento e Literatura de Proposta, vale reforçar que esta

seção sugere possibilidades de novas interpretações, sem a intenção de fixar conceitos teóricos e críticos em um tempo que não existia a profissão de crítico literário.

Para iniciar esta análise vale aceitar o conselho de José Paulo Paes, que alerta: “Quando se fala em literatura de entretenimento, manda a prudência que se comece delimitando o que se quer dizer com isso” (PAES, 1990, p. 25). José Paulo Paes diz, que “uma boa maneira de conceituá-la é distinguir entre cultura de massa e cultura de proposta” (PAES, 1990, p. 25).

Primeiramente, deve-se esclarecer que um objeto considerado *literatura de massa* não deve ser confundido com *literatura de consumo*. Segundo Vitor Manuel de Aguiar e Silva (1986),

Como decorre do conceito que expusemos de *literatura de massas* – um fenômeno bem delimitado e caracterizado sob os pontos de vista histórico, sociológico, econômico e tecnológico –, o conceito de *literatura de consumo*, podendo embora confluir com aquele, não lhe é co-extensivo. Existe *literatura de consumo* – por exemplo, a poesia do petrarquismo trivializado ou o romance de cavalaria – que não é literatura de massas, porque não é produzida, nem lida originariamente no âmbito da sociedade de massas (AGUIAR E SILVA, 1986, p. 176).

O contexto de entretenimento exemplificando as *Cartas*, que passaram a circular pelos salões literários em Paris, como objeto de entretenimento, pois um “fruto exótico colhido em terra estranha e longínqua que estimulasse vivamente a sentimentalidade elegante dos salões parisienses” (CORDEIRO, 1891, p. 16), seria muito bem-vindo. O livreiro teve acesso a essas *Cartas*, provavelmente pelas mãos do destinatário, conforme ressalta Humberto Delgado:

Chamilly, indiscreto, tê-las-ia cedido a um livreiro – Claude Barbin, de Paris. Ou, como em minha opinião, é igualmente provável, este haveria conseguido uma cópia das que circulariam pelos salões literários das Montespans (1640-1707) e Maintenons (1635 – 1719) (...) (DELGADO, 1964, p. 4).

Outro comentário, que nos faz acreditar que Chamilly foi quem contribuiu para a divulgação das *Cartas*, é o da escritora canadense Miriam Cyr, no qual apresenta a seguinte opinião:

Historiadores e acadêmicos que acreditam na autenticidade das cartas sugerem que Chamilly as exibiu tentando brilhar, em uma momentânea falta de retidão moral (CYR, 2007, p. 128).

Esse “(...) troféu de uma conquista galante de aventureiro fidalgo e francês (...)” (CORDEIRO, 1891, p. 17) rendeu inúmeras edições e reedições.

Pode-se dizer, então, que *As Cartas Portuguesas*, levando em consideração o comportamento de vendas em uma época que ainda não existia um mercado editorial ativo,

era uma das edições mais vendidas. A obra contava com a “(...) existência de uma categoria de operadores culturais (...)” (ECO, 2000, p. 18), que produziam “(...) para as massas, usando a realidade das massas para fins de lucro (...)” (ECO, 2000, p. 18). Quanto ao ofício de livreiro, Miriam Cyr diz que:

Claude Barbin (1682-1698) passou a vida inteira vendendo livros em Paris. Quando morreu, havia em sua loja 72 exemplares das *Cartas Portuguesas* em dois volumes e aproximadamente 100 “maços” de *Cartas Portuguesas* à venda. Morreu relativamente pobre, apesar de seu oportunismo e de ter publicado alguns dos maiores nomes da literatura de sua época. *Cartas Portuguesas* foi o *best-seller* de Barbin (CYR, 2007, p. 172).

O livreiro Claude Barbin frequentava “(...) um grupo de letrados que se diferenciava dos doutores da Universidade ligados à Igreja (...)” (SAPIRO, 2004, p. 94). Conforme citado acima, esse grupo produzia para as massas usando a realidade das massas. Eles estavam “(...) apoiados no poder absolutista para promover a língua francesa, mundana, contra o latim, pertencente à ordem erudita europeia (...)” (SAPIRO, 2004, p. 94). Todo esse trabalho era dedicado ao que hoje chamamos de cultura de massa, conforme nos explica Umberto Eco:

(...) cultura de massa é exatamente o seguinte: ela é hoje manobrada por “grupos econômicos” que miram fins lucrativos, e realizada por “executores especializados” em fornecer ao cliente o que julgam mais vendável, sem que se verifique uma intervenção maciça dos homens de cultura na produção (ECO, 2000, p. 50-51).

Era justamente o que fazia Barbin, visava apenas fins lucrativos e fornecia aos seus clientes o que, naquele momento, ele julgava o mais rentável.

É possível pensar que Claude Barbin sabia de que as *Cartas* podiam fazer sucesso, dada a consagração geral do seu valor ‘estético’ e ‘literário’ (CORDEIRO, 1891, p. 88). E foi oportunista por vários motivos: primeiro, porque na época da primeira publicação não havia ainda a necessidade de pagar pelos direitos autorais do autor; segundo, a certeza de que a autora intelectual das *Cartas* dificilmente reclamaria a autoria, pelo fato de ser uma freira em pleno contexto da Inquisição em Portugal (1536-1821); terceiro, o livreiro Barbin estava em posse de uma autorização emitida pelo Rei para publicar as *Cartas*; e por último, o destinatário Chamilly, era um frequentador desse grupo seleta de letrados:

O consenso geral entre os acadêmicos é o de que as cartas de Mariana começaram a circular em um dos encontros promovidos pela marquesa de Sablé. Dadas as recentes proezas militares de Chamilly e os interesses ocultos que a marquesa tinha por ele, há bons motivos para acreditar que foi convidado a participar de seus encontros (...) Esses acontecimentos acabariam sendo conhecidos como *salons*, mas normalmente aconteciam no quarto da anfitriã, porque ainda não havia salas de estar. As casas eram repletas de aposentos enormes e sem aquecimento, que não serviam para reuniões íntimas. Os quartos, os menores aposentos da casa, eram mais

adequados para os jogos, a leitura de peças e apresentações de música. Reputações eram criadas e destruídas nesses encontros, e todos participavam sabendo dos riscos que corriam (CYR, 2007, p. 128).

As *Cartas* faziam sucesso, mas ainda não se sabia o nome do remetente, até que um folhetim, já mencionado antes, intitulado *Variétés*, publicado em 05 de janeiro de 1810, por um francês de nome Boissonade⁹⁴, no *Journal de l' Empire*, divulga uma nota, cujo trecho fazia alusão às *Cartas*; revelava-se então o nome da freira, Mariana Alcoforado.

Segue o trecho do folhetim *Variété*, que foi encontrado em um trabalho bibliográfico bastante esclarecedor acerca das cinco *Cartas*, cujo título é *Sóror Marianna – A freira portuguesa*, publicado por Luciano Cordeiro em meados de 1888, e uma segunda edição, em 1891.

A primeira edição das *Cartas Portuguesas* é de 1669, como diz o Sr. Brunet. Mas ele indica dois volumes e a obra é só em um. Toda a gente sabe hoje que estas *Cartas* cheias de natural e de paixão foram escritas ao Sr. de Chamilly por uma religiosa portuguesa e que a tradução é de *Guilleragues ou de Subligny*. Mas os bibliógrafos não descobriram ainda o nome da religiosa. Posso dizer-lhes: no meu exemplar da edição de 1669 há esta nota numa letra que me é desconhecida: – ‘*A religiosa que escreveu estas cartas chamava-se Marianna Alcoforada, religiosa em Beja, entre a Extremadura e a Andaluzia. O cavaleiro a quem estas cartas foram escritas era o conde de Chamilly, chamado então conde de Saint-Léger*’ Recentemente uma edição prematura revelou-nos as fraquezas de uma mulher que muitos, de entre nós, puderam ver, conhecer, estimar. Ninguém mais do que eu censurou este esquecimento de todas as conveniências. Mas 140 anos passados desde que as *Cartas Portuguesas* foram escritas, tornam a minha indiscrição muito desculpável. Uma historia tão velha já não oferece pasto à maledicência nem à malícia (CORDEIRO, 1891, p. 84; grifos do autor).

A partir da publicação *Variétés*, naquele espaço que “(...) suscita todas as formas e modalidades de diversão escrita (...)” (MEYER, 1996, p. 57), trazia uma informação que, até 1810, não se teria ouvido falar, o nome da autora das *Cartas* e do destinatário. Então, o interesse pelas *Cartas* aumentou no meio literário português, com o agravo de revelar também o nome da família Alcoforado.

O folhetim, certamente, foi o meio de divulgação “(...) de um *infeliz* acontecimento que, à *boca calada*, todo o mundo conheceu (...)” (BORRELA, 2007, p. 35; grifo do autor).

Desde a primeira publicação “(...) pode dizer-se que a internacionalização das *Cartas Portuguesas* ajudou a consolidá-las e criar-lhes uma imagem literária de singularidade reconhecida por leitores de todo o mundo (...)” (BORRELA, 2007, p. 35) e, então, começaram a surgir as primeiras publicações das missivas em forma de folhetins:

⁹⁴ Jean-François Boissonade foi o monge franciscano que revelou ao mundo o nome de Mariana Alcoforado.

Uma das primeiras revistas dedicadas à mulher em Portugal, “A Mulher”, editada em 1883 sob a direção de Elisa Caodur, com um total de 304 páginas (sucessão das páginas dos diversos semanários desde 15 de Março até o último, datado de 29 de novembro), cada número avulso custava 40 réis e a publicidade de casas comerciais pagava uma parte de sua produção. Integra um ensaio do historiador M. Pinheiro Chagas sob o título de “A religiosa portuguesa”. É interessante este ensaio quase folhetinista porque, dividido ao longo de sete revistas semanais, faz lembrar, embora tardiamente, a moda dos folhetins em França, que tanto contribuiu para o sucesso econômico dos periódicos. Cada uma das 38 revistas editadas, encadernadas num só volume, tem oito páginas e diversas ilustrações gravadas em chapa cúprica, técnica já abertamente apoiada pelo desenvolvimento da fotografia (BORRELA, 2007, p. 65).

As *Cartas* foram muito exploradas e banalizadas pela repetição como objeto de fins lucrativos ⁹⁵, mas também foram o sujeito de fins culturais. Assim, ainda hoje podem ser definidas como uma obra de contribuição cultural, na qual muitos estudiosos se debruçaram, e ainda se debruçam, para realizar estudos de diversas naturezas.

Neste momento, as *Cartas Portuguesas* são discutidas enquanto inseridas no contexto de cultura de proposta, termo mencionado anteriormente por José Paulo Paes ou cultura erudita, como assim preferem designar outros estudiosos.

José Paulo Paes menciona alguns critérios para apresentar as principais diferenças entre cultura de massa e cultura de proposta. O primeiro deles é o de originalidade, o segundo é a capacidade de representação nas artes. “Na cultura de massa, a originalidade de representação tem importância muito menor” (PAES, 1990, p. 26), aspectos que tentaremos aplicar às *Cartas*.

As *Cartas Portuguesas* não eram mais originais. Na verdade, os originais nunca apareceram. Mas se levado em conta que a partir do século XIX expressivos trabalhos foram publicados baseados nas *Cartas*, que esses trabalhos fizeram sucesso e valorizaram a arte propondo uma “visão de mundo singular e inconfundível” (PAES, 1990, p. 25), possibilitando assim, a publicação de trabalhos originais e de alto valor cultural e artístico, pode-se colocar assim, as *Cartas Portuguesas* em um contexto cultural de proposta.

Ao se estudar as *Cartas Portuguesas*, pode-se afirmar que se trata de uma obra de arte. O que antes era visto como mero produto da literatura de entretenimento, explorado por livreiros parisienses, passaria a ser visto como arte, pois a cultura de proposta “(...) permite

⁹⁵ “No período de 1670 a 1700 publicaram-se pelo menos 36 edições das *Cartas Portuguesas*, dezenove são de uma senhora da sociedade e das respostas de Loyson e treze das respostas de Philippes. Durante os séculos seguintes, somaram-se 155 edições até meados de 1900, sendo elas: 96 francesas, 24 inglesas, 24 portuguesas, 04 italianas, 02 espanholas, 03 alemães, 01 norueguesa e 01 holandesa. Grande parte dessas edições encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Carvalho Monteiro, também 51 nas coleções particulares como a de Godofredo Ferreira e Antonio de Carvalho Monteiro, em Portugal” (SILVESTRI, 2008, p. 50, 51).

uma diversidade fundamental no modo de representá-los literariamente, desde o nível de estilo narrativo até os níveis de valores morais (...)” (PAES, 1990, p. 25).

Alguns dos estudos de investigação, que tratam das *Cartas Portuguesas*, citados ao longo deste trabalho, podem ser considerados exemplos de contribuição da proposta cultural que as *Cartas Portuguesas* trouxeram aos leitores, ao invés de conceder a um leitor médio, um livro ou “(...) uma película o estímulo de alguns efeitos fundamentais (o arrepio, a risada, o patético) para restabelecer o equilíbrio de sua vida física ou intelectual” (PAES, 1990, p. 27).

Muitas obras foram produzidas baseadas nas *Cartas*. Todas em diferentes linguagens e em diferentes gêneros, a saber, adaptações para a linguagem fílmica, para a linguagem teatral, ilustrações, esculturas, poesias, romances etc.

A seguir, será feita uma reflexão semelhante sobre a *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, no contexto literário de cultura de proposta, “(...) esta última designação Umberto Eco a prefere à tradicional designação de cultura erudita” (PAES, 1990, p. 25).

Segundo o que já foi exposto, acerca da distinção entre cultura de entretenimento e cultura de proposta, pode-se acreditar que a *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, escrita em língua erudita (latim), estaria excluída do contexto de entretenimento e poderia ser incluída no contexto de proposta, pelo fato de apresentar os aspectos assinalados como os mais importantes para que uma obra seja considerada erudita. O primeiro deles é o de originalidade, o segundo é a capacidade de representação nas artes, respeitando o que já foi dito antes, embora em contexto histórico e literário muito anterior ao das teorias contemporâneas de Literatura de Entretenimento e Proposta.

Para reforçar o conceito de literatura erudita, ou o aqui apresentado, literatura de proposta, vale ressaltar que esta se contrapõe a cultura de entretenimento, pois é considerada privilégio no meio acadêmico, associada aos domínios da escrita, leitura e ciência, que são produções inerentes ao contexto político, econômico e cultural. Em outras palavras, a única “verdadeira cultura” seria a cultura das elites sociais, e as culturas populares seriam apenas seus subprodutos inacabados (CUCHE, 2002, p. 148).

Na introdução do livro da obra, já apresentada, de Zeferino Rocha, há o seguinte comentário:

A Correspondência de Abelardo e Heloísa é, incontestavelmente, um dos mais importantes documentos do século XII. Um documento histórico de cuja autenticidade os especialistas hoje não mais duvidam. E mais ainda “um documento humano de tão grande beleza e riqueza, que, com todo o direito, pode ser colocados entre os mais emocionantes da Literatura Universal (ROCHA, 1997, p. 1).

A obra, devido a sua riqueza de conteúdo, possibilita sua investigação por estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento. Por conta disso, não diferente das *Cartas Portuguesas*, a *Correspondência* também pode ser rerepresentada em obras dos mais diferentes gêneros. Há filmes, peças de teatro, arte pictórica, poesias, romances e muitos estudos críticos sobre ela. E entre as obras relacionadas importantes, um estudo considerado a edição crítica mais antiga foi feito em 1616, por François d'Amboise e André Duchese, este último mencionado na obra de Migne utilizada no início deste estudo.

Sugere-se, então, que desde a primeira publicação, a obra *Cartas Portuguesas*, cumpriu um trajeto moroso, explorada como cultura de massa, até que conseguisse ganhar espaço no meio literário como objeto de cultura de proposta. O mesmo não aconteceu com a *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, figuras de muito prestígio na sociedade medieval.

Leve-se em conta, a propósito, que o primeiro local de divulgação da *Correspondência* foi o monastério do Paraclete; portanto, dentro dos recônditos da Igreja, onde se coroava a formação escolar do homem medieval, em complemento aos estudos das Artes Liberais do *trivium* e *quadrivium*. Diante dos fatos, a possibilidade de inserção da *Correspondência*, no contexto de literatura erudita ou literatura de proposta torna-se pertinente.

2.5 Epistolografia e autobiografia

2.5.1 Mariana Alcoforado, Abelardo e Heloísa

A definição de autobiografia por Philippe Lejeune (2008) levanta questões acerca do gênero, cujo tema principal é contar a vida de alguém. Segundo o autor, para que haja a autobiografia o autor, o narrador e a personagem devem manter uma relação de identidade entre si.

Apesar do estudo em tela investigar cartas, que estão inseridas na categoria de textos autobiográficos, vale destacar que nem todas as cartas são autobiográficas. Cartas de negócios, por exemplo, não tratam da escrita de si. Relatos da vida de terceiros, não tratam de escritas se si. Para que uma narrativa seja considerada autobiográfica ela precisa estabelecer intrínseca identidade entre o autor, o narrador e o personagem.

Lejeune forneceu um quadro, que será explicado ao longo do texto e reproduzido no anexo deste ⁹⁶, no qual podemos analisar as possíveis combinações dos efeitos produzidos no leitor quando este lê uma narrativa autodiegética. Desta forma podemos compreender melhor as questões colocadas por Lejeune.

Philippe Lejeune explica suas considerações inseridas no quadro:

Chamarei, pois, de “autobiografias” os textos que se excaixam nos casos 2c, 3a, 3b. quanto aos outros, lemos como romances os textos que entram nos casos 1a, 1b, 2a e, segundo nosso humor, a categoria 2b (mas reconhecendo que somos nós que escolhemos (LEJEUNE, 2008, p. 31).

O narrador-personagem que marca a identidade da *Historia Calamitatum* é autodiegético, ou seja, o autor sabe tudo a seu respeito, participa da história como protagonista e relata as suas próprias vivências. Esse primeiro olhar pode ser identificado na *Historia Calamitatum* pelo emprego da primeira pessoa na maior parte do discurso de Abelardo, quando escreve a carta. Embora Philippe Lejeune (2008) explique que é possível um autor reportar à terceira pessoa ao longo de uma narrativa e até à segunda pessoa, ainda que não se conheça autobiografias escritas utilizando o “tu”, comenta:

Mesmo permanecendo no registro pessoal (1ª /2ª pessoas), é obviamente possível escrever de outro modo do que na primeira pessoa. Quem me impediria de escrever minha vida me dizendo “tu”? (LEJEUNE, 2008, p. 17).

Certamente, uma narrativa de si utilizando a segunda pessoa necessitaria de estudos históricos, biográficos, geográficos etc., para que se pudesse descobrir a relação do “tu” com o autor, o narrador e o personagem. Mas não é este o caso da autobiografia de Abelardo, na qual o pronome “tu” é utilizado para identificar o destinatário apenas como um “amigo ausente”, conforme trecho da primeira *Carta*: “(...) depois de algum conforto obtido pela conversação em tua presença, resolvi escrever ao ausente esta carta de consolação sobre as próprias experiências das minhas calamidades (...)” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 49).

Em outro trecho, a pessoa gramatical “eu” dialoga com “tu”, estabelecendo um diálogo entre o narrador e o leitor. No trecho:

Essas aulas, na verdade, foram tão bem aceitas pelos estudantes, a ponto de acreditarem que **eu** já tinha adquirido no ensino da doutrina sagrada, uma glória não inferior àquela que me viram ter na filosofia. Assim, pelo ensinamento das duas disciplinas, o meu magistério obteve um enorme êxito. E quanto lucro financeiro e

⁹⁶ ANEXO Q

quanto prestígio minhas aulas me proporcionaram, **tu** também, por causa de minha fama, não podes ignorar (ABELARDO [séc. XII], 1997: 69; grifo nosso)

Acima, Abelardo relata sua glória, podendo identificar a relação do “eu” com a pessoa “tu”, que não pode ignorar a declaração de Abelardo, provavelmente por ser uma pessoa que foi testemunha dos fatos relatados pelo “eu”. Identidade é a referência do “eu” no discurso direcionado ao destinatário “tu também, por causa de minha fama, não podes ignorar”, o leitor. Neste caso, Abelardo cumpre com o pacto de identidade, pois é ele o autor, o narrador e o personagem. Segundo Philippe Lejeune,

A identidade se define a partir de três termos: autor, narrador e personagem. Narrador e personagem são as figuras as quais remetem no texto, o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. O autor, representado na margem do texto por seu nome, é então o referente ao qual remete, por força do pacto autobiográfico, o sujeito da enunciação (LEJEUNE, 2008, p. 36).

Philippe Lejeune (2008) traça reflexões acerca da autobiografia e a divide em dois níveis: referenciais e enunciados. Identidade seria, portanto, o nível da referência cuja reflexão permite a distinção do enunciado, o qual remete ao nível da semelhança. O autor considera os termos “romance autobiográfico” e “biografia” no contexto de autobiografia.

Cabe ao leitor identificar no discurso a imagem do real, formando assim o campo do chamado “pacto referencial”, cuja função é fornecer informações que constituem “realidade”.

O autor comenta:

Já se percebe aqui o que vai opor fundamentalmente a biografia à autobiografia, é a hierarquização das relações de semelhança e de identidade; na biografia, é a semelhança que deve fundamentar a identidade, na autobiografia, é a identidade que fundamenta a semelhança. A identidade é o ponto de partida real da autobiografia (LEJEUNE, 2008, p. 39).

Percebem-se, então, as marcas autobiográficas no discurso de Abelardo que, remetem a primeira pessoa a outro discurso representado por signos, exclamações, travessões, que mostram a entonação do falante caracterizando a presença do “eu” no discurso escrito. Pode-se observar na citação o discurso do autor:

Mas, o que finalmente se sabe – e, de fato, às vezes, acontece se saber –, e aquilo que todos percebem, não é fácil guardar escondido de uma só pessoa. E assim, passados vários meses, conosco aconteceu. Oh! Quão grande foi a dor do tio quando tomou conhecimento disto! Oh! Quão grande foi a dor dos apaixonados, quando se separaram! Como fiquei confundido e envergonhado! Como fui atormentado pelo arrependimento diante da aflição da jovem! Que turbilhão de tristeza ela suportou por causa do meu sentimento de vergonha! Nenhum de nós se queixava do que acontecera a si, mas ao outro (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 79).

Tais signos compõem alguns textos autobiográficos. É a autobiografia que determina o elo entre o autor, o narrador e a pessoa de quem se fala, definindo dessa forma todos os outros gêneros inseridos no contexto de literatura íntima: diário, cartas, autorretrato e autoensaio.

Toda essa nomenclatura torna-se necessária para esclarecer o gênero e definir autobiografia, em termos de vocabulário e conceitos. Entretanto, outras subdivisões são mencionadas por Philippe Lejeune (2008).

Quanto à questão da personagem, a relação entre o nome do autor e o nome da personagem, para ser considerada autobiografia, precisa cumprir um pacto. Ambos devem ter o mesmo nome, ou seja, o nome da personagem precisa ser igual ao nome do autor. Se não houver essa compatibilidade, segundo a teoria de Lejeune, exclui-se a possibilidade de autobiografia.

Outra ligação dar-se-á quando o nome da personagem for indeterminado, e a natureza do pacto será apresentada em três situações possíveis. Torna-se necessário identificar o pacto feito com o autor e a personagem não identificado para identificar o tipo de pacto: o “pacto romanesco”, “pacto ausente” e “pacto autobiográfico”, que são produtos do efeito que tais ligações produziram no leitor. O “pacto romanesco” é atribuído à narrativa de ficção, na qual o narrador e a personagem não têm o mesmo nome do autor. O “pacto ausente” não determina o nome da personagem e o autor não firma nem “pacto autobiográfico”, nem “pacto romanesco”, cuja indeterminação seria evidente. Por último, o “pacto autobiográfico” no qual a personagem não tem nome na narrativa, mas o autor declara-se idêntico ao narrador.

É preciso atentar para o que difere “pacto autobiográfico” de “pacto romanesco” e “pacto ausente”.

Para explicar mais detalhadamente esta afirmação de Philippe Lejeune vale esclarecer que “diante uma narrativa de aspecto autobiográfico, a tendência do leitor é, frequentemente, agir como um cão de caça, isto é, procurar as rupturas do contrato (qualquer que seja ela)” (LEJEUNE, 2008, p. 26).

Segundo Philippe Lejeune, “a identidade de nome entre autor, narrador e personagem pode ser estabelecida de duas maneiras” implicitamente e de forma patente. Implicitamente “na ligação autor-narrador, no momento do pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 2008, p. 27). Esta forma pode apresentar-se de duas formas (LEJEUNE, 2008, p. 27). Em primeiro lugar, com “o uso de títulos que não deixem pairar nenhuma dúvida quanto ao fato de que a primeira pessoa remete ao nome do autor (História de minha vida, Autobiografia etc.)” (LEJEUNE, 2008, p. 27). Podemos então aproximar o título das obras em tela nesta dissertação como exemplos: *Historia Calamitatum* ou “*História de minhas calamidades*” (ESTÊVÃO, 2015, p.

8) e *Cartas Portuguesas*, que remete à mão portuguesa na escrita das *Cartas*, no caso a mão de Mariana.

Em segundo lugar, quando a

seção inicial do texto, onde o narrador assume compromissos junto ao leitor, comportando-se como se fosse o autor, de tal forma que o leitor não tenha nenhuma dúvida quanto ao fato de que o “eu” remete ao nome escrito na capa do livro, embora o nome não seja repetido no texto (LEJEUNE, 2008, p. 27).

Esta é a forma patente, “que se refere ao nome assumido pelo narrador-personagem na própria narrativa, coincidindo com o nome do autor impresso na capa” (LEJEUNE, 2008, p. 27).

Para que seja instituído o pacto, é “necessário que a identidade seja estabelecida pelo menos por um desses meios” (LEJEUNE, 2008, p. 27), implicitamente ou de forma patente, “mas ocorre frequentemente que ambos sejam mobilizados” (LEJEUNE, 2008, p. 27).

Proporcionalmente, “ao pacto autobiográfico, poderíamos estabelecer o pacto romanescos” (LEJEUNE, 2008, p. 27). Este pode ter dois aspectos:

Prática patente da não-identidade (o autor e o personagem não têm o mesmo nome), *atestado de ficcionalidade* (é, em geral, o subtítulo *romance*, na capa ou na folha de rosto, que preenche hoje essa função. Note-se que *romance*, na terminologia atual, implica *pacto romanescos*, ao passo que *narrativa*, por ser indeterminada, é compatível com pacto autobiográfico). (LEJEUNE, 2008, p. 27; grifos do autor).

Desta forma podemos entender que se um narrador relata os fatos vividos pelo personagem, o qual é indeterminado, este cumpre com o pacto de identidade estabelecido para admitir o pacto autobiográfico, que instituirá a autobiografia, conforme combinação 3a apresentada no ANEXO Q.

Lejeune afirma que é possível

fingir reportar, publicar a autobiografia de alguém, tentando fazer passá-la por real; mas se esse alguém não é o autor, único responsável pelo livro, nada feito. Escapariam a esse critério apenas os casos de embuste literário que são muito raros (LEJEUNE, 2008, p. 28).

Philippe Lejeune situou todas essas definições para apresentar e classificar os critérios que relacionam o nome do personagem ao nome do autor e à natureza do pacto estabelecido. Entretanto, o autor ainda acrescenta que são possíveis três situações distintas para cada um desses critérios (LEJEUNE, 2008, p. 27).

As narrativas autodiegéticas podem apresentar-se de três formas, conforme ANEXO Q: o “nome do personagem \neq do nome do autor”, o “nome do personagem = 0” e por último, o “nome da personagem = ao nome do autor”. Os dois últimos casos são os que vão inserir a narrativa na categoria de autobiografia.

Lejeune afirma que o fato da narrativa apresentar o nome do personagem igual ao nome do autor “exclui a possibilidade de ficção. Ainda que, historicamente, seja completamente falsa, a narrativa será da ordem da *mentira* (que é uma categoria autobiográfica e não da ficção” (LEJEUNE, 2008, p. 30).

Embora o autor afirme que apresentar o nome do personagem igual ao nome do autor “exclui a possibilidade de ficção”, é necessário esclarecer que uma narrativa poderá apresentar o nome do personagem diferente do nome do autor, ou não apresentar nome, mesmo assim, pode fazer o leitor acreditar que o personagem e autor mantêm relação entre si. Entretanto, se este efeito for produzido no leitor, o “pacto” estabelecido não será o “pacto autobiográfico” e, sim, “pacto romanesco” ou “pacto ausente”.

Segundo Lejeune, para que haja o “pacto romanesco” é necessário,

que a história seja apresentada como verdadeira (manuscrito autobiográfico que o autor ou editor tenha encontrado em um sótão etc.), ou que seja apresentada como fictícia (mas que o leitor, relacionando-a com o autor, acredite ser verdadeira), – de qualquer forma, não há identidade entre o autor, o narrador e o herói (LEJEUNE, 2008, p. 29).

Não há dúvidas de que Abelardo é o narrador da própria história e também não há dúvidas de que os fatos narrados são reais e estabelecem relação com o autor. Ele não informa o seu nome, o que “isso é raro porque há poucos autores capazes de renunciar o seu próprio nome” (LEJEUNE, 2008, p. 28), mas informa o de seus pais, e seus relatos conseguem inseri-lo perfeitamente no contexto da narrativa:

E se me calo, a própria realidade clama, e o fim do que realmente aconteceu o demonstra. Enquanto isso ocorria, minha caríssima mãe Lúcia obrigou-me a voltar à minha terra natal, porque, depois da entrada de meu pai Benegário para a vida monástica, ela se dispunha a fazer o mesmo (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 61).

Portanto – embora o nome do autor não seja mencionado (nome do personagem = 0) por ele mesmo ao longo da carta –, por meio do exórdio, por meio do nome dos pais, pelo contexto no qual ele mesmo esclarece estar inserido, pelas comprovações históricas e pelas marcas da primeira pessoa em seu discurso, exclui-se a necessidade de estabelecer um “pacto

romanesco⁹⁷”, “pacto ausente⁹⁸” e, sim, o “pacto autobiográfico”, afirmando, sem sombra de dúvidas, que a narrativa trata de uma autobiografia, conforme esclarece Philippe Lejeune (2008):

(...) denominamos “autobiografia” a narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando focaliza **especialmente** sua história individual, em particular a história de sua personalidade (LEJEUNE, 2008, p. 14; grifo nosso).

A partir dessa crença, firma-se aqui o “pacto autobiográfico” estabelecido entre o autor Abelardo e o personagem, que deduz-se ser a mesma pessoa. Exclui-se, assim, a possibilidade de se enquadrar tal narrativa na condição de ficção anônima.

Portanto, pode-se concluir que são escritos autobiográficos a *Historia Calamitatum* de Abelardo e, acreditando-se que tais escritos foram produzidos por meio do retrospecto de um período da vida do autor, o relatado na *Historia Calamitatum*, da presença de fatos históricos, da geografia na qual a narrativa está inserida, do profundo sentimento do autor retratado pelo sofrimento demonstrado em suas palavras, a imagem da autora Heloísa está presente na linguagem, cuja leitura só tem a garantir o gênero autobiográfico da *Historia Calamitatum*.

Quanto a *Consolatio*, pode-se concluir que as marcas nela presentes também revelam Heloísa enquanto autora de uma carta autobiográfica, como, por exemplo, a relação gramatical entre a primeira pessoa e a segunda:

Lembro-**me** de quase tudo daquela carta era cheia de fel e de amargura, pois relatava, ó meu único, a mísera história de **nossa** entrada para a vida religiosa (HELOÍSA [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 173; grifo nosso).

Pode-se observar, nesse trecho, que o pronome “nossa”, representando a primeira pessoa do plural, inclui a ambos na história. Portanto, é indiscutível o fato de que Heloísa também escreveu algo da sua autobiografia, já que narra fatos vividos por ela, juntamente com Abelardo.

Vale lembrar que o nome de Heloísa, não aparece na *Consolatio*, da mesma forma que o nome de Abelardo não aparece na *Historia Calamitatum*. Portanto, ambos os escritos têm o “nome de personagem = 0”, entretanto, cumprem com o “pacto autobiográfico”,

⁹⁷ “Pacto romanesco (a natureza de “ficção” do livro é indicada na capa ou na página de rosto): a narrativa autodiegética é então atribuída a um narrador fictício (...) **Propõe-se a hipótese** de dar o mesmo nome do autor (enunciado que não pode ser atribuído senão ao autor, pois como um narrador fictício conheceria no nome de seu autor?), assinalando-se, desse modo, que o autor não é o narrador. Essa estranha intrusão do autor funciona, ao mesmo tempo, como pacto romanesco e indício autobiográfico, e inscreve o texto em um espaço ambíguo (LEJEUNE, 2008, p. 29).

⁹⁸ “Pacto Ausente – Não apenas o personagem não tem o mesmo nome, mas o autor não firma o nenhum pacto, nem autobiográfico, nem romanesco. A indeterminação é total” (LEJEUNE, 2008, p. 31).

caracterizando, assim, escritos autobiográficos, seguindo a combinação 2c, apresentada no ANEXO Q.

Conforme já foi definido por Philippe Lejeune mencionado na análise da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, o gênero autobiográfico tem como tema principal contar a vida de alguém. Seguindo o mesmo caminho para analisar as *Cartas* de Mariana Alcoforado, buscar-se-á e comprovar a existência de autobiografia por meio da relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem.

Utilizando a linha de pensamento de Lejeune e após a observação dos trechos das *Cartas* é possível indicar marcas que atribuam à narrativa o conceito de autobiografia. Outra questão que insere a obra *Cartas Portuguesas* na categoria de autobiografia, seguindo a sugestão de Lejeune, é que o nome de Mariana aparece nas *Cartas*, conforme vimos na seção anterior. Assim, o “nome da personagem = ao nome do autor”. Este fato, segundo Lejeune, é o que vai inserir a narrativa na categoria de autobiografia, por meio da combinação 3b, sugerida por Lejeune.

O narrador-personagem que marca a identidade das *Cartas* de Mariana Alcoforado é autodiegético, tal qual o narrador-personagem da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa; ou seja, o autor sabe tudo a seu respeito. Também é possível identificar características de um diálogo nas *Cartas*:

Se te amasse tanto, tanto como te hei dito mil vezes, não estaria morta desde há muito? Tu é que deves queixar-se de mim. Ai, porque não te queixas, meu amor?! Vi-te partir, não posso esperar que te veja voltar, e contudo respiro! Atraíçoei-te. Imploro-te que me perdoes (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 143).

A pessoa gramatical “eu” dialoga com “tu”, estabelecendo um diálogo entre o narrador e o leitor. No trecho acima “Vi-te partir”, pode-se identificar a relação do “eu”, com a pessoa que viu. Essa identidade é observada instantaneamente pelo destinatário como um fato, e não há problemas com o enunciado que possa dificultar a identificação do “eu”.

A identidade é a referência do “eu” no discurso direcionado ao destinatário “Viu-me partir”, o leitor. Segundo Philippe Lejeune, “A identidade se define a partir de três termos: autor, narrador e personagem” (LEJEUNE, 2008, p. 36).

Ao dividir a autobiografia em dois níveis, entre referenciais e enunciados, Philippe Lejeune, explica que identidade está relacionada ao nível da referência e o enunciado, remete ao nível da semelhança. É importante reforçar, que o autor também considera os termos “romance autobiográfico” e “biografia” no contexto de autobiografia. Assim, o leitor identifica no discurso a imagem do real e forma o campo do chamado “pacto referencial”,

cuja função é fornecer informações que constituem “realidade”, (LEJEUNE, 2008, p. 39), conforme já citado na análise da *Historia Calamitatum* e da *Consolatio*.

Percebem-se, então, as marcas da autobiografia no discurso de Mariana Alcoforado que remetem à primeira pessoa. Há também, na fala de Mariana, expressões por meio de signos, aspas, travessões, caracterizando a presença do “eu” no discurso escrito. Pode-se observar na citação o discurso da autora:

Como me és querido e como me és tirano! Não me escreves; não pude coibir-me de te dizer isto, outra vez! Vou recomeçar, e o oficial que se vá embora. Que importa? Que parta, escrevo mais para mim do que para ti. Busco apenas aliviar este coração (...) Que fiz eu para ser tão desditosa?! E porque me envenenaste assim a vida? (...) Vê a que me reduziu o meu destino! Adeus! (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 151).

A presença da primeira pessoa é muito comum em textos autobiográficos, tais como: diário, cartas, autorretrato e autoensaio. Nesse tipo de discurso há o elo entre o autor, o narrador e a pessoa de quem se fala, definindo, assim, a autobiografia.

Fica então esclarecidas as questões do gênero autobiográfico e explicados os conceitos de identidade e semelhança e os níveis aos quais são remetidos.

Ao analisar a *Historia Calamitatum* e a *Consolatio*, escritas respectivamente, por Abelardo e Heloísa, há ainda necessidade de se identificar o pacto feito com o autor e o personagem não identificado: o “pacto romanesco”, “pacto ausente” e “pacto autobiográfico”. Este último pode ser atribuído aos textos de Mariana Alcoforado, nos quais o personagem tem nome na narrativa e declara-se idêntico ao narrador.

A primeira e a quarta *Carta* de Mariana Alcoforado apresentam um nome, cuja relação com a autora das *Cartas* pode ser estabelecida: “ ‘deixa, deixa de consumir-te em vão, infeliz Marianna!’ ” (MARIANA [séc. XVII], BORRELLA, 2007, p. 134; grifo do autor).

Como foi visto, estudos anteriores tentam comprovar a autoria por Mariana Alcoforado narrando a própria história. A partir dessa crença, firma-se aqui o “pacto” estabelecido entre a autora Mariana Alcoforado e a personagem, que deduz-se ser a mesma pessoa. Exclui-se assim, a possibilidade de se enquadrar tal narrativa na condição de ficção anônima.

Portanto, é possível acreditar-se que há identidade entre a autora e a personagem. Tudo leva a crer que são escritos autobiográficos as *Cartas* de Mariana Alcoforado, confiando-se que tais escritos foram produzidos por meio de relatos de um período da vida da autora. Conforme Philippe Lejeune,

(...) denominamos “autobiografia” a narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando focaliza especialmente sua história individual, em particular a história de sua personalidade (LEJEUNE, 2008, p. 14).

Logo, conclui-se que os leitores das *Cartas* de Mariana Alcoforado, estudiosos, pesquisadores e historiadores, contribuíram muito com suas obras em defesa da autoria e autenticidade das *Cartas* e por meio de seus estudos acreditam que, o título “*Cartas Portuguesas*” refere-se à freira portuguesa, Mariana Alcoforado, estabelecendo dessa forma, uma identidade de nome entre o autor o narrador e personagem.

Estudos permitiram que todas as informações implícitas na narrativa de Mariana Alcoforado fossem reveladas, fatos que consentiram aos estudiosos a busca de elementos que pudessem provar que os textos não eram ficcionais. Se os fatos implícitos não fossem revelados, isto poderia contrariar a tese autobiográfica das *Cartas*. Mas tal não aconteceu. Então, por meio do romance relatado nas *Cartas*, da presença de fatos históricos, da geografia na qual a narrativa está inserida, do profundo sentimento da autora retratado pelo sofrimento demonstrado em suas palavras, a imagem da autora está presente na linguagem, cuja leitura só tem a garantir o gênero autobiográfico das *Cartas Portuguesas*, constituído pelo “pacto autobiográfico”.

2.5.2 A quem pertence uma carta?

Na obra de Philippe Lejeune, *O pacto autobiográfico*⁹⁹, há a apresentação de carta como objeto e questionamentos acerca da propriedade do objeto “físico” e do objeto “texto intelectual”, fato que nos permite pensar na questão da correspondência, ou carta, enquanto objeto. Afinal a quem pertenciam essas missivas que servem como objeto de estudo neste trabalho?

Observou-se, nas páginas anteriores, que os originais foram escritos por Abelardo e Heloísa e a primeira carta, *Historia Calamitatum*, ou *Epístola Prima*, foi escrita por Abelardo e, por acaso, chegou às mãos de Heloísa. Partindo dessa informação e através de uma provável reconstituição dos fatos, pode-se chegar ao nome do verdadeiro proprietário.

⁹⁹ Obra *O pacto autobiográfico de Rousseau* à internet, organizada por Jovita Maria Gerheim Noronha, em 2008, pela editora da Universidade de Minas Gerais. Traduzida por Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes, a obra apresenta uma coletânea de ensaios de Philippe Lejeune, incluindo *L'autobiographie en France*, 1971 e *Le pacte autobiographique*, 1975.

Supostamente em 1132, Pedro Abelardo iniciara sua escritura. O objeto carta pertencia a ele. Os detalhes na *Historia Calamitatum* não permitiam identificar o nome do destinatário, entretanto pode-se partir do pressuposto que Pedro Abelardo escrevia para alguém e o objeto pertencia a ele.

Naquele manuscrito, Abelardo teria revelado todas as suas angústias, desejos, e história de sua vida, como se pode observar no exórdio da carta, já apresentado anteriormente.

O destinatário da *Historia Calamitatum*, no exórdio, é identificado como “um amigo ausente”, entretanto quem lhe envia a resposta é Heloísa na *Consolatio*, que é uma carta suplicante escrita em resposta à *Historia Calamitatum*. Portanto se pode inferir que o objeto carta, que antes pertencia a Abelardo, enquanto objeto, passou a pertencer a Heloísa¹⁰⁰, pois a posse do objeto era dela, mas Abelardo ainda assim continuaria sendo o proprietário intelectual da *Historia Calamitatum*, conforme trecho de Philippe Lejeune:

A partir do momento em que é postada, torna-se fisicamente proprietária do destinatário e quando este morre, de seus herdeiros; mas o exercício de seu direito de propriedade é limitado estritamente pelos dois aspectos seguintes: mesmo postada, a carta continua sendo, intelectual e moralmente, propriedade de seu autor – e depois de sua morte, de seus herdeiros, que são os únicos que podem autorizar a publicação (LEJEUNE, 2008, p. 253).

Por conseguinte, se a propriedade intelectual da *Historia Calamitatum* pertencia a Abelardo, e Heloísa detinha o poder do objeto, por uma questão ética jamais poderia divulgá-la antes da morte de Abelardo. Além do quê: “na medida em que uma carta desvela a vida privada, toda pessoa, ou pessoas, envolvidas – o autor, o destinatário ou terceiros – podem se opor à divulgação e à publicação.” (LEJEUNE, 2008, p. 253). Quanto a esse aspecto, ambos tiveram comportamento ético, pois Abelardo era proprietário intelectual da *Historia Calamitatum*; e Heloísa, do objeto. Por outro lado, Heloísa era proprietária intelectual da *Consolatio*; entretanto, se Abelardo escreveu a terceira carta, em resposta à *Consolatio*, pode-se inferir que ele era portador desse manuscrito enquanto destinatário, portanto proprietário de tal objeto.

E assim, mantiveram contato por meio das cartas e nem Abelardo, nem Heloísa tornaram público o conjunto. Enquanto puderam, mantiveram-no em segredo:

Durante a segunda metade do século XII, o documento certamente circulou apenas no âmbito do Paracleto, e só depois de copiados em vários códigos, começou a ser divulgado no século XIII (ROCHA, 1997, p. 36).

¹⁰⁰ Chegamos à conclusão de que as cartas estavam em posse de Heloísa, por ter sido ela quem as organizou para compor o conjunto intitulado *Correspondência* de Abelardo e Heloísa.

Abelardo e Heloísa trocaram cartas; entretanto, quem era o tal amigo ausente que Abelardo queria consolar? Quem era o destinatário?

Certamente, também não foi a Heloísa, pois esta tomou conhecimento da carta, por acaso, como ela própria o disse. Concordo com Podlech, quando afirma que era a si mesmo que Abelardo queria consolar (ROCHA, 1996, p. 357-358).

Isto ninguém jamais descobriu, mas se cartas são trocadas entre remetente e destinatário, pode-se crer que Heloísa casualmente se tornou a proprietária do primeiro objeto, cujo proprietário intelectual era Abelardo e da mesma forma ocorreu com as cartas escritas posteriormente, nas quais Abelardo e Heloísa passaram a compartilhar o lugar de proprietários das cartas, – uma vez, donos do objeto físico, outra vez, donos do objeto intelectual.

A própria Heloísa, em diversos pontos da *Consolatio*, menciona o fato da *Historia Calamitatum* ter sido escrita para consolação de um amigo. O exórdio, primeiro parágrafo da *Consolatio*, inicia com as seguintes palavras de Heloísa: “Diletíssimo, faz pouco tempo, alguém casualmente me trouxe a carta que enviaste para a consolação de um amigo” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 173).

Em outro trecho, escreve:

O próprio Sêneca, como seu exemplo, ensina-nos quão agradáveis são as cartas dos amigos ausentes, quando, em algum lugar, assim escreve ao seu amigo Lucilo: *Agradeço-te porque me escreves com frequência. Dessa forma, tu te mostras a mim do único modo que te é possível. Jamais recebo uma carta tua sem que, imediatamente, estejamos juntos.* Se as imagens dos amigos ausentes nos são agradáveis, renovam-nos a memória e suspendem, com falsa e vã consolação, a saudade da ausência, quão mais agradáveis são as cartas que do amigo distante nos trazem verdadeiras notícias (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 177).

No décimo parágrafo, Heloísa novamente menciona a *Historia Calamitatum* que lhe chegou às mãos por acaso e diz a Abelardo; “Escreveste a um amigo uma longa carta” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 177). E mais adiante, no vigésimo parágrafo, reforça que carta foi escrita a um amigo: “Tu mesmo não te esqueceste disso completamente, naquela carta (à qual antes me referi), escrita para a consolação de um amigo” (HELOÍSA [séc. XII] ROCHA, 1997, p. 185).

Diante de tantas declarações de Heloísa atribuindo ao “amigo ausente” ser o destinatário da carta, pode-se concluir que Heloísa, na condição de autora das cartas e esposa de Abelardo, tinha o direito de possuir os objetos, além do fato de neles haver revelações de sua vida privada, conforme mencionou Lejeune:

(...) mesmo postada a carta continua sendo, intelectual e moralmente propriedade de seu autor – e, depois de sua morte, de seus herdeiros, que são os únicos que podem

autorizar a publicação (conforme lei de 1957 sobre a propriedade intelectual); mas o exercício desse direito poderá ser limitado, de fato, se o autor não estiver mais com a carta (salvo no caso de uma cópia ter sido conservada) (...) na medida que uma carta desvela a vida privada, toda pessoa envolvida (o autor, o destinatário ou terceiros) pode se opor à divulgação e à publicação (Código Civil, artigo nove) (LEJEUNE, 2008, p. 253).

Para tratar da questão de propriedade das *Cartas Portuguesas* utilizam-se aqui métodos semelhantes e os mesmos critérios de julgamento utilizados no estudo da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, e algumas vezes as mesmas citações, que sustentam similaridades entre ambas as obras enquanto análise do objeto.

Levando em consideração o discurso, já mencionado, de Philippe Lejeune, na obra *O pacto autobiográfico*, serão feitas reflexões acerca do objeto carta e das questões de propriedade do objeto físico e do objeto texto intelectual, partindo da análise das *Cartas Portuguesas*, da mesma forma que foi analisada a *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, enquanto objeto. Inicia-se com a mesma pergunta feita anteriormente: afinal a quem pertencia o conjunto das *Cartas Portuguesas*?

Já se sabe que os originais das *Cartas Portuguesas* nunca apareceram, mas “historiadores e acadêmicos que acreditam na autenticidade das cartas sugerem que Chamilly as exibiu tentando brilhar, em uma momentânea falta de retidão moral” (CYR, 2007, p. 128). E, partindo dessa informação, pode-se fazer uma suposta reconstituição dos fatos com o objetivo de se chegar ao verdadeiro nome do proprietário.

Possivelmente em 1667, Mariana Alcoforado iniciara sua escritura. O objeto carta pertencia a ela. Embora os detalhes que permitiam identificar os nomes do destinatário e do remetente somente tiveram sido revelados em 1810, parte-se do pressuposto que Mariana Alcoforado escrevia cartas para Chamilly em 1667, mas o objeto ainda assim pertencia a ela.

Naquele papel, a freira teria revelado todas as suas angústias e desejos, como se pode observar no trecho do livro de Myriam Cyr:

A terceira carta de Mariana, impregnada de desespero e desejo sexual, chegou às mãos de Chamilly provavelmente em algum momento do início de fevereiro ou março, quando ele se preparava para partir. Havia uma companhia particular de correio e um correio militar. Uma carta de Portugal para a França poderia demorar de quatro dias até meses para chegar ao seu destino, dependendo dos ventos. As cartas raramente se perdiam, e sempre que possível eram entregues (CYR, 2007, p. 123).

Diante da informação, entende-se que Chamilly teria recebido as *Cartas*; então, o objeto carta passaria a pertencer ao destinatário. Mas Mariana Alcoforado, ainda assim, continuaria sendo a proprietária intelectual das *Cartas*, conforme trecho de Philippe Lejeune:

Minhas cartas, enquanto objetos, me pertencem, as mensagens que veiculam foram destinadas a ele, mas a propriedade intelectual do texto continua sendo minha. Só eu posso decidir publicá-las (LEJEUNE, 2008, p. 252).

Portanto, se a propriedade intelectual das *Cartas* pertencia a Mariana Alcoforado, Claude Barbin jamais poderia tê-las publicado. Talvez por isso, Isaac Van Dick tivesse providenciado uma autorização para publicação informando o nome de outra pessoa, Guilleragues.

Atente-se para o comentário de Humberto Delgado:

Como apresentar Guilleragues como tradutor, se não se podia revelar a autora, não só por resquícios de humanidade (a Inquisição era coisa de temer), mas porque ela nem ouvida fora para autorizar a publicação? Tampouco o Chamilly, na parte de destinatário, creio, ou, se o foi, decerto hesitou em autorizar que os editores tal declarassem oficialmente. Apesar de tudo, os Alcoforados tinham força e seria, sobre desalmada falta de cortesia, abuso inqualificável. E agora: Então o comerciante – o editor, ia assim perder um belo negócio só porque na petição, em vez de apresentar Guilleragues apenas como tradutor, tinha de o promover a autor? (DELGADO, 1964, p. 34).

Logo, em inteira concordância com Humberto Delgado, muitos estudiosos acreditam na autoria das *Cartas* por Mariana Alcoforado, mas outros defendem a autoria por Guilleragues, tese que é veementemente contestada por Humberto Delgado:

Guilleragues, que nada produziu como escritor, de súbito, genialmente fazia obra imorredoura, a que até imprimia o tom da sintaxe portuguesa, e morria sem o declarar e sem nada mais produzir? [...] Quantos aos senhores Deloffre e Rougeout nada trazem de novo a despeito de tanto escreverem a até nos darem uma curiosa e profunda biografia de Guilleragues. Como fez Pimenta em 1935, agarraram-se a Green (DELGADO, 1964, p. 34-35).

Portanto, pode-se concluir que Guilleragues, não foi o autor das *Cartas*. A autora foi Mariana Alcoforado e proprietária intelectual das *Cartas*, e Chamilly o proprietário do objeto.

Segundo Philippe Lejeune (2008, p. 253), a carta, depois de postada, torna-se fisicamente propriedade de quem a recebe e quando este morre, seus herdeiros tornam-se donos, conforme já mencionado.

É possível acredita-ser que o editor Claude Barbin sabia do valor das *Cartas*, apesar de não ter conhecimentos das Leis acima citadas, até porque elas foram promulgadas em um tempo muito além daqueles dias. O editor, após publicá-las, pode ter destruído os originais, com o intuito de preservar vidas de um escândalo, em plena época da Inquisição Portuguesa, (1536-1821) salvaguardando, assim, uma freira de família nobre.

Sem o objeto, como seria possível chegar às provas? Após a publicação das *Cartas*, nem os proprietários do objeto físico e nem os proprietários do texto intelectual, Chamilly e

Mariana Alcoforado, e nem suas respectivas famílias, nunca fizeram nenhuma manifestação contrária à história da freira, embora os fatos “reflitam mesmo a veracidade de um “infeliz” acontecimento que, à “boca calada”, todo o mundo conheceu” (BORRELA, 2007, p. 35).

Conclui-se, então, que, se o romance da freira foi motivo de comentários na região, *As Cartas*, só podem ser verdadeiras; e se Mariana Alcoforado relatou suas relações sociais, expôs seus pensamentos e expressou seus sentimentos, certamente é ela a proprietária intelectual das *Cartas*.

CONCLUSÃO

A humanidade guarda em seus arquivos pessoais objetos de leitura, que se tornam posteriormente documentos, os quais relatam a história da vida, as relações pessoais, profissionais e até íntimas das pessoas.

A partir do momento em que o indivíduo resolve guardar tais objetos, ele também decide, inconscientemente, criar um arquivo de documentos históricos, que posteriormente será fonte de pesquisa pelo fato de oferecer informações que revelam a intimidade de uma ou mais pessoas. Esses documentos estabelecem ligações com outros documentos, colaborando com a investigação de fatos históricos, ajudando a desvendar mistérios e abrindo espaço para a investigação de assuntos ainda desconhecidos.

A pesquisa sondou elementos das *Cartas Portuguesas* e da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa que contribuíram em defesa da autenticidade autoral, respectivamente, por Mariana Alcoforado e por Abelardo e Heloísa.

O trabalho deteve-se em análises comparativas; com isso, apresentou e debateu a história das *Cartas Portuguesas* e da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa, investigou as traduções, esclareceu fatos acerca das autorias, pesquisou os contextos de publicação das obras, discutiu o objeto carta como gênero literário e autobiográfico, investigou a estrutura, o estilo presente nas cartas, tratou da temática que as envolve e, sobretudo, destacou que a escritura de cartas é um recurso de comunicação que pode ser utilizado por quaisquer pessoas, escritores ou não, podendo revelar o mais profundo dos sentimentos humanos para qualquer pessoa, em qualquer tempo e em qualquer lugar.

Heloísa guardou consigo as correspondências que trocou com Pedro Abelardo durante anos, até que foram divulgadas. Mariana Alcoforado não teve a mesma sorte, suas cartas foram publicadas sem o seu consentimento.

Após a divulgação das missivas de Mariana Alcoforado e das epístolas de Abelardo e Heloísa, em circunstâncias, épocas e contextos diferentes, ambas as obras foram alvos de grandes polêmicas acerca da autenticidade e autoria, principalmente, por se tratar de cartas de amor escritas entre enclausurados.

Esta pesquisa não abarcou um estudo profundo sobre comportamento da sociedade, sobre o contexto literário e sobre as regras da Igreja, no século XII e no século XVII. Entretanto, por meio do conteúdo das cartas e breves teorizações, foi possível compreender as questões que contribuíram para as sucessivas polêmicas a respeito das correspondências.

A *Correspondência* atribuída ao casal de amantes, Abelardo e Heloísa, foi publicada inicialmente em latim; e o conjunto das *Cartas*, escritas por Mariana Alcoforado, teve sua primeira publicação em língua francesa.

Por conta da curiosidade e necessidade de desvendar os mistérios que envolviam os dois conjuntos de correspondências tornou-se necessário a tradução das missivas para outras línguas. A *Correspondência* de Abelardo e Heloísa teve a sua primeira tradução do latim para o idioma francês e as *Cartas* de Mariana Alcoforado do francês para o idioma português.

Os estudos e traduções da *Correspondência* tiveram mais êxito do que os estudos que envolvem as *Cartas Portuguesas*, pois o arquétipo da *Correspondência* existe; portanto, as cópias e traduções partiram de um original. O mesmo não ocorreu com as *Cartas Portuguesas*, pois os originais destas nunca apareceram. Esta é a causa da não atribuição de autoria, por alguns, das *Cartas Portuguesas* à mão da freira bejense.

Mesmo com as provas dos originais a *Correspondência* de Abelardo e Heloísa também passou por investigações que discutiam os contextos de autenticidade e autoria; mas, felizmente, Étienne Gilson, conseguiu defender consistentemente a sua tese em favor da escrita de Abelardo por Abelardo e a escrita de Heloísa por Heloísa.

Mariana Alcoforado, novamente, não teve a mesma sorte. A autora das *Cartas Portuguesas*, três séculos e meio depois de sua primeira publicação, ainda levanta discussões. Mesmo havendo várias provas que sustentem a autoria dos originais das *Cartas* por Mariana Alcoforado, discute-se ainda acerca da sua autenticidade.

Com base em um original, é possível observar se as traduções, cópias e reedições de uma obra acarretam-lhe modificações ao longo do tempo. O mesmo não ocorre quando não se tem um texto primário para servir de base à comparação. Por conta disso, este trabalho analisou as possibilidades de modificações de uma tradução sobre um texto original somente da *Correspondência*; e, na falta de um original das *Cartas Portuguesas*, reuniu informações para discutir a possibilidade do conjunto de *Cartas* de Mariana ter sido modificado.

Com a análise referente às edições de J. Migne e de Zeferino Rocha, em confronto com manuscritos de Abelardo e Heloísa, tornou-se possível identificar que algumas diferenças estão impressas nas edições de Migne e de Rocha. Entretanto, concluiu-se que as modificações não tiveram o objetivo de dissimular o conteúdo do texto.

Não foram identificados indícios de que as modificações encontradas na *Correspondência* teriam benefícios contrários aos de conceder informações para estudos e pesquisas. As modificações feitas possibilitaram conhecer, por meio da história impressa nas cartas e anotações, os hábitos religiosos, históricos, literários, sociais, da vida do homem

medieval. Contudo, a análise comprova que os manuscritos, quando copiados e reeditados, podem sofrer alterações.

Por outro lado, há grandes indícios de que as *Cartas Portuguesas* foram modificadas; a ordem cronológica dos acontecimentos não é compatível com a ordem da primeira publicação; faltam os principais elementos que constituem uma carta – datas, remetente, destinatário, assinatura –; inseriram-se nas *Cartas* trechos e expressões que revelavam um lado angustiante e excêntrico. Tudo isso possibilitou a destruição das provas e dissimulou o conteúdo para beneficiar os editores, que no século XVII estavam em pleno desenvolvimento. Esta conduta permitiu que se pensasse na inserção das *Cartas Portuguesas* no contexto de cultura de massa e entretenimento, mesmo não sendo estas nomenclaturas utilizadas nos séculos XII e XVII.

Observou-se neste trabalho que a *Correspondência* ocupou um espaço diferente dentro do contexto editorial, a cultura de proposta, lida e estudada por um público intelectual, que visava a pesquisa e não era vista como uma obra destinada à diversão.

Apesar dos escritos originais de Mariana Alcoforado nunca terem sido encontrados, as marcas textuais, linguísticas, históricas, geográficas, sociais e humanas, – da mesma forma que ocorre na *Correspondência* de Abelardo e Heloísa – estão presentes nas *Cartas* e foi através dessas marcas, que se pôde ter acesso à essência do texto de Mariana Alcoforado e concluir que ninguém além dela poderia ter escrito tais *Cartas*. A fidedignidade dessas marcas exclui a possibilidade de o autor ser um francês, que nunca esteve nas cercanias de Beja.

Pelo fato de a investigação envolver somente cartas como objetos de pesquisa, um estudo sobre o surgimento e desenvolvimento da arte epistolar fez-se oportuno. Com o apoio da obra de James Murphy foi possível compreender a evolução do gênero epistolográfico. Por meio dos estudos clássicos, sobretudo os de Aristóteles e Cícero, sobre retórica, percebeu-se que a arte da persuasão esteve na base da arte de escrever cartas e foram objetos dos estudos sobre o discurso na Idade Média.

Em uma época na qual a escrita e a leitura não eram comuns a todos, mas a uma reduzida minoria, formulários foram criados para facilitar a elaboração dos mais diversos tipos de documentos. E, com o passar do tempo, surgiram os tratados epistolares. Estes eram bem definidos, mas em todos foram encontrados ensinamentos trazidos da Antiguidade clássica.

Muitos tratados e epístolas foram conservados nos recônditos dos mosteiros e foram muito difundidos no século XII, através inclusive das universidades então nascentes,

possibilitando, assim, o surgimento de grandes intelectuais. Abelardo e Heloísa viviam neste mundo de intelectuais e sabiam bem como utilizar os recursos retóricos para escrever cartas.

O estudo da arte epistolar desenvolvido neste trabalho possibilitou melhor analisar a estrutura de duas cartas do conjunto da *Correspondência* de Abelardo e Heloísa: a *Historia Calamitatum* e a *Consolatio*. Em um longo trecho da *Historia Calamitatum*, Abelardo expõe a intimidade de um amor com uma jovem, que mais tarde, ao tomar conhecimento da carta, escreve a Abelardo uma carta de consolação, a *Consolatio*. Em outros da *Historia Calamitatum*, Abelardo revela trechos dos principais acontecimentos de sua vida.

Ao analisar *Historia Calamitatum* descobrimos um documento de alto valor histórico e humano. Trata-se de uma carta autobiográfica, mas até hoje não se sabe o nome do destinatário. Dentro dos moldes medievais, Abelardo teria escrito uma *epístola consolatória*.

Na análise da mesma, buscou-se reconhecer as partes indicados nos tratados epistolares, encontrando-se todos os elementos por eles preceituados, ainda que moldados e misturados por Heloísa a um estilo próprio de escrita.

A coincidência entre a *Historia Calamitatum* e a *Consolatio* é que ambas revelam o lado do caráter humano de cada um dos escritores.

Foi necessário pensar-se em um aspecto coerente de pesquisa nas *Cartas Portuguesas*, para que pudessem ser analisadas de forma análoga, mas respeitando-se a sua especificidade. Mas não há como investigar um documento que, provavelmente, sofreu diversas alterações. Nas *Cartas Portuguesas* não há meios de encontrar saudação, narração, argumentação e conclusão. As cartas são desconexas, não há clareza e o texto não exhibe as partes essenciais.

Para desenvolver uma análise, de forma que *Cartas Portuguesas* tivessem alguma ligação de sentido com a *Historia Calamitatum* e a *Consolatio*, seria sensato partir para um aspecto que envolvesse a revelação do caráter humano presente nas missivas em questão. De acordo com Cícero, as cartas familiares são escritas aos amigos distantes e quem as escreve revela o mais íntimo de seus sentimentos humanos. Assim, considerou-se que Abelardo, Heloísa e Mariana escreveram cartas familiares, pois nenhuma das cartas em questão tratavam de negócios. Esta parte da pesquisa, então, confrontou trechos da *Carta* de Mariana, trechos da *Consolatio* e trechos das *Cartas familiares* de Cícero para destacar o valor humano presentes na escrita dos três autores.

Também foi levado em conta outro recurso para investigar as *Cartas* de Mariana, destacado inicialmente por Aristóteles e discutido por Demétrio, a arte de persuadir. Sobre os estilos de Demétrio, não houve ferramenta mais útil aos três autores, – Mariana, Heloísa e

Cícero, – além da palavra escrita. Este foi o recurso utilizado por Mariana e Heloísa na tentativa de persuadir seus amantes a escrever-lhes cartas.

Sobre trechos das *Cartas* de Mariana, encontramos um suposto estilo árido, desorientado e desconexo, que se aproxima do estilo da força, destacado por Demétrio. A pesquisa não considerou esse tipo de análise na *Consolatio* de Heloísa, mas não é forçoso crer que o estilo simples, também destacado por Demétrio, foi encontrado na *Consolatio* de Heloísa, que revelava clareza e lucidez em sua escrita. Outra aproximação entre as escritas é que todas não cumpriram com a máxima da brevidade de uma carta familiar, fato compreensível para aquele que deseja persuadir e argumentar em defesa ou benefício próprio.

Os *corpora* deste estudo também foram analisados sob a perspectiva de obras autobiográficas. Já foi comprovado que a *Historia Calamitatum* é uma epístola de cunho autobiográfico, na qual Abelardo narra sua intimidade e os fatos de sua vida. Levou-se em conta que Heloísa e Mariana também escreveram suas autobiografias, respectivamente, na *Consolatio* e nas *Cartas Portuguesas*, pois entende-se por “ ‘autobiografia’ ” a narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando focaliza especialmente sua história individual, em particular a história de sua personalidade (LEJEUNE, 2008, p. 14; grifo do autor).

De certa forma, Heloísa e Mariana também relataram a história de suas vidas nas cartas. Confirmou-se com o estudo que a relação entre o autor, o narrador e o personagem estabelece um pacto, chamado por Philippe Lejeune de “pacto autobiográfico”. Este ocorre quando o nome do personagem é igual ao nome do autor, fato que por si só exclui a possibilidade de ficção, segundo uma das combinações apresentadas por Lejeune. Assim, a primeira e a quarta *Carta* de Mariana Alcoforado apresentam um nome, cuja relação com a autora das *Cartas* pode ser estabelecida, Mariana. E Heloísa também cumpre esse pacto, já que no exórdio da *Consolatio* e no último parágrafo Heloísa imprime o seu nome; e o de Abelardo, na saudação, embora não sejam mencionados ao longo da narrativa.

Discorreu-se também acerca do objeto carta e das questões de propriedade do objeto físico e do objeto texto intelectual. A carta, enquanto objeto intelectual, pertence ao remetente e só ele tem o direito de publicá-las. Somente em casos de autorizações específicas, pode ser publicada por terceiros. A carta, enquanto objeto físico, pertence ao remetente até o momento da postagem. Uma vez postada, endereçada a alguém, o destinatário passa a ser o proprietário do objeto carta, mas o objeto intelectual continua a ser daquele que escreveu a carta.

Concluiu-se que a carta enquanto objeto literário permite uma série de investigações, por ser um objeto comunicativo que depende da fruição do leitor perante o texto. O leitor sempre terá algo para retirar dele.

Enfim, muito já foi dito acerca dos assuntos que envolvem as *Cartas Portuguesas e a Correspondência*, no entanto foi possível tratar de assuntos diferentes neste trabalho. Aqui buscou-se argumentos para defender a escrita das *Cartas* por Mariana Alcoforado. Depois de tantas provas sobre a veracidade dos fatos que envolvem a existência de Chamilly, a existência de Mariana, a comprovação dos fatos históricos e geográficos; bem como sobre o interesse pelo objeto carta pelos editores e salões literários da época e a destruição do objeto intelectual, as provas foram reforçadas destacando-se as marcas autobiográficas nas *Cartas* e valorizando-se os sentimentos humanos nelas impressos.

“Os exemplos, mais do que as palavras, muitas vezes exaltam ou serenam os sentimentos” (ABELARDO [séc. XII], ROCHA, 1997, p. 49; grifo nosso); por isso buscou-se, com exemplos, aproximação das obras *Cartas Portuguesas* com a *Consolatio* e com a *Historia Calamitatum*. Se foi possível escrever cartas que expressam sentimentos antes de Cristo, tal qual fez Cícero, também é concebível que outros possam tê-las escrito no século XII, XVII e em qualquer tempo.

Resta destacar que a visita, em 2013, ao Convento da Conceição, em Beja, hoje o Museu Regional, foi essencial para o desenvolvimento de parte deste trabalho. É indescritível a sensação de segurar as grades da janela de Mértola, local onde Mariana teria trocado os primeiros olhares com o cavaleiro francês. Entrar na Sala do Capítulo, na qual a decoração de azulejos assentados pelos mouros ainda são conservados. Muitos segredos foram debatidos naquela Sala. Até mesmo o caso de Mariana deve ter sido discutido ali. A gárgula de uma freira, vestida em hábito e em trabalho de parto no exterior da igreja, aguça a imaginação. Caminhar pelo corredor azulejado sobre um piso de granito, o qual esconde as ossadas das religiosas que professaram naquele convento, também. Experiências que os livros não trazem.

REFERÊNCIAS

ABAEIARDI, Petri. *Petri Abaelardi. Opera omnia, juxta editionem parisiensem anni 1616.* Accedunt Hilarii et Berengarii. Abaelardi discipulorum, opuscula et epistolae.

Accurante J.-P. Migne, 1855. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5505181j.r=Petri%20Abaelardi>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ABELARDO; HELOÍSA, [séc. XII]. *Historia Calamitatum.* In: *CARTAS: as cinco primeiras cartas traduzidas do original apresentadas e comentadas por Zeferino Rocha.* Edição bilíngue em Latim e Português. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ABELARDO, HELOÏSA. *Lettres d'Abélard et d'Héloïse.* Victor Cousin et Octave Gréard Éditeur : Garnier, 1875. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9068388t/f1.item.r=lettres%20Ab%C3%A9lard.zoom>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel. *Teoria da literatura.* 7. ed. Coimbra: Almedina, 1986.

ALCOFORADO, Mariana. *Cartas Portuguesas.* Porto Alegre: L&PM, 2007.

_____. *Lettres Portugaises traduites em françois.* Tradução de Gabriel de Lavergne de Guilleragues. In: DELGADO, Humberto. *O infeliz amor de sóror Mariana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 109-123.

_____. *Lettres portugaises traduites en françois.* Claude Barbin: Paris, 1669.

ALMEIDA, João Ferreira de. Trad. *A Bíblia Sagrada* (revista e atualizada no Brasil) 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 1993.

ANACLETO, Marta; AUGUSTOS, Sara; SANTOS, Zulmira (Coord.). *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

AMARAL, Manuel. *O Exército Português em finais do Antigo Regime: Schomberg, general do século XVII.* Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/exercito/schomberg.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

ARISTÓTELES. *Retórica.* Obras Completas. Trad. Manuel Alexandre Júnio, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada: Edição da palavra viva.* Lisboa: Stampley 1974.

BALLESTERO ALVAREZ, Maria Esmeralda & SOTO BALBAS, Marcial. *Dicionário espanhol / português, português / espanhol.* São Paulo, ed. FTD.

BISSON, Thomas N. *L'expérience du pouvoir chez Pierre Abélard*. In: _____. Pierre Abélard. Jean Jolivet et Henri Habrias (Dir.). Colloque international de Nantes. Éditeur : Presses universitaires de Rennes Collection. Paris: Open Edition Books, 2015, p. 91-108. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pur/18381>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

BORRELA, Leonel. *Cartas Sórora Mariana Alcoforado: Antecedidas das Lettres Portugaises e Mariana Alcoforado. Beja: 100 Luz, 2007.*

BOMBASSARO, Luiz Carlos. PAVIANI, Jayme. *As fontes do humanismo latino: da antigüidade à renascença*, v. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

BUSARELLO, Raulino. *Dicionário básico latino-português*. Florianópolis: UFSC, 1988.

CAMPANELLI, Alessandro Pergoli. Cassiodoro e o nascimento do restauro, ao final do império romano do ocidente. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. *Pós. Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, v. 21, n. 35, p. 216-257. 2014.

CÍCERO. The Latin Library .*De Oratore*. Liber Secundus. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. _____. *De Inventione*. Liber Primus. Disponível em <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/oratore.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. _____. *Epistulae ad Atticum*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/epis.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. _____. *Epistulae ad Familiares*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/fam.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2016

CORDEIRO, Luciano. *Sórora Marianna: a freira portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Livraria Ferin, 1891.

CUCHE, Denys. *A Noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. Tradução de Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

CYR, Myriam. *A maior paixão do mundo: a história da freira Mariana Alcoforado e suas cartas de amor proibido*. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

DELGADO, Humberto. *O infeliz amor de sóror Mariana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

DICIONÁRIOS acadêmicos: dicionário de português-francês. Porto: Porto Editora, 2012.

DUBY, Georges. *Idade média, idade dos homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *As damas do século XII*. Trad. Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DUBY, Georges. *Do amor e outros ensaios*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Trad. Perola de Carvalho. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ESTEVÃO, José C. *Abelardo e Heloísa*. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2015.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora

GILSON, Étienne. *Héloïse et Abélard*. 3e ed. Paris: Vrin, 1997.

_____. *Heloísa & Abelardo*. Trad. Henrique Ré. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

GUMMERE, Richard M. *Sêneca ad Lucilium Epistulae Morales*. v.1. London, 1925. Disponível em: <<https://archive.org/stream/adluciliumepistu01seneuft#page/n7/mode/2up>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M (Org.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD ROM, v. 1.0.

HELOÍSA [séc.XII]. *Cartas de Heloísa a Abelardo*. In: ABELARDO; HELOÍSA. *Historia Calamitatum*: cartas. Edição bilíngue. Prefácio, tradução e notas Abel Nascimento Pena. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

JUNQUEIRA, Ivan. *A fraude das Lettres Portugaises*. In: _____. *O fio de dédalo*. São Paulo: Record, 1998. p. 274-281.

LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. *O homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). NORONHA, Jovita Maria Gerheim, GUEDES, Maria Inês Coimbra. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MEYER, Marlyse. *Folhetim*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Da retórica medieval*. Metodologias. Rio de Janeiro: ANPOLL, 2008. p. 1-27. Série Estudos Medievais, 1. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/gtestudosmedievais/index.php/publicacoes/metodologias.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Da retórica medieval*. In: _____. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: EdUFF, 2010.

MARTIN BAÑOS, Pedro. *El arte epistolar en el Renacimiento europeo. 1400-1600*. Bilbao: Publicaciones de la Universidad de Deusto, 2005.

MARTIN, Thais Morgato. *Tradução anotada e comentários da Ars rhetorica de Caio Júlio Vítor*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-06122010-113243/>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. 29. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013.

MURPHY, James J. *La retórica en la Edad Media*. Historia de la teoría de la retórica desde San Agustín hasta el Renacimiento. Trad. De Guillermo Hirata Vaquera. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

OLENCHUK, Émili Feitosa de Freitas. *Os sermões de santo Antônio de Lisboa de Pádua: elementos retóricos, teológicos e contextuais*. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PAES, José Paulo. *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PÉCORA, Antônio Alcir Bernárdez. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

RHYS, Robert William. Demetrius On style: the Greek text of Demetrius *De Elocutione*. Peithô's Web. Cambridge: University Press, 1902. p. 67-207. Disponível em: <<http://www.classicpersuasion.org/pw/demetrius/index.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

RIBEIRO, Manuel. *Vida e morte de Mariana Alcoforado*. Lisboa: Sá da Costa, 1940.

ROCHA, André. *Epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

ROCHA, Zeferino. *O drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII: paixão violência e solidão*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

_____. *Abelardo e Heloísa: as cinco primeiras cartas traduzidas do original apresentadas e comentadas por Zeferino Rocha*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

SAPIRO, G. *Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês*. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 92-105, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a05.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

SEC – Secretaria de Estado da Cultura, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas Instituto Português de Arquivos (IPA). Arquivo Nacional Torre do Tombo. *Humberto Delgado*, 2008. Portugal. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4192564>>. Última Atualização: 2 out. 2013. Acesso em: 27 jul. 2015.

SILVESTRINI, Regina Lúcia Gonçalves Pereira - *Da paixão ao abandono: uma leitura das Cartas Portuguesas e das litografias de Henri Matisse*. Universidade Estadual de Maringá, PR, 2008. Disponível em: <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/rlgpsilvestrini.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SILVEIRA, Francisco Maciel. *Literatura barroca: literatura portuguesa*. São Paulo: Global, 1987.

VERDELHO, Evelina. D. Francisco Manuel de Melo. *Epanáforas de vária história portuguesa*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2007.

VIALA, Alain. *Naissance de l' écrivain*. Sociologie de La littérature à l' age classic. Paris: Minuit, 1985.

ZUMTHOR, Paul. *Correspondência de Abelardo e Heloísa*. Texto apresentado por Paul Zumthor e traduzido por Lucia Santana Martins. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ANEXO A – Título do capítulo X, da obra *Petri Abaelardi*

149

EPIST. I, SEU HISTORIÁ CALAMITATUM.

150.

O sapiens [*al. sapientis*] consilium, ut contra ejus A
 verbositatem contendamus, cujus argumentis vel
 sophismañibus universus obsistere mundus non pos-
 set! Sed certe multo difficilium erat cum ipso con-
 tendere Christo, ad quem tamen audiendum Nicodemus
 juxta legis sanctionem invitabat. Cum autem
 episcopus ad id quod proposuerat eorum animos
 inducere non posset, alia via eorum invidiam
 refrenare attentat, dicens ad discussionem tanta
 rei, paucos qui aderant non posse sufficere, ma-
 joribusque examinis causam hanc indigere. In hocque
 ulterius tantum suum esse consilium, ut ad abba-
 tiam meam hoc est monasterium Sancti Dionisii

gatum ipsum, qui coactus hoc faciebat, post pau-
 cos dies, cum hinc recesserit, me penitus liberau-
 rum. Et sic me, ut potuit, flentem flens et ipse con-
 solatus est.

CAP. X. *De combustione ipsius libri. De persecu-
 tione abbatis sui et fratrum in eum.* — Vocatus ita-
 que statim ad concilium adfui, et sine ullo discus-
 sionis examine meipsum compulerunt propria manu
 librum memoratum meum in ignem projicere. Et
 sic combustus est, ut tamen cum nihil dicere vi-
 derentur, quidam de adversariis meis id submurmuravit,
 quod in libro scriptum deprehenderat, so-
 lum Deum Deum adorantem esse. Quod cum

ANEXO B – Título do capítulo X, da obra *Abelardo e Heloísa*

X

DE COMBUSTIONE IPSIUS LIBRI.

114. Vocatus itaque statim ad concilium adfui, et sine ullo discussionis examine meipsum compulerunt propria manu librum memoratum meum in ignem projicere; et sic combustus est.

115. Ut tamen non nihil dicere viderentur, quidam de adversariis meis id submurmuravit quod in libro scriptum deprehenderat solum Patrem Deum omnipotentem esse. Quod cum legatus subintellexisset, valde admirans ei respondit hoc nec de puerulo [*al. parvulo*] aliquo credi debere quod adeo erraret, cum communis, inquit, fides et teneat et profiteatur tres omnipotentes esse.

116. Quo audito Terricus quidem, scholaris magister, irridendo subintulit illud (in *Symbolo*) Athanasii: "Et tamen non tres omnipotentes sed unus omnipotens".¹ Quem cum episcopus suus increpare coepisset et reprimere quasi reum, qui in majestatem loqueretur, audacter ille restitit, et quasi Danielis verba commemorans, ait:

*"Sic fatui, filii Israel non judicantes, neque quod verum est cognoscentes, condemnasti filium Israel. Revertimini ad iudicium et de ipso iudice iudicate, qui talem iudicem quasi ad instructionem fidei et correctionem erroris [*al. errorum*] instituistis; qui cum iudicare deberet, ore se proprio condemnavit, divina hodie misericordia innocentem patenter, sicut olim Susannam a falsis accusatoribus, liberante."²*

¹ ATHANASIUS. *Symbolum "Quicumque"*. Cf. DENZIGER. *Enchiridion symbolorum*. (1946), p.17.

² DANIEL. XIII, 48-49

ANEXO C – Início da *Historia Calamitatum*, em *Petri Abaelardi*

EPISTOLA PRIMA

Quæ est historia calamitatum (8) Abælardi, ad amicum scripta

ARGUMENTUM. — *Hanc epistolam ex monasterio divi Gildasii, in minore Britannia sito, quod tunc ipse Petrus Abælardus abbas regebat, scribit ad amicum, cujus nomen tota epistola, licet protixa, nec ipse edit, nec etiam Heloissa, cum hujus epistolæ meminit in secunda. Est autem narratoria. Toto enim epistolæ textu suam vitam ante actam ab infantia ad illud usque tempus, quo hanc scripsit, diligenter enarrat; nullam tamen Joannis Rozolini mentionem facit, quo philosopho doctissimo præceptore usum Otho Frisingensis episcopus, gravis scriptor, qui eodem vivebat tempore, affirmat. Cæterum quid, quo animo egerit vel scripserit, quid passus sit, quanta invidia æmuli in eum exarserint, graphice describit, atque obtrektoribus suis cursim ex occasione breviter et argute respondet. Denique hanc epistolam potius ad propriam, quam ad amici consolationem scripsisse videtur, scilicet ut et præsentis calamitates ex recordatione præteritarum lenius ferret, et imminentium periculorum timorem facilius detergeret. Nullas enim amici molestias cum suis confert, ut ex comparatione graviores appareant.*

Sæpe humanos affectus aut provocant, aut mitigant amplius exempla quam verba. Unde post nonnullam sermonis ad præsentem habiti consolationem, de ipsis calamitatum mearum experimentis consolatoriam ad absentem scribere decrevi, ut in comparatione mearum, tuas aut nullas, aut modicas tentationes recognoscas, et tolerabilius feras.

САР. I. *De loco nativitatis Petri Abælardi et de parentibus ejus.* — Ego igitur (9) oppido quodam

A oriundus, quod in ingressu minoris Britanniae constructum, ab urbe Nannetica versus Orientem octo credo milliariis remotum, proprio vocabulo Palatium appellatur. (10) Sicut natura terræ meæ vel generis animo levis, ita et ingenio exstiti ad litteratoriam disciplinam facilis. (11) Patrem autem habebam litteris aliquantulum imbutum antequam militari cingulo insigniretur. Unde postmodum tanto litteras amore complexus est, ut quoscunque filios

ANEXO D – Início da *Historia Calamitatum*, em *Abelardo e Heloísa*

EPISTOLA PRIMA
 QUAE EST HISTORIA CALAMITATUM
 PETRI ABAELARDI AD AMICUM SCRIPTA

*
 1. Saepe humanos affectus aut provocant aut mitigant amplius exempla quam verba. Unde post nonnullam sermonis ad praesentem habiti consolationem, de ipsis calamitatum mearum experientis consolatoriam ad absentem scribere decrevi, ut in comparatione mearum tuas aut nullas aut modicas temptationes recognoscas et tolerabilius feras.

I

DE LOCO NATIVITATIS ET DE PARENTIBUS EJUS.

2. Ego igitur, oppido quodam oriundus quod in ingressu minoris Britanniae constructum, ab urbe Nannetica versus Orientem octo credo miliaris remotum, proprio vocabulo Palatium appellatur, sicut natura terrae meae vel generis animo levis, ita et ingenio exstiti et ad litteratoriam disciplinam facilis./

3. Patrem autem habebam litteris aliquantulum imbutum antequam militari cingulo insigniretur; unde postmodum tanto litteras amore complexus est, ut quoscumque filios haberet, litteris antequam armis instrui diserneret. Sicque profecto actum est. Me itaque primogenitum suum quanto cariorem habebat tanto diligentius erudiri curavit.

ANEXO E – Manuscrito *Historia Calamitatum e Consolatio* ¹⁰¹

Epistola venerabilis magistri Petri
Abaelardi.

121

edita ordine
prima

Sape humanae afflictus aut prodeunt aut mitigant amplius
exempla, quam verba: Unde post nonnullam sermonem
ad prosperam habet consolationem, de ipse calamitatum mearum
experientis, consolatoriam ad absentem scribere solent: Ut
in compensatione mearum, tuae aut nullae, aut modicae
tribulationes recognoscas, et tolerabilis feras. Ego igitur
oppido quodam oriundus, quod in ingressu minoris Bui
tania est constructus, ab urbe Nannetina versus orientem
ten octo circiter milia remotus, proprio vocabulo
Palatium appellatur: Sed natura terrae mea vel ge-
neris, animo lenis ita et ingenio, et ad litterarum dis-
ciplinam facili. Gratiam autem habebam literis aliquante-
papa pa. 126.
reminatur
Benedictus

10.
nunquam uodine priuationem. Vale in Domino.

Domino suo, immo patri, coniugi suo, immo
fratri, ancilla sua, immo filia, ipsius
uxor, immo soror Abaelardo
Heloïsa.

* edita ordine 2^a

1 Missam ad amicum pro consolatione epistolam,
testissime, ad me forte quidam nupce attulit, quam
in ipsa statim tituli fonte vestrae omni confide-
ntiam tanto accentiua eam copi legere, quanto scripto-
rum eius charum impleret. Ut rursus non perdis, sal-

¹⁰¹ ABELARDO, HELOÏSA. *Lettres d'Abélard et d'Héloïse*. Victor Cousin et Octave Gréard Éditeur : Garnier, 1875. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9068388t/f1.item.r=lettres%20Ab%C3%A9lard.zoom> Acesso em: 02 mar 2016.

ANEXO F – *Consolatio*, de Heloísa, em *Petri Abaelardi*

EPISTOLA II.

Quæ est Heloissæ ad Petrum deprecatoria.

ARGUMENTUM. — *Cum Heloissa quondam Abaelardi amica, postea uxor, ac tandem monasterio Paracletensi, quod ipse sibi discipulorum fortunis a fundamentis eduxerat, ab eo præfecta, epistolam ejus ad amicum legisset: hanc ad eum scribit, orans ut de suis periculis vel liberatione ad se rescribat, quo vel luctus, vel gaudii ejus particeps efficiatur. Expostulat etiam quod ad se post monasticam professionem non scripserit, eum antea plures amatorias mitteret litteras. Suum denique erga illum tum præteriti temporis iurpem et carnalem amorem, tum præsentis castum et spiritalem exponit: ac acerbè queritur se ab illo æque non redamari. Est autem epistola multis affectibus et querulis planctibus more femineo affatim plena, ubi pectus femineum multa eruditione exuberans intueri liceat.*

Domino suo, imo patri; conjugi suo, imo fratri; B ancilla sua, imo filia; ipsius uxor, imo soror ABÆLARDI HELOISSA.

Missam ad amicum pro consolatione epistolam, dilectissime, vestram ad me forte quidam nuper attulit. Quam ex ipsa statim tituli fronte vestram esse considerans, tanto ardentius eam cœpi legere, quanto scriptorem ipsum charius amplector, ut cujus rem perdidit, verbis saltem tanquam ejus quadam imagine recreer. Erant, memini, hujus epistolæ fere omnia felle et absinthio plena, quæ scilicet nostræ conversionis miserabilem historiam, et tuas, unice, cruces assiduas referebant. Complesti revera in epi-

æmulis in te commotas, atque ad scandalum plerisque subortum de nomine Paracleti oratorio præter consuetudinem imposito: denique ad intolerabiles illas et adhuc continuas vitæ persecutiones, crudelissimi scilicet illius exactoris, et pessimorum, quos filios nominas, monachorum profectus miserabilem historiam consummasti. Quæ cum siccis oculis neminem vel legere vel audire posse æstimem, tanto dolores meos amplius renovarunt quanto diligentius singula expresserunt, et eo magis auxerunt quo iute adhuc pericula crescere retulisti, ut omnes pariter de vitâ tua desperare cogamur, et quotidie ultimos illos de nece tua rumores trepidantia nostra

ANEXO G – *Consolatio*, de Heloísa, em *Abelardo e Heloísa*SEGUNDA CARTA
OU CARTA DEPRECATÓRIA
DE HELOÍSA PARA ABELARDO

*Ao seu senhor ou, antes, pai, ao seu
esposo ou, antes, irmão, sua serva ou,
antes, filha, sua esposa ou, antes, irmã,
a Abelardo, Heloísa.*

1. Diletíssimo, faz pouco tempo, alguém casualmente me trouxe a carta que enviaste para a consolação de um amigo. Tendo imediatamente reconhecido pelo próprio teor do título, que a carta era tua,¹ comecei sua leitura com um entusiasmo tanto maior quanto com mais afeto amo quem a escreveu, para recriar, ao menos pelas palavras, uma certa imagem daquele que, na realidade, perdi.²

2. Lembro-me³ de que quase tudo daquela carta era cheio de fel e de amargura, pois relatava, ó meu único, a mísera história de nossa entrada para a vida religiosa e teus freqüentes sofrimentos.⁴ De fato, cumpreste, naquela carta, o que, no seu início, prometeste ao amigo, vale dizer, que ele haveria de julgar as suas desgraças nulas ou pequenas, em comparação com as tuas.⁵

3. Nela, com efeito, depois de teres antes de tudo exposto as perseguições feitas por teus mestres contra ti e a injúria da suma perfídia infligida ao teu corpo, denunciaste vigorosamente a execrável e invejosa atitude dos teus condiscípulos Albérico de Reims e Lotulfo de Lombardia.

ANEXO H – *Consolatio*, na íntegra ¹⁰²

SEGUNDA CARTA OU CARTA DEPRECATÓRIA DE HELOÍSA PARA ABELARDO

Ao seu senhor ou, antes, pai, ao seu esposo ou, antes, irmão, sua serva ou antes, filha, sua esposa ou, antes irmã, a Abelardo, Heloísa.

1. Diletíssimo, faz pouco tempo, alguém casualmente me trouxe a carta que enviaste para a consolação de um amigo. Tendo imediatamente reconhecido pelo próprio teor do título, que a carta era tua, comecei sua leitura com um entusiasmo tanto maior quanto com mais afeto amo quem a escreveu, para recriar, ao menos pelas palavras, uma certa imagem daquele que na realidade, perdi.

2. Lembro-me de que quase tudo daquela carta era cheio de fel e de amargura, pois relatava, ó meu único, a mísera história de nossa entrada para a vida religiosa e teus frequentes sofrimentos. De fato, cumpriste, naquela carta, o que, no seu início, prometeste ao amigo, vale dizer, que ele haveria de julgar as suas desgraças nulas ou pequenas, em comparação com as tuas.

3. Nela, com efeito, depois de teres antes de tudo exposto as perseguições feitas por teus mestres contra ti e a injúria da suma perfídia infligida ao teu corpo, denunciaste vigorosamente a execrável e invejosa atitude dos teus condiscípulos. Albérico de Reims e Lotulfo de Lombardia.

4. Não omitiste o que, por instigação deles, foi feito contra tua gloriosa Obra de Teologia e contra ti mesmo que, de algum modo, foste condenado à prisão. Em seguida, tu te ocupaste dos ardís do teu abade e dos falsos irmãos, bem como daquelas gravíssimas difamações contra tua pessoa feitas por dois pseudoapóstolos, incitados contra ti pelos rivais precitados. Evocaste o escândalo que de muitos se apoderou por causa do nome de Peráclito que, de modo insólito, foi dado ao teu Oratório. E, finalmente, terminasse esta deplorável história relatando as contínuas e insuportáveis perseguições que te são feitas por aquele crudelíssimo tirano e seus péssimos monges que chamas de filhos.

5. Penso que, sem lágrimas nos olhos, ninguém pode ler ou ouvir tais coisas. Elas renovaram com muita intensidade as minhas dores, porque detalhadamente tudo expressaram. E estas

¹⁰²Cópia idêntica a da obra de Zeferino Rocha (1997).

dores tornaram-se ainda maiores, porque disseste que são cada vez mais frequentes os perigos que te ameaçam. Assim, todas nós somos juntamente obrigadas a nos inquietar por causa de tua vida, e todos os dias os nossos corações em pânico e nossas almas ansiosas receiam receber a notícia fatal do teu assassinato.

6. Assim, nós te suplicamos pelo próprio Cristo, o qual para a sua glória ainda te protege de alguma forma, que com cartas mais frequentes te dignes fazer-nos conhecedoras, enquanto pobres servas d'Ele e tuas, das tempestades nas quais ainda flutuas, a fim de que, pelo menos, nós que somos as únicas que te restamos, tu tenhas como participantes de tua dor e de tua alegria.

7. Com efeito, aqueles que se compadecem de quem sofre costumam levar-lhe algum consolo, e todo fardo que com muitos é dividido, mais facilmente se carrega ou se suporta. E se esta tempestade serenar um pouco, quão mais rápidas chegarem tuas cartas, tão mais agraças serão e, qualquer que seja o assunto sobre o qual nos escreveres, dar-nos-ás um grande conforto, pois ao menos mostrarás que estás lembrado de nós.

8. O próprio Sêneca, como seu exemplo, ensina-nos quão agradáveis são as cartas dos amigos ausentes, quando, em algum lugar, assim escreve ao seu amigo Lucilo: *Agradeço-te porque me escreves com frequência. Dessa forma, tu te mostras a mim do único modo que te é possível. Jamais recebo uma carta tua sem que, imediatamente, estejamos juntos. Se as imagens dos amigos ausentes nos são agradáveis, renovam-nos a memória e suspendem, com falsa e vã consolação, a saudade da ausência, quão mais agradáveis são as cartas que do amigo distante nos trazem verdadeiras notícias.*

9. Graças sejam dadas a Deus porque, ao menos deste modo, nenhuma inveja proibir-te-á de visitar-nos, nem por nenhuma dificuldade serás impedido de fazê-lo, e eu te suplico que, por negligência alguma, tu te atrases.

10. Escreveste a um amigo uma longa carta. Mas, para consolá-lo de suas desgraças, tu lhe falaste das tuas. Ao rememorares detalhadamente as tuas calamidades com o propósito de consolá-lo, tu aumentaste demasiadamente a minha tristeza, pois desejando cuidar de suas feridas, tu me infligiste novas e ampliaste as antigas.

11. Cura, eu te peço, as feridas que tu mesmo fizeste, tu, que te empenhas tanto em curar as que outros fizeram. Cumpriste teu dever para com o amigo e companheiro, e saldaste o débito tanto da amizade quanto da vida em sociedade. Todavia, com débito maior tu te ligaste a nós, que devemos ser chamadas não só de amigas, mas de amicíssimas, e não apenas de companheiras, mas de filhas, ou com um nome mais doce e mais santo que possa ser imaginado. A dívida que te prende e estas tuas filhas não precisa ser comprovada com

testemunhos nem com argumentos, como se fosse algo duvidoso, que precisa ser demonstrado. E se todos os argumentos se calassem, os próprios fatos falariam.

12. Na verdade, depois de Deus, somente tu és o fundador deste lugar, somente tu o construtor deste Oratório, somente tu o instrutor desta congregação. Nada, aqui, edificaste sobre um fundamento alheio. Tudo o que aqui existe é criação tua. Este deserto, entregue apenas aos animais selvagens e aos ladrões, não conhecia nenhuma habitação humana e não possuía casa alguma. Nos próprios covis das feras e nas cavernas dos ladrões, onde o nome de Deus não costuma ser mencionado, tu edificaste um tabernáculo divino e dedicaste um templo ao Espírito Santo.

13. Para edificá-lo, nada tiraste dos tesouros dos reis ou dos príncipes, quando muitas e grandes coisas podias, a fim de que tudo o que fosse feito somente a ti pudesse ser atribuído. Os clérigos e os estudantes – que por causa de teu magistério, à porfia, para aqui confuíam -, providenciavam tudo o que era necessário. E aqueles que viviam de benefícios eclesiásticos e nada sabiam ofertar, mas só recolher, e os que tinham mãos para receber e não para dar, aqui se tornavam pródigos e incansáveis nas ofertas que faziam.

14. Portanto é tua, verdadeiramente tua, esta pequena planta que, de modo especial e em santo propósito, plantaste. Para crescer, ela precisa ser irrigada, como é costume fazer-se com as plantas ainda tenras. E, mesmo se não fosse nova, esta planta é bastante fraca e delicada pela própria natureza do sexo feminino. Por isso, ela exige um cuidado mais atento e mais frequente, segundo aquilo que diz o Apóstolo: *“Eu plantei, Apolo regou, Deus, porém, fez crescer”*. O Apóstolo havia plantado e pela doutrina de sua pregação fundara, na fé, os Coríntios aos quais escrevia. Apolo, seu discípulo, regou-os com as sagradas exortações e, assim, a graça divina lhes possibilitou o crescimento.

15. Com sagradas pregações e admoestações, que se tornam quase sempre vazias, cultivas inutilmente a vinha de uma videira alheia, que não plantaste, e que se converteu para ti em amargura. Presta atenção ao que deves à tua, tu que assim te empenhas em cuidar da alheia. Ensinas e pregas, sem proveito, aos rebeldes. Sem resultado, espalhas diante dos porcos as pérolas da palavra divina. Considera o que deves aos que te são obedientes, tu que tanto aos obstinados. Tu que és tão generoso com os inimigos, medita no que deves às tuas filhas. E, para não falar de outras coisas, avalia o tamanho do débito que te liga a mim, e paga com mais devoção à tua única o que deves a esta comunidade de mulheres piedosas.

16. Tua grandeza sabe melhor do que minha pequenez quantos Tratados os Santos Padres escreveram, seja para doutrinar, seja para exortar, ou, ainda para consolar as santas mulheres, e com quanto cuidado os compuseram.

17. Por isso vejo com grande admiração que, há algum tempo, teu esquecimento conturbou os tenros inícios de nossa vida monástica, e nem o respeito a Deus, nem o meu amor, nem os exemplos dos Santos Padres te admoestaram a tentar consolar-me, seja de viva voz com tua presença, seja por carta em tua ausência, quando eu vacilava e durante muito tempo era atormentada pela tristeza.

18. Sabes, porém, que à minha pessoa estás preso por um débito muito maior, porque a mim estás ligado pelo laço do sacramento do matrimônio, e tão mais responsável porque, como é do conhecimento de todos, eu sempre te amei com um amor sem medidas. Sabes, caríssimo, todos sabem, quantas coisas perdi ao te perder. Sabes com que deplorável golpe, a suma e em toda parte conhecida perfídia arrancou, contigo, a mim mesma também de mim, de tal forma que a dor causada pelo modo como te perdi, foi, sem nenhuma comparação, muito maior do que a própria perda. Quanto maior, porém, é a causa da dor, mais eficazes devem ser os remédios da consolação, e estes têm que ser administrados não por um outro mas por ti próprio, a fim de que tu és único na causa da dor, sejas também único na graça da consolação.

19. Na verdade, só tu és capaz de me entristecer e de me alegrar ou consolar. E, somente tu, isto muito me deves. Sobretudo, agora, que fiz tudo o que me mandaste fazer e, de tal modo, que, não sendo capaz de te ofender em alguma coisa, eu tive coragem, por ordem tua, de perder-me a mim mesma. É o que é ainda maior e mais digno de admiração, o meu amor tornou-se tão insensato que, sem nenhuma esperança de recuperação, desfez-se daquilo que era seu único desejo, quando, por determinação tua, imediatamente mudei não só de hábito, mas também de opinião, para mostrar que somente tu és o único dono tanto do meu corpo quanto da minha alma.

20. Jamais (Deus o sabe) procurei, em ti, senão a ti mesmo. Somente a ti desejei, não as tuas coisas. Nada esperei do contrato matrimonial, nem vantagens de qualquer espécie, nem tampouco procurei (como sabes) fazer meus desejos nem minhas vontades, mas os teus. E, mesmo que o nome de esposa mais santo e mais valioso, foi para mim sempre mais doce e amante, ou, se não te indignares, o de concubina ou de mulher da vida, para que tanto mais por tua causa me humilhasse, maior favor obtivesse junto de ti, desse modo, também menos ofendesse a glória de tua grandeza. Tu mesmo não te esqueceste disso completamente, naquela carta (à qual antes me referi), escrita para a consolação de um amigo, e te dignaste expor algumas das razões pelas quais eu me esforcei para dissuadir-te do nosso casamento e das nossas infelizes núpcias. No entanto, silenciaste muitas razões, pelas quais preferia o amor ao casamento e a liberdade ao vínculo conjugal.

21. Invoco a Deus como testemunha, se Augusto, Imperador de todo o Universo, se dignasse dar-me a honra do matrimônio, e me concedesse para sempre a direção de todo o Mundo, mais caro e mais dignificante me pareceria ser denominada tua meretriz, antes que a sua Imperatriz. Na verdade, nem sempre, quem é mais rico e mais poderoso é necessariamente o melhor. A riqueza e o poder são frutos do acaso, a bondade é efeito da virtude.

22. Quem de preferência desposa o mais rico em vez do pobre, e cobiça, no marido, mais suas coisas do que ele próprio, não pode não ser julgada de venal. A quem esta cobiça conduz ao casamento, deve-se pagamento e não amor.

23. Certamente, que assim procede vai atrás não do homem mas de suas coisas, se pudesse, gostaria de prostituir-se com um mais rico. Esta é a conclusão da filósofa Aspásia, feita na presença de Ésquimo, discípulo de Sócrates, por ocasião da conversa tida com Xenofonte e sua mulher. Uma vez que a referida filósofa se propunha reconciliar os dois cônjuges, ela assim concluiu a argumentação: *“Porque se chegardes à conclusão de que não existe no mundo um marido que seja melhor, ou uma mulher que seja mais amável, na verdade exigíreis sempre o que vos perceber ser o ótimo, de modo que tu sejas o melhor marido casado com a melhor mulher e ela a melhor mulher que se casou com o melhor marido.”*

24. Sem dúvida, esta conclusão é mais do que filosófica, ela é uma santa máxima que, se poderia dizer, pertence antes à sabedoria do que à filosofia. Santo erro este e feliz engano dos esposos, pelos quais um amor perfeito guarda intacta a união matrimonial, não tanto pela continência dos corpos, quanto pela pureza das almas. Mas, o que para as demais mulheres era uma ilusão, para mim era uma verdade evidente, pois o que as outras imaginavam de seus maridos, eu e o mundo inteiro, no que te dizia respeito, não só imaginávamos, mas sabíamos. Assim sendo, o meu amor por ti era tão mais verdadeiro quanto menos se nutria de ilusão.

25. Na verdade, quem dentre os reis ou qual dos filósofos podia igualar-se à tua fama? Que região, que cidade ou vilarejo não se agitava para te ver? Quem, pergunto eu, não se apressava para te ver quanto aparecias em público e, quando te afastavas, não te seguia com o pescoço erguido e os olhos voltados na tua direção? Que mulher casada ou que mulher solteira não te desejava quando estavas ausente e não se abrasava em tua presença? Que rainha ou melhor poderosa não invejava os meus prazeres ou meu leito nupcial?

26. Confesso que possuías especialmente duas coisas, com as quais podias imediatamente cativar os corações de todas as mulheres, ou seja, o dom de falar e o de cantar que, como sabemos, os outros filósofos de modo algum obtiveram. De fato, para descansar do trabalho dos exercícios filosóficos, quase como se fosse uma brincadeira, compuseste com estes dons inúmeras canções segundo a métrica e o ritmo das canções amorosas, as quais, por causa da

imensa suavidade tanto da letra quanto do canto, sendo cantadas com frequência, conservavam, sem cessar, teu nome na boca de todos, de modo que a doçura da melodia não deixava nem os iletrados esquecerem de ti. Por causa disto, as mulheres suspiravam muito mais pelo teu amor. E, como a maior parte destas canções celebrava nosso amor, rapidamente me fez conhecida em muitas regiões, incitando contra mim a inveja de muitas mulheres.

27. Com efeito, que bem do corpo ou da alma não ornava a tua juventude? Qual a mulher que me invejava naquele momento, não é, agora, por causa da minha desgraça, impelida a compadecer-se de mim, que estou privada de tantas delícias? Qual o homem ou qual a mulher, embora fosse antes inimigo, não se compadece agora de mim com devida compaixão? Sou muito culpada, mas, como sabes, sou muito inocente, pois no delito, o que conta não é o que é feito, mas a intenção do agente. A justiça pondera não as coisas realizadas, mas a intenção com a qual elas são realizadas. Que intenção, porém, sempre tive a teu respeito, só tu que fizeste a experiência podes julgar. Tudo submeto ao teu exame e tudo cedo ao teu testemunho.

28. Se és capaz, dize-me apenas uma coisa: Por que, depois de nossa entrada para a vida religiosa, que sozinho determinaste, fui por ti não negligenciada e esquecida, a ponto de não ser reconfortada nem pelo colóquio em tua presença, nem consolada por carta em tua ausência? Dize-me, repito, se és capaz, senão eu te direi o que sinto, ou melhor, o que todos suspeitam. A concupiscência e não a amizade te uniu a mim, o ardor da libido, antes que o amor. Portanto, quando cessou o que desejavas, igualmente tudo aquilo que por causa desta libido manifestavas, desapareceu.

29. Diletíssimo, esta conjectura não é minha, mas de todos. Não é especial, mas comum. Não é privada, é pública. Oxalá, somente a mim assim parecesse o teu amor encontrasse alguns motivos para se defender, pelos quais minha dor diminuísse um pouco. Quem dera pudesse fingir razões pelas quais eu, de algum modo, te desculpando, ocultasse minha insignificância.

30. Eu te suplico que consideres o que te peço e verás que é pouco e fácilimo. Enquanto sou privada de tua presença, oferta-me a doçura de tua lembrança, ao menos com as promessas das palavras que tens em abundância.

31. Em vão espero que sejas davidoso na realidade, se te descubro avaro nas palavras. Até agora acreditava merecer muitas coisas de ti, porque tudo fiz por tua causa e, até hoje, permaneço inteiramente a teu serviço.

32. Não foi o amor pela vida religiosa, mas somente uma ordem tua que levou uma jovem adolescente às asperezas da vida monástica. Portanto, se nada mereço diante de ti, avalia quão inutilmente eu sofro. Sobre isso, nenhuma recompensa devo esperar de Deus, pois é certo que nada fiz por seu amor.

33. Quando te apressavas para consagrar-te a Deus, eu te segui vestindo o hábito religioso ou, melhor, eu te precedi. Na verdade, lembrando da mulher de Lot, que se virou para trás, tu me consagraste a Deus pelos votos religiosos e pela profissão monástica antes mesmo que a ti próprio. No que, confesso, vendo-te pela primeira vez confiar menos em mim, muito sofri e me envergonhei.

34. E, no entanto, (Deus sabe), por uma ordem tua, eu de modo algum duvidaria preceder-te às pressas, ou te seguir até os Infernos (isto é, os lugares de Vulcão), pois minha alma não está comigo, mas contigo. E, sobretudo agora, se ela não está contigo, ela não está em lugar algum, pois existir sem ti é impossível. Todavia, para que ela esteja bem contigo, eu te peço que não deixes de agir. Ela estará bem contigo, se te encontrar propício e se retribuíres favor com favor, os pequenos com os grandes, as palavras com os atos. Oxalá, meu querido, teu amor confiasse menos em mim, para que fosses mais solícito. Todavia quanto mais seguro te fiz, mais negligente te suporteo.

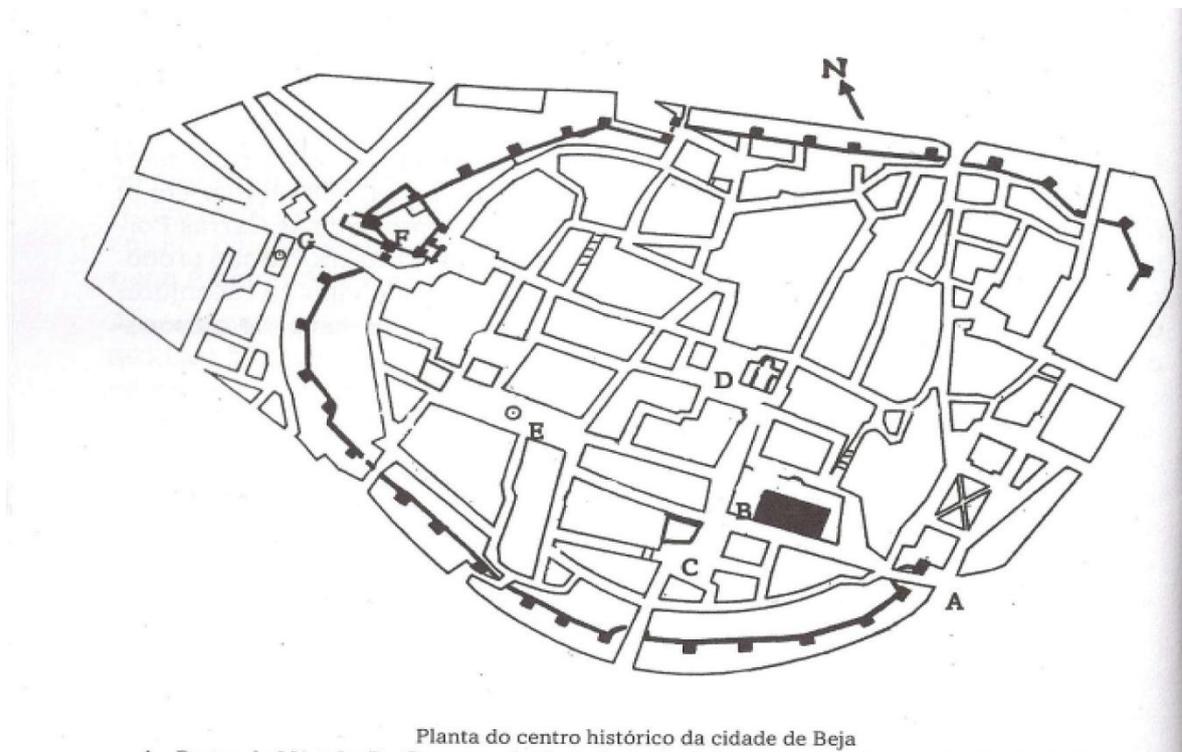
35. Lembra, eu te suplico, do que fiz e considera o quanto me deves. Quando contigo gozava dos prazeres do corpo, para muitos era incerto se se tratava de amor ou de concupiscência. Agora, porém, o fim com que intenção eu comecei a te amar. Para obedecer à tua vontade, eu finalmente me proibi todos os prazeres, e da me reservei, senão tornar-me, assim, completamente tua. Avalia, pois, o tamanho de tua injustiça, se a quem merece mais, tu pagas menos, ou melhor, nada pagas, sobretudo quanto pouco é o que te é pedido e fácilimo.

36. E, assim, pelo próprio Deus a quem te consagraste, eu suplico que, do modo que te for possível tu te faças presente, escrevendo-me algumas palavras de consolação, ao menos à guisa de um pacto, a fim de que assim reconfortada, eu me consagre com mais presteza ao ofício do divino.

37. Outrora, quando me aguardavas para as torpes volúpias, tu me escrevias cartas assíduas e com frequentes canções colocavas a tua Heloísa na boca de todos. Todas as praças e todas as casas particulares ressoavam meu nome. Quanto mais reto seria se, hoje, tu me incentivasses para Deus, mais do que, outrora, para a *libido*. Pondera, eu te suplico, o que deves, e considera o que te peço. E concluo a longa carta com este breve fim:

Adeus, meu único.

ANEXO I – Centro histórico da cidade de Beja



Planta do centro histórico da cidade de Beja

103

¹⁰³ Tratava-se de uma cerca formada por mais de quarenta torres e quatro portas principais, nomeadamente as "Portas de Évora", "Portas de Aviz", "Portas de Mértola", e "Portas de Aljustrel", de origem romana.

"A - Portas de Mértola; B - Convento da Conceição; C - Palácio dos Alcoforados; D - Igreja de Santa Maria; E - "Praça da República; F - Castelo: Torre de Menagem; G - Igreja de Santo Amaro" (BORRELA, 2007, p. 14).

ANEXO J – Carta I, de Mariana¹⁰⁴¹⁰⁵**CARTA I**

Considera, meu amor, como foste excessivamente descuidado!

Ai mal aventurado! – Traíram-te esperanças ilusórias e com elas me enganas-te.

Uma paixão em que bordavas tantos deleitosos projectos só pode dar-te, agora, um mortal desespero, apenas comparável à crueldade desta ausência.

E há-de este desterro para o qual todo o requinte de minha dor não acha um nome assas funesto, privar-me para sempre de embeber-me nesses olhos em que viu tanto amor e que me fizeram conhecer enlevos que me enchiam de contentamento, que eram tudo para mim, que enfim me abastavam a vida?

Os meus olhos é que perderam nos teus a única luz que os animava. Só lhes restam lágrimas, nem eu lhes tendo dado outro emprego senão o de chorar continuamente desde que soube que estavas resolvido a um afastamento para mim tão insuportável que cedo me fará morrer.

E contudo parece-me que tenho o que quer que seja de enamorado apego às mágoas de que tu só és a causa.

Consagrei-te a vida desde que em ti descansaram meus olhos, e sinto prazer em sacrificar-ta.

Mil vezes ao dia te procuram meus cansados suspiros e não trazem, os tristes, outro alívio a tantas tribulações do que o aviso cruamente sincero da minha desventura que não consente uma esperança e me repete a todos os instantes: – “deixa, deixa de consumir-te em vão, infeliz Marianna! deixa de procurar um amado que não tornarás a ver, que passou o mar para te fugir, que está em França no meio dos prazeres, que não pensa um momento nas tuas penas, que te dispensa de todos estes transportes, que nem sabe agradecer-tos.”

Mas não.

¹⁰⁴ A reprodução das cartas refere-se à obra *Cartas de Amor – Sórora Mariana Alcoforado ao Cavalheiro de Chamilly* - Publicada em Lisboa, em 1925, pela Livraria J. Rodrigues & C^a, com ilustrações de Alberto de Souza, prefácio de Mattos Sequeira e tradução de Luciano Cordeiro. “Foi nesta belíssima edição artística, de grande formato, in 4^o, com prefácio de Mattos Sequeira e Ilustrações à pena e a aguarela de Alberto Souza, que nos baseamos para a reprodução portuguesa das Cartas, contudo, demos-lhe a ordem estabelecida pelo livreiro francês e seu primeiro editor, Claude Brbin, em 1669” (BORRELA, 2007, p. 129).

¹⁰⁵ Cópia publicada na obra de Leonel Borrela (2007).

Não posso resolver-me a cuidar tão mal de ti. Sou muito interessada em justificar-te: nem quero imaginar que me tenhas esquecido!...

Não sou eu já bem desgraçada sem me torturar com falsas suspeitas?

Porque hei de esforçar-me em apagar da memória todos os desvelos com que te esmeravas em testemunhar-me o amor?

Tanto me deleitavam eles que bem ingrata fora se não te amasse ainda com os mesmos arrebatamentos em que minha paixão me enlevava quando lograva os testemunhos da tua.

Como é possível que lembranças de tão doces momentos se tenham tornado tão amargas? E que contra toda a natureza, sirvam somente agora para dilacerar-me o coração?

Pobre dele! A tua ultima carta pô-lo num estado singular: tais saltos me dava no peito que parecia esforçar-se por se separar de mim e voar para ti.

Tão abalada fiquei, de todas estas emoções violentas que por mais de três horas estive de todo alienada dos sentidos.

Era como me defendesse de voltar à vida que devo perder por ti, já que para ti a não posso conservar.

Com bem pesar tornei a mim.

Regalava-me sentir que morria de amor, e sentia-me bem, finalmente, por ver cessar de flagelar-me a alma a dor da tua ausência.

Depois destes abalos tenho sofrido muitas enfermidades, mas posso eu viver sem males enquanto não te vir?

Suporto-os sem murmurar pois que de ti provêm.

Coitada de mim! é esta a recompensa que me dás de te haver tão carinhosamente amado?

Não importa.

Estou decidida a adorar-te toda a vida e a não querer a mais ninguém.

Digo-te que farás bem, igualmente, em não amar outra.

Porventura poderia contentar-te uma paixão menos ardente do que a minha?

Encontrarias talvez mais formosura, – e contudo dizias-me outrora que eu era bonita, - mas não encontrarias, nunca, tanto amor... e tudo o mais é nada.

Não enchas as tuas cartas de coisas inúteis, e não me digas mais que me lembre de ti.

Eu não posso esquecer-te, e não me esqueço também que me fizeste esperar com a promessa de que virias passar algum tempo comigo.

Ai, porque não queres tu passar comigo toda a tua vida!

Pudesse eu sair deste aborrecido convento, que não esperaria em Portugal, não, que se cumprissem as tuas promessas!...

Iria, sem escrúpulos, procurar-te e seguir-te e amar-te por toda a parte.

Não ousa mesmo pensar que fosse possível!

Não quero nutrir uma esperança que me daria algum alívio, e não quero entregar-me senão às penas deste infortúnio.

Confesso-te, porém, que a ocasião que meu irmão me proporcionou de te escrever me deixou alvoraçada e suspendeu por um momento o desespero em que vivo.

Conjuro-te que me digas porque te empenhaste em enfeitiçar-me tanto, sabendo bem que terias de abandonar-me um dia?

Ai, porque tanto te encarniçaste em fazer-me desgraçada?

Porque não me deixaste tranquila no meu convento?

Fizera-te eu algum mal?

Mas perdoa, meu amor: de nada te culpo. Nem estou em condição de tirar vingança de ti, e acuso somente o rigor do meu destino.

Támbém... separando-nos, parece-me que nos fez todo o mal que poderíamos recear dele; não conseguirá separar os nossos corações; o amor que pode mais do que ele uniu-os para toda a vida.

Se algum interesse tens pela minha, escreve-me muitas vezes.

Bem te mereço que tenhas algum cuidado em me informar do estado do teu coração e da tua vida, sobretudo, vem ver-me.

Adeus, não posso separar-me deste papel, ele chegará às tuas mãos, quem me dera ter a mesma sorte: Ai! Que insensata sou, sei bem que tal não é possível.

Adeus, não aguenta mais. Adeus, ama-me sempre; e faz-me sofrer ainda piores males.

ANEXO K – Carta II, de Mariana**CARTA II**

Parece-me que faço a maior violência do mundo aos sentimentos do meu coração, ao procurar fazer com que os conheças, escrevendo-te: como fora feliz se bem os pudesses avaliar pela violência dos teus!

Mas não posso fiar-me em ti, e não posso também deixar de dizer-te, bem menos vivamente do que sinto, que não devias mortificar-me tanto, com este esquecimento que me enlouquece e que é até uma vergonha para ti. É muito justo, ao menos, que atures os lamentos desta desolação que eu previ logo, vendo-te resolvido e deixar-me.

Sei muito bem que me iludi pensando que terias para comigo um proceder mais leal do que é costume, porque, em suma, o excesso do meu amor parece que me devera pôr acima de todas e quaisquer suspeitas e que merecia mais fidelidade que a de ordinário se encontra.

Mas a disposição em que estavas de me trair, venceu a justiça que devias a quanto fiz por ti. Não deixaria de ser mal-aventurada se me amasses apenas por eu te amar. Quisera dever tudo, somente, à tua espontânea inclinação. Mas como estou longe disto, que até são passados seis meses em receber de ti uma só carta!

Atribuo todos estes infortúnios à cegueira com que me abandonei a amar-te.

Não devera prever que as minhas deleitações acabariam mais cedo do que o meu amor?

Poderia esperar que ficasses toda a vida em Portugal e que renunciasses à tua fortuna e ao teu país só cuidares de mim?

As minhas penas não podem ter alívio, e a lembrança de quanto gozei enche-me agora de desespero.

Pois todos os meus desejos serão malogrados, e nunca mais te verei no meu quarto, em todo aquele ardor, com todo aquele arrebatamento que mostravas?!

Coitada de mim que me iludo, e que demais conheço agora que todos aqueles enlevos que me inebriavam a cabeça e o coração eram em ti apenas excitados por alguns prazeres, e logo se extinguíam com eles.

Fora necessário que nesses momentos de suprema felicidade, eu pudesse implorar em meu socorro a razão para moderar o funesto excesso das minhas delícias e para que me fizesse antever quanto padeço agora. Mas entregava-me toda, a ti, meu amor, e não me achava em

condição de cuidar no que teria de envenenar o meu contentamento, quando gozava plenamente as mostras ardentes de tua paixão.

Deleitava-me muito sentir-te comigo para que pudesse pensar que um dia te apartarias de mim.

Lembra-me, contudo, de te haver dito algumas vezes que me fazias desgraçada, mas estes terrores desvaneciam-se, rápidos, e sentia gosto em sacrificar-tos abandonando-me ao encanto e à aleivosia dos teus protestos.

Vejo claramente qual poderia ser o remédio para todas as minhas penas. Delas me livraria, logo que deixasse de te amar.

Mas ai de mim! que remédio!... Não. Prefiro sofrer mais ainda do que esquecer-te. E depende isto de mim? Se nem posso repreender-me de ter imaginado, um momento que fosse, não continuar a amar-te!... Que ainda mais digno de dó és tu, do que eu, porque mais vale penar quanto soffro, do que gozar os lânguidos prazeres que hão de dar-te as tuas amantes de França.

Não invejo a tua indiferença, e fazes-me lastima. Desafio-te a esquecer-me inteiramente. Prezo-me de te haver posto em estado de não teres, sem mim, senão prazeres imperfeitos, e sou mais feliz do que tu porque mais ocupada ando deste amor.

Fizeram-me, há pouco, porteira do convento. Todas as pessoas que me falam, julgam-me louca. Não sei o que lhes respondo, e é necessário que as freiras estejam doidas como eu para me julgarem capaz de algum emprego.

Como invejo a sorte de Manuel e de Francisco!... Porque não estou eu, como eles, sempre contigo?

Haver-te-ia seguido, e certo, haver-te-ia servido mais extremosamente. Nada me apetece neste mundo, senão ver-te.

Ao menos, lembra-te de mim. Contento-me com a tua lembrança, mas nem tenho a certeza dela!

Não limitava a tão pouco as minhas esperanças, quando te via todos os dias, ensinaste-me bem a submeter-me a tudo quanto queres. Não me arrependo, contudo de haver adorado.

Regala-me que me seduzisses. A tua ausência rigorosa, talvez eterna, não diminuiu em nada a violência do meu amor.

Quero que toda a gente o saiba; não faço dele mistério; prezo-me de ter feito tudo o que fiz por ti, contra toda a espécie de decoro. Em nada mais faço consistir a minha honra e a minha religião do que em amar-te perdidamente, toda a vida, já que comecei a amar-te.

Não te digo estas coisas para te obrigar a escrever-me. Ai, não te forces!

Não quero de ti senão o que espontaneamente venha, e rejeito todas as mostras de amor a que possas escusar-te. Sentirei gosto em desculpar-te porque talvez tenhas prazer em não te dares ao incômodo de escrever-me, e sinto uma profunda disposição para te perdoar todas as faltas.

Um oficial francês teve a caridade de me falar, esta manhã, de ti, por mais de três horas. Disse-me que a paz na França estava feita. Sendo assim não poderias vir ver-me, e levar-me para França? Mas não o mereço. Faz o que te aprouver. O meu amor não depende já da maneira por que me tratares.

Desde que partiste não tive um só momento de saúde, nem sinto alívio senão em repetir o teu nome mil vezes ao dia. Algumas freiras que sabem o estado lastimoso em que me lançaste, falam-me de ti muitas vezes. Saio o menos possível do meu quarto onde tantas vezes vieste, e estou a contemplar o teu retrato que me é mil vezes mais querido do que a vida.

Dá-me isto algum alívio mas dá-me também muita mágoa, quando penso que talvez não te veja mais. Como será possível que não torne a verte?! Abandonar-me-ias para sempre?

Mata-me esta ideia.

A tua pobre Marianna não pode mais. Sinto-me desfalecer ao acabar esta carta.

Adeus. Adeus, tem piedade de mim!

ANEXO L – Carta III, de Mariana**CARTA III**

Que será de mim? E que queres tu que eu faça? Quão longe me vejo quanto imaginava!

Esperava que me escrevesse de todas as terras por onde passasses, e que longas cartas eu contava receber, que alimentarias a minha paixão com a esperança de tornar a ver-te; que uma absoluta confiança na tua fidelidade me daria algum alívio, e que ficaria assim, numa condição suportável, sem extremas inquietações.

Formara até uns leves projectos de pôr todo o esforço de que fosse capaz em curar-me, se pudessesaber com toda a certeza que me havias esquecido.

A tua ausência, alguns toques de devoção, o receio natural de arruinar inteiramente a pouca saúde que me resta com tantas vigílias e com tantas mortificações e escassa esperança da tua volta, a frieza do teu amor, os teus últimos adeuses, a tua partida fundada em mal forjados pretextos, mil outras considerações ainda que não podem ser mais razoáveis nem mais inúteis, pareciam oferecer-me, se o quisesse, um refugio seguro.

Não tendo enfim que batalhar senão contra mim própria, não podia desconfiar de todas as minas fraquezas, nem prever tudo quando padeço agora.

Ai de mim, como sou digna de lástima por não poder dividir contigo as minhas penas, e por me ver só, inteiramente só, em tanta desventura!

Mata-me esta ideia. Morro de terror ao pensar que nunca sentirias verdadeiramente o íntimo enlevo dos nossos prazeres.

Ai sim! Conheço agora a falsidade de todos os teus transportes.

Atraítoavas-me todas as vezes que me dizias que o teu supremo encanto era estar a sós comigo. Só às minhas perseguições devo os teus desejos e os teus arrebatamentos. Fizeras a sangue frio o propósito deste incêndio em que me abrasaste toda.

Não consideravas a minha paixão senão com uma vistoria, e o teu coração nunca foi profundamente penetrado por ela.

Mas não és tu muito desgraçado e não terás bem pouca delicadeza de alma pois que não soubeste gozar de outra maneira os meus enamorados enlevos?

É como, se não fosse assim, seria possível que com tanto amor eu não tenha podido fazer-te completamente feliz?

Choro por amor de ti inesgotáveis delícias que perdeste. Porque fatalidade não quiseste logrã-las? Ai, que se as conhecesses verias que são bem mais doces, sem dúvida, do que a de me haveres enganado, e terias experimentado que se é muito feliz, e que se sente alguma coisa mais deleitosa em amar violentamente..., do que em ser amado.

Não sei nem o que sou, nem o que faço, nem o que desejo. Dilaceram-me mil comoções contrárias. Pode imaginar-se mais miséria condição?

Amo-te perdidamente, e poupo-me muito, talvez, não me atrevendo a desejar que te atribulem os mesmos ímpetos de amor. Matar-me-ia, ou, se o não fizesse, morreria de pena se me certificasse que não tinhas repouso algum, que a tua vida era só desespero e loucura, que choravas inconsolavelmente, e que tudo te era odioso.

Não me dão as forças para as minhas mágoas, como poderia suportar ainda as que me dariam as tuas, mil vezes em mim mais penetrantes?

Mas não posso também resolver-me a desejar que me não tragas no pensamento, e para dizer-te toda a verdade tenho um furioso ciúme de quanto possa dar-te contentamento, de quanto possa regalar-te o coração, de quanto possa comprazer-te em França.

Não sei porque te escrevo.

Vejo bem que apenas terás compaixão de mim, e eu não quero a tua compaixão.

Enojo-me de mim própria quando reflecto em tudo que te sacrifiquei. Perdia a reputação. Expus-me à maldição dos meus, à severidade das leis desta terra para com as religiosas, à tua ingratidão, que me parece a maior das desgraças.

E contudo sinto implacavelmente que os meus remorsos não são sinceros, que eu quereria do fundo da alma ter por amor de ti afrontado maiores perigos, e que me assoberba um prazer funesto em ter aventurado a minha vida e a minha honra.

Tudo quanto tinha de mais precioso não deveria pô-lo à tua disposição? Diz se não devo sentir-me bem satisfeita por tê-lo empregado como fiz.

Parece-me até que ainda não estou contente com as minhas penas e com o excesso do meu amor, embora, coitada de mim, não possa fazer conta de que esteja contente de ti. Vivo..., infiel que sou! E faço tanto para conservar a vida como para a perder.

Ai, morro de vergonha, mas então o meu desespero está só nas minhas cartas?!

Se te amasse tanto, tanto como te hei dito mil vezes, não estaria morta desde há muito? Tenho-te enganado. Tu é que deves queixar-te de mim. Ai, porque não te queixas, meu amor?! Vi-te partir, não posso esperar que te veja voltar, e contudo respiro! Atraçoei-te. Imploro-te que me perdoes. Mas, não; não me perdoes, suplico-te. Trata-me duramente. Não te pareça que os meus sentimentos sejam bastante violentos.

Sê mais difícil de contentar. Diz-me que queres que eu morra de amor por ti. Suplico-te que me dêes este socorro para que eu vença a fraqueza do meu sexo e acabe com todas estas irresoluções por um acto de verdadeiro desespero.

Um fim trágico obrigar-te-á a pensar muitas vezes em mim. A minha memória ser-te-á cara, e comover-te-á porventura esta morte extraordinária. Não vale mais do que o estado a que me reduziste? Adeus. Como eu quisera nunca te haver isto!

Triste de mim! que sinto vivamente a impostura desta ideia, e conheço, mal a exprimo, que estimo bem mais ser desventurada, amando-te, do que não te haver visto jamais! Resigno-me, pois, sem murmurar, ao meu mau destino, porque foste tu que não quiseste fazê-lo melhor. Adeus. Promete-me lastimar-me carinhosamente se eu morrer de magoa, e que ao menos a veemência da minha paixão te dê o desgosto e a repulsão de tudo.

Esta consolação me basta, e se é fatal que para sempre te abandone, quisera ao menos não te deixar a outra. Não serias refinadamente cruel se te servisses do meu desespero para te fazeres mais amado, e para te vanglories de ter acendido a maior paixão que houve no mundo?

Adeus, mais uma vez. Escrevo-te cartas muito longas, sei. Não tenho atenção contigo. Peço-te que me perdoes e ousa esperar que terás alguma indulgência para com uma pobre louca, que o não era, sabes bem, antes que te amasse.

Adeus. Parece-me que te falo de mais d'este estado insuportável em que me encontro. Mas agradeço-te, do funcho do coração, as mortificações que me causas, e aborreço a tranquilidade em que vivia antes de te conhecer.

Adeus! a minha paixão cresce a cada instante. Ai, quantas coisas tinha a dizer-te ainda!

ANEXO M – *Carta VI*, de Mariana

CARTA IV

O teu tenente acaba de dizer-me que uma tormenta te fizera arribar ao Algarve.

Receio que tenhas sofrido muito no mar, e esta apreensão tão vivamente me absorveu que não tenho pensado em todas as minhas penas.

Imaginas acaso que teu tenente se interesse, mais do que eu, no que te sucede?

Porque está ele melhor informado, e, em suma, porque não me tens escrito?

Bem infeliz sou se, para o fazer, não tens tido ocasião alguma, desde que partiste, e, mais ainda, se, tendo-a, não me escreveste.

São desconformes a tua injustiça e a tua ingratidão; mais me pesara, porém, que elas te trouxessem alguma desgraça.

Prefiro que fiquem sem castigo, a que me vinguem.

Resisto a todas as mostras que deveriam convencer-me de que não me amas, e sinto-me bem mais disposta a abandonar-me cegamente á minha paixão, do que as razões que me dás de me lastimar da tua frieza.

Quantas mortificações me terias poupado se as tuas maneiras fossem tão negligentes nos primeiros dias em que te vi, como me têm parecido desde algum tempo!...

Mas quem não se iludiria com tantos cuidados e quem os não tivera por sinceros?

Quanto custa e tarda que nos resolvamos a suspeitar da lealdade dos que amamos!

Eu bem vejo que a menor desculpa te satisfaz, e sem que te dêes ao incômodo de a apresentar, o amor que tenho serve-te tão fielmente que nem posso consentir em julgar-te culpado, senão para gozar o inefável prazer de te justificar eu própria!

Consumiste-me com a perseverança dos teus galanteios, abrasaste-me com os teus transportes, enfeitiçaste-me com as tuas finezas, renderam-me aos teus juramentos, seduziu-me a minha inclinação violenta, e as continuações destes princípios tão gostosos e tão felizes não são mais do que lágrimas, cansados suspiros, uma funesta morte, sem que eu possa encontrar-lhes remédio!

É certo que logrei delícias inimagináveis, amando-te, mas custam agora, bem desmedidas penas; são sempre excessivas todas as emoções que me causas.

Se tivera resistido obstinadamente ao teu amor, e se houvera dado qualquer motivo de pesar e de ciúme para mais te inflamar e prender; se tivesses notado em mim qualquer

fingimento; se eu tivesse querido, em suma, opor a minha razão à inclinação que para ti me impelia, e que logo me fizeste perceber, – embora as minhas diligências tivessem sido inúteis, sem dúvida, poderias então castigar-me severamente e abusar do teu poder sobre mim, com mostras de justiça.

Mas pareceras-me digo do meu amor, antes que me houvesse dito que me amavas, mostraste-me uma grande paixão, senti-me deslumbrada, e abandonei-me a amar-te perdidamente.

Não estavas cego como eu, porque me deixaste cair nesta mísera condição em que agora me vejo?

Que querias tu fazer de todos os meus enlevos, que não poderiam deixar de te ser importunos no seu mesmo exagero?

Sabias perfeitamente que não havias de ficar para sempre em Portugal.

Porque mês quiseste escolher para me tornar tão desgraçada?

Encontrarias, sem dúvida, nesta terra qualquer mulher mais formosa com a qual terias os mesmos prazeres, pois que, somente, os grosseiros procuravas; que te amasse fielmente enquanto estivesses com ela; que o tempo pudesse consolar da tua ausência e que pudesses deixar sem aleivosia e sem crueza.

Esse teu comportamento é mais de um tirano acirrado em perseguir-me do que de um amante que só deve pensar em cativar.

Ai, porque tratas com tanto rigor um coração que é teu?

Vejo muito bem que és tão fácil em te deixares mover contra mim, como eu o fui em me deixar convencer em teu favor.

Sem precisar valer-me de todo o meu amor, e sem querer saber se terias feito por mim alguma coisa de extraordinário, eu teria resistido facilmente a muito melhores razões do que podem ser as que te moveram a deixar-me. Ter-me-iam parecido muito fracas, e nenhuma haveria que tivessem podido arrancar-me de junto a ti.

Mas quiseste aproveitar os primeiros pretextos que se ofereciam para voltares a França; partia um navio, porque não o deixaste partir?

Escrevera-te a família, não sabes tu as perseguições que sofri dos meus?

A tua honra obrigava-te a deixar-me, cuidei eu da minha?

Tinhas de ir servir ao teu rei. Se quanto dizem dele é verdade, não tem necessidade alguma do teu auxílio e haver-te-ia dispensado dele.

Ai que ventura a minha se juntos houvéssemos passado a vida!

Mas já que era fatal que uma cruel ausência nos apartasse, creio que devo comprazer-me, ao menos, em não ter sido infiel, e não quisera, porquanto há no mundo, ter praticado uma acção tão negra.

Como conhecestes o fundo do meu coração e da minha ternura, e pudeste resolver-te a deixar-me para sempre, e a expor-me ao terrores de que não te lembres mais de mim...senão para me sacrificares a uma nova paixão?!

Sei bem que te amo como uma doida.

Não me queixo contudo de toda esta fúria insana do meu coração.

Acostumei-me às suas tribulações, e não poderia viver sem este prazer a que apego de te amar no meio de mil penas.

Mas atormenta-me sem cessar o enojo e o desgosto que tenho por tudo...

A minha família, as minhas amizades, este convento, tudo se me tornou insuportável. É-me odioso quanto sou obrigada a ver, quanto é mister que eu faça.

Tão ciosa me sinto da minha paixão, que me parece que todas as minhas acções, que todos os meus deveres te pertencem.

Sim, tenho cuidado, se não empregar em ti todos os momentos da minha vida.

Que faria, coitada de mim, sem tanto ódio e sem tanto amor e encher-me o coração?!

Poderia acaso sobreviver ao que incessantemente me absorve, para levar uma vida tranquila e descuidada?

Ai que não poderia, não, conformar-me com esse vácuo e com essa indiferença.

Toda a gente tem reparado na completa mudança do meu gênio, das minhas maneiras, da minha pessoa; minha Mãe falou-me nisto, a princípio com aspereza, depois com algum carinho.

Nem sei o que lhe respondi, creio que confessei tudo.

As freiras mais severas compadecem-se do meu estado. Move-as uma certa contemplação e uma certa piedade por mim.

A todos comove o meu amor, só tu persistes numa profunda indiferença, ...sem me escreveres senão cartas frias, cheias de repetições, metade do papel em branco, dando grosseiramente a conhecer que morres por terminá-las...

Dona Brites tanto me amofinou nestes dias passados, por me fazer sair do quarto, que julgando distrair-me lá me levou a passear no balcão donde se vêem as portas de Mértola.

Fui, e logo me assaltou uma lembrança cruel que me fez chorar todo o resto do dia.

Trouxe-me outra vez para o quarto, e lancei-me sobre a cama, reflectindo nas poucas mostras que vejo de me curar um dia. O que me fazem por aliviar-me, acirra a minha dor, e

nos próprios remédios acho razões particulares para me afligir; vi-te, por ali, passar, muitas vezes, com ares que me enfeitiçaram, e estava naquele balcão, no dia fatal em que comecei a sentir os primeiros efeitos da minha desventurada paixão.

Parecia-me queres agradecer-me, posto não me conhecesses ainda.

Persuadi-me que havias reparado em mim, entre todas as minhas companheiras.

Imaginei que quando passavas, estimavas bem te visse melhor, que admirasse da tua destreza e o teu garbo quando fazias caracolar o cavalo. Toda me assustava, se o obrigavas a fazer algum passo difícil.

Enfim, intimamente me interessa em todas as tuas acções.

Sentia já que não me eras indiferente e tornava para mim quanto fazias.

Ai que em demasia conheces as continuações destes começos, e embora nada tenha a poupar-me, não devo lembrar-tas com receio de fazer-te mais culpado, se é possível, do que tens sido, e de ter de reprender-me por tantas diligencias inúteis para que me fosses fiel; não o serás, não!

Posso esperar porventura das minhas cartas e dos meus lamentos o que o meu amor e o meu abandono não puderam contra a tua ingratidão?

Estou bem certa da minha desventura.

O teu comportamento injusto não me deixa a menor razão para dele duvidar, e tudo devo recear pois que me deixaste...

Acaso só para mim terás encantos e não se enlevarão em ti outros olhos?

Creio que me não pesará que os sentimentos de outras justifiquem, de algum modo, os meus, e vê tu a contradição desta alma! Queria que todas as mulheres de França te achassem adorável, e que nenhuma te amasse, e que não te agradasse nenhuma. É ridícula, e impossível esta ideia, sei.

Mas, demais tenho experimentado que não és capaz de uma grande afeição e que poderás bem esquecer-me, sem nenhum auxílio se sem que te obrigue a isso uma nova paixão. Talvez quisesses, ter algum pretexto razoável... É verdade que eu seria mais desgraçada, mas tu serias menos criminoso.

Vejo que permanecerás em França, sem grandes prazeres, numa inteira liberdade. Retém-te a fadiga de uma grande viagem, alguma pequena conveniência, e o receio de não poderes corresponder aos meus ardentes transportes.

Ai não receies! Contentar-me-ei em ver-te de tempo a tempo, e sem saber somente que estamos na mesma terra.

Mas iludo-me naturalmente, e quem sabe se não te haverá envolvido mais do que as minhas finezas, o rigor e a esquivança d'alguma outra!

Será possível que mais te inflamem os maus-tratos?

Antes, porém, de te empenhares numa grande paixão pensa bem no excesso das minhas penas, na incerteza dos meus projectos, na contradição das minhas cartas, nas minhas confianças, nos meus desesperos, nas minhas saudades, no meu ciúme. Olha que vais sofrer muito!

Conjuro-te que aprendas neste exemplo que te estou dando, e que, ao menos, não te seja inútil quanto padeço por ti.

Fizeste-me há cinco ou seis meses uma confissão molesta: - disseste-me muito francamente que amaras uma senhora no teu país. Se é ela quem te impede de voltar, diz -mo, sem escrúpulo, para que eu não me consuma ainda mais.

Ampara-me por ora um resto de esperança, e preferia, se ela não deve reanimar-se, perde-la inteiramente e perder-me, eu, com ela.

Manda-me o retrato dessa senhora com algumas das suas cartas; conta-me o que ela te diz.

Acharei nisso, talvez, motivos para me consolar ou para mais padecer. Não posso continuar neste estado, e não há mudança que não me seja benéfica.

Queria possuir também o retrato de teu irmão e tua cunhada. Tudo o que te é alguma coisa, me é claro. Sinto-me inteiramente devotada a quanto te respeita.

Não me deixei nenhuma disposição de mim própria.

Momentos há em que me parece que me resignaria até servir submissamente a que amas.

Tanto me têm quebrantado os teus maus tratos e os teus desprezos que ás vezes nem me atrevo a pensar em que possa ter ciúmes de ti, com receio de desagradar-te, e chego a cuidar que é a maior impertinência deste mundo, permitir-me, eu, fazer-te censuras.

Convenço-me muitas vezes de que não devo exprimir-te amargamente, como faço, sentimentos que recusas.

Há muito que um oficial espera por esta carta. Fizera o firme propósito de ta escrever por maneira que a pudesse ler sem aborrecimento. Mas bem extravagante vai ela já; devo encerrá-la.

Ai que me não sinto com forças para o fazer. Parece-me que te falo, quanto te escrevo, e que, de algum modo, estás comigo.

A primeira que te escrever não será tão extensa nem tão importuna. Podes abri-la, com esta certeza que te dou.

Seguramente, não devo falar-te de uma paixão que te desgosta, e não te falarei mais nela.

Daqui a poucos dias vai fazer um ano que toda me entreguei a ti, sem recato. Muito ardente e muito sincera me parecia a tua paixão, nem por sombras pudera cuidar que tanto enojo te causassem os meus favores que te obrigassem a fazer quinhentas léguas e a expor-te aos perigos do mar para te alongares de mim.

De ninguém poderia esperar-se tal. Deverias lembrar-te do meu pudor, da minha confusão, da minha vergonha, mas, ai de mim! de nada te lembras que possa a teu pesar, obrigar-te a amar-me.

O oficial que deve levar-te esta carta, pela quarta vez me manda dizer que precisa partir. Como está apressado! Abandona, sem duvida, nesta terra, alguma desgraçada!...

Adeus. Mais me custa a fechar esta carta, do que te custou deixar-me, talvez para sempre.

Adeus. Não me atrevo a dar-te mil nomes de amor, nem a entregar-me, sem constrangimento, a todos os meus ímpetos.

Amo-te mil vezes mais do que a vida e mil vezes mais do que penso.

Como me és querido e como me és tirano!

Não me escreves; não pude coibir-me de te dizer isto, outra vez!

Vou recomeçar, e o oficial que se vá embora. Que importa? Que parta, escrevo mais para mim do que para ti. Busco apenas aliviar este coração.

Também, o comprimento desta carta vai meter-te medo, não a lerás.

Que fiz eu para ser tão desaditosa?! E porque me envenenaste assim a vida?

Ah porque não nasceria eu bem longe d'esta terra.

Adeus; perdoa-me. Não me atrevo já a pedir-te que me ames.

Vê a que me reduziu o meu destino! Adeus!

ANEXO N – Carta V, de Mariana**CARTA V**

Escrevo-lhe pela última vez e espero fazer-lhe perceber na diferença dos termos e na maneira desta carta, que logrou convencer-me, finalmente, de que não me amava já, e que assim, também, devo deixar de o amar. Enviar-lhe-ei, pois, pelo primeiro portador que haja, quanto de si me resta.

Não receie que lhe torne a escrever. Nem serei eu quem escreva o seu nome na encomenda. Encarreguei de tudo. D. Brites e a bem diferentes confidências a habituara eu... Os cuidados dela ser-me-ão menos suspeitos do que os meus.

Ela tornará as precauções necessárias para que eu fique certa do que o senhor recebeu o retrato e as pulseiras que me dera.

Quero porém que saiba que me sinto há dias perfeitamente disposta a queimar e a despedaçar todos os penhores do seu amor, que tão queridos me eram.

Tenho-lhe revelado tanta fraqueza que naturalmente não acreditara que eu pudesse tornar-me capaz desse extremo, não é verdade?

Prefiro pois gozar toda a pena que tive em separar-me deles, e fazer-lhe sentir, ao menos, este pequeno despeito. Confesso-lhe, para vergonha minha e sua, que me achei mais presa, do que quero contar-lhe, a estas bagatelas, e que senti que me eram novamente precisas reflexões para me separar de cada objeto, quando mesmo, me comprazia de não me importar já consigo. Mas, em suma, com tão boas razões como as que lhe devo, consegue-se sempre chegar ao cabo do que se quer... Pus tudo nas mãos de Dona Brites.

Quantas lágrimas me custou isto!...

Depois de mil penas a mil contradições, que não imaginava e que certamente não lhe darei conta, pedi-lhe que não me falasse mais naqueles objetos, que mos não tornasse a dar, ainda que lhe pedisse para vos contemplar outra vez, e que, enfim, lhos enviasse sem me prevenir sequer. Não conheci bem o excesso do meu amor sendo quando quis empregar todas as diligências para me curar dele, e creio que nem ousaria tentá-lo se tivesse podido prever tantas dificuldades e tamanha violência.

Estou convencida que sentiria emoções menos penosas, amando-o, ingrato como é, do que deixando-o para sempre. Vi que me era menos caro do que a minha paixão, e tive mágoas

desconformes em combatê-la, depois ainda que os ruins procedimentos do senhor tornaram para mim odioso.

O orgulho natural do meu sexo não me ajudou a tornar quaisquer resoluções contra si. Triste de mim! Sofri os meus despezos; houvera suportado a sua aversão; devorava comigo o ciúme que me tivesse inspirado a sua afeição por outra. Ao menos, sentir-me-ia afrontada por um sentimento vivo! Mas a sua indiferença é-me insuportável.

Os seus impertinentes protestos de amizade, e as ridículas finezas da sua ultima carta, fizeram-me ver que o senhor recebera todas as que lhe escrevei, e que nenhuma impressão lhe causaram. E... leu-as... Ingrato! Muito doida sou em amofinar-me ainda por não poder regozijar-me de que não lhes tivessem chegada às mãos; do que não lhas tivessem entregue!

Abomino a sua franqueza. Pedi-lhe porventura que me dissesse sinceramente a verdade?

Porque não havia de deixar-me a minha paixão?!

Bastava que não me escrevesse. Não me era suficiente a desgraça de não ter podido obrigá-lo a ter algum trabalho em enganar-me, ... e de já não poder desculpá-lo?...

Saiba que me convenço de que é indigno de todos os meus sentimentos, e que agora conheço todas as suas ruins qualidades. Mas se quanto fiz pelo senhor pode merecer-lhe que tenha alguma consideração pelos favores que lhe peço, imploro-lhe que não torne a escrever-me, e que me ajude e a esquecer-lo inteiramente.

Se mostrasse, frouxamente que fosse, que tivera algum pesar em ler esta carta, poderia talvez acreditá-lo! Talvez também a sua confissão e o seu arrependimento abalo me fizeram pena e me incitassem, e tudo poderia inflamar-me de novo.

Por piedade lhe peço que não se importe com a minha vida. Destruiria, sem dúvida, todos os meus projectos, de qualquer forma que quisesse intrometer-se nela.

Não quero saber o resultado d'esta carta. Não perturbe o estado que me preparo. Parece-me que pode dar-se por satisfeito com os males que me causou, fosse qual fosse o intento que formara de me desgraçar.

Não me arranque a minha incerteza.

Espero fazer dela, com o tempo, alguma coisa parecida com a paz do coração.

Prometo-lhe não o odiar. Desconfio muito de sentimentos violentos para que aventure a esse.

Não duvido de que encontraria nesta terra um amado mais fiel, mas quem poderá fazer-me mal?! Poderá acaso enlevar-me a paixão de outro homem?

Que pode no senhor a minha? Não experimentei já que um coração amante nunca pode esquecer o que primeiro lhe revelou os transportes de que era susceptível e que não conhecia? que todas as suas intimas emoções ficam enleadas no ídolo que para si criou? que suas primeiras ideias e que as suas primeiras feridas não podem curar-se e esquecer? que todas as paixões que se ofereçam em seu socorro e que esforcem por enchê-lo e reanimá-lo, lhe prometem vãmente uma sensibilidade que ele não pode reaver mais? que todas as deleitações que busca, sem nenhum desejo de as encontrar, servem apenas para fazer-lhe sentir profundamente que nada é tão caro como a lembrança de suas penas?!

Porque me faz conhecer a imperfeição e os amargores de um affecto que não deve durar eternamente, e os tormentos que acompanham um amor violento quando não é recíproco? E porque é que uma inclinação cega e um destino cruel se afervoam de ordinário em determinar-nos por aqueles que só as outras seriam sensíveis?

Quando mesmo pudesse esperar qualquer recreação em novas relações, e que encontrasse um coração leal que me quisesse, tenho tanto dó de mim própria que sentiria grandes escrúpulos em lançar o homem mais ínfimo no estado a que o senhor me reduziu. E embora não tenha que lhe guardar respeito, não poderia resolver-me a uma desforra tão crua, quando mesmo ele dependesse de mim por uma mudança que não prevejo.

Procuro neste momento desculpá-lo, e compreendo bem que uma freira não é nada amável, de ordinário. Parece-me contudo que se os homens pudessem ter a mão na razão quando escolhem os seus amores, mais se inclinariam a elas do que às outras mulheres. Nada as impede de pensar incessantemente na sua paixão; não as distraem mil coisas que no século absorvem e consomem os corações.

Quer-me parecer que não será muito agradável ver as amadas, sempre distraídas por mil frivolidades, e é preciso ter bem pouca delicadeza de alma para sofrer sem raiva que elas não falem senão de reuniões, de atavios, de passeios.

Está-se, sem cessar, exposto a novos ciúmes, porque, enfim, elas são obrigadas a atenções, a complacências, a conversas com todos. Quem pode assegurar que não sintam prazer algum em todos esses lances, ou que sofram sempre desgostosas e de má vontade os maridos?! Ah! Como elas devem também desconfiar de um amante que não lhes toma conta rigorosa de tudo, e que acredita, facilmente e sem inquietação, no que lhe dizem; - que tranquila e confiadamente as vê sujeitas a todos aqueles deveres da sociedade!

Mas não intento provar-lhe com boas razões que deveria amar-me. Péssimos meios são, e bem melhores empreguei eu que não me aproveitaram!...

Conheço muito bem o meu destino para diligenciar vencê-lo. Serei infeliz toda a minha vida. Não o era já quando todos os dias o via?

Morria de susto de que não me fosse fiel. Queria vê-lo a todos os momentos, e não era possível. Atribulava-me o perigo que o senhor corria entrando no convento. Não vivia quando estava na guerra. Desesperava-me por não ser mais formosa e mais digna do senhor. Murmurava da modéstia da minha condição.

Receava muitas vezes que a afeição que parecia ter por mim pudesse de algum modo prejudicá-lo. Parecia-me que o não amava bastante. Atemorizava-me, por si, a cólera dos meus parentes. Estava, enfim, num estado tão lamentoso como aquele em que hoje vivo.

Se me tivesse dado algumas provas da sua paixão depois que se foi de Portugal, teria eu feito todos os esforços por sair daqui. Ter-me-ia disfarçado para ir ter com o senhor. Ai, que teria sido de mim se não tivesse importado comigo quando eu chegasse a França! Que escândalo! Que desatino! Que cumulo de vergonha para a minha família, que me é tão cara depois que o não amo, ao senhor! Já vê que a sangue frio conheço como era possível ser ainda mais desgraçada do que me fez! Falo-lhe razoavelmente; ao menos, uma vez na vida.

Como deve agradar-lhe esta moderação! Como deve agora fiar contente comigo!

Não quero sabê-lo. Pedi-lhe já que não me escreve, e peço-lho outra vez.

Nunca consideraria, um pouco, na maneira por que me tratou? Não pensaria, nunca, em que me deve mais obrigações do que ninguém no mundo?!

Amei-o, doidamente. Como desprezei tudo! O seu procedimento não é de um homem e bem. É preciso que tivesse por mim uma aversão natural para que não me amasse perdidamente.

Deixe-me fascinar por bem medíocres qualidades.

Que fizera o senhor que devesse encantar-me? Que sacrifícios praticou por mim? Não procurava mil outros prazeres? Renunciou, acaso, ao jogo e a caça? Não era o primeiro a partir para a guerra e não era o último a voltar dela? Expunha-se loucamente, por mais que eu lhe tivesse pedido que por amor de mim se poupasse. Não procurou os meios de ficar em Portugal, onde era estimado.

Uma carta de seu irmão fê-lo partir, sem hesitar um momento.

E não soube eu que durante a viagem conservou a melhor disposição do mundo? É forçoso confessar que devia odiá-lo mortalmente.

Ai, fui eu, bem sei, que sobre mim atraí todas estas desgraças! Acostumei-o logo a uma grande paixão, com excessiva ingenuidade, e é necessário artifício para nos fazermos

amar! É necessário procurar com jeito os meios de inflamar: o amor, por si, apenas, não gera o amor.

O Senhor fez melhor: queria que eu o amasse, e como formara este desígnio nada haveria que não fizesse por consegui-lo. Ter-se-ia até resolvido a amar-me se tivesse precisado disso.

Mas reconheceu bem que podia vencer esta empresa, sem paixão, e que não tinha necessidade dela. Que perfídia!

Julgou então que havia de impunemente enganar-me?!

Pois se algum acaso o trazer de novo a esta terra, declaro-lhe que o entregarei á vingança dos meus parentes. Vivi longamente num abandono e numa idolatria que me faz horror, e os meus remorsos perseguem-me com um furor insuportável. Sinto vivamente a vergonha dos delitos que o senhor me fez cometer, e não tenho, ai de mim! a paixão que me impedia de conhecer-lhes a enormidade!

Quando será que o meu coração deixará de ser dilacerado? Quando será que me verei livre deste tormento cruel?

E contudo, creia que não lhe desejo mal, ao senhor, e que me resolveria a consentir que fosse feliz.

Mas se tem uma alma bem formada, como o poderá ser?

Quero escrever-lhe outra carta para lhe mostrar que estarei talvez mais tranquila dentro em pouco.

Como hei-de regalar-me em poder lançar-lhe em rosto o seu procedimento injusto, quando ele não mortificar já tão vivamente; em lhe mostrar que o desprezo; que falo com profunda indiferença da sua traição; que esqueci todos os meus prazeres e todas as minhas dores, e que não me lembro do senhor, senão... quando quero lembrar-me!

Reconheço que me leva grandes vantagens, e que me provocou uma paixão que me enlouqueceu; mas também, pouco deve envaidecer-se por isso.

Eu era moça, era crédula, tinham-me encerrado desde criança neste convento; não vira senão gente desagradável; nunca ouvira as lisonjas que o senhor constantemente me dizia; parecia-me dever-lhe os atractivos e a beleza que me achava, e em que me fazia reparar; ouvia dizer bem de si; toda a gente me falava em seu abono, ... e o senhor tudo fazia me despertar amor.

Mas, enfim, tornei a mim deste encantamento; grandes auxílios me deu para isto e confesso-lhe que tinha deles uma extrema necessidade.

Devolvendo-lhe as suas cartas, conservarei cuidadosamente as duas últimas que me escreveu, e hei-de relê-las mais ainda do que li as primeiras para não tornar a recair nas minhas fraquezas. Ai, como estas me custam caras, e como eu seria feliz se o senhor tivesse consentido em que continuasse a amá-lo!

Sei, certo, que me ocupo demais ainda com as minhas queixas e com a sua infidelidade; lembre-se porém, que a mim própria prometi um estado mais tranquilo, e que hei de conseguí-lo, ou tomarei contra mim uma resolução desesperada que poderá saber sem grande pesar!...

Mas nada mais quero do senhor.

Sou uma doida em repetir as mesmas coisas tantas vezes.

É mister que o deixe e que não pense mais em si.

Creio até que não tornarei a escrever-lhe.

Tenho alguma obrigação de lhe dar conta da minha vida?

ANEXO P – Formulários Medievais ¹⁰⁶

Formulários Medievais	
<i>Formulae Andecavenses</i>	Uma coleção feita em Angers, composta por sessenta e fórmulas para execução de documentos, públicos ou privados, algumas delas datam do século VI, mas o maior número é do início do sétimo; as três últimas da coleção pertencem ao final do século sétimo.
<i>Marculfi monachi formularum libri duo</i>	A mais importante das coleções. É dedicada pelo autor a um Bispo de Paris (650-656). O primeiro livro contém trinta e sete fórmulas de documentos reais; o segundo, atas privadas, com o número de cinquenta e duas. O trabalho foi acolhido como um livro oficial.
<i>Formuae Arvernenses</i>	Uma coleção de oito fórmulas feitas em Clermont durante o século VIII.
<i>Formulae Turonenses</i>	Esta coleção foi feita em Tours com quarenta e cinco formulários, dois dos quais são documentos reais, muitas decisões judiciais, e, o restante, atas privadas. Parecem pertencer à metade do século oitavo.
<i>Formulae Bituricenses</i>	Nome dado a dezenove formulários tirados de diferentes coleções. Todos redigidos em Bourges, que datam do ano de 720 até o fim do século VIII.
<i>Formulae Senonenses</i>	São duas distintas coleções, ambas feitas em Sens, entre os séculos VIII e IX. A primeira coleção, “ <i>Cartae Senonicae</i> ”, data de antes de 775, e tem cinquenta e um formulários, dos quais sete são para documentos reais, dois são para cartas ao rei, e quarenta e dois são cartas privadas. A segunda coleção “ <i>Senonenses Fórmulas recentiores</i> ”, data do reinado de Louis, o Piedoso. Dezoito formulários dos quais sete tratam de atos judiciais.
<i>Formulae Pithoei</i>	Em um manuscrito emprestado pelo Pithou a Du Cange por sua “ <i>Glossarium</i> ”. Era uma rica coleção de, pelo menos, cento e oito fórmulas, elaboradas originalmente em território governado pelas Leis Sálidas. Este manuscrito desapareceu.
<i>Formulae Salicae Bignonianae</i>	Chamado assim por conta do nome de seu primeiro editor, Bignon. Este conjunto tem vinte e sete fórmulas, uma das quais é para um decreto real. Foram recolhidas em um país sujeito às Leis Sálidas, por volta do ano 770.
<i>Formulae Salicae Merkelianae</i>	Chamada assim por conta do nome de seu primeiro editor, Merkel (1850). É uma coleção de sessenta e seis fórmulas feitas a partir de um manuscrito do Concílio Vaticano. A primeira parte (1-30) consiste de fórmulas para a execução de documentos, públicos ou privados, baseadas nos modelos de <i>Marculf</i> e nas <i>Formulae Turonenses</i> ; a segunda parte (31-42) segue a <i>Formulae Bignonianae</i> ; a terceira parte (43-45) contém três fórmulas elaboradas em alguma abadia; a quarta (46-66) tem fórmulas do fim do século VIII e provavelmente compilada em alguma Cidade episcopal.
<i>Formulae Salicae Lindenbrogianae</i>	Assim chamada a partir do nome de seu primeiro editor, Friedrich Lindenbrog, um advogado (1613) que as editou em conjunto com outros documentos. A coleção contém vinte e um formulários de atas privadas, elaborado em territórios de Leis Sálidas.
<i>Formulae Imperiales e curia Ludovici Pii</i>	Também conhecidos como <i>Carpenterianae</i> a partir de Carpentier, que foi o primeiro a editá-los em seu <i>Alphabetum Tironianum</i> (Paris, 1747). Esta é uma coleção importante de cinquenta e cinco fórmulas, elaborada após a moda das <i>Cartas</i> de Louis o Piedoso na Abadia de St. Martin de Tours, entre 828 e 832. Esta coleção foi usada pela chancelaria Carolíngia no século IX.
<i>Collectio Flaviniensis</i>	Cento e dezessete fórmulas compiladas na Abadia de Flavigny no século IX.
<i>Formulae collectionis Sancti Dionysii</i>	Uma coleção de vinte e cinco fórmulas feitas na Abadia de St-Denys - Carlos Magno. Em sua maior parte, são retiradas dos arquivos da abadia.

¹⁰⁶ Fonte: Catholic Encyclopedia. *Formularies*. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/06141a.htm>. Acesso em: 01 mar 2016.

ANEXO Q – Quadro de combinações, por Philippe Lejeune

Nome do Personagem \Rightarrow	\neq do nome do autor	= 0	= ao nome do autor
Tipo de Pacto \Downarrow			
Romanesco	1a romance	2a romance	
= 0	1b romance	2b indeterminado	3a autobiografia
Autobiográfico		2c autobiografia	3b autobiografia

1. “Nome do personagem \neq nome do autor. Esse fato por si só exclui a possibilidade de autobiografia. Pouco importa, então, que haja ou não, além disso, atestado de ficcionalidade (1a ou 1 b)” (LEJEUNE, 2008, p. 29).

2. “Nome do personagem = 0 ¹⁰⁷: é o caso mais complexo, pois indeterminado. Tudo depende então do pacto feito pelo autor” (LEJEUNE, 2008, p. 29).

3. Nome de personagem = nome do autor. Esse fato, por si só, exclui a possibilidade de ficção (LEJEUNE, 2008, p. 30).

¹⁰⁷ Neste caso é possível apresentar o “pacto” de três formas: romanesco, ausente e autobiográfico. Isto, quando não há nome explícito na narrativa que possa se relacionar ao personagem, o “nome do personagem = 0”.